

# OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 0104-6276

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
  
D  
O  
  
C  
E  
S  
O  
P

Vol. 14, nº 2



**Reitor**  
José Tadeu Jorge  
**Coordenador Geral**  
Fernando Ferreira Costa



**Coordenador dos Centros e Núcleos de Pesquisa**  
Jorge Tapia

**CENTRO DE ESTUDOS  
DE OPINIÃO PÚBLICA**

**Conselho Orientador**

Marcus Faria Figueiredo  
(IUPERJ)  
Antônio Flávio Pierucci  
(FFLCH – USP)  
Carlos Eduardo Meirelles Matheus  
(PUC – SP)  
Clécio da Silva Ferreira  
(CESOP – UNICAMP)  
Fernando Antônio Lourenço  
(IFCH – UNICAMP)  
Hélgio Trindade  
(NUPERGS – UFRGS)  
Leandro Piquet Carneiro  
(FFLCH – USP, ISER)  
Mauro Francisco Paulino  
(Inst. DATAFOLHA)  
Márcia Cavallari Nunes  
(IBOPE)  
Ney Lima Figueiredo  
(CEPAC)  
Örjan Olsén  
(Ipsos – Opinion)  
Rachel Meneguello  
(IFCH – UNICAMP)  
Reinaldo Charnet  
(IMECC – UNICAMP)  
João Francisco Meira  
(Instituto Vox Populi)  
José Roberto Rus Perez  
(FE – UNICAMP)  
Maria Inês Fini  
(FE – UNICAMP)  
Gustavo Venturi  
(Criterium Consultoria em Pesquisas)

**Direção**

Valeriano Mendes Ferreira Costa

**Equipe de Projetos Permanentes**

Clécio da Silva Ferreira  
Fabiola Brigante Del Porto  
Rosilene Sydney Gelape

**Estagiários**

Cristiane Paião Macedo  
Ana Pérola S. Ruza

**Secretaria Geral**

Lais Helena Cardoso C. de Oliveira

**OPINIÃO PÚBLICA**  
**Vol. 14, Nº 2, Novembro, 2008**

**Conselho Editorial:**

Amaury de Souza  
(IDESP)  
Antônio Lavareda  
(MCI)  
Carlos Vogt  
(IEL e LABJOR – UNICAMP)  
Charles Pessanha  
(IUPERJ)  
Fábio Wanderley Reis  
(DCP – UFMG)  
Frederick Turner  
(University of Connecticut, EUA;  
Universidad de San Andrés, Ar.)  
Juarez Rubens Brandão Lopes  
(IFCH – UNICAMP, FFLCH – USP)  
Leôncio Martins Rodrigues  
(IFCH – UNICAMP, FFLCH – USP)  
Lúcia Avelar  
(DCP – UNB)  
Nelly de Camargo  
(IA – UNICAMP)  
Nelson do Valle Silva  
(LNCC – CNPq; IUPERJ)  
Ruy Martins Altenfelder Silva  
(Instituto Roberto Simonsen – FIESP)

**Comitê Editorial:**

Leandro Piquet Carneiro  
(FFLCH – USP)  
Márcia Cavallari Nunes  
(IBOPE)  
Marcus Faria Figueiredo  
(IUPERJ)  
Rachel Meneguello  
(IFCH e CESOP – UNICAMP)

**Editora Responsável:**

Rachel Meneguello

**Editora Assistente:**

Fabiola Brigante Del Porto

**Produção Gráfica:**

Ana Pérola S. Ruza  
Verônica de Oliveira Gomes

*Opinião Pública é publicada pelo CESOP desde 1993 e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.*

ISSN 0104-6276

Novembro de 2008

*Publicação Indexada no  
Sociological Abstracts,  
HAPI (Hispanic American  
Periodicals Index)  
IBSS (International Bibliography  
of the Social Sciences);  
Data Indíce – IUPERJ;  
HLAS (Handbook of Latin  
American Studies);  
SciELO ([www.scielo.br/op](http://www.scielo.br/op)) e  
Red ALyC ([www.redalyc.com](http://www.redalyc.com))*

**Centro de Estudos de  
Opinião Pública**

Universidade Estadual  
de Campinas  
Cidade Universitária  
“Zeferino Vaz”  
Caixa Postal: 6110  
Campinas – São Paulo  
13081-970

Tel: (55-19) 3521-7093

Tel/Fax: (55-19) 3289-4309

e-mail: [opcesop@unicamp.br](mailto:opcesop@unicamp.br)

[cesop@unicamp.br](mailto:cesop@unicamp.br)

Home Page:

<http://www.cesop.unicamp.br>

Tiragem  
300 exemplares

Apoio:



# OPINIÃO PÚBLICA

Novembro de 2008

Vol. 14, nº 2

ISSN 0104-6276

## SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
<i>Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)</i> Gláucio Ary Dillon Soares Sonia Luiza Terron	269
<i>A evolução do petismo (2002-2008)</i> David Samuels	302
<i>Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros</i> Yan de Souza Carreirão	319
<i>Mulher para presidente do Brasil? Gênero e política na perspectiva do eleitor brasileiro</i> Simone R. Bohn	352
<i>Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil</i> Marcello Baquero	380
<i>Atores políticos, informação e democracia</i> Heloisa Dias Bezerra	414
<i>A Evolução do Sistema Partidário Brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional (1982-2006)</i> Denise Paiva Ferreira Carlos Marcos Batista Max Stabile	432
<i>Organizações Partidárias e Seleção de Candidatos no estado de São Paulo</i> Maria do Socorro Braga	454
<i>Elite Empresarial: recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005)</i> Paulo Roberto Neves Costa Ícaro Gabriel da Fonseca Engler	486
<i>TENDÊNCIAS Encarte de Dados</i> Editores de Opinião Pública	515



OPINIÃO PÚBLICA  
Campinas  
Vol. 14, nº 2 - p.269-545  
Novembro de 2008  
ISSN 0104-6276



OPINIÃO PÚBLICA/ CESOP/ Universidade Estadual de Campinas – vol.  
14, nº 2, Novembro 2008 – Campinas: CESOP, 2008.  
Revista do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade  
Estadual de Campinas.

Semestral

ISSN 0104-6276

1. Ciências Sociais 2. Ciência Política 3. Sociologia 4. Opinião Pública  
I. Universidade de Campinas II. CESOP

# *Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)*

---

**Gláucio Ary Dillon Soares<sup>1</sup>**

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

**Sonia Luiza Terron**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

---

**Resumo:** A votação de Lula em 2006 suscitou hipóteses sobre a repercussão das políticas públicas do primeiro mandato nos resultados eleitorais. Os programas sociais de transferência direta de renda, em especial o Bolsa Família, foram associados ao grande crescimento de sua votação nos municípios mais pobres do norte e nordeste. Empregamos conceitos e métodos da geografia eleitoral moderna para averiguar qual a participação do Bolsa Família nesta mudança geográfica. Os resultados mostram um novo padrão na distribuição espacial dos votos de Lula, confirmando que este ainda recebe o apoio de suas bases anteriores, mas revelam que os blocos regionais de municípios de alta votação em 2002 perderam a coesão em 2006, tornando-se mais vulneráveis. Os resultados confirmam ainda que a participação do Bolsa Família sobre a renda local foi um determinante do novo contorno das bases geoeleitorais, e o fator de maior peso na explicação da votação municipal.

**Palavras-Chave:** Lula; Bolsa Família; eleição presidencial; geografia eleitoral; econometria espacial.

**Abstract:** The voting of Lula in 2006 excited hypotheses on the repercussion of the public politics of the first mandate in the electoral results. The social programs of direct transference of income, in special the “Bolsa Família”, had been associates to the great growth of its voting in the cities poor of the north and northeast. We use concepts and methods of modern electoral geography to inquire which the participation of the “Bolsa Família” in this geographic change. The results show a new standard in the space distribution of the votes of Lula, confirming that he still receives the support from its previous bases, but disclose that the regional blocks of cities of high voting in 2002 had lost the cohesion in 2006, becoming more vulnerable. The results confirm the participation of the “Bolsa Família” on the local income was a determinative one of the new contour of the electoral-geographic basis, and the factor of big weight in the explanation of the municipal voting.

**Keywords:** Lula; Bolsa Família; presidential election; electoral geography; spatial econometrics.

---

<sup>1</sup> M.L.L., Tulane University (1959); Ph.D. em Sociologia, Washington University (1965).

## Introdução

As eleições de 2006 confirmaram a preferência dos brasileiros por Lula, que se reelegeu, após uma nova disputa em dois turnos, com 60,8% dos votos válidos. O percentual significativo de aprovação suscitou várias hipóteses sobre os motivos da vitória. Muitos analistas creditaram-na aos programas sociais de transferência direta de renda, em especial ao Bolsa Família, implementados no primeiro mandato.

Nossa hipótese, semelhante às defendidas pelos que escreveram sobre o tema, é que as políticas públicas implementadas por Lula durante o primeiro mandato contaram nas eleições de 2006. Nosso percurso, entretanto, é diferente. Procuramos acrescentar, pela investigação das diferenças nas votações municipais em 2002 e 2006 e pela análise do contexto geográfico, uma explicação de como isto aconteceu. Analisamos os padrões geográficos da votação municipal e o que denominamos de coesão regional das bases geoeleitorais de 2002 e de 2006. Caracterizamos as diferenças entre essas datas e averiguamos qual a participação do Bolsa Família no grande crescimento da votação de Lula nos municípios mais pobres do norte e nordeste do país.

Comparado a 2002, o percentual de votos válidos nas regiões centro-sul do país, onde alcançava bons resultados, diminuiu; e aumentou nas regiões norte e nordeste, onde o Programa Bolsa Família (BF) distribuiu mais recursos. A amplitude deste movimento de inversão geográfica facilitou a percepção da correlação. Citamos autores e argumentos que constatarem a mudança da base eleitoral de Lula em 2006, quando em relação a de 2002. Há consenso quanto à mudança geográfica em direção ao norte e nordeste e à mudança no sentido inverso do desenvolvimento social de estados e municípios. Entretanto, surgiram algumas divergências quanto à utilização de métodos econométricos clássicos ou espaciais, e quanto ao dimensionamento da influência do Bolsa Família sobre os resultados eleitorais, que serão exploradas.

Tratamos dos dois enfoques: o temático, da investigação do voto em si e de sua relação com o Bolsa Família; e o metodológico, da aplicação da estatística e da econometria espacial<sup>2</sup>. Usamos mapas, uma tipologia de municípios, análises estatísticas espaciais e análises de regressão com modelos espacialmente controlados. As análises exploratórias e de regressão incluíram os 5.564 municípios brasileiros<sup>3</sup>. Para o processamento e mapeamento dos dados utilizamos os sistemas GeoDa (CSISS, 2005) e ArcView GIS (ESRI, 2000).

---

<sup>2</sup> A diferença entre estatística e econometria espacial segue a divisão clássica, sendo que os métodos econométricos espaciais tratam da incorporação da interação espacial e da estrutura espacial nas análises de regressão (ANSELIM, 1999).

<sup>3</sup> A construção da base de dados foi facilitada pela cessão integral de bases de outras pesquisas (BITOUN, 2008; NICOLAU e PEIXOTO, 2007b). As fontes da informação socioeconômica, eleitoral e do

O artigo está organizado em cinco seções. Na primeira, sistematizamos a discussão sobre os principais argumentos e conclusões já publicados e apresentamos nossa hipótese. Em seguida, mobilizamos elementos conceituais e metodológicos da geografia eleitoral e fazemos uma investigação geográfico-quantitativa da votação de Lula. Na terceira, apresentamos a análise da votação segundo a caracterização dos municípios brasileiros. Na quarta seção, avaliamos a concentração espacial e a influência do Bolsa Família na economia local. Encerramos com as análises de regressão que complementam as espaciais e com as diferenças metodológicas entre a utilização do modelo clássico de regressão e do modelo econométrico espacial.

### **O que já sabemos sobre 2006**

Em outubro de 2006, Soares sublinhava, tomando os estados como unidade de análise, o distanciamento da votação de Lula de 2002 e de 2006; a relação entre a votação de Lula e o “SIM” no referendo; a votação maior de Lula nos estados mais pobres; e sua vitória onde os partidos tradicionais de antigamente dominavam as eleições. Soares creditou uma versão preliminar de Hunter e Power por proporcionar alguns dos dados e análises que utilizou.

Na versão impressa, Hunter e Power (2007) fizeram várias contribuições. O foco de seu trabalho é a mudança na base eleitoral de Lula. Sublinham a mudança geográfica e a mudança social: Lula passou a receber mais votos de eleitores com menor educação formal, perdendo votos entre os mais ricos e mais instruídos. Usam os estados como unidade de análise, dados de surveys e de boca-de-urna para chegar a essas conclusões. A relação com a votação do PT foi abordada pelos autores, que mostram que o distanciamento entre a votação de Lula e a votação para o PT vem de antes: as correlações (Pearson) declinaram de 0,60 em 1994, a 0,53 em 1998, 0,46 em 2002 - todas positivas e estatisticamente significativas. Em 2006, a correlação passa a ter sinal negativo, é pequena (-0,19) e não atinge significância estatística. Os autores também mostram que Lula se saiu melhor do que o PT sobretudo nos estados com IDH mais baixo: em uma análise bivariada, o IDH explica 43% da sobre-votação de Lula em relação ao PT.

---

BF são, respectivamente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Para os 57 municípios cuja instalação ocorreu após o Censo 2000, imputamos o valor dos indicadores socioeconômicos utilizados pelo valor do indicador no município de origem (caso de um só município) ou calculamos a média dos valores dos indicadores (caso de mais de um município de origem). Em todas as análises eleitorais tomamos o 2º turno, e a proporção de votos nominais sobre o total de votos válidos (nominais, brancos e nulos). Os resultados referem-se a tendências da população e do eleitorado municipal, e não a comportamentos individuais. A inferência de comportamento individual através de agregações é um problema estatístico conhecido como falácia ecológica.

Concordam com Soares em que somente no segundo turno dessas eleições a votação de Lula se aproximou do que as teorias macro-estruturais previam para um candidato de esquerda. Essas mudanças se refletiram geograficamente, com Lula ganhando folgadoamente no nordeste e no norte. Especificamente, Lula passou a dominar os antigos grotões, sendo a distribuição da sua votação semelhante à obtida por Collor em 1989. Nessa análise “macro”, usaram dados socioeconômicos agregados e estatísticas oficiais das eleições.

Finalmente, Hunter e Power entram no campo das percepções e avaliações ao discutirem os escândalos do governo Lula. Os mais pobres estariam menos informados e, quando informados, dariam menos relevância a eles. Citam pesquisa que mostrou que no nordeste 43% dos entrevistados aceitavam estar desinformados sobre o tema, em contraste com apenas 25% no sudeste.

Santos (2006) concorda com a mudança na geografia do voto dado a Lula em 2006, mas afasta qualquer interpretação que conduza à afirmação de que os novos eleitores de Lula pertencem aos “grotões” da política brasileira. Esse termo era usado para descrever as áreas que apoiavam os partidos conservadores, inclusive os favoráveis à ditadura militar. Sua posição é de que os antigos “grotões” mudaram e hoje são mais politizados e ideológicos, inclusive mais urbanos. Embora sem nomear explicitamente, as críticas de Santos se dirigem a Soares e a Hunter e Power.

Nicolau e Peixoto (2007a), utilizando base de dados municipais, relacionam a percentagem dos votos recebidos por Lula nas quatro votações com o tamanho da população dos municípios. Em 2002, o percentual aumentou com o tamanho; em 2006, a faixa onde Lula recebeu percentagens mais altas foi nos municípios com entre 10 e 20 mil habitantes. Assim, inferem, através do tamanho da população municipal, que o padrão analítico entre urbanização e os votos em Lula foi alterado; retomam, mais adiante, as relações com macro-covariatas e constatam que, em todas as análises, o sinal da correlação se inverteu.

Os dois autores também analisaram a relação entre necessidade social e a extensão do Programa Bolsa-Família, concluindo que a associação era positiva: “Os dados revelam uma forte associação negativa entre os dois indicadores ( $r=-0,83$ ). Ou seja, quanto mais pobre é o município, mais recursos per capita ele recebeu do Bolsa Família.” Em seguida, expandem a análise relacionando o BF e a votação em Lula:

*“A associação entre o percentual de votos obtidos por Lula e os gastos do Bolsa Família é expressiva:  $r = 0,72$  no primeiro turno e  $r = 0,69$  no segundo turno. Esses números indicam que Lula obteve percentualmente mais votos nos municípios que receberam mais recursos per capita do Bolsa Família” (NICOLAU e PEIXOTO, 2007a, p.21).*

Usando toda a bateria de variáveis, concluem que ela explica 63% na variância da votação de Lula. Num segundo artigo, os autores reforçaram as análises e conclusões do primeiro, usando um elenco de indicadores sociais mais selecionado e substituindo nas regressões o IDHM-Renda 2000 pela Renda média mensal domiciliar *per capita* 2000. Os resultados reiteram que: “o grau de desenvolvimento social, os valores do programa Bolsa Família e a região em que o município se situa foram fundamentais para explicar a variação dos votos na disputa presidencial” (NICOLAU e PEIXOTO, 2007c, p.17).

Carraro et al (2007), em estudo com clara preocupação econométrica, concordam com a tese de que, em 2006, Lula foi mais votado nos municípios menos desenvolvidos do Brasil e concluem que essa votação estava negativamente correlacionada com a renda *per capita* do município e diretamente correlacionada com a taxa mortalidade infantil, analfabetismo e a desigualdade. Todavia, estes autores discordam dos métodos de Nicolau e Peixoto por terem ignorado os efeitos espaciais quando pretenderam resolver o problema com *dummies* regionais. Também criticam discretamente Hunter e Power por afirmarem que “os pobres teriam votado em Lula por ignorância ou indiferença frente às acusações de corrupção.”

O modelo seguido é mais complexo, com mais atenção à análise espacial. Começam com análise que chamam de “modelo clássico” que permite concluir que:

*“Os resultados indicam que a votação de Lula é sempre inelástica nas variáveis. A maior delas, em valor absoluto, é a renda per capita (e é a única cuja relação é inversa: um aumento de 1% na renda per capita diminui a votação do candidato em -0.154%), seguida pelas proxies de desigualdade (relação positiva com os votos recebidos pelo candidato), Bolsa Família, densidade demográfica, mortalidade infantil, analfabetismo e distância da capital do estado”* (CARRARO et al, 2007).

Porém, testando esse modelo, constatam a existência de auto-correlações espaciais. Optam pelo modelo de erro espacial, que produz melhores resultados do que o do *lag* espacial, segundo o teste estatístico do multiplicador de Lagrange. Criticando Nicolau e Peixoto, argumentam que a percentagem de pobres no município é um dado importante e calculam o BF a partir dessa subpopulação. A partir dessa lógica, criam duas variáveis, os atendidos pelo programa em relação à população pobre e em relação à população indigente. Comparando os três modelos usados, o modelo que usa o BF sobre o total da população produz melhores resultados (considerando o valor de  $p$ ), sendo que o modelo baseado no BF sobre a população indigente não produz um resultado significativo para essa variável. Concluem que “esses resultados fazem com que o impacto positivo do Bolsa

Família, com os devidos controles, não seja tão espetacular e confiável estatisticamente quanto poderia parecer numa primeira análise” (CARRARO et al, 2007) Os autores sublinham que as elasticidades são baixas.

O trabalho agrega outras considerações importantes, típicas de economistas: a inflação foi menor no nível de renda da cesta básica do que nos mais altos; a desigualdade foi reduzida. Os autores testaram também o impacto do aumento das exportações, proposto por Pessoa (apud CARRARO et al, 2007), que não foi observado no nível dos estados.

Marques et al (2007) analisaram os resultados das eleições usando os municípios e os estados como unidades de observação para aferir se o Bolsa Família influenciou na votação de Lula e concluíram que houve entre ambos uma clara associação positiva. Zucco (2006) também concluiu que a percentagem da votação dada a Lula em 2002 não se correlaciona com a de 2006: tomando como unidade de análise os estados, a correlação do IDH com a votação em 2002 era moderadamente positiva, mas a de 2006 passou a ser claramente negativa. Usando regressões OLS em sete modelos, concluiu que o Bolsa Família foi um importante fator para a eleição de Lula. Em trabalho posterior, expandiu a análise para o nível municipal e confirmou esses resultados. Assim, este autor discorda do argumento de Carraro et al (2007) de que foi a performance econômica ao invés do programa Bolsa Família que causou a mudança na base eleitoral de Lula (ZUCCO, 2008).

Há, em geral, um consenso sobre a tese da mudança das bases eleitorais de Lula, que em 2006 teria sido mais votado nos municípios menos desenvolvidos. À exceção de Carraro et al, os autores anteriormente citados concordam que a influência do BF foi significativa para essa mudança e para a vitória de Lula. Carraro et al introduziram a análise espacial por município no estudo da votação de Lula e contestaram os resultados obtidos por Nicolau e Peixoto, com base em preceitos metodológicos. Aproveitamos essa oportunidade para aprofundar a discussão metodológica na seção das inferências.

As análises de eleições e de reeleições não são iguais. Na reeleição, o voto pode ter vinculação com o desempenho anterior do candidato; há elementos informativos e cognitivos disponíveis para uma avaliação baseada no desempenho (SOARES, 2000). Nossa hipótese, semelhante às defendidas pelos que escreveram sobre o tema, é que as políticas públicas implementadas por Lula entre 2002 e 2006 contaram nas eleições de 2006 e uma das mais importantes e conhecidas, tanto pelo montante das transferências quanto pela publicidade, é o Bolsa Família.

Como, em vários sentidos, esse é um programa de *transferência* de renda, a teoria dos interesses postularia que seu efeito seria positivo entre os beneficiários, mas poderia ser negativo entre os que se perceberam pagando por ele, através de seus impostos. Esses são os efeitos diretos, aos quais devemos agregar os indiretos, de pessoas afetadas secundariamente pelo programa e suas percepções.

Esses efeitos indiretos são postulados pela teoria do contextualismo geográfico, para a qual o comportamento eleitoral sofre a influência do ambiente sócio-geográfico, quer pela ação de redes de interação social, quer pelas experiências inerentes ao próprio local em que se vive.

### **Contexto geográfico e coesão regional**

Distante quase um século de suas origens francesas, uma tradição que combinava mapas e alguma análise estatística, a geografia eleitoral contemporânea procura descobrir porque determinados partidos e candidatos recebem maior apoio eleitoral de alguns lugares do que de outros pela análise de fatores que interagem de maneira complexa. Para Pattie e Johnston (2006), a geografia social dos partidos, as interações entre os cidadãos que moram nas mesmas áreas, o impacto da economia nacional e local na popularidade do governo e as campanhas eleitorais geograficamente orientadas são alguns dos principais.

A investigação desses fatores provocou um debate<sup>4</sup> sobre a importância relativa dos efeitos contextuais (especialmente estruturados pelo ambiente em que vivem, pelas coisas que vêem e experimentam e pelos encontros que têm ao longo da vida) e composicionais (baseados nos grupos sociais a que pertencem, nas suas criações e aquisições ao longo da vida): as pessoas se comportam e pensam de acordo com o que são (efeitos composicionais), ou por causa de onde estão (efeitos contextuais)? “Os dois” é a resposta mais fácil que elude a resolução do problema. Se os dois, em que medida?

Os proponentes da importância dos efeitos contextuais, ou do contextualismo, apresentam uma contrapartida ao individualismo ontológico, que foca o indivíduo como ator racional que age sempre em seu interesse e que, mesmo agregado, comporta-se de modo independente dos demais indivíduos e de seu contexto. Os “contextualistas” afirmam que a política não pode ser compreendida fora do contexto em que ocorre.

Essa questão distingue cientistas políticos e sociais de geógrafos políticos: uns mais propensos a aceitar que o contexto influencia o comportamento eleitoral através das redes de interação social, quer entre amigos e vizinhos ou entre ambientes homogêneos ou heterogêneos; e outros que procuram mostrar que o contexto geográfico é mais relevante do que a interação social. Entretanto, a geografia de qualquer eleição é uma combinação de ambos os efeitos, composicional e contextual, e nossa principal tarefa é revelar como isto acontece.

---

<sup>4</sup> Ethington e McDaniel (2007) apresentam uma síntese dessa discussão, além de uma relação exaustiva de referências bibliográficas relacionadas ao tema. Ver também Pattie e Johnston, 2006 e Zuckerman, 2005.

Nosso primeiro passo para identificação de possíveis influências de contexto(s) geográfico(s), ou efeitos locais e regionais na votação de Lula em 2006, é a identificação de regiões relativamente homogêneas em relação à escolha eleitoral. Os padrões espaciais de 2002 e de 2006 são completamente diferentes. Nos mapas a seguir, se o distrito eleitoral fosse o município, Lula seria eleito em todos aqueles das duas classes superiores da legenda (de cores mais escuras), onde ele alcançou mais de 50% dos votos válidos no segundo turno. Apesar da escala, é possível observar que o padrão espacial se assemelha ao de um mosaico no mapa de 2002, com poucas regiões homogêneas em extensão territorial. O padrão de 2006, entretanto, é visivelmente concentrado e regional.

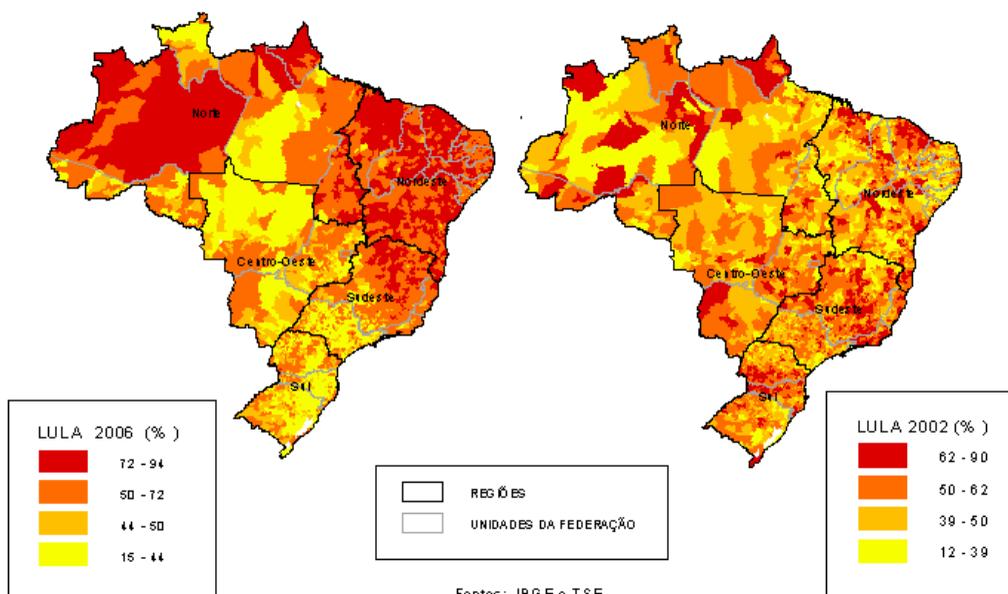
### Mapa 1

PADRÕES ESPACIAIS DA VOTAÇÃO DE LULA 2006 E 2002  
(% Votos por Município - 2º Turno)



LULA 2006 - PADRÃO REGIONAL

LULA 2002 - PADRÃO MOSAICO



O conceito-chave das análises geográficas é a auto-correlação espacial<sup>5</sup>. O índice global de Moran estima a magnitude da auto-correlação espacial, e pode ser desagregado em Indicadores Locais de Auto-correlação Espacial - ILAE (*Local Indicator of Spatial Correlation - LISA*) ou Moran Local, que identificam a existência de diferentes regimes de correlação em sub-regiões distintas. Estes índices, bem com as demais estatísticas espaciais, dependem da definição de uma vizinhança para estimar a variabilidade espacial dos dados.

A matriz de vizinhança é a chave para a inserção das relações espaciais nestes modelos. A maioria dos softwares de análise geoespacial tem rotinas para sua construção com base em critérios de distância ou contigüidade. Criamos uma matriz de vizinhança baseada no critério de contigüidade, no qual um município é vizinho do outro quando compartilha com ele um limite em comum. Esta matriz será utilizada em todas as estatísticas espaciais.

Medimos a auto-correlação espacial do percentual de votos de Lula nos municípios pelo índice de Moran I. Os valores de Moran I situam-se no intervalo entre 1, auto-correlação espacial positiva máxima, e -1, auto-correlação espacial negativa máxima; sendo 0 a ausência de auto-correlação espacial (SMITH et al, 2007). A Tabela 1 mostra que os índices dos dois turnos aumentaram significativamente de 2002 para 2006 (a significância foi estimada por randomização<sup>6</sup>). Os valores indicam o quanto a votação no município pode estar associada à votação nos municípios vizinhos e mostram que os municípios se agruparam mais em torno da votação de Lula nesta última eleição.

**Tabela 1 – Valores do Índice Moran I para os percentuais de voto de Lula, em 2002 e 2006 \***

	2006 - 1º T	2006 - 2º T	2002 - 1º T	2002 - 2º T
Lula	0,7998	0,8067	0,5988	0,5353

\* todos os valores significativos a 0,0001, com média -0,0002 e desvio padrão 0,0080.

**Fontes:** TSE, IBGE, processamento dos autores.

<sup>5</sup> Segundo Smith et al, auto-correlação espacial é o “grau da relação que existe entre duas ou mais variáveis espaciais, de modo que quando uma muda, a(s) outra(s) também muda(m). A mudança pode ser tanto na mesma direção, o que significa uma auto-correlação positiva, quanto em direção oposta, que caracteriza uma auto-correlação negativa” (SMITH et al, 2007, p.15, tradução dos autores).

<sup>6</sup> Na randomização, processamos 9.999 permutações das observações e dos locais e calculamos a probabilidade da ocorrência do atual I das 10.000 amostras (as 9.999 permutações mais o I atual).

Calculamos os Indicadores Locais para identificar que municípios pertencem aos grupamentos (*clusters*) locais ou regionais com votação semelhante, os quais denominamos bases geoeleitorais. Os índices de Moran Local classificam os resultados com significância estatística em quatro categorias: alto-alto, baixo-baixo, alto-baixo e baixo-alto. O primeiro indicador qualifica a votação do município em relação à média da vizinhança (conjunto de municípios definidos na matriz de vizinhança), e o segundo qualifica a vizinhança em relação à média nacional. Na categoria alto-alto, por exemplo, encontram-se municípios com votação forte, localizados em áreas onde o apoio local também é alto. As demais categorias são interpretadas por analogia.

Mapeamos os resultados de Moran Local para o 2º turno de Lula em 2002 e 2006 (Mapa 2). As manchas em verde escuro, formadas pelos municípios de votação do tipo alto-alto, delimitam as bases geoeleitorais que se diferenciam regionalmente pelo apoio forte a Lula. As áreas em amarelo, dos municípios com votação do tipo baixo-baixo, representam as bases geoeleitorais onde o seu apoio regional é fraco. Como analisamos o segundo turno, os dois casos referem-se também a uma oposição fraca ou forte, respectivamente. Estes blocos de municípios representam uma coesão regional em torno do apoio, mais ou menos forte, ao candidato. Em contrapartida, as áreas em branco, onde não houve significância estatística, representam uma certa vulnerabilidade regional onde o candidato, apesar de alcançar escores altos em determinados municípios, não é tão bem sucedido nos municípios vizinhos. Na votação de Lula, tanto as zonas de coesão quanto as de vulnerabilidade mudaram de 2002 para 2006.

Em 2002, Lula conseguiu uma coesão regional significativa em torno de regiões metropolitanas importantes como a do Rio de Janeiro (que se estendeu pela maioria dos municípios fluminense e do sudeste de Minas Gerais), de Belo Horizonte (MG), de Fortaleza (CE), de Salvador (BA) e de Manaus (AM), dentre outras menores. Os municípios do estado do Amapá e os do sul do Paraná - oeste de Santa Catarina também se agruparam como bases geoeleitorais fortes. Nesta eleição, 816 municípios das bases geoeleitorais tipo alto-alto contribuíram com 40,9 % dos votos de Lula (Tabela 2a). Praticamente o mesmo percentual de municípios formou regiões coesas em baixa votação (baixa-baixa) mas, como são municípios menos populosos, representaram apenas 5% dos votos válidos.

Mapa 2 - Distribuição das categorias de Moran Local da Votação de Lula por município no 2º turno de 2002 e 2006

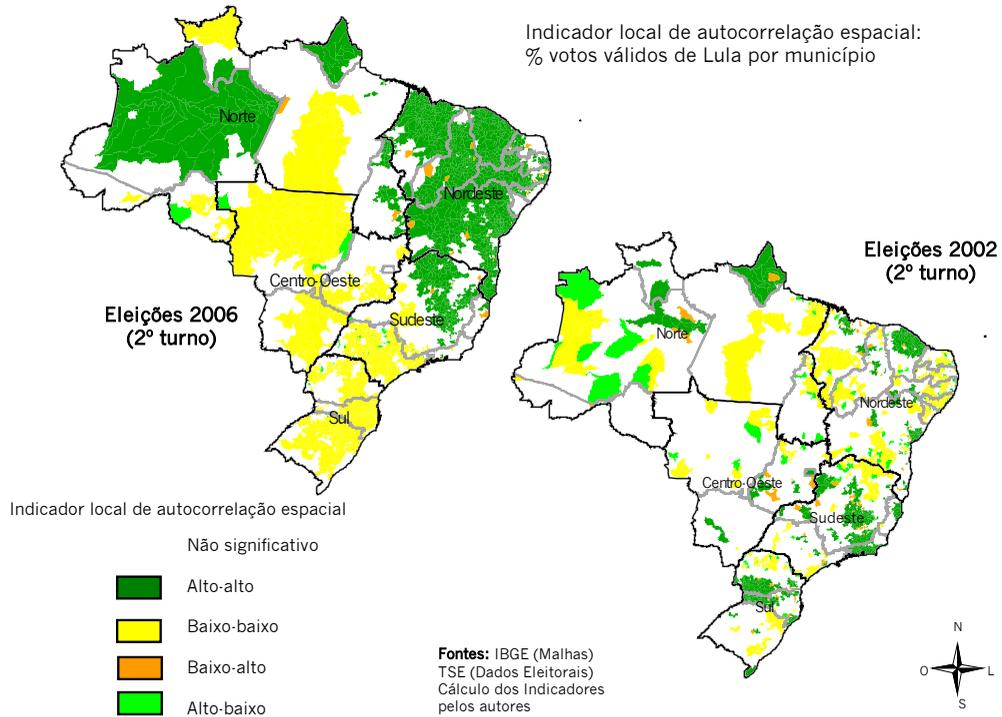


Tabela 2a - Número de municípios, votos válidos (%) e votos em Lula (%) no 2º turno de 2002, segundo as categorias de Moran Local

Agrupamentos	Municípios	Municípios %	Válidos 02 %	Lula 2002 (%)
Alto - Alto	816	14,7	33,7	40,9
Baixo Baixo	784	14,1	7,5	5,0
Baixo - Alto	68	1,2	7,7	6,4
Alto - Baixo	92	1,7	1,8	1,7
Não Significativo	3804	68,4	49,4	46,0

Fontes: TSE, IBGE, processamento dos autores.

Em 2006, é possível distinguir três grandes blocos territoriais de alta votação (centro-norte de Minas Gerais e região nordeste, estado do Amapá e estado do Amazonas) e três outros de baixa (estado de São Paulo, região sul, e região centro-oeste e municípios do Pará). Em termos quantitativos (Tabelas 2b), as regiões de coesão (alto-alto e baixo-baixo) aumentaram em número de municípios e extensão territorial em relação a 2002. Entretanto, as bases geoeleitorais coesas de Lula contribuíram menos, com 33,8%, do que em 2002 (40,9%). Já a coesão regional da oposição aumentou de 5,0% para 16,1% em votos.

**Tabela 2b - Número de municípios, votos válidos (%) e votos em Lula (%) no 2º turno de 2006, segundo as categorias de Moran Local**

Agrupamentos	Municípios	Municípios (%)	Válidos 2006 (%)	Lula 2006 (%)
Alto - Alto	1543	27,7	26,0	33,8
Baixo Baixo	1456	26,2	22,7	16,1
Baixo - Alto	37	0,7	4,2	4,2
Alto - Baixo	35	0,6	0,3	0,3
Não Significativo	2493	44,8	46,8	45,5

Fontes: TSE, IBGE, processamento dos autores.

Somados os votos válidos referentes às categorias 1 e 2 (alto-alto e baixo-baixo) da votação de Lula, obtemos 41,2% e 48,7% em 2002 e 2006, respectivamente. Significa uma grande capacidade de Lula na mobilização de bases geoeleitorais, tanto a favor como contra sua política, formando regiões que ultrapassam as fronteiras municipais e até estaduais. Segundo a lógica do contextualismo, a expectativa seria de que, nas zonas de coesão, o candidato mais votado na eleição anterior tivesse maiores chances de manter essa maioria e, nas zonas de vulnerabilidade, maiores chances de perdê-la. Analisamos a dinâmica 2002 – 2006 das bases geoeleitorais de Lula em quatro situações (Tabela 3):

- Coesão regional e manutenção - municípios do tipo alto-alto (apoio regional forte) ou baixo-baixo (apoio regional fraco ou oposição forte) que se mantiveram na mesma categoria nas duas eleições;
- Coesão regional e alteração - municípios de apoio ou oposição regional que trocaram de categoria de uma eleição para outra;
- Dissolução da coesão regional - municípios de apoio ou oposição regional que passaram para a zona de vulnerabilidade (não apresentaram significância estatística);

- Construção da coesão regional - municípios que passaram da zona de vulnerabilidade para zonas de apoio ou oposição regional;
- Manutenção da vulnerabilidade regional - municípios sem significância estatística de Moran local em 2002 e que permaneceram assim em 2006.

Tabela 3 - Dinâmica das Bases Geoeleitorais de Lula

Dinâmica das Bases GeoEleitorais	Municípios	(%) Municípios	Pop. 2006	(%) Pop. 2006
Coesão Regional e Manutenção	472	8,5	29.182.872	15,8
Coesão Regional e Alteração	317	5,7	7.292.620	4,0
Dissolução da Coesão Regional	811	14,6	38.817.321	21,1
Construção da Coesão Regional	2.210	39,7	53.975.577	29,3
Manutenção da Vulnerabilidade Regional	1.754	31,5	54.915.874	29,8
	5.564	100,0	184.184.264	100,0

Fontes: TSE, IBGE, processamento dos autores.

Segundo esta avaliação, 14,2 % dos municípios ou cerca de um quinto da população em 2006 (19,8%) manteve uma situação de coesão regional. Destes, a maioria se manteve fiel à decisão tomada em 2002, seja de apoio ou de oposição. Outros 21,15% da população, em 14,6% dos municípios, romperam com a coesão regional. Um número significativo de municípios (39,7%), com 29,3% da população, construiu novas zonas de coesão de apoio ou de oposição. Onde concluímos:

- Houve um reordenamento e uma regionalização significativa do apoio eleitoral em grandes proporções territoriais. Estas proporções dificilmente seriam alcançadas em quatro anos sem a ajuda de um fator socioeconômico diferenciado regionalmente. Este movimento talvez não tenha sido forte o suficiente para, sozinho, decidir a eleição de 2006, ou para dissolver as bases geoeleitorais de Lula em 2002.
- No norte e nordeste, onde foram construídas novas zonas de coesão, o movimento não conseguiu arrematar as bases de oposição de 2002, que passaram para a situação de vulnerabilidade, mas manteve as que já tinha em 2002 e conquistou grande parte das vulneráveis. Esta nova coesão regional é, provavelmente, decorrente da implementação dos programas sociais de transferência de renda, em especial o Bolsa Família.
- Na região centro-sul, houve um movimento de desconstrução de bases fortes de 2002, que não necessariamente retiraram o apoio a Lula, mas perderam a coesão regional em torno dele, passando para uma situação

de vulnerabilidade. Houve também a construção de extensas (territorialmente) regiões de oposição nos municípios que eram vulneráveis em 2002. Há necessidade de caracterização socioeconômica destes municípios.

### **Caracterização das bases geoeleitorais**

Num país como o Brasil, as dimensões territoriais e as diversidades socioeconômicas e culturais são determinantes para a análise. São aproximadamente 8,5 milhões de km<sup>2</sup>, uma população de 183.987.291 habitantes, segundo a mais recente contagem da população (IBGE, 2007) e um mosaico de 5.564 municípios. A maior parte da população vive nas aglomerações urbanas e a divisão territorial brasileira reflete um quadro complexo e fragmentado. Para caracterização do eleitorado de Lula, trazemos a proposta de tipologia das cidades brasileiras (PPGEO-UFPE e FASE, 2005), estudo realizado a pedido do Ministério das Cidades, que procurou integrar em uma única classificação espaços urbanos e rurais e evidenciar a diversidade das relações existentes entre cidades e territórios. Foram classificados 19 tipos que caracterizam as aglomerações urbanas, os centros urbanos e as pequenas cidades de acordo com sua situação socioeconômica e a do espaço rural em que se localizam. Para a análise eleitoral, agregamos em 6 categorias<sup>7</sup> os 19 tipos originais (relacionados entre parênteses) conforme a seguir:

- 1) Grande Urbano (Centro-Sul):** espaços urbanos aglomerados e centros regionais do centro-sul (tipos 1 e 3);
- 2) Grande Urbano (Norte e Nordeste):** espaços urbanos aglomerados e centros regionais do norte e nordeste (tipos 2 e 4);
- 3) Médio Urbano em Rural Próspero:** centros urbanos em espaços rurais prósperos (tipos 5 e 6) ou que vêm enriquecendo, predominantemente no centro-sul (tipo 9);
- 4) Médio Urbano em Rural Misto:** centros urbanos em espaços rurais consolidados (tipos 7 e 8), em espaços rurais que vêm enriquecendo na fronteira agrícola, com alta desigualdade (tipo 10), em espaços rurais no sertão nordestino e da Amazônia (tipo 11), em espaços rurais pobres com alta densidade populacional perto dos grandes centros (tipo 12) e em espaços rurais pobres e relativamente isolados (tipo 13);

---

<sup>7</sup> A agregação não define uma nova tipologia, pois é a classificação nos 19 tipos originais (PPGEO-UFPE e FASE, 2005) que captura a diversidade das relações existentes entre cidades e territórios.

**5) Pequeno Urbano em Rural Próspero:** pequenas cidades em espaços rurais prósperos (tipo 14 e 15);

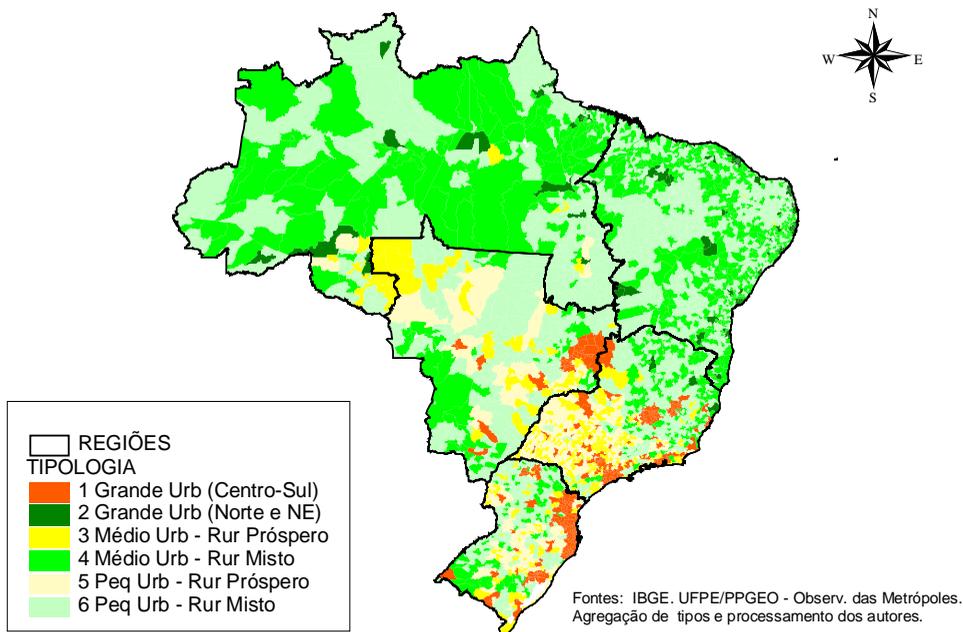
**6) Pequeno Urbano em Rural Misto:** pequenas cidades em espaços rurais consolidados ou de pouca densidade econômica (tipo 16 a 19).

Apresentamos em cores diferenciadas as seis categorias de municípios (Mapa 3). Os tons de vermelho e amarelo diferenciam espaços rurais prósperos de espaços rurais mistos (verde). As gradações de cada tom diferenciam o tamanho dos centros urbanos.

As categorias mais prósperas (1, 3 e 5) apresentaram médias mais altas dos rendimentos domiciliares médios mensais *per capita* e dos IDHM 2000 em relação ao conjunto menos próspero de municípios, como pode ser observado na Tabela 4. O mapeamento da tipologia representa espacialmente a grande clivagem socioeconômica dos municípios brasileiros que, na metodologia tradicional, os analistas procuram capturar através de *dummies* regionais incluídas nos modelos de regressão.

### Mapa 3 - Tipologia das Cidades Brasileiras adaptada para 6 categorias

Regiões Geográficas e Tipologia de Municípios Brasileiros



**Tabela 4 - Número de municípios e população estimada (2006), média do rendimento mensal domiciliar *per capita* (2000) e do IDHM (2000), por tipo agregado da Tipologia das Cidades Brasileiras**

Tipologia	Municípios 2006	Pop. estim 2006	Rendapc 2000 média *	Idhm 2000 média *
1 Grande Urbano (Centro-Sul)	460 (8,3%)	78.265.935 (42,5%)	287,74	0,782
2 Grande Urbano (Norte e Nordeste)	121 (2,2%)	28.178.845 (15,3%)	165,55	0,705
3 Médio Urbano (Rural Próspero)	323 (5,8%)	13.896.097 (7,5%)	295,48	0,786
4 Médio Urbano (Rural Misto)	806 (14,5%)	31.185.322 (16,9%)	133,49	0,664
5 Pequeno Urbano (Rural Próspero)	996 (17,9%)	7.291.523 (4,0%)	243,26	0,772
6 Pequeno Urbano (Rural Misto)	2 858 (51,4%)	25.366.542 (13,8%)	125,06	0,662
	5.564	184.184.264		

\* Média destes indicadores nos municípios da categoria.

**Fontes:** PPGEU/UFPE – FASE, TSE, processamento dos autores.

Na Tabela 5, apresentamos a média da proporção de votos de Lula segundo os seis tipos. Em 2002, sua melhor performance foi nos grandes municípios urbanos, tanto no centro-sul, quanto no norte e nordeste (tipos 1 e 2), seguida pelos centros urbanos médios e pelas pequenas cidades situadas em espaços rurais mais prósperos. Em 2006, a situação se inverte: a média sobe muito nos grandes centros urbanos do norte e nordeste (tipo 2) e nos municípios de cidades médias e pequenas, situadas em espaços rurais consolidados, estagnados ou mais pobres (tipos 4 e 6).

**Tabela 5 - Votos de Lula no 2º turno das eleições presidenciais 2006 e 2002, e a diferença, por tipo agregado da Tipologia das Cidades Brasileiras (%)**

Tipologia	Lula 2006 (%)	Lula 2002 (%)	Diferença
1 Grande Urbano (Centro-Sul)	38,4	44,2	-5,8
2 Grande Urbano (Norte e Nordeste)	57,3	41,4	15,9
3 Médio Urbano - Rural Próspero	33,1	39,8	-6,7
4 Médio Urbano - Rural Misto	55,2	34,8	20,4
5 Pequeno Urbano - Rural Próspero	33,9	39,7	-5,8
6 Pequeno Urbano - Rural Misto	51,0	33,6	17,4

**Fontes:** PPGEU/UFPE – FASE, TSE, processamento dos autores.

A votação de Lula mudou para uma maior diferenciação espacial. O desvio padrão ajuda a dimensionar esta diferenciação: em 2002 era 4,02 e em 2006 aumentou para 10,95; o mínimo e o máximo em 2002 eram 33,6 e 44,2, e, respectivamente, em 2006, passaram a 33,1 e 57,3. Donde concluímos:

- Há tendências bem diferenciadas na concentração sócio-geográfica dos votos. Em 2002, a votação alta se concentrava nos centros urbanos de grande e médio portes localizados em espaços rurais prósperos; e, em 2006, em cidades de médio e pequeno portes situadas em ambiente rural misto, estagnados, pobres ou que apresentam crescimento com alta desigualdade social.
- Há que se dimensionar, entretanto, se estas mudanças são tendências nacionais, refletindo uma mudança estrutural do eleitorado de Lula, ou regionais, provavelmente decorrentes dos programas sociais.

### **O Bolsa Família e a nova coesão regional**

Uma avaliação segundo a teoria dos interesses, baseada no desempenho do candidato em seu mandato anterior, postularia que o efeito direto do programa sobre o comportamento eleitoral seria positivo entre os beneficiários do Bolsa Família. Segundo o contextualismo, seria também entre aqueles que se beneficiam indiretamente do Programa devido à contribuição deste à economia local, e para aqueles que tendem a acatar a opinião da maioria.

O Bolsa-Família<sup>8</sup> distribuiu recursos regionalmente diferenciados. As regiões nordeste e sudeste foram as mais contempladas em 2006, em recursos e em número de famílias (Tabela 6). O sudeste fica em segundo lugar por ser a região mais populosa do país.

---

<sup>8</sup> As informações oficiais do programa estão disponíveis em: <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Programa Bolsa Família. Em quatro anos, de 2003 a 2006, os investimentos passaram de R\$570 milhões para R\$7,5 bilhões, num total acumulado de R\$17,6 bilhões. Iniciou com 3,6 milhões de famílias em 2003 e chegou a aproximadamente 11 milhões em 2006 (NICOLAU e PEIXOTO, 2007a).

**Tabela 6 - Benefícios transferidos, famílias atendidas, e média mensal de benefício por família do BF, 2006**

Região	Benefícios (bilhões R\$)	Benefícios (%)	Famílias (mil)	Famílias (%)	Benef/Fam mensal (R\$)
N	0,73	9,8	1 024	9,3	59,75
NE	3,94	52,5	5 443	49,6	60,45
SE	1,82	24,2	2 876	26,2	52,68
S	0,67	8,9	1 027	9,4	54,59
CO	0,35	4,7	597	5,4	49,16
<b>Total Brasil</b>	<b>7,53</b>	<b>100,0</b>	<b>10 966</b>	<b>100,0</b>	<b>57,18</b>

Fonte: MDS, Nicolau e Peixoto (2007a; 2007b; 2007c), TSE. Processamento dos autores.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2006<sup>9</sup> investigou a cobertura dos programas sociais e registrou os índices mais altos no nordeste e os mais baixos no sudeste. Segundo a PNAD, as transferências, no geral, atingiram os grupos familiares com rendimentos mais baixos. A pesquisa estimou em R\$ 601,00 o rendimento médio mensal domiciliar *per capita* em 2006, sendo R\$ 172,00 para os domicílios em que havia recebimento de benefícios, e R\$ 699,00 para os que não havia. Este comportamento foi similar também nos estados.

Soares, Veras e Ribas<sup>10</sup> comparam o Bolsa Família em 2004 e 2006 no que tange à focalização e cobertura, utilizando dados da PNAD, e constatam que o BF é “um programa com focalização excelente que, com relativamente pouco orçamento, consegue ter efeitos significativos sobre a desigualdade de renda no país” (SOARES, VERAS e RIBAS, 2008, no prelo). Concluem, entretanto, que a análise da PNAD revelou uma subcobertura estimada em aproximadamente 3 milhões de famílias. Calculam que, para elevar o teto de 11 milhões para 14 milhões de família e atingir a meta de segurança alimentar do Fome Zero (programa social mais amplo no qual o Bolsa Família se insere), o custo fiscal passaria de 0,35% para 0,45% do PIB, ou de 0,9% para 1,2% do gasto público.

As informações sobre a focalização e a subcobertura são relevantes para análise da influência do BF na votação de Lula. Entretanto, seria necessário um esforço extra para tentar isolar subconjuntos da população municipal e inferir efeitos diferenciados do BF sobre suas escolhas eleitorais. Vamos nos ater, por ora,

---

<sup>9</sup> IBGE. PNAD 2006. A Pesquisa investigou o recebimento de dinheiro de programas sociais governamentais das esferas federal, estadual e municipal, e direcionou perguntas para o Programa Bolsa-Família, o Benefício Assistencial de Prestação Continuada e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

<sup>10</sup> Ver também Soares et al (2006).

à identificação de concentrações geográficas significativas de municípios onde a contribuição do BF à economia local é mais alta do que nos demais. Investigaremos se estas regiões guardam alguma similaridade com as regiões onde a votação de Lula aumentou substancialmente.

Utilizamos as estimativas estaduais de rendimento médio mensal domiciliar per capita da PNAD para projetar valores de rendimento domiciliar dos municípios em 2006, uma vez que os disponíveis referem-se a 2000. Ajustamos o valor municipal pelo respectivo aumento estadual ocorrido entre 2000 e 2006 (Censo 2000 e PNAD 2006). Calculamos o percentual da contribuição mensal *per capita* do BF sobre esta renda domiciliar municipal estimada, ambos referidos a 2006<sup>11</sup>. O percentual da contribuição foi bem superior nas regiões nordeste e norte (Tabela 7): aproximadamente 6,1 % na primeira e cerca de 3,1% na segunda.

**Tabela 7 - Número de municípios, percentual da contribuição do BF sobre a renda domiciliar *per capita* atualizada para 2006, e percentual de pobres segundo o Censo 2000, por região geográfica**

Região	Número de Municípios	BF/Renda 2006 (%)	Pobres 2000 (%)
N	449	3,1	61,3
NE	1793	6,1	69,8
SE	1668	1,5	32,7
S	1188	0,9	28,4

**Fontes:** IBGE, MDS, Nicolau e Peixoto (2007b).  
Processamento dos autores.

A análise sobre a tipologia das cidades brasileiras confirma que a contribuição do Bolsa Família aos rendimentos médios locais é bem diferenciada (Tabela 8). O fator BF sobre a renda é bem maior nas categorias de municípios mais pobres, inclusive nos grandes centros urbanos do norte e do nordeste, ou seja, o fator regional vem antes do tamanho da população.

<sup>11</sup> Uma correção melhor da renda municipal seria possível separando municípios das regiões metropolitanas e municípios auto-representativos do interior dos demais municípios do estado. A PNAD faz uma expansão amostral diferenciada do estado apenas para um número pequeno de municípios (nove regiões metropolitanas). Nestes casos, a tendência é que o aumento do rendimento domiciliar no período tenha sido maior do que a média estadual, e a influência do BF seja um pouco menor do que a calculada. Optamos por manter a estimativa pela média estadual considerando que seja suficiente para capturar a intensidade do fenômeno nas análises de regressão.

**Tabela 8 - Percentuais de municípios, população estimada 2006, contribuição do BF sobre a renda domiciliar *per capita* atualizada para 2006, e pobres segundo o Censo 2000, por tipo de município**

Tipologia	Municípios (%)	Pop Estim 2006 (%)	(%)BF/Renda 2006	(%)Pobres 2000
Grande Urbano (Centro-Sul)	8,3	42,5	0,7	22,8
Grande Urbano (Norte e Nordeste)	2,2	15,3	2,2	50,0
Médio Urbano - Rural Próspero	5,8	7,5	0,5	21,1
Médio Urbano - Rural Misto	14,5	16,9	3,8	58,1
Pequeno Urbano - Rural Próspero	17,9	4,0	0,7	24,4
Pequeno Urbano - Rural Misto	51,4	13,8	4,1	57,1

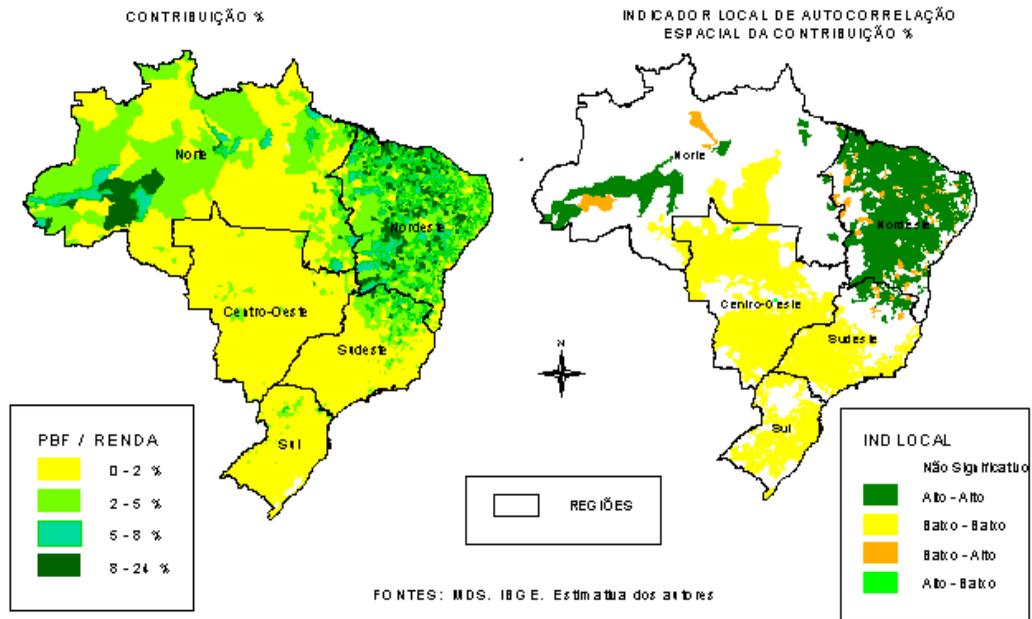
Processamento dos autores.

**Fontes:** IBGE, MDS, Nicolau e Peixoto (2007b), PPGE0/UFPE – FASE, (Bitoun, 2008).

A auto-correlação espacial da participação do BF na renda é elevada. O índice global de Moran foi calculado em  $I = 0,7487$  (significativo a 0,0001, com média  $-0,0003$  e desvio padrão 0,0079). O indicador Moran Local revelou que as contribuições mais altas (categoria alto – alto) se concentram no nordeste e no norte (parcial), e as mais baixas (categoria baixo – baixo) nas regiões centro-oeste, sul e sudeste (parcial), conforme o Mapa 4.

**Mapa 4 - Distribuição espacial e Moran Local do percentual de contribuição do BF sobre a renda domiciliar per capita 2006**

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA 2006: ESTIMATIVA DO % DE CONTRIBUIÇÃO NA RENDA MÉDIA DOMICILIAR MENSAL DOS MUNICÍPIOS



A média de indicadores municipais para o ano 2000, como esperança de vida ao nascer, taxa de analfabetismo e percentual de pobres confirma, como esperado, que a participação do BF no rendimento domiciliar é inversamente proporcional ao desenvolvimento social dos municípios (Tabela 9).

**Tabela 9 - Número de municípios, população estimada (2006), média da renda domiciliar *per capita* municipal (2006), e média de indicadores por município (2000)**

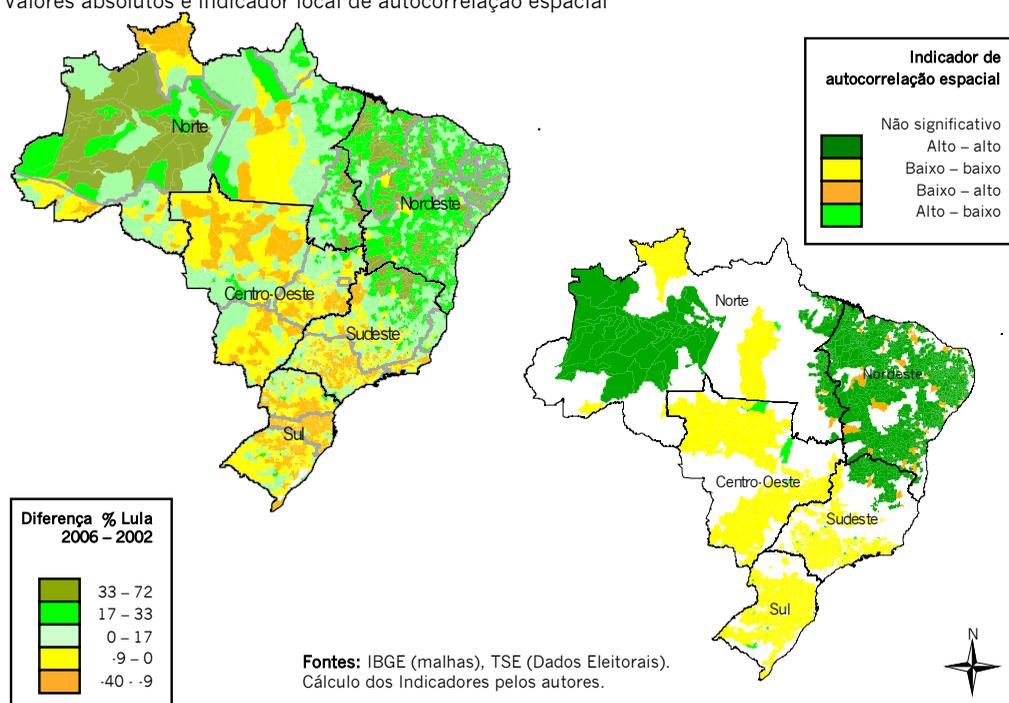
Agrupamentos	Municípios	População	Renda pc	EVidaNasc	TxAanf	% Pobres
Alto - Alto	1246	17460	144	63	37	73
Baixo - Baixo	2103	48323	424	72	11	24
Baixo - Alto	68	98175	284	65	25	54
Alto - Baixo	4	4930	215	69	21	51
Insignificante	2143	5250	244	67	23	53

Fontes: IBGE, Nicolau e Peixoto (2007b). Processamento dos autores.

Comparamos as estatísticas do BF às diferenças, por município, nos percentuais da votação de Lula em 2006 e 2002. A clivagem regional da diferença de votos fica mais clara nos mapas a seguir.

**Mapa 5 - Indicador Moran Local da diferença no percentual de votos de Lula por município no 2º turno de 2002 e 2006**

Diferença entre o % de votos recebidos por Lula nos municípios em 2006 e em 2002:  
Valores absolutos e indicador local de autocorrelação espacial



O indicador Moran I das diferenças também é alto:  $I = 0,7820$  (significativo a 0,0001, com média  $-0,0002$  e desvio padrão 0,0080). O mapeamento de Moran Local (Mapa 5 da direita) mostra que as maiores diferenças positivas concentraram-se na região nordeste e no estado do Amazonas, e as negativas no centro-sul. Há muita semelhança na concentração espacial dos Mapas 4 (BF/renda) e 5 (diferença na votação 2006 e 2002). Conforme havíamos sugerido anteriormente, a participação do Bolsa Família na economia local deve ter sido o fator decisivo para a nova coesão regional. Segundo essa lógica, dimensionamos este efeito sobre as diferenças dos votos e não sobre o total.

## Inferências

Nesta seção, testamos as principais conclusões da análise geográfico-quantitativa utilizando modelos de regressão. Propomos dois modelos: um sobre a diferença entre a votação de 2006 e 2002 e outro sobre a votação de Lula em 2006. Como as análises espaciais revelaram a presença de auto-correlação espacial nos dados, premissa para a inclusão de controle espacial na regressão, apresentamos os resultados da regressão clássica e da regressão espacial de cada modelo para comparação do ajustamento. Antes, porém, revisamos alguns pressupostos da econometria espacial<sup>12</sup>.

Havendo auto-correlação espacial, os modelos de regressão devem incorporar esta estrutura, pois a dependência entre as observações altera seu poder explicativo. Câmara et al alertam que nestes casos “a significância dos parâmetros é usualmente superestimada, e a existência de variações em larga escala pode até mesmo induzir a presença de associações espúrias” (CÂMARA et al, 2002, p. 29). A hipótese-padrão de observações não correlacionadas pode estar sendo violada, e a auto-correlação espacial presente nos dados se manifesta nos resíduos.

Há vários tipos de regressão que permitem incorporar efeitos espaciais. Tratemos dos modelos com efeitos espaciais globais. Essa classe de modelos supõe que o processo espacial subjacente aos dados é estacionário, e que é possível capturar a estrutura de correlação espacial num único parâmetro. A captura pode atribuir a auto-correlação espacial à variável dependente, ou considerar que os efeitos espaciais são um “ruído” associado ao termo de erro. O modo da captura define duas abordagens.

A primeira abordagem é denominada modelo espacial auto-regressivo misto (*spatial autoregressive - SAR*) ou modelo de deslocamento espacial (*spatial lag model*). É mais apropriada quando o padrão espacial é uma função das observações de vizinhança (CHO e RUDOLPH, 2008, p.13) e é formalmente expressa como:

$$Y = \rho WY + X\beta + \varepsilon,$$

onde  $W$  é a matriz de vizinhança ou proximidade espacial, e o produto  $WY$  expressa a dependência espacial em  $Y$ , e  $\rho$  é o coeficiente espacial auto-regressivo. A hipótese nula para a não existência de auto-correlação é que  $\rho = 0$ .

A segunda abordagem, denominada de erro espacial (*spatial error model*) ou de modelo condicional auto-regressivo (*conditional autoregressive - CAR*) é, segundo Cho e Rudolph, mais apropriada a padrões espaciais resultantes de covariatas não mensuradas. O modelo pode ser expresso da seguinte maneira:

$$Y = X\beta + \varepsilon, \quad \varepsilon = \lambda W + \xi,$$

---

<sup>12</sup> Cf Anselin, 1999; Bailey e Gatrell, 1995; Câmara et al, 2002; Cho e Rudolph, 2008; Kim et al, 2003; LeSage, 1999; O'Loughlin, 2003.

onde  $\lambda W$  é a componente do erro com efeitos espaciais,  $\lambda$  é o coeficiente autoregressivo e  $\xi$  é a componente do erro com variância constante e não correlacionada. A hipótese nula para a não existência de auto-correlação é  $\lambda = 0$ , ou seja, o termo de erro não é espacialmente correlacionado.

Há diagnósticos que podem ser usados para determinar se os dados seguem mais uma ou outra especificação. Anselin recomenda que se inicie a decisão considerando as estatísticas do teste padrão do multiplicador de Lagrange (ML) de cada modelo: ML-Erro (*LM-Error*) e ML-Deslocamento (*LM-Lag*) (ANSELIN, 2005, p.197). Caso nenhum dos dois rejeite a hipótese nula deve-se permanecer com os resultados da Regressão OLS clássica. Se um dos testes rejeita e outro não, então se deve adotar a Regressão OLS espacial que rejeita a hipótese nula. Quando ambos rejeitam a hipótese nula, deve-se avaliar as formas robustas dos testes do multiplicador de Lagrange de ambos os modelos, escolhendo o mais significativo, ou seja, o maior valor do ML.

Os estimadores e os diagnósticos tradicionais da regressão não consideram os efeitos espaciais. Assim, os modelos de análise deixam de ser comparáveis pelas medidas tradicionais como as que se baseiam no  $R^2$ . Câmara et al seguem a literatura e recomendam comparação dos resultados pelo menor valor do critério de informação de Akaike:

*“Usualmente a comparação de modelos é feita utilizando o logaritmo da máxima verossimilhança que possui melhor ajuste para os dados observados. O critério de informação de Akaike (AIC) é expresso por:*

$$AIC = -2 * LIK + 2k,$$

*onde LIK é o log de verossimilhança maximizado e k é o número de coeficientes de regressão. Segundo este critério, o melhor modelo é o que possui menor valor de AIC. Diversos outros critérios de informação estão disponíveis, a maior parte dos quais são variações do AIC, com mudanças na forma de penalização de parâmetros ou observações”. (CÂMARA et al, 2002, p.35)*

Retornamos à discussão inicial na qual Carraro et al discordam dos resultados de Nicolau e Peixoto em dois pontos: os efeitos espaciais foram tratados com *dummies* regionais na regressão, sendo que é recomendado um tratamento econométrico espacial, e a variável referente ao BF levou em conta toda a população do município, e não apenas a população alvo do Programa.

Concordamos, por pressuposto conceitual, com a decisão de Nicolau e Peixoto de levar em conta toda a população do município. Fizemos uma regressão espacial sobre as mesmas variáveis do modelo dos autores (Tabela 10)<sup>13</sup> e constatamos que os coeficientes diminuem no modelo espacial, mas a relação entre eles permanece: o efeito (negativo) da renda domiciliar *per capita* continua maior do que o efeito (positivo) dos benefícios do PBF 2003-2006 por habitante. Há, como se previa, um redimensionamento das *dummies* regionais: a correlação aumenta para os municípios do nordeste e diminui para os do norte e do sudeste. O modelo de erro espacial foi escolhido porque apresentou o maior valor do multiplicador de Lagrange (LM). Comparando o critério de informação de Akaike (quanto menor melhor), o ajustamento aos dados observados melhora no modelo de erro espacial. Em suma, a regressão espacial ajusta melhor o modelo aos dados, mas não contradiz as conclusões substanciais dos autores.

Tabela 10 - Modelo 1. Regressão Espacial do Modelo de Nicolau e Peixoto

	Clássica	Erro Espacial
Constante	53.74	51.97
Renda domiciliar mensal <i>per capita</i> , 2000	- 0.05	- 0.03
Benef. PBF 2003-2006 por hab 2006	0.03	0.01
Norte (Dummy)	10.7	12.0
Nordeste (Dummy)	15.0	18.7
Sudeste (Dummy)	8.9	7.6
Centro-Oeste (Dummy) *	1.5	- 0.5
LM (deslocamento)	4390.44	
LM (erro espacial)	4539.23	
R2	0.58	
Akaike	41508.6	38140.5
* Não significativa (Centro-Oeste)		

Processamento dos autores.

Fontes: MDS, IBGE, Nicolau e Peixoto (2007a; 2007b; 2007c), TSE.

<sup>13</sup> Utilizamos a mesma base de dados de Nicolau e Peixoto (2007a; 2007b; 2007c) para a replicação do modelo de regressão, o que viabilizou a comparação metodológica.

Carraro et al optam por calcular o BF a partir de uma subpopulação do município, os pobres. Esse procedimento exclui a consideração dos efeitos indiretos que o BF exerce sobre a população do município, e gera uma dificuldade metodológica em relação à variável dependente, que se refere aos eleitores do município e não aos eleitores pobres nem aos eleitores indigentes. A pergunta requer considerar até que ponto variáveis baseadas em subconjuntos dos eleitores devem ser usadas para explicar variáveis baseadas no total dos eleitores. Em um modelo de respostas estritamente individuais (excluindo interação e influência entre indivíduos), a variável dependente também deveria ser alterada - a percentagem dos votos dados a Lula pelos pobres e pelos indigentes. Esses dados não existem, e se existissem, a questão colocada seria reduzida à influência do BF sobre o comportamento eleitoral da população pobre. Essas restrições colidem com a conclusão de Carraro et al de que “esses resultados fazem com que o impacto positivo do Bolsa Família, com os devidos controles, não seja tão espetacular e confiável estatisticamente quanto poderia parecer numa primeira análise” (CARRARO et al, 2007).

Os modelos que propomos derivam da análise geográfico-quantitativa, que indicou um impacto diferenciado do BF sobre a economia domiciliar local sugerindo uma forte relação com a mudança nas bases geoeleitorais de Lula de 2002 para 2006. No modelo 2 (Tabela 11), investigamos como as variáveis renda domiciliar e BF/renda domiciliar, ambas estimadas para 2006, se comportam simultaneamente sobre as diferenças nos percentuais de votos recebidos por Lula nos segundos turnos de 2006 e de 2002.

**Tabela 11 – Modelo 2. Regressão sobre a diferença no percentual de votos válidos 2006 – 2002 (2º turno)**

	Clássica	Deslocam. Espacial
Constante	12,94	6.42
Renda domiciliar mensal <i>per capita</i> , 2006	-0,04	- 0,02
% Benf Bolsa Família / Renda 2006	2,79	0,97
LM (lag)	3069,59	
LM (error)	2884,91	
R2	0,62	
Akaike	42539,9	39611,0

Processamento dos autores.

Fontes: IBGE, MDS, Nicolau e Peixoto (2007b), TSE.

O sentido da correlação mantém-se nas duas regressões: a votação de Lula tende a aumentar com o aumento do BF/renda no município, e a diminuir com o rendimento domiciliar médio. A regressão clássica, entretanto, superdimensiona o efeito do BF/renda: o coeficiente do rendimento domiciliar equivale a 1,4% do coeficiente do BF/renda; enquanto na regressão espacial equivale a 2%. O teste do multiplicador de Lagrange (LM) indicou a regressão de deslocamento espacial como a mais adequada. A informação de Akaike mostra que o ajustamento melhora na regressão espacial. A variável BF/renda domiciliar tem muito mais peso do que a renda domiciliar *per capita*. Se fosse possível manter constante o efeito da renda domiciliar, cada 1% de acréscimo do BF/renda significaria, em média, 1% de incremento sobre a diferença nos percentuais de votos de Lula no município. Mas e sobre a votação de Lula em 2006, continuaria a ser um determinante?

O modelo 3 encerra a investigação avaliando o comportamento simultâneo das variáveis BF/renda domiciliar 2006, renda média domiciliar 2006, taxa de urbanização 2000 e a votação de Lula no município em 2002 (% sobre os votos válidos).

Na análise geográfico-quantitativa, procuramos inferir o comportamento do eleitor urbano na votação de Lula usando a classificação dos centros urbanos dada pela tipologia das cidades brasileiras. As médias de votos em Lula baixaram com o tamanho dos centros urbanos, independente da prosperidade dos espaços rurais, ou seja, aparentemente Lula manteve sua tradição de ser mais votado pelo eleitorado urbano, principalmente o das grandes metrópoles (Tabela 5). Nesta regressão, investigamos a tendência do eleitorado urbano utilizando a taxa de urbanização dos municípios (população que reside nos quadros urbanos - cidades e vilas - municipais).

Analisamos, sob vários aspectos, a inversão geográfica das bases geoeleitorais, mas será que, ao nível nacional, Lula perdeu o apoio dos que o elegeram em 2002? A votação de Lula em 2002 foi incluída na regressão para estimar este efeito. Ainda que a regressão seja espacialmente controlada, inserimos *dummies* para explicitar o efeito regional relativo. O uso de regressões espaciais não invalida o artifício das *dummies*; o que não se recomenda é o controle dos efeitos espaciais exclusivamente pela inclusão de *dummies* nas regressões lineares. Neste caso específico as duas situações podem ser facilmente confundidas por que a regionalização criada pelo BF é territorialmente muito próxima dos limites das regiões geográficas tradicionais.

O efeito do BF/renda 2006 continua sendo o fator mais forte e, junto com as *dummies* nordeste e norte, confirma que o BF influenciou regionalmente sobre a votação de Lula (Tabela 12). As bases eleitorais de 2002 continuam apoiando Lula, pois o coeficiente relativo à variável percentual de votos em 2002 é o segundo fator mais forte. Ainda existe uma associação positiva com a urbanização dos municípios. A

votação decresce com o incremento na renda domiciliar, mas é uma relação menos intensa do que as anteriores.

**Tabela 12 – Modelo 3. Regressão sobre o percentual de votos válidos em Lula, 2º turno, 2006**

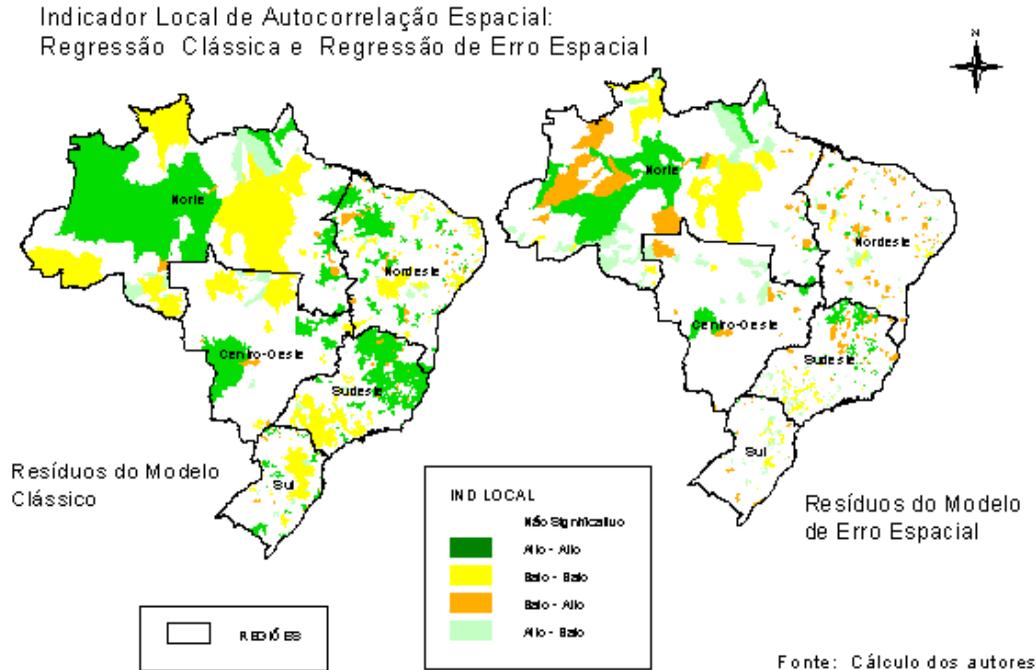
	Clássica	Erro Espacial
Constante	30,08	33,27
Renda domiciliar mensal <i>per capita</i> , 2006	-0,04	-0,02
Bolsa Família / Renda 2006	1,63	0,81
Taxa de Urbanização, 2000	0,06	0,04
% Votos Validos Lula, 2º T - 2002	0,47	0,37
Norte (Dummy)	9,82	11,33
Nordeste (Dummy)	12,69	17,13
Sudeste (Dummy)	6,07	6,01
Centro-Oeste (Dummy) *	0,1	-0,79
LM (lag)	3322,46	
LM (error)	3530,93	
R2	0,70	
Akaike	39655,8	36824,5
* Não significativa (Centro-Oeste)		

Processamento dos autores.

Fontes: IBGE, MDS, Nicolau e Peixoto (2007b), TSE.

A qualidade do ajuste da regressão pode ser analisada pelo mapeamento dos resíduos: uma alta concentração de resíduos positivos, ou negativos, numa região do mapa é sinal de que as estimativas do modelo distanciaram-se mais das observações devido à presença de auto-correlação espacial. Moran Global e Local indicam se o modelo é ou não capaz de assimilar diferenças regionais sistemáticas nas relações ou tendências espaciais contínuas. Analisamos os resíduos das duas regressões do modelo 3. Moran I revelou uma alta concentração espacial nos resíduos da regressão clássica ( $I = 0,4757$ ). O valor próximo de zero ( $I = -0,504$ ) comprovou que os efeitos espaciais constantes dos resíduos foram praticamente eliminados na regressão de erro espacial. O mapeamento dos valores de Moran Local dos resíduos das duas regressões (Mapa 6) mostra como a hipótese padrão de observações não correlacionadas pode ter sido violada na regressão clássica, já que a auto-correlação espacial presente nos dados se manifestou nos resíduos.

Mapa 6 - Indicador Moran Local dos resíduos do Modelo 3



## Conclusões

As análises de eleições e de reeleições não são iguais. Na reeleição, o voto pode ter vinculação com o desempenho anterior do candidato. Há elementos informativos e cognitivos disponíveis para uma avaliação baseada no desempenho. A expressão americana eleitoralmente consagrada, *running on the record*, refere-se exatamente a candidatos que enfatizam seu desempenho como critério para a avaliação dos eleitores. A eleição para governador do Distrito Federal, em 1998, ofereceu uma excelente oportunidade para isso, pois os dois principais candidatos eram o governador e um ex-governador e uma pesquisa de campo mostrou que as políticas públicas tiveram muito peso nas decisões (SOARES, 2000).

A eleição presidencial de 2006 ofereceu outra. A competição de um presidente e um ex-governador introduziu outra variável, que tem tradução espacial: *record* de um é nacional, mas o do ex-governador é estadual. No foco dos *records* estão os programas sociais de transferência direta de renda. Lula derrotou o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, no segundo turno, com praticamente o mesmo percentual de votos que o elegeu em 2002 (respectivamente 60,8% e 61,3%). As bases geoeleitorais, entretanto, mudaram significativamente.

Analisamos a geografia eleitoral da reeleição de Lula explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial. Mobilizamos a discussão teórico-conceitual da geografia eleitoral para a análise político-eleitoral. Testamos o potencial e confirmamos a contribuição que a análise geoespacial e a econometria espacial trazem ao estudo do comportamento eleitoral. Procuramos acrescentar ao que já se sabia sobre 2006 com relação à mudança das bases eleitorais de Lula entre 2002 e 2006, os conceitos de base geoeleitoral, coesão regional e vulnerabilidade regional.

Os resultados revelaram um novo padrão na distribuição espacial dos votos. Confirmaram que Lula ainda recebe o apoio de suas bases anteriores, mas indicaram que os blocos regionais de municípios de alta votação em 2002 perderam a coesão em 2006, tornando-se mais vulneráveis. Desfez-se a hegemonia de Lula em bases geoeleitorais tradicionalmente coesas, como os territórios metropolitanos mais populosos do sul e sudeste e a região de municípios do sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina.

As análises espaciais delimitaram, e as regressões dimensionaram, uma nova e extensa coesão regional ao redor de municípios menos populosos e mais pobres, cujas dimensões territoriais ultrapassam as fronteiras estaduais e regionais. Mostraram, entretanto, que o ganho foi maior em extensão territorial do que em tamanho do eleitorado. Confirmaram que a participação do Bolsa Família sobre a renda local foi um determinante deste novo contorno das bases geoeleitorais e o fator com maior peso na explicação da votação municipal.

Fica a pergunta: de que modo essa dinâmica se fará sentir na próxima eleição presidencial? Será o Bolsa Família capaz de garantir e até ampliar em 2010 a coesão regional de 2006? Até o momento sabemos que o esforço de 2006, cerca de 0,35% do PIB e 0,9% do gasto público, se reverteu em êxito eleitoral e expansão das bases geoeleitorais de Lula. Há que se considerar que diversos fatores interagem de maneira complexa nos resultados eleitorais, entretanto, nosso estudo aponta para a tendência de continuidade dos efeitos regionais de coesão de um pleito para outro, confirmando os pressupostos do contextualismo geográfico. Isto nos leva a crer que o Bolsa Família continuará relevante para a geografia eleitoral de 2010, inclusive com possibilidade de expansão da coesão regional estabelecida entre os municípios.

## Referências Bibliográficas

ANSELIN, L. *Spatial Econometrics*. Center for Spatially Integrated Social Science - CSSI working paper, 1999. Disponível em: <<http://www.csiss.org/aboutus/presentations/#anselin>>. Acesso em: 18 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. *Exploring Spatial Data with GeoDaTM: A Workbook*. CSSI, 2005. Disponível em: <<https://www.geoda.uiuc.edu/documentation/tutorials>>. Acesso em: 25 mar. 2007.

BAILEY, T. C.; GATRELL, A. C. *Interactive Spatial Data Analysis*. 1ª ed. England: Longman. 1995.

BITOUN, J. PPGEO/UFPE & FASE. *Tabela\_geral corrigida&revisada\_01\_03\_07.xls*. Recife, 2008. Excel for windows.

CÂMARA, G. et al. Análise espacial de áreas. In: FUCKS, S. D. et al. *Análise espacial de dados geográficos*. 1ª ed. São José dos Campos: INPE, 2002.

CARRARO, A. et al. *"It is the economy, companheiro!"*: uma análise empírica da reeleição de Lula com base em dados municipais. In: Encontro de Economia da Região Sul, 10, 2007, Porto Alegre-RS. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/face/ppge/anpecsul/5-07.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

CHO, W. K. T.; RUDOLPH, T. J. "Emanating Political Participation: Untagling the Spatial Structure Behind Participation". *British Journal of Political Science*, vol.38, nº2, Apr. 2008.

CSISS. *GeoDa*, 3.2.0 RC 1: *software* do tipo Geographic Information System. Center for Spatially Integrated Social Science 2005.

ESRI. *ArcView GIS*, 3.2 a: *software* do tipo Geographic Information System. Environmental Systems Research Institute, 2000.

ETHINGTON, P. J.; MCDANIEL, J. A. "Political Places and Institutional Spaces: The Intersection of Political Science and Political Geography". *Annual Review of Political Science*, vol.10, nº1, 2007.

HUNTER, W.; POWER, T. J. "Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006". *Latin American Politics & Society*, vol.49, nº1, Spring 2007.

IBGE. *Contagem da População 2007*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 25 mar. 2008.

KIM, J.; ELLIOT, E.; WANG, D. M. "A spatial analysis of county-level outcomes in US Presidential elections: 1988-2000". *Electoral Studies*, vol.22, nº4, Dec. 2003.

LESAGE, J. P. *The Theory and Practice of Spatial Econometrics*. Econometrics Toolbox: by James P. LeSage, 1999. Disponível em: <<http://www.spatial-econometrics.com/html/sbook.pdf>>. Acesso em: 05 Mai. 2007.

MARQUES, R. M. et al. *Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006*. In: Encontro Nacional de Economia Política, 12, 2007, São Paulo. Disponível em: CD Rom do XII Encontro Nacional de Economia Política.

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. "As Bases Municipais da Votação de Lula em 2006". In: REIS VELLOSO, J.P. (coord.). Quem elegeu Lula? *Cadernos do Fórum Nacional*, nº6. fev. 2007a.

\_\_\_\_\_. IUPERJ. *Dados 2006 Presidente Artigo 27. sav*. Rio de Janeiro, 2007b. SPSS for windows.

\_\_\_\_\_. *Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006*. In: Encontro Anual da ANPOCS, 31, 2007c, Caxambu-MG. Disponível em: <<http://jairnicolau.iuperj.br/artigos.html>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

O'LOUGHLIN, J. Spatial Analysis in Political Geography. In: AGNEW, J. et al. *A Companion to Political Geography*. 1ª ed. Oxford: Basil Blackwell, 2003.

PATTIE, C.; JOHNSTON, R. *Putting Voters in their Place: Geography and Elections in Great Britain*. 1ª ed. Norfolk, UK: Oxford, 2006.

PPGEO-UFPE; FASE. *Classificação (tipologia) das cidades brasileiras*. Observatório das Metrópoles, 2005. Disponível em: <<http://web.observatoriodasmetrolopes.net/>>. Acesso em: 17 mar. 2008.

SANTOS, W. G. "Grotões e coronéis vivem de estatística". *Valor Econômico*, São Paulo, 15 dez. 2006.

SMITH, M. J.; GOODCHILD, M. F.; LONGLEY, P. A. *Geospatial Analysis: a comprehensive guide to principles, techniques and software tools*. UK: Matador, 2007.

SOARES, F. V. et al. "Cash Transfer Programmes in Brazil: Impacts on Inequality and Poverty". UNDP International Poverty Centre , Working Paper 21, 2006.

SOARES, G. A. D. "Em Busca da Racionalidade Perdida". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.15, nº43, 2000.

\_\_\_\_\_. "A nova geografia do voto". *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 out. 2006.

SOARES, S.; VERAS, F.; RIBAS, R. *O Paradoxo do Bolsa Família: Excelente Focalização e Subcobertura*. IPEA. 2008. Texto para Discussão a ser publicado em:  
<<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>.

ZUCCO, C. *A governabilidade num segundo governo Lula*. In: Encontro da Associação de Ciência Política do Uruguay (AUCIP), 1, 2006, Montevideo. Disponível em:  
<<http://czucco.bol.ucla.edu/aucip.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

\_\_\_\_\_. The President's 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Elections. *Journal of Latin American Studies*, vol.40, nº1, p. 29-49, Feb. 2008.

ZUCKERMAN, A. S. (Ed.). *The Social Logic of Politics*. 1ª ed. USA: Temple University Press, 2005.

---

Gláucio Ary Dillon Soares - [soares.glaucio@gmail.com](mailto:soares.glaucio@gmail.com)

Sonia Luiza Terron - [sterron@iuperj.br](mailto:sterron@iuperj.br)

Recebido e aprovado para publicação em agosto de 2008.

# *A Evolução do Petismo*

## *(2002-2008)*

---

---

**David Samuels**

Department of Political Science  
University of Minnesota

---

---

**Resumo:** Com base no ESEB 2002 e no LAPOP 2007, o artigo analisa a evolução das bases do apoio de massa ao Partido dos Trabalhadores desde que Lula chegou ao poder em 2002. Historicamente, só o PT tem sido capaz de construir e manter uma ampla base de “identificados” com o partido entre os eleitores brasileiros. Mas, desde 2002, o PT tornou-se mais moderado e muito menos preocupado com os princípios ideológicos e partidários de seus anos iniciais e o artigo investiga o impacto da moderação da liderança do PT sobre os petistas. Os resultados sugerem que houve poucas mudanças nas bases do petismo: uma leve moderação e uma pequena mudança no perfil socioeconômico. Indicam também que o sentimento com relação à corrupção permanece sem importância como determinante do petismo.

**Palavras-chave:** Partido dos Trabalhadores; identificação partidária; ideologia política; pragmatismo.

**Abstract:** On the bases of ESEB 2002 and in LAPOP 2007, the article analyzes the evolution of the bases of the support of mass to the PT since Lula took office in 2002. Historically, only the PT has been able to build and maintain a fairly large base of partisan “identifiers” among Brazilian voters. But, since 2002, the PT became more moderate and far less concerned with ideology and with the principles the party laid out in its early years and the article investigates the impact of the moderation of the PT’s leadership on the “petistas”. The results suggest that it had few changes in the bases of “petismo”: a slight moderation and a small change in socioeconomic profile. They also indicate that the sentiment about corruption remains unimportant as a determinant of “petismo”.

**Keywords:** Partido dos Trabalhadores; partisan identification; political ideology; pragmatism.

Este artigo investiga a evolução das bases do apoio de massa ao Partido dos Trabalhadores desde que Lula chegou ao poder em 2002. Em artigo anterior, no qual explorei os dados do ESEB2002, sugeri que o petismo é um fenômeno associado à combinação de três fatores: os esforços intensos de recrutamento, as motivações dos indivíduos para obtenção de informação política e o engajamento dos indivíduos em redes sociais altamente politizadas (SAMUELS, 2006). A combinação das três condições parece necessária, pois, se, por um lado, outros partidos brasileiros desenvolveram atividades de recrutamento e, por outro, muitos brasileiros são motivados para obtenção de informação e/ou engajamento político, apenas o petismo apresenta as três dinâmicas combinadas. Assim, somente o PT tem sido capaz de construir e manter uma ampla base de “identificados” com o partido entre os eleitores brasileiros.

Entretanto, desde a eleição de Lula em 2002, estudiosos e observadores da política brasileira têm sugerido que o PT transformou-se de forma dramática: tornou-se mais moderado, muito mais acomodado à estratégia do “toma lá dá cá” da política brasileira e muito menos preocupado com os princípios ideológicos e partidários de seus anos iniciais (SAMUELS, 2008). Esta conclusão cabe, certamente, à liderança do PT - e esta transformação na cúpula não deveria causar surpresa aos que são familiarizados com a trajetória histórica da maioria dos partidos de esquerda - como mostram as discussões de Marx e Lasalle na Crítica ao Programa de Gotha - e especialmente com a transformação dos partidos de esquerda quando ascendem ao poder - como mostram as discussões de Michels com seu tutor Weber quanto à direção do mesmo partido debatido por Marx e Lasalle cinquenta anos antes.

Neste breve artigo, analiso o impacto da moderação da liderança do PT sobre os apoiadores do partido, os “petistas”. Em que medida o perfil do petista médio mudou desde que Lula assumiu a Presidência da República? Vamos considerar três hipóteses: a primeira, a da não moderação dos petistas, apesar de os líderes do partido terem se moderado; a segunda, a da moderação tanto dos líderes quanto dos petistas; e a terceira, de que embora possamos estar bastante certos de que os líderes do partido se moderaram, não podemos afirmar, de fato, o mesmo dos petistas, porque precisaríamos descartar a possibilidade de que o eleitorado brasileiro como um todo teria se moderado. Dadas as tendências globais, devemos considerar seriamente esta terceira possibilidade, tanto quanto as outras duas.

Conhecer a origem da mudança do eleitor é importante para compreender a evolução histórica do sistema político brasileiro. Se pudermos, por exemplo, isolar o timing da mudança na base de apoio do PT, podemos ter alguma compreensão sobre a origem da mudança nos quadros superiores dos partidos. Por exemplo, Hunter (2007) sugeriu que o PT foi “empurrado” em direção à moderação por

forças exógenas e por sua liderança, particularmente Lula e seu círculo mais próximo, na busca pela conquista da Presidência da República desde 1989. Este argumento não implica diretamente que os petistas devam ser menos ou mais moderados, mas sugere sim, indiretamente, uma distância ideológica substantiva e a perda de responsividade entre as bases e a liderança. Se Hunter e outros que enfocam Lula e as maquinações da cúpula estão corretos, então é possível que os apoiadores do partido não tenham se moderado, mas, sim, permanecido, de forma obstinada, motivados mais ideologicamente do que pragmaticamente. Neste cenário, Lula e sua equipe moveram-se para o centro, em parte porque quiseram, e em parte porque as bases partidárias eram *incapazes de impedi-los de fazê-lo*. Esse não seria um resultado incomum na política partidária, mas se o partido foi empurrado para o centro, tal como Hunter sugere, então talvez as bases petistas permaneçam elas próprias mais ideologicamente comprometidas.

Por outro lado, é possível que os apoiadores do partido compartilhem o desejo de moderação da liderança. Neste cenário, ninguém voluntariamente se empurraria para lugar algum, porque as bases petistas estariam já moderadas na época em que Lula foi eleito Presidente da República. A origem da moderação gradual reside no fato de que muitos da base provaram e gostaram do poder ao nível municipal ou estadual durante a década de 1990 e esta experiência imbuíu muitos petistas do conhecimento de governar e necessariamente impôs um grau de pragmatismo mesmo entre aqueles da ala esquerda do partido. Tenho expressado essa posição em vários trabalhos (SAMUELS, 2004). Esse argumento implica que o petista médio cresceu progressivamente mais moderado no tempo, mesmo antes de Lula chegar à Presidência do país. Lula pode ter querido mover-se para o centro, mas ele *sempre* foi moderado dentro do partido. Deste modo, Lula não mudou, foram as bases partidárias que mudaram. A questão é quando a maior parte desse processo ocorreu.

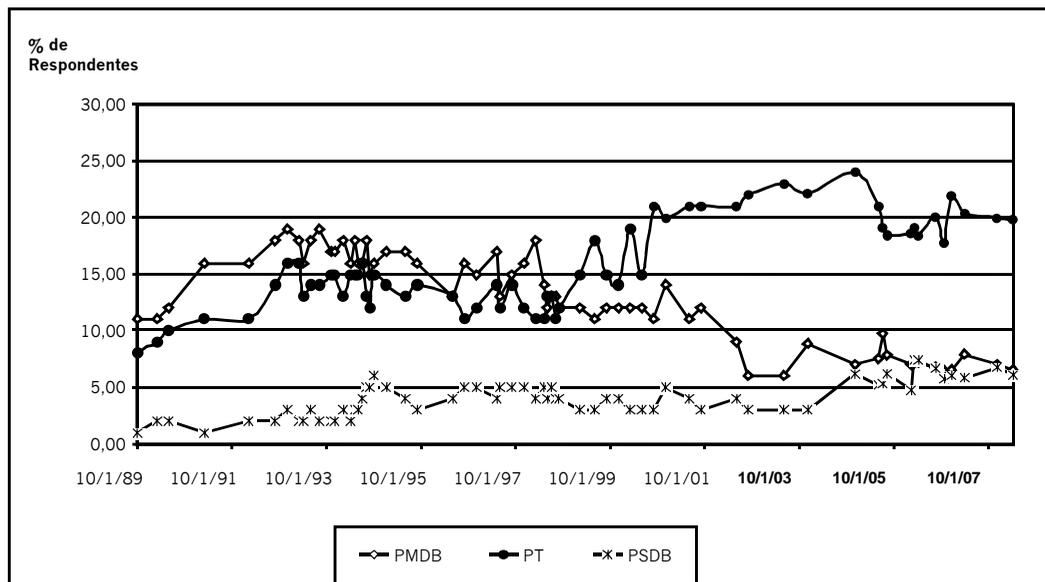
Como mencionamos, também precisamos considerar a terceira hipótese. Hunter e eu próprio descartamos a importância da *mudança societal* – ou seja, que as preferências de *todos* os eleitores brasileiros evoluem no tempo, empurrando o PT e os outros partidos brasileiros em direção ao centro do espectro político. Os eleitores brasileiros não parecem ter sido encantados pelo estilo nacionalista de Hugo Chavez; além disso, a ideologia, que nunca definiu realmente uma clivagem profunda na política brasileira, continua com um papel mínimo na diferenciação entre partidos na era contemporânea.

Neste artigo, abordo a evolução do eleitorado brasileiro como um todo. Enfoco a questão mais estreita sobre a origem da evolução potencial do apoio de massa petista e deixo a questão sociológica mais ampla para outro momento. Além disso, a questão mais estreita é tão importante quanto relevante à luz dos escândalos que ocorreram no primeiro governo Lula. Dados os contínuos esforços

do PT em apresentar-se como “diferente” dos demais partidos brasileiros, especialmente em termos de sua devoção aos princípios do *governo limpo*, os escândalos causaram muita especulação sobre o seu futuro.

Para começar, o Gráfico 1 apresenta o cenário da evolução da preferência partidária desde 1989, desagregado para os três maiores partidos brasileiros, com base em dados do Instituto Datafolha.

**Gráfico 1 – Evolução da Preferência Partidária no Brasil, 1989-2008**



Fonte: Datafolha, 1989; 1991; 1993; 1995; 1997; 1999; 2001; 2003; 2005; 2007.

O Gráfico 1 mostra três conjuntos de informação: primeiro, a perda pelo PMDB, de forma consistente no tempo, de seus apoiadores, com sua preferência caindo entre o eleitorado de 15% para 7%. Segundo, o PSDB, partido governante de 1995 a 2002, conseguiu atrair apenas entre 6% e 7% dos cidadãos brasileiros como seus fortes apoiadores. Terceiro, e o mais importantes para este artigo, a proporção de brasileiros que expressam preferência pelo PT cresceu de forma mais ou menos consistente de por volta de 5% em 1989 para perto de 20% em 2004. Entretanto, desde os escândalos de corrupção que colocaram uma nuvem negra sobre o PT e sobre a administração Lula em 2005, o partido perdeu seu momento de crescimento e apenas conseguiu manter um nível de preferência entre por volta de 20% do eleitorado, ao menos segundo as pesquisas do Datafolha.

A questão-chave para este artigo é a comparação entre os níveis de petismo em 2002 e 2007-8. De acordo com aquelas pesquisas, a proporção de brasileiros identificados com o PT em junho de 2002 era de 21% e a proporção em março de 2008 era 20%. Se usamos esses dados como pontos de referência, então, o PT nem ganhou nem perdeu apoio como consequência de qualquer coisa feita pela administração Lula ou pelo PT desde 2002. Entretanto, segundo Veiga (2007), as pesquisas ESEB2002 e ESEB2006 mostram um quadro de *declínio* na preferência partidária para todos os maiores partidos brasileiros, incluindo o PT. Isso traz um problema para interpretar o que “realmente” está acontecendo. Uma das proposições deste artigo é levantar a questão da validade da comparação entre o ESEB2002, ESEB2006 e LAPOP2007. Pessoalmente, suspeito que a diferença no tamanho das amostras do ESEB2002 e LAPOP2007 pode afetar a comparação, e deveríamos considerar com cuidado quaisquer inferências resultantes dessa análise.

Com esse ponto em mente, vou apenas realizar uma comparação: estou interessado em saber se o perfil do petista médio mudou entre 2002 e 2007. Ao longo dos últimos vinte anos, o PT cresceu de um partido eminentemente paulista para uma máquina nacional e poderia se esperar que seus crescimento e expansão seriam acompanhados pela mudança concomitante do perfil de sua base de apoio de massa. Entretanto, a questão reside na extensão e natureza de tal mudança durante os últimos poucos anos. Se descobirmos que o perfil do petista médio não mudou nesse tempo, sabemos que a maior mudança no perfil ocorreu *antes de 2002*.

Veiga (2007) já havia apontado para essa questão, e mencionado que a comparação das porcentagens agregadas dos ESEB2002 e 2006 revelara o declínio dos vínculos partidários do PT e apontava ainda para uma mudança dramática do perfil do petista médio no mesmo período. Especificamente, a autora sugeriu que os identificados com o PT tornaram-se menos escolarizados, mais pobres, mais conservadores politicamente e com menor possibilidade de pertencerem à região sudeste do país. Ela infere, portanto, que parte dos apoiadores petistas de esquerda agora apoiam o PSOL ou não mostram vínculo com o partido, mesmo tendo o PT ganho a adesão de “centristas” que poderiam não ter qualquer identidade partidária prévia.

Infelizmente, as inferências de Veiga são metodologicamente questionáveis, porque não foi feito o controle das mudanças potenciais básicas em quaisquer das variáveis independentes entre as duas pesquisas. A auto-classificação média dos brasileiros na escala esquerda-direita era 5,3 em 2002, mas quase 5,8 em 2006 e, portanto, mais conservadora. Esta mudança poderia ter ocorrido porque *apenas os petistas* ficaram mais conservadores, enquanto outros brasileiros não teriam mudado nada; ou poderia ser porque os apoiadores do PSDB ou do DEM ficaram

mais conservadores, precisamente devido à sua oposição a Lula e ao PT, enquanto a identidade esquerda-direita dos apoiadores do PT e do restante dos demais brasileiros teria continuado exatamente a mesma; ou, por fim, teria ocorrido porque *todos* os brasileiros ficaram mais conservadores<sup>1</sup>.

Precisamos saber se os petistas, comparados ao restante da população brasileira, têm maior possibilidade de se auto-classificarem ou não como esquerdistas nas duas pesquisas. Comparações de tabelas cruzadas entre as duas pesquisas não podem responder à questão, e uma melhor abordagem é a análise estatística multivariada, de forma a confirmar ou não, de forma estatística e significativa, se uma determinada variável diferencia os petistas dos outros brasileiros em cada uma das pesquisas.

## **1 - Bases potenciais do petismo**

Dando seqüência a trabalho anterior sobre esse tema (SAMUELS, 2004), na análise a seguir eu enfoco quatro conjuntos de hipóteses sobre as bases do petismo: 1) identidades de grupo; 2) inserção em redes sociais; 3) contexto demográfico e 4) atributos individuais.

### ***1.1 - Identidades de grupo***

Esta hipótese sugere que a preferência partidária é um reflexo sociológico do pertencimento dos cidadãos a grupos mais ou menos objetivamente definidos. Incluí algumas variáveis que os estudiosos têm sugerido serem associadas à evolução das atitudes partidárias. No Brasil, entretanto, os estudiosos geralmente esperam que poucas dessas variáveis sejam fortemente associadas à preferência partidária por qualquer partido (p.ex. Mainwaring, Meneguello e Power, 2000). Especificamente, exploro as conexões potenciais entre o petismo e as seguintes variáveis independentes: gênero, idade (em anos), raça (brancos e não-brancos), religião (católica ou não, evangélica ou não) e renda familiar (em Reais para 2002, em salários mínimos para 2007).

---

<sup>1</sup> Isso pode também ser função da medida aleatória de erro. Seria verdadeiramente notável que duas pesquisas realizadas com a diferença de quatro anos mostrassem exatamente o mesmo indicador médio de auto-localização esquerda-direita do cidadão.

### **1.2 - Inserção em redes sociais**

Para alguns estudiosos, os elementos mais importantes para a preferência partidária não são as identidades de grupos ou individuais, mas a natureza e extensão do envolvimento dos cidadãos na política e redes sociais. Esta hipótese pode ser tomada de duas formas: como um teste da noção de que pessoas “mais envolvidas” têm simplesmente mais possibilidade de terem preferência partidária, ou como um teste indireto da noção de que o recrutamento por ativistas sociais aumenta a preferência partidária (CARMINES and STIMSON, 1989; ROSENSTONE and HANSEN, 1993; DALTON and WATTENBERG, 2000). Ambos são provavelmente verdade, porque embora algumas pessoas possam ter maior propensão a participar da política, é preciso ter alguma forma de recrutamento para a maioria das pessoas se envolverem na política. O PT e os petistas têm uma longa e contínua reputação como altamente “engajados” na esfera pública e na sociedade civil.

Em específico, testamos a hipótese de que a inserção em redes sociais está associada ao petismo explorando duas variáveis tipo índice, uma que mede o grau de participação dos entrevistados em *Política Eleitoral* e uma segunda que mede o grau de participação em *Política Não-Eleitoral*.

### **1.3 - Contexto demográfico**

As pesquisas sugerem que variáveis demográficas estruturais podem estar associadas a tendências mais fortes ou mais fracas de obtenção de preferência partidária. Tais variáveis podem não ser causas aproximadas do partidarismo, mas servem como “proxies” do contexto social, sugerindo que variáveis não medidas, ou talvez não mensuráveis têm papel causal mais direto. O proxy que utilizo para contexto social é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o que é um índice composto, basicamente, de três indicadores sobre bem-estar humano: 1) expectativa de vida, que reflete as condições de saúde disponíveis à população; 2) o nível educacional, e 3) renda per capita. O índice varia de 0 a 1, com os valores mais altos indicando uma tendência ao maior ou melhor desenvolvimento humano

Minha expectativa é que os municípios com níveis mais altos de IDHM tenham redes de organização social e política mais densas e, portanto, que seus indivíduos tenham maior probabilidade de serem petistas, dada a hipótese de relação entre capital humano e formação de preferências partidárias.

Cidadãos em municípios com um maior capital humano não apenas têm maior probabilidade de participação, mas também têm, relativamente, mais oportunidades de fazê-lo, o que os leva a tomar decisões sobre se devem envolver-se e como.

### **1.4 - Atributos individuais**

Os estudiosos afirmam numerosas conexões entre os atributos dos indivíduos e a preferência partidária, incluindo idade e educação, e a crença na eficácia da democracia. Cidadãos com atitudes positivas sobre a democracia e que acreditam na eficácia da participação política têm maior probabilidade de desenvolverem vínculos partidários.

De forma semelhante, deveríamos explorar se certas atitudes culturais estão associadas à preferência por partidos. A questão chave é se os brasileiros caracterizados por crenças culturais modernas *versus* tradicionais seriam propensos a desenvolver identificação partidária por partidos específicos (SOARES, 1961; REIS, 1978).

Os atributos individuais específicos explorados incluem: 1) crença na Eficácia do Voto, 2) extensão do Conhecimento Político (uma variável índice); 3) anos de escolaridade; 4) apoio ao Clientelismo (índice); 5) tolerância à corrupção (índice) e 6) apoio à supressão do protesto político (variável índice). Em um cenário convencional, espera-se que os petistas acreditem que votar tem importância, que tenham maior conhecimento e escolaridade do que a média e que tenham opiniões negativas sobre o clientelismo, o esquema “rouba mas faz” e a supressão do protesto. Certamente, devo mencionar que minha análise dos dados do ESEB2002 encontrou que os petistas não eram mais bem educados do que a média, embora tivessem maior conhecimento de política. Além disso, em 2002, os petistas não tinham opiniões particularmente fortes contra o clientelismo, embora expressassem um grau de aversão à corrupção.

## **2 - Dados e Medidas**

Para testar as hipóteses acima, utilizei dados do ESEB2002 e LAPOP2007. A variável dependente é a auto-declaração de identificação partidária. Para revelar as relações subjacentes das bases do partidarismo, utilizei o método estatístico da regressão logística multinomial com erros-padrão robustos. Este procedimento estima o impacto das variáveis explicativas sobre uma variável dependente que pode assumir mais do que um valor categórico. Nesse caso, embora eu apenas mostre os resultados da identificação pelo PT, o modelo estatístico estima o impacto das correlações para seis categorias de identificação partidária: PT, PMDB, PSDB ou PFL, outras identificações e nenhuma identificação partidária, sendo esta última a categoria de referência<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Isso significa que cada coeficiente de regressão nos diz se uma variável independente particular distingue os partidários de cada partido dos brasileiros que não têm identificação partidária.

Cada uma das seis variáveis-índice são operacionalizadas em cada pesquisa precisamente da mesma forma, ou seja, estamos analisando exatamente a mesma questão. Por razões de espaço, a lista de todas as questões que compõem as variáveis-índice não está exposta. A Tabela 1 compara os resultados para as duas pesquisas:

**Tabela 1 – Correlações de Petismo, 2002 e 2007**

Variáveis Independentes	Coeficientes (E.P)	
	2002	2007
Ideologia	-.13 (.02)***	-.01 (.04)
Apoio à democracia	.07 (.09)	-.04 (.11)
Eficácia do voto	.25 (.06)***	.13 (.04)***
Branco	-.10 (.13)	-.31 (.19)
Mulher	-.07 (.13)	-.37 (.17)*
Idade	-.01 (.01)	.01 (.01)
IDHM	2.95 (.99)**	2.92 (1.26)**
Anos de escolaridade	.01 (.02)	-.04 (.02)*
Renda Familiar	-.01 (.01)	.05 (.07)
Evangélico	-.07 (.23)	.03 (.32)
Católico	.15 (.19)	-.13 (.20)
Apoio à censura	-.05 (.02)**	.02 (.01)*
Conhecimento político	.11 (.03)***	.16 (.08) <sup>+</sup>
Participação eleitoral	.18 (.03)***	.15 (.04)***
Não-participação política	.07 (.07)	.04 (.06)
Apoio ao clientelismo	-.02 (.01)	-.06 (.03)*
Apoio ao “Rouba mas Faz”	-.01 (.01)	-.03 (.02)
Constante	-4.15 (.88)***	-5.57 (1.09)***
N	2491	1214
Pseudo-r <sup>2</sup>	.12	.10
Log pseudolikelihood	-.2311.38	-.1083.47

\*\*\* $p > .001$ , \*\* $p > .01$ , \* $p > .05$ , + $p > .10$ .

Fonte: ESEB, 2002; LAPOP-Brasil, 2007.

A comparação entre 2002 e 2007 revela mudanças intrigantes nas bases do petismo. A distinção mais óbvia é que a ideologia esquerda-direita não prediz mais o petismo. Em 2002, os petistas ainda se auto-localizavam levemente à esquerda em comparação aos brasileiros sem identificação partidária, a categoria base.

Entretanto, em 2007, a ideologia de esquerda não prediz mais a identificação com o PT, indicando que a moderação petista ao nível de sua elite ao longo da última década teve reflexo sobre sua base de apoio de massa. Matematicamente, este achado implica que a mudança na média global do escore esquerda-direita do eleitorado brasileiro deve-se à mudança entre os petistas, não entre os demais brasileiros - se os apoiadores do DEM, PSDB, PMDB e os demais brasileiros estivessem *também* se movendo para a direita, então os apoiadores petistas teriam permanecido à esquerda por comparação, a menos que tivessem se movido para a direita duas vezes mais do que os apoiadores dos demais partidos, o que parece improvável.

Esta mudança tem ao menos duas origens potenciais. A primeira é a saída dos petistas mais fortemente esquerdistas das fileiras daqueles que se auto-declararam petistas. Dado que muitos agora associam o partido aos escândalos políticos da administração Lula, e dado o óbvio centrismo pragmático, há bases para supor uma saída desse tipo. Existe ainda uma segunda origem potencial para a moderação petista: é possível que o petista médio seja mais moderado hoje do que há vários anos simplesmente porque o partido teve sucesso em atrair *novos* apoiadores para os quais a ideologia é um aspecto insignificante para o seu petismo. Infelizmente, as duas pesquisas analisadas não perguntaram a questão sobre o tempo de identificação do indivíduo com o PT (ou com qualquer partido), de forma que essa hipótese não tem desdobramento.

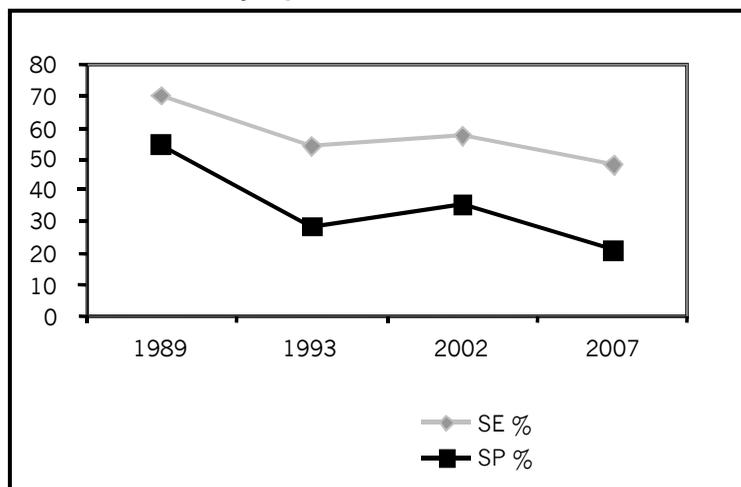
Uma terceira origem potencial da mudança da base de massa do petismo é geográfica. Se a base geográfica do apoio petista mudou e os novos apoiadores são de áreas onde a ideologia é relativamente menos importante na política, então, podemos compreender melhor porque a ideologia é agora relativamente sem importância para o petismo. Quando consideramos as bases geográficas do apoio petista no decorrer do tempo, fica claro que o partido tornou-se uma força nacional por conta das duas últimas décadas, mas isso significa que a proporção de petistas oriundos do lugar de origem do partido - São Paulo e os estados do sudeste - tem estado em constante declínio.

O Gráfico 2 mostra as bases regionais do petismo desde 1989 quando as pesquisas nacionais de opinião começaram a aplicar a pergunta sobre preferência partidária<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> As pesquisas incluídas nesta análise são: a pesquisa nacional presidencial de 1989 do Instituto *Datafolha* ( Banco de dados do CESOP, DAT/BR89.SET-00186), Pesquisa Cultura e Política CEDEC 1993 (Banco de Dados do CESOP, DAT/BR93.MAR-00322), o Estudo Eleitoral Brasileiro 2002- ESEB, e a pesquisa LAPOP 2007.

Gráfico 2 – Proporção de Petistas em áreas centrais



Fonte: Datafolha, 1989; CEDEC/Datafolha; 1993; ESEB, 2002; LAPOP-Brasil, 2007.

De acordo com o Gráfico 2, em 1989, o PT era ainda amplamente um partido paulista e, embora o grupo paulista ainda detenha um enorme poder dentro do partido - especialmente, mas não inteiramente, porque este é o grupo e a base histórica de apoio do Presidente Lula - novas áreas geográficas têm ganho peso dentro do partido.

Em 2007, apenas 20% de todos os petistas estavam em São Paulo e cerca de 50% vinham da região sudeste - quase exatamente as proporções estadual e regional da população nacional. Suspeito, mas sem poder confirmar, que os petistas de fora da região de nascimento do partido são menos ideológicos em geral e, portanto, com menor probabilidade de se auto-classificarem como de esquerda, mesmo quando identificados como petistas.

Essa noção coloca as origens da moderação do PT nos seus *esforços de recrutamento de novos apoiadores e em sua incapacidade para reter parte dos antigos*. Embora esses esforços tenham sido contínuos, foram relativamente mais bem sucedidos fora de São Paulo nos últimos 10 anos ou mais.

Em todo caso, voltando aos resultados da Tabela 1, qualquer que seja o motivo da moderação ideológica do petista médio, a comparação entre as pesquisas de 2002 e 2007 sugere que as suas principais características em 2007 são que ele ou ela: 1) vive em municípios altamente desenvolvidos; 2) acredita que o voto faz diferença na política; 3) é altamente envolvido na política eleitoral comparado aos indivíduos sem partido da vizinhança; 4) possui um conhecimento político maior do que o brasileiro médio sem partido.

Dessa forma, com exceção do resultado sobre ideologia, o retrato do petista médio em 2007 difere pouco daquele obtido em 2002. Observe-se, no entanto, que os resultados de 2007 não são tão robustos comparados aos dados de 2002. Por exemplo, o achado sobre conhecimento político deve ser comparado nas pesquisas segundo os anos de escolaridade: em 2002, os petistas eram mais educados do que os demais brasileiros, mas, em 2007, a análise estatística indica que os petistas têm, em média, menos anos de escolaridade inclusive que os brasileiros sem partido. Esse resultado é surpreendente dada a trajetória histórica do partido e acompanha os achados de Veiga (2007) utilizando os dados do ESEB2006.

Mesmo assim, os resultados sobre as demais variáveis permanecem claramente consistentes ao longo do tempo. Em termos do impacto do contexto sócio-demográfico, o IDHM está positivamente associado ao petismo nos dois anos analisados. O IDHM está positivamente correlacionado à densidade das organizações locais sociais e políticas e, portanto, negativamente correlacionado ao personalismo e clientelismo. E o petismo está associado aos indivíduos que moram em localidades mais altamente desenvolvidas e modernas.

A variável participação eleitoral permanece fortemente associada ao petismo, assim como a variável eficácia do voto. Os petistas continuam altamente engajados na política e acreditam que o envolvimento pode fazer diferença, comparados aos brasileiros sem identificação partidária. Em alguma medida, isso representa um grau de continuidade de longo prazo, dado que o PT emergiu do ativismo associado ao movimento sindical independente, comunidades eclesiais de base e outros movimentos sociais (MENEQUELLO, 1989; KECK, 1992). Entretanto, enquanto o petismo permanece ligado ao ativismo político, note-se que nem em 2002 nem em 2007 existem evidências de que os petistas sejam mais ativos em organizações comunitárias ou outras formas de participação não-eleitoral, comparados aos demais brasileiros. O desenvolvimento de uma identificação partidária é tipicamente associado ao engajamento em redes políticas, ou seja, é “ativado” através de uma associação repetida de longo prazo com a mente dos indivíduos. Assim, a natureza precisa das redes que “ativam” a identificação com o PT merece maior investigação, particularmente dado o fato de que tanto o PT quanto os movimentos sociais no país mudaram consideravelmente desde a redemocratização (HOCHSTETLER, 2004; SAMUELS, 2004), e especialmente dadas as divisões internas do partido e o impacto dos escândalos de corrupção de 2005.

Cabe apontar os resultados consistentes quanto às variáveis apoio ao clientelismo e apoio ao “rouba mas faz”. Assim como em 2002, em 2007 os petistas não são favoráveis ao clientelismo, mas eles não dão importância à corrupção. Nas pesquisas, o apoio ao clientelismo foi avaliado perguntando aos entrevistados como eles se sentiam com respeito à troca de votos por pequenos favores ou benefícios pelos políticos. Ao contrário, o apoio ao “rouba mas faz” foi

avaliado perguntando como os entrevistados se sentiam sobre políticos que “realizavam obras ou medidas” mesmo se algum recurso desaparecesse no processo. O resultado sobre o “rouba mas faz” em 2002 surpreendeu muitos dos que reagiram ao meu trabalho anterior (SAMUELS, 2004), entretanto, o resultado consistente desta variável em 2002 e 2007 deve tornar claro que os petistas fazem uma distinção entre clientelismo e corrupção: eles não são predispostos a trocar seu voto por um pequeno favor, mas não são apaixonados pela transparência ou eficiência no governo.

O resultado desta segunda variável possibilita uma reflexão substantiva sobre o nível de apoio partidário em 2002 e em 2007, qual seja, *dado o envolvimento admitido de várias lideranças importantes em escândalos de corrupção, se mais petistas se importassem com o “rouba mas faz”, então o partido teria perdido muito mais apoiadores nos últimos anos do que efetivamente ocorreu.*

Finalmente, uma das comparações mais interessantes sugere que os petistas inverteram sua opinião sobre a censura governamental: em 2002, os petistas se opunham à censura, mas em 2007 eles são favoráveis. Neste caso, suspeito que seja uma mudança contextual que não reflete a forte transformação na base de apoio de massa do PT. No decorrer da administração Lula, os principais canais de mídia dedicaram-se a cobrir os escândalos de corrupção e colocar os membros do governo sob holofote negativo. Não estou sugerindo que deveriam fazer o oposto, mas é fato que, com o PT no governo, a mídia coloca luz mais forte sobre o partido e o governo federal. Em resposta, Lula e muitos do partido foram levados a difamar repórteres e seus empregadores, e o governo se esforçou para controlar a liberdade de imprensa. Dessa forma, suspeito que os petistas foram contrários à cobertura negativa da imprensa sobre o partido e agora apóiam a censura governamental, mesmo que isso obviamente contradiga tudo o que o PT historicamente sustentou.

## Considerações Finais

O que podemos apreender da comparação das correlações do petismo nos dados do ESEB2002 e LAPOP2007? Nos dois anos, encontramos que o petista médio vive em centros urbanos relativamente bem desenvolvidos, participa ativamente da política, está relativamente mais informado do que a maioria dos brasileiros, acredita fortemente que seu voto faz diferença para a política e é contrário ao clientelismo, mas importa-se menos com a corrupção.

Em resumo, os resultados sugerem apenas um baixo grau de mudança nas *bases do petismo*. As principais distinções são que elas tornaram-se levemente mais moderadas e menos escolarizadas, além do que sua origem é menos provável na região sudeste, confirmando parcialmente os achados de Veiga (2007). Entretanto, não há evidências de que os petistas sejam mais pobres do que os demais brasileiros. Suspeito que uma pesquisa adicional mostraria que a maior mudança no perfil dos petistas ocorreu nos anos noventa, antes da primeira gestão presidencial de Lula.

Devo agora comentar a hipótese de que os programas do governo federal, como o Bolsa Família, devem ser considerados para explicar o espalhamento do petismo para fora da região sudeste. Embora não haja evidência direta, duvido muito que este seja o caso, simplesmente porque, enquanto a cobertura desse programa é extremamente ampla, o petismo espalhou-se para fora da região sudeste de forma extremamente lenta, permanecendo não associado à pobreza.

Cabe também apontar que o impacto da variável “educação” deve mostrar de uma vez por todas que não é necessário ser altamente escolarizado para desenvolver vinculações partidárias no Brasil. Alguns estudiosos associam escolaridade e apoio partidário no país (p.ex. MOISÉS, 1992; BALBACHEVSKY, 1992; CARREIRÃO e KINZO, 2002), mas esta conclusão é incorreta. De fato, educação e petismo são *negativamente* correlacionados quando controlados por outros fatores, tal como os resultados da regressão demonstraram.

A ascensão do PT ao poder federal com a vitória de Lula em 2002 e o impacto dos escândalos de corrupção em seu governo em 2005 levantaram questões pertinentes sobre as bases de apoio do partido. Tanto Lula quanto o PT moveram-se para o centro durante a última década, e a identificação partidária com o partido cresceu no decorrer dos anos noventa e até 2004, sugerindo que o *pragmatismo do partido andou de mãos dadas com o crescimento de seu apoio*. Ao final dos anos noventa, parece improvável que o PT teria atraído os mais radicais do país para suas fileiras.

De todo modo, no governo, Lula adotou políticas que afastaram os apoiadores petistas, particularmente aqueles da ala esquerda do partido, e os escândalos de corrupção mancharam a reputação petista como baluarte do governo

limpo. Mesmo assim, o impacto da moderação de Lula e do partido sobre o grau de identificação partidária parece negligenciável, e o impacto da mesma dinâmica sobre a *natureza* do apoio parece ser pequeno - uma leve moderação e uma pequena mudança no perfil socioeconômico, mas na sua maior parte, sem transformação. Assim como em 2002, a análise estatística sugere que o sentimento com relação à corrupção permaneça sem importância como determinante do petismo.

Os esforços contínuos do PT para expandir e consolidar sua estrutura organizacional e recrutar novos membros devem compensar as perdas; os apoiadores recém recrutados devem se importar relativamente pouco se o PT abandonou ou não sua “missão histórica”. De todo modo, o desenvolvimento político sob o governo Lula torna o apoio partidário de massa ao PT um aspecto em mudança, e o futuro do partido permanece uma questão em aberto.

Ao longo dos últimos trinta anos, o PT cresceu de um insignificante e localizado ator para uma poderosa força política. Nesse período, o partido desenvolveu recursos substanciais de recrutamento de apoio, atraindo seguidores dentre as classes ativistas do país - aqueles que vivem em áreas desenvolvidas e acreditam que o ativismo político pode fazer diferença. Isso levanta uma questão para o futuro do PT: que tipo de brasileiros continuam a considerá-lo atraente como partido - não apenas uma opção de voto, mas, no limite, de desenvolver uma profunda ligação psicológica que o leve a afirmar “eu sou petista”? Uma outra pesquisa tipo survey e, especialmente, entrevistas em pequenos grupos focais devem conseguir identificar mais profundamente as origens do petismo - descobrir os mecanismos que ligam a motivação individual para participar da política às estratégias partidárias de recrutamento de apoiadores. Dado o recente pragmatismo e a mancha dos escândalos políticos, uma futura pesquisa deve buscar identificar que tipos de pessoas declararam mais recentemente a preferência pelo PT e que tipos decidiram romper sua identificação com o partido.

### Referências Bibliográficas

CARREIRÃO, Y. S., KINZO, M. D'ALVA. "Os Partidos Políticos e a Decisão de Voto no Brasil." Paper apresentado no Encontro da ABCP, Niterói, 2002.

Datafolha. Vários anos. Surveys da avaliação dos presidentes. Disponível em: <www.folha.uol.com.br/folha/datafolha>.

HOCHSTETLER, K. "Civil Society in Lula's Brazil." Unpublished, Centre for Brazilian Studies, Oxford University, 2004.

HUNTER, W. "The Normalization of an Anomaly: The Workers' Party in Brazil." *World Politics*, vol.59, nº3, p.440-475, 2007.

KECK, M. *The Workers' Party and Democratization in Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1992.

KINZO, M. D'ALVA. "Os Partidos no Eleitorado: Percepções Públicas e Laços Partidários no Brasil." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.20, nº57, p.65-81, 2005.

MAINWARING, S., MENEGUELLO, R., POWER, T. Conservative Parties, Democracy, and Economic Reform in Contemporary Brazil. In: MIDDLEBROOK, K. (ed.). *Conservative Parties, the Right, and Democracy in Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, p. 164-222, 2000.

REIS, F. W. (ed.). *Os Partidos e o Regime*. São Paulo: Símbolo, 1978.

SAMUELS, D. "From Socialism to Social Democracy? Party Organization and the Transformation of the Workers' Party in Brazil." *Comparative Political Studies*, vol.37, nº9, p.999-1024, 2004.

\_\_\_\_\_. "Sources of Mass Partisanship in Brazil." *Latin American Politics and Society*, vol.48, nº2, p.1-27, Summer 2006.

\_\_\_\_\_. "Brazilian Democracy under Lula and the PT." Forthcoming in: SHIFTER, M., and DOMINGUEZ, J. (eds.). *Constructing Democratic Governance in Latin America* (3<sup>rd</sup> edition). Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.

SOARES, G. "As Bases Ideológicas do Lacerdismo." *Revista Civilização Brasileira*, vol.1, nº4, p.49-70, 1961.

VEIGA, L. "Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores." *Opinião Pública*, vol.13, nº2, p.340-65, 2007.

---

David Samuels - dsamuels@umn.edu

*Tradução do original em inglês de Rachel Meneguello*

Recebido e aprovado para publicação em agosto de 2008.

# *Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros<sup>1</sup>*

---

---

**Yan de Souza Carreirão**

Departamento de Ciência Política  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

---

**Resumo:** Este artigo tem como foco central as opiniões políticas dos eleitores brasileiros que manifestam sentimentos em relação aos partidos políticos e o objetivo principal é verificar se há algum tipo de “estrutura” nas suas opiniões políticas, bem como as possíveis variações ao longo do tempo. Os dados proveêm de quatro surveys nacionais realizados em diferentes momentos: 1990, 1997, 2002 e 2007. A análise mostra que as opiniões políticas dos eleitores que manifestam sentimentos por diferentes partidos são mais diferenciadas entre si no início do que ao final do período aqui estudado, o que parece se dever, em boa parte, aos sinais emitidos pelos partidos, de maior indiferenciação entre si ao final do período.

**Palavras-chave:** sentimentos partidários; opiniões políticas; partidos políticos; ideologia; representação.

**Abstract:** This article focuses on the political opinions of the Brazilian voters who express partisan feelings. The main goal is to verify if there is a structure in the political opinion of these voters which manifest partisan feelings and if there is variation along time as regards these opinions. The analysis is carried out based on four national surveys applied in different moments: 1990, 1997, 2002 and 2007. The analysis reveals that the opinions of the voters who express feelings for different parties were more differentiated at the beginning of the period established for the present study than at the end of this same period. This seems to be the reflect, in part, of the signals issued by the parties which hold smaller differentiation between each other at the end of the period.

**Keywords:** partisan feelings; political opinions; political parties; ideology; representation.

---

<sup>1</sup>Este trabalho é resultado parcial de pesquisa que tem apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na forma de Bolsa de Produtividade (Proc. 308411/2007-2).

## **Introdução**

Este trabalho tem como foco central os sentimentos dos eleitores brasileiros em relação aos partidos políticos, manifestados em pesquisas de opinião. Alguns autores têm apontado certa relevância não só das manifestações de preferência (ou identificação) partidária, mas também da rejeição aos partidos, na decisão do voto. Outros minimizam esta influência e questionam o próprio significado das manifestações de identidade partidária, já que elas não teriam durabilidade, estabilidade ao longo do tempo. O presente trabalho, embora não tenha como tema central a possível influência dos sentimentos partidários sobre o voto, mostra indícios que apontam para esta possível influência. Estes indícios justificam o objetivo principal deste estudo, que é verificar se há algum tipo de “estrutura” nas opiniões dos eleitores que manifestam sentimentos partidários. Verificar, por exemplo, se “eleitores petistas” (os que manifestam “preferência” pelo PT) têm opiniões diferentes dos “eleitores pefelistas”, e se há variações, ao longo do tempo, nestas opiniões. Para isso, utilizamos quatro surveys nacionais realizados em diferentes momentos: 1990, 1997, 2002 e 2007<sup>2</sup>.

A principal hipótese testada é que a auto-identificação ideológica e as opiniões políticas dos eleitores que manifestam sentimentos por diferentes partidos são mais diferenciadas entre si no início do que ao final do período mencionado. Esta hipótese deriva de uma hipótese norteadora mais ampla, qual seja, a de que as ideologias políticas têm tido seu peso reduzido na dinâmica do processo político nacional e, portanto, no funcionamento do sistema partidário. Se, no plano internacional, o ponto de inflexão no sentido de uma menor polarização ideológica foi o declínio dos regimes socialistas do Leste Europeu, que teve como marco

---

<sup>2</sup> O survey de 1990 foi realizado através de um consórcio entre o Departamento de Ciência Política da USP, o Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) e o Datafolha. Aplicado entre 03 e 04/03/1990 a 2480 eleitores, com sorteio aleatório dos domicílios e estratificação por região, sexo, idade e nível socioeconômico. (Foi obtido junto ao Cesop - Centro de Estudos de Opinião Pública / Unicamp: pesquisa com a seguinte identificação: Avaliação Sarney / Expectativa Collor II - Datafolha / Brasil 90.Mar-00219. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>). O survey de 1997 foi aplicado pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, entre 15/11 e 14/12/2007, a uma amostra nacional de 2700 eleitores; margem de erro de 2%, embora muitas questões tenham sido aplicadas apenas à metade da amostra, elevando a margem de erro para 3%. (Foi utilizada uma versão, com esclarecimentos sobre a amostra, obtida junto ao Cesop). O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) - 2002 foi uma pesquisa empreendida pelo DataUFF e pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop / Unicamp), com o patrocínio da CAPES e da FAPESP. O questionário foi aplicado entre 31/10 e 28/12/2002; amostra probabilística (2513 eleitores), sem reposição, em três estágios (município, setor censitário e domicílio), com margem de erro aproximada de 3,2%. O LAPOP Brasil (2007) é um survey aplicado a partir de um consórcio entre a Universidade de Goiás, a Vanderbilt University e o LAPOP - Projeto de Opinião Pública da América Latina a 1200 eleitores. Nossos agradecimentos a estas instituições (e a seus colaboradores), por tornarem os dados disponíveis para pesquisa.

simbólico principal a queda do muro de Berlim, no Brasil, este processo se cristaliza com a chegada de Lula e do PT ao poder central do país. Como pleiteia Singer (2000), durante as décadas de oitenta e noventa do século passado, o PT foi a espinha dorsal ideológica do sistema partidário, em torno da qual os demais partidos (e boa parte da sociedade civil e do eleitorado) se alinhavam (contra ou a favor). Certamente, no decorrer desse período, já foram ocorrendo mudanças nas idéias e comportamentos dos membros deste partido com relação a seus posicionamentos iniciais. Mas, estas mudanças só ficaram muito nítidas, para o eleitorado e também para muitos dos estudiosos e dos atores políticos relevantes, a partir de 2002, já na formação da chapa e na campanha eleitoral de Lula, explicitando-se ainda mais a partir do início do seu primeiro mandato como presidente da República.

A composição partidária e ideológica dos membros e partidos que formaram o governo (incluindo a direção do Banco Central), a manutenção da espinha dorsal da política econômica do governo anterior, a formação da base de apoio no Congresso Nacional, com uma coalizão bem mais heterogênea ideologicamente do que o padrão anterior das administrações municipais e estaduais petistas, sinalizaram claramente para uma diluição da rigidez ideológica que costumava ser associada aos discursos e ações petistas, resultando em coalizões formadas em plenário, nas votações nominais da Câmara Federal, menos consistentes ideologicamente quando comparadas ao período anterior ao governo Lula (SANTOS, 2006). Nossa hipótese é que também tenha aumentado a inconsistência ideológica das coligações eleitorais e das migrações partidárias após 2002<sup>3</sup>.

Parte da diferenciação do PT em relação aos demais partidos, na percepção de parcela significativa do eleitorado e mesmo de atores políticos relevantes, estava associada a uma diferenciação também no plano ético (não importando aqui saber se esta percepção sobre o partido correspondia ou não à “verdade”). Mas, após o conjunto de episódios envolvendo o PT em atividades no mínimo suspeitas, do ponto de vista ético (das quais o episódio do “mensalão” é o mais notável), também esta percepção se desvanece.

As diferenças entre esquerda e direita se diluem; se as pesquisas mostram que parte relevante do eleitorado ainda manifesta preferências e rejeições partidárias, é possível que estas estejam cada vez menos associadas a programas e idéias defendidos pelos diferentes partidos. Além da possibilidade de que elas se devam a associações, na percepção dos eleitores, entre as siglas e seus principais líderes, é provável também que se devam, em grande medida, à avaliação que os diferentes segmentos do eleitorado fazem dos partidos, especialmente a partir de suas gestões, quando comandando governos relevantes. Nestas avaliações,

---

<sup>3</sup> Embora não conheçamos dados nacionais que permitam comprovar esta hipótese, ela é corroborada por dados relativos a Santa Catarina (CARREIRÃO, 2006).

pesariam especialmente os resultados (mais do que as “diretrizes políticas”) das políticas econômica, social e de segurança pública (no caso de governos estaduais), mas também os aspectos ligados à moralidade pública nas ações dos principais membros do partido nestes governos. Isso explicaria, por um lado, o aumento da preferência pelo PT entre os mais pobres e nos estados do nordeste (VEIGA, 2007) - já que as políticas econômica e social do governo Lula são bem avaliadas por estes segmentos - e a manutenção em 2006 da percepção já predominante antes do PT como o partido “que mais defende a justiça social”, especialmente entre os eleitores mais pobres (VENTURI, 2006). Poderia explicar também, por outro lado, a redução da preferência pelo PT na região sudeste e entre os eleitores mais escolarizados, bem como o aumento da porcentagem do eleitorado que percebe o PT como o “partido que tem mais políticos que só pensam neles mesmos” e “partido que tem mais políticos corruptos” (VENTURI, 2006). Outra hipótese daí derivada (que, infelizmente, não pode ser testada diretamente através dos dados de que dispomos) é a de que diminuiu o componente de rejeição ideológica ao PT e à Lula (componente que representava cerca de metade da rejeição a Lula no survey de 1997 da Fundação Perseu Abramo) e de que aumentou o componente de rejeição por avaliação da dimensão ética dos comportamentos dos membros do partido e do governo.

Se todas essas hipóteses fossem corroboradas, do ponto de vista analítico, a dimensão ideológica - que tem servido para orientar boa parte da literatura recente sobre o comportamento governamental e partidário (na formação de ministérios e na disciplina partidária), sobre o comportamento parlamentar (nas coalizões em plenário e no que se refere à migração partidária, diferenciando os parlamentares dos partidos segundo sua posição ideológica) e sobre o comportamento eleitoral - perderia grande parte de sua capacidade heurística. O comportamento parlamentar seria mais bem compreendido a partir da dicotomia governo-oposição do que pelo contínuo direita-esquerda; o custo da inconsistência ideológica seria cada vez menos relevante na análise dos cálculos das decisões partidárias sobre coligações eleitorais e coalizões governamentais; o comportamento eleitoral mais bem compreendido por variáveis como avaliação de desempenho de partidos, governos e candidatos, com base em atributos como competência administrativa, honestidade, ou mesmo a defesa de interesses de certos grupos sociais (como os “pobres”, ou “trabalhadores”), mas mesmo este último atributo teria pouca relação com o posicionamento dos partidos, governos e candidatos em um eixo direita-esquerda. Outra consequência, que aqui nos interessa, é a de que as opiniões políticas dos eleitores com preferência ou rejeição a diferentes partidos seriam cada vez menos diferenciadas entre si.

Enfim, a hipótese específica deste estudo deriva de hipótese norteadora mais ampla, de que estamos passando, especialmente após o início do primeiro mandato do presidente Lula, por um processo de redução da polarização ideológica da política brasileira, seguindo um processo mais amplo, em escala internacional, cujo ponto de inflexão se deu a partir do final da década de 1980, com a queda de grande parte dos regimes comunistas<sup>4</sup>. Isso tem se manifestado no comportamento de políticos, partidos e governos e se refletido no comportamento do eleitorado e de organizações da sociedade civil. Do ponto de vista acadêmico, resulta daí que as variáveis ideológicas perdem espaço para outras variáveis na explicação do comportamento dos eleitores, parlamentares, partidos e governos.

### **Revisão da literatura**

Quanto ao debate sobre identificação partidária na literatura internacional, Carreirão e Kinzo (2004) apresentam um balanço, confrontando os enfoques da teoria psico-sociológica do voto e da teoria da escolha racional sobre o tema, bem como mostram que a avaliação predominante é a de que está havendo uma diminuição da relevância dos partidos na decisão de voto na maioria das democracias contemporâneas.

No que respeita ao sistema partidário brasileiro, há divergências entre os que apontam baixa influência das preferências partidárias sobre o voto (MENEQUELLO, 1995; SILVEIRA, 1998, PAIVA et al, 2007, entre outros) e os que apontam na direção oposta ou matizam aquelas conclusões (BALBACHEVSKI, 1992; KINZO, 1992; CASTRO, 1994; SINGER, 2000; CARREIRÃO e KINZO, 2004; CARREIRÃO e BARBETTA, 2004; CARREIRÃO, 2007; NICOLAU, 2007)<sup>5</sup>.

Entre os estudos mais recentes, cabe destacar as conclusões de Paiva et al: “no que se refere aos sentimentos partidários, esses já eram pouco significativos em 2002 e tenderam a diminuir em 2006” (PAIVA et al, 2007, p. 405). Além disso, apontam “a dificuldade do eleitorado de diferenciar os partidos... Se o eleitorado não diferencia os partidos, torna-se difícil o estabelecimento de preferências

---

<sup>4</sup> Outros processos também têm contribuído para um maior “pragmatismo” dos partidos em suas estratégias de formação de coligações eleitorais e coalizões governamentais: o aumento da distância temporal em relação ao período do regime autoritário mais recente ajuda a diluir a clivagem entre partidos e políticos da situação e da oposição àquele regime (clivagem que em parte se superpõe à clivagem ideológica); o aumento da fragmentação partidária (facilitada pela legislação eleitoral) aumenta a competição eleitoral, estimulando estratégias coligacionistas mais agressivas, em que um eventual custo interno de perder militantes (por insatisfação com a “flexibilidade ideológica” do partido) é compensado pelo aumento nas chances eleitorais.

<sup>5</sup> Alguns destes últimos incluíram a rejeição partidária (além das preferências) na análise.

partidárias minimamente consistentes para balizar a escolha eleitoral”. Neste debate, nos parece que um dos questionamentos mais sérios à existência desta influência seja quanto à estabilidade temporal das preferências (ou identidades) partidárias, o que colocaria em questionamento a possível relação de causalidade entre as variáveis (ou seja, o papel que a percepção dos eleitores sobre os partidos políticos teria sobre sua decisão de voto). Castro, referindo-se ao período anterior a 1994 afirma que “os dados sugerem que, pelo menos parte das identificações com os partidos políticos, quando existem, manifestam-se somente no processo eleitoral, talvez orientado pela escolha de candidatos” (CASTRO, 1994, p.168-9). Silveira (1998), a partir de seu estudo com base em entrevistas em profundidade com eleitores, segue este diagnóstico. Rennó (2007) afirma que, no caso brasileiro, há evidências de que a identificação partidária não é durável (estável no tempo). O autor menciona artigo em que “Ames et al (2006), usando dados de painel coletados em duas cidades brasileiras nas eleições de 2002 e, posteriormente, em 2004, encontram que há flutuações substantivas da identificação partidária de eleitores quando medida em momentos diferentes da campanha e entre campanhas” (RENNÓ, 2007, p.268). Mas, o próprio autor reconhece que há necessidade de mais estudos longitudinais para testar esta hipótese novamente.

De outro lado, outros estudos, utilizando análise de correlação simples têm mostrado que a associação entre os sentimentos partidários e o voto dos eleitores é substancial ou moderada para um parcela não desprezível de eleitores (SINGER, 2000; CARREIRÃO e KINZO, 2004, dentre outros). Também estudos que utilizaram análise de regressão logística, com (CARREIRÃO e BARBETTA, 2004; CARREIRÃO, 2007) ou sem (NICOLAU, 2007) a inclusão da rejeição partidária têm pleiteado a relevância dos sentimentos partidários na decisão de voto no Brasil. Como se vê, o debate sobre o tema está longe de se esgotar.

No que se refere às opiniões políticas dos eleitores brasileiros, é significativa a literatura sobre cultura política, que enfatiza a análise de temas como a adesão a valores democráticos, confiança nas instituições e confiança interpessoal, (destacando-se aí os trabalhos de Moisés, Meneguello, Baquero e Borba, dentre outros). Outros estudos têm analisado as possíveis associações entre opiniões políticas, de um lado, e voto ou “identificação ideológica” dos eleitores, de outro (PIERUCCI, 1987 e 1994, PIERUCCI e LIMA, 1991, METTTENHEIM, 1995, SINGER, 2000, ALMEIDA, 2001, CARREIRÃO, 2002, dentre outros). Há ainda importantes estudos acadêmicos sobre atitudes e opiniões políticas mais gerais dos eleitores brasileiros (entre os quais os de LAMOUNIER, 1992; CERVI, 2006; ALMEIDA, 2007). Mas, na forma específica de análise da associação entre sentimentos partidários e opiniões políticas dos eleitores, ou seja, da compreensão das opiniões dos eleitores com preferência (e rejeição) partidária, a produção brasileira, salvo engano, é escassa. O presente trabalho pretende contribuir para minimizar esta lacuna.

### **Sentimentos Partidários e Voto**

Vimos que não há consenso na literatura no que se refere à possível influência dos sentimentos partidários manifestados pelos eleitores sobre sua decisão de voto. O questionamento mais sério à existência desta influência é quanto à estabilidade temporal das preferências (ou identidades) partidárias, o que colocaria em questionamento aquela relação de causalidade. Como as evidências da instabilidade são ainda restritas (espacial e temporalmente), são necessários mais testes desta hipótese.

Por outro lado, há indícios de um grau substancial de associação entre as variáveis, aí considerando, no âmbito dos sentimentos partidários, não só as preferências (ou identidades) partidárias, mas também a rejeição a partidos, por parte dos eleitores. A Tabela 1 mostra, para três dos quatro surveys já mencionados<sup>6</sup>, a associação entre o voto nos dois principais candidatos às três últimas eleições presidenciais (1998, 2002 e 2006) e os sentimentos positivos e negativos manifestados pelos eleitores em relação aos partidos destes candidatos (PT e PSDB). Foi criada uma escala que vai da situação mais favorável ao PT (situação 1: sentimento positivo<sup>7</sup> em relação ao PT e rejeição ao PSDB), à situação mais favorável ao PSDB (situação 7: sentimento positivo em relação ao PSDB e rejeição ao PT), com várias outras situações intermediárias.

---

<sup>6</sup> Esta análise semelhante não foi feita para o survey de 1990 porque não havia ali questão sobre rejeição partidária.

<sup>7</sup> Foram considerados como sentimentos positivos as manifestações de preferência partidária (1997 e, para outras análises, 1990), ou a soma das referências ao “partido que representa o eleitor” e ao “partido que o eleitor gosta” (2002 e 2007).

**Tabela 1 - Diferença de voto entre candidatos do PT e do PSDB para presidente, segundo sentimentos em relação ao PT e ao PSDB (1998, 2002, 2006)**

Eleição (e survey)	Diferença de votos, 1º turno	Sentimentos em relação ao PT e PSDB *							Total
		1	2	3	4	5	6	7	
1998: FPA 1997	Lula – FHC (%)	71	57	12	· 23	· 50	· 66	· 88	· 17
	Total (N)	34	302	32	1394	296	81	59	2197
2002: ESEB 2002	Lula – Serra (%)	86	76	51	16	· 50	· 36	· 66	28
	Total (N)	315	330	260	752	259	44	70	2030
2006: LAPOP 2007	Lula – Alckmin (%)	86	93	67	49	· 50	· 6	· 71	50
	Total (N)	28	261	18	489	66	37	31	930

\* Sentimentos em relação ao PT e PSDB: 1 = sentimento positivo em relação ao PT e rejeição ao PSDB; 2 = somente sentimento positivo em relação ao PT; 3 = somente rejeição ao PSDB; 4 = situações neutras; 5 = somente rejeição ao PT; 6 = somente sentimento positivo em relação ao PSDB; 7 = sentimento positivo em relação ao PSDB e rejeição ao PT.

Foram consideradas “situações neutras” aquelas em que o eleitor não manifestou nenhum sentimento em relação aos dois partidos, ou manifestou o mesmo sentimento (positivo ou negativo) em relação aos dois, ou manifestou sentimentos contraditórios (positivos e negativos, simultaneamente, a um mesmo partido). Pouquíssimos casos correspondem a esta última situação, em cada survey.

Foram desconsiderados na análise os entrevistados que informaram não ter votado, ou que responderam que não se lembravam em quem haviam votado, ou cuja resposta foi “não sabe” ou “não respondeu” à pergunta sobre o voto no 1º turno da eleição. As porcentagens foram calculadas sobre o total dos eleitores (em cada categoria de “sentimentos”) que disseram ter votado em algum candidato, em branco ou nulo.

**Fontes:** Fundação Perseu Abramo, 1997; ESEB 2002; LAPOP-Brasil 2007.

Há, em todos os casos, uma alta associação entre os “sentimentos” manifestados pelos eleitores em relação ao PT e ao PSDB e seu voto. Embora a tabela só mostre os dados para o 1º turno de cada eleição, em relação à votação no 2º turno as associações foram ainda maiores: coeficientes de correlação gama variando entre 0,60 e 0,84, para o 1º turno e entre 0,68 e 0,89, para o 2º turno, nos diversos surveys<sup>8</sup>. A vantagem do candidato petista (sempre Lula) sobre o peessedebista (FHC, Serra ou Alckmin) diminui claramente à medida que passamos da situação 1 (a mais favorável ao PT e desfavorável ao PSDB) para a situação 7 (mais favorável ao PSDB e desfavorável ao PT). Enquanto entre os eleitores na primeira situação Lula venceria FHC, Serra ou Alckmin por diferenças entre 71% e 96%, entre os eleitores na situação 7 a inversão é completa: Lula seria derrotado por qualquer destes candidatos por diferenças que variavam entre 66% e 88%. A única inversão nas tendências de crescimento ou declínio contínuo nas votações dos candidatos, face ao aqui esperado em termos lógicos, ocorreu na passagem da posição 5 para a posição 6, em três das quatro pesquisas. Assim, para a decisão de

<sup>8</sup> Operacionalizando as variáveis “voto no 1º turno” e “voto no 2º turno” com 3 categorias cada (1º turno: 1 = Lula; 2 = outros candidatos + brancos e nulos; 3 = candidato do PSDB; 2º turno: 1 = Lula; 2 = brancos e nulos; 3 = candidato do PSDB).

voto em um candidato “tucano” pesou mais a rejeição ao PT do que uma manifestação de apreço ao PSDB.

Deve-se ressaltar que as correlações mencionadas foram calculadas com base no conjunto de eleitores, em cada survey, que, simultaneamente, votava em algum candidato (ou em branco ou nulo) e manifestava sentimentos partidários. Aqueles que manifestavam sentimentos partidários que poderiam influenciar seu voto (situações 1, 2, 3, 5, 6 e 7 na Tabela 1), no entanto, representavam percentuais que variavam de 37% a 63% dos eleitores para os quais as perguntas (relativas às variáveis em estudo) foram aplicadas, nos diferentes surveys<sup>9</sup>. Ou seja, embora a associação seja alta entre os eleitores que manifestam sentimentos partidários, o impacto global desta variável sobre o voto acaba não sendo tão grande devido ao fato de que os eleitores que manifestam estes sentimentos representam, em média, cerca de 50% do eleitorado brasileiro<sup>10</sup>.

De toda forma, este é um percentual considerável e, dada a alta associação encontrada neste segmento do eleitorado, julgamos que, enquanto não for testada de forma mais sistemática a hipótese de que estes sentimentos são muito voláteis (eventualmente seguindo sentimentos dos eleitores em relação às principais lideranças políticas de cada partido), vale a pena incluir esta variável nos estudos sobre o comportamento do eleitor brasileiro. Isso justifica, a nosso ver, a análise que segue, sobre a identificação ideológica e as opiniões políticas do conjunto de eleitores que manifestam algum tipo de sentimento em relação aos partidos políticos.

### **Opiniões políticas dos eleitores com sentimentos partidários**

Esta seção explora as opiniões políticas dos eleitores que manifestam sentimentos partidários. Isso será feito a partir do cruzamento entre suas opiniões (quando possível construindo índices que dão uma medida sintética destas opiniões e atitudes) e seus sentimentos partidários para os quatro surveys utilizados neste artigo. O objetivo é verificar se há diferenças de opiniões (em relação a variados temas políticos) entre os eleitores que manifestam sentimentos (positivos e/ou negativos) pelos principais partidos brasileiros e se estas opiniões variam ao longo

---

<sup>9</sup> É necessária esta qualificação, já que em alguns surveys o número de respondentes às questões envolvidas não é igual ao tamanho da amostra: há respondentes que não haviam votado, ou não se lembravam do voto, no momento da aplicação dos questionários; no survey de 1997, a pergunta sobre rejeição só foi aplicada a cerca de metade da amostra.

<sup>10</sup> Há muita variação de um survey a outro, em parte devido às diferenças metodológicas nas perguntas relativas aos sentimentos partidários (preferência; partido que representa o eleitor, ou de que ele gosta; perguntas espontâneas e únicas em alguns casos e estimuladas e múltiplas, em outros casos, no caso da rejeição).

do tempo. Este último objetivo é limitado pelas diferenças entre os diferentes surveys. Em primeiro lugar, no que se refere aos sentimentos partidários positivos: enquanto nos dois primeiros a pergunta era sobre preferência partidária<sup>11</sup>, nos outros dois havia perguntas sobre “partido que o representa” e “partido que gosta”; além disso, havia diferenças entre estes dois últimos surveys nestas questões, como visto nas notas 5 e 7. No que se refere aos sentimentos negativos (rejeição) em relação aos partidos, não há dados para o primeiro dos surveys aqui analisados (o de 1990) e há diferenças na formulação das perguntas entre os dois últimos (conforme nota 10). No que se refere às opiniões e atitudes dos eleitores, as perguntas também são diferentes entre todos os surveys. Em alguns é possível trabalhar com vários índices que agregam as respostas a várias perguntas, enquanto em outros isso é muito difícil. De toda forma, mesmo com as limitações apontadas, acreditamos que o estudo possa dar alguma pista sobre a evolução das opiniões dos “eleitores partidários” ao longo dos últimos dezoito anos.

Nos quatro surveys foram feitas diversas perguntas sobre opiniões a respeito de vários temas políticos e sociais. Analisamos a relação entre estas opiniões e os sentimentos (positivos ou negativos) manifestados pelos eleitores em relação aos partidos. Nos dois primeiros surveys, com exceção de um índice de autoritarismo, utilizamos diretamente as respostas a cada uma das questões que visavam “medir” as opiniões políticas dos eleitores<sup>12</sup>. Nos dois últimos foi possível criar índices que sintetizam várias respostas dos entrevistados relativas a uma mesma dimensão de opinião<sup>13</sup>. A análise utilizará o coeficiente de correlação Gama (de Goodman e Kruskal) para verificar o sentido e a intensidade da associação entre as opiniões políticas e os sentimentos partidários<sup>14</sup>. A Tabela 2 mostra as correlações para o survey de 1990.

---

<sup>11</sup> Resposta à pergunta: “Qual seu partido preferido?”.

<sup>12</sup> A quase totalidade das perguntas é do tipo “concorda ou discorda” de uma única frase, cujo núcleo central é apresentado na coluna “opiniões políticas” das tabelas, tornando claro o sentido das perguntas. No caso da pergunta sobre “democracia x ditadura” o enunciado era “com qual das três frases seguintes você concorda mais: 1) a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”; 2) em certas situações, é melhor uma ditadura do que um regime democrático; 3) tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura”?

<sup>13</sup> A utilização de índices permite agregar respostas a questões que fazem parte de uma mesma dimensão relativa às opiniões dos eleitores. Desta forma, em vez de trabalharmos com um número muito grande de respostas, conseguimos classificar cada um dos entrevistados (a partir das respostas dadas a uma bateria de questões relativas a uma mesma dimensão) numa escala (na qual varia o índice) e fazer testes de associação entre estas opiniões e outras variáveis de interesse (em nosso caso, os sentimentos partidários dos eleitores).

<sup>14</sup> O coeficiente de correlação Gama (de Goodman e Kruskal) é adequado para medir a associação entre duas variáveis ordinais. A preferência (ou indicação do partido que melhor representa o eleitor) e a rejeição partidárias foram agregadas segundo o posicionamento ideológico dos partidos (esquerda, centro, direita). Quanto às opiniões políticas, quando analisadas uma a uma, foram operacionalizadas sempre com três categorias (a partir de respostas do tipo: concorda; depende; discorda), de forma que a primeira correspondia à posição mais democrática, igualitária, participativa, intervencionista (no plano econômico) ou liberal (do ponto de vista moral), enquanto a terceira correspondia ao inverso (posição

**Tabela 2 - Correlação entre opiniões políticas e preferência partidária, segundo posicionamento ideológico dos partidos, 1990**

Pergunta (1)	Opiniões políticas	Coef. gama
29	<b>Índice de autoritarismo (controle do Estado sobre sociedade)</b>	<b>0,41**</b>
23	Democracia x ditadura	-0,02
25	Minoria deve obedecer maioria, deixando de lado suas idéias	<b>0,12**</b>
26	Mudanças: por líder forte x por participação popular	<b>0,23**</b>
35a	É bobagem mudar leis, porque elas não são respeitadas.	0,05
35b	Mudanças no Brasil só com violência	0,04
35c	Melhor manter família que acabar com casamento infeliz	<b>0,24**</b>
35d	Volta dos militares ao poder	<b>0,28**</b>
35e	Governo, protegendo os pobres, prejudica quem trabalha	<b>0,22*</b>
35f	No capitalismo quem se esforça pode ficar rico	<b>0,27**</b>
35g	País seria melhor se só existisse um partido político	<b>0,24**</b>
35h	Melhor caminho p/ ajudar os pobres é c/ ajuda do governo	<b>0,18**</b>
35i	No Brasil só deveriam votar as pessoas com estudo	0,04
35j	Se o país for rico não importa que haja desigualdade social	<b>0,29**</b>
35k	A única solução para o país é o socialismo	-0,03

(\*) coef. significativo nível 0,05; (\*\*) coef. sig. nível 0,01; demais coef. não significativos.

(1) Números das perguntas no questionário.

**Fonte:** Cedec-Datafolha - Março 1990 (Universo: Brasil) (N = 2480).

Embora com intensidades relativamente baixas, há muitas correlações no sentido esperado (coeficiente positivo): maior preferência partidária por partidos à esquerda entre eleitores mais democráticos, igualitários, participativos ou liberais (em questões morais). A maior correlação (0,41) se dá entre preferência partidária e índice de autoritarismo dos eleitores (Apêndice Metodológico). Para uma percepção mais clara da associação são apresentados na Tabela 3 dados do cruzamento destas duas variáveis.

mais autoritária, menos igualitária, menos participativa, menos intervencionista, no plano econômico e mais conservadora, do ponto de vista moral). Quando utilizados índices (de autoritarismo, nos surveys de 1990 e 1997, e vários outros, nos surveys de 2002 e 2007), estes foram sempre operacionalizados com três categorias: baixo, médio e alto (ver Apêndices Metodológicos 1 a 4).

**Tabela 3 - Preferências partidárias dos eleitores - agregadas conforme os posicionamentos ideológicos dos partidos - segundo o índice de autoritarismo, 1990 (%)**

Preferência Partidária segundo posicionamento ideológico dos partidos	Índice de autoritarismo			
	Baixo	Médio	Alto	Total
Partidos de Esquerda	51	30	11	32
Partidos de Centro	25	26	36	28
Partidos de Direita	24	44	52	39
(N)	(345)	(389)	(260)	(994)

**Obs:** A tabela inclui apenas os eleitores que manifestaram preferência partidária.

**Fonte:** Cedec-USP-Datafolha - Março 1990 (Universo: Brasil) (N = 2480). Gama = 0,41 (sig. = 0,000).

Entre os eleitores menos autoritários (ou seja, aqueles que tendiam a discordar mais em relação à possibilidade de o governo reprimir manifestações de protesto), a preferência maior era por partidos de esquerda (51%) e a menor era por partidos de direita (24%); já entre os eleitores mais autoritários (que tendiam a concordar mais em relação à possibilidade de o governo reprimir manifestações de protesto) ocorre o inverso (52% manifestavam preferência por partidos de direita, contra apenas 11% que preferiam partidos de esquerda)<sup>15</sup>.

Na Tabela 4, são apresentados os coeficientes de correlação entre opiniões políticas dos eleitores, de um lado, e as preferências e rejeições partidárias, de outro, para o survey da Fundação Perseu Abramo, de 1997<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> A Tabela Anexa 1 mostra os dados de forma mais detalhada, segundo o partido preferido (e não agregando os partidos segundo seu posicionamento ideológico, como faz a Tabela 3).

<sup>16</sup> A rejeição partidária é operacionalizada a partir da indicação do nome de um partido em resposta à pergunta "existe algum partido em que você não votaria? Qual?".

**Tabela 4 - Correlação entre opiniões políticas e sentimentos partidários, segundo posicionamento ideológico dos partidos, 1997**

Per- gunta (1)	Opiniões políticas	Sentimento Partidário	
		Preferência	Rejeição
44	Índice de autoritarismo (controle Estado sobre sociedade)	<b>0,23**</b>	<b>0,39**</b>
37	Socialismo como solução para os problemas sociais	0,15*	0,06
38	Democracia x ditadura	0,01	0,06
39	Minoria deve obedecer maioria, deixando de lado suas idéias	0,17*	<b>0,25**</b>
42	Mudanças: por líder forte x por participação popular	0,05	- 0,02
43a	Para manter a ordem, as leis, mesmo injustas, devem ser obedecidas	0,07	- 0,04
43b	Mudanças no Brasil só com revolução ou pela força	0,08	ND
43c	Política é para profissionais (deputados; senadores)	0,11	ND
43d	Não há solução para problemas sociais sem reforma agrária radical	-0,01	ND
43e	País funcionaria melhor c/ a volta dos militares ao poder	0,20*	ND
43f	O que a sociedade produz deveria ser distribuído com igualdade entre todos	0,07	0,18
43g	O melhor para o país é que o governo se envolva o menos possível com as atividades econômicas	0,09	0,11
43h	Por mais que se queira mudar as coisas, sempre vão existir ricos e pobres	0,08	0,04
43i	O movimento dos sem terra está certo em fazer a ocupação de terras improdutivas	0,16*	<b>0,33*</b>

(\*) coef. significativos nível 0,05; (\*\*) coef. sig. nível 0,01; demais coef. não sig. estatisticamente. (1) Números das perguntas no questionário.

**Fonte:** Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública, 1997. ND = Não há dados.

No que se refere às preferências partidárias, várias correlações estatisticamente significativas são no sentido esperado (coeficiente positivo): maior preferência por partidos à esquerda entre eleitores mais democráticos, mais favoráveis ao socialismo, ao direito da minoria se manifestar e à ocupação de terras improdutivas pelo MST. Mas, a intensidade das correlações entre opiniões e preferência partidária é menor do que em 1990. Algumas correlações entre opiniões e rejeição aos partidos tiveram coeficientes maiores de correlação, também no sentido esperado: maior rejeição a partidos de esquerda entre eleitores mais autoritários, menos tolerantes com o direito da minoria de manifestar suas idéias, ou contrários à ocupação de terras pelo MST. O índice de autoritarismo (que, embora construído a partir de questões um pouco diferentes, “mede” uma

dimensão da opinião semelhante àquela “medida” pelo índice para o survey de 1990)<sup>17</sup> é o que apresenta as maiores correlações com a preferência (0,23) e a rejeição partidária (0,39) dos eleitores. A Tabela 5 mostra o cruzamento com base no qual foi calculado este último coeficiente de correlação.

**Tabela 5 - Rejeição aos partidos (agregados conforme seus posicionamentos ideológicos), segundo o índice de autoritarismo, 1997 (%)**

Rejeição aos partidos segundo posicionamento ideológico	Índice de autoritarismo			
	Baixo	Médio	Alto	Total
Esquerda	41	57	69	53
Centro	21	24	22	22
Direita	39	20	9	26
(N)	(111)	(76)	(64)	(251)

(N=4935) Gama = 0,39 (sig. = 0,000).

**Obs:** Da subamostra à qual foi aplicada a questão sobre rejeição, a maioria não indicava rejeição a nenhum partido; por isso o número de casos na tabela é tão pequeno.

**Fonte:** Fundação Perseu Abramo. Núcleo de Opinião Pública (Universo: Brasil), 1997.

A rejeição por partidos de esquerda aumenta (de 41% para 69%) e a rejeição por partidos de direita diminui (de 39% para 9%), à medida que passamos dos eleitores menos autoritários para os mais autoritários - no que se refere à concordância com a possibilidade de o governo reprimir greves, sindicatos, censurar órgãos de comunicação, proibir a existência de partidos ou mesmo fechar o Congresso Nacional<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Ver Apêndice Metodológico 2.

<sup>18</sup> Em todos os quatro surveys um percentual significativo de eleitores ou não tinha uma opinião formada em relação ao tema em pauta, ou não manifestava sentimento (positivo ou negativo) em relação a nenhum partido, levando a que as parcelas da amostra em relação às quais cada um dos coeficientes de correlação foi calculado fossem numericamente pequenas. Isso significa que as conclusões retiradas dos coeficientes de correlação valem apenas para esta parcela do eleitorado que, simultaneamente, tinha uma opinião formada sobre o tema e manifestava o sentimento partidário em análise. Além disso, este baixo número de casos pode afetar o grau de significância das estatísticas calculadas. Este último problema é agravado nos surveys de 1997 e 2007. No de 1997, além destes fatores, acresce que algumas perguntas foram aplicadas apenas a uma parte da amostra; no survey de 2007, o problema é que a amostra foi menor do que nos demais. Na comparação final entre os quatro surveys, tentaremos minimizar os possíveis efeitos dessas especificidades, levando-as, de alguma forma, em consideração.

Os dados referentes às correlações entre os sentimentos partidários dos eleitores e os índices que sintetizam suas opiniões políticas (ver Apêndice Metodológico 3) no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), de 2002, são mostrados na Tabela 6.

**Tabela 6 - Correlação entre opiniões políticas e sentimentos partidários, segundo posicionamento ideológico dos partidos, 2002**

Índices (que sintetizam opiniões políticas dos eleitores)	Sentimento Partidário	
	Partido que representa	Rejeição
Autoritarismo (grau de controle do Estado sobre a sociedade)	<b>0,39**</b>	<b>0,13**</b>
Regulação do mercado por parte do Estado	0,04	<b>0,09**</b>
Fechamento do mercado para o exterior	- 0,03	- 0,03
Liberalismo econômico	-0,01	0,02
Conservadorismo Moral	0,09	<b>0,13**</b>
Clientelismo	<b>0,26**</b>	<b>0,07*</b>
“Rouba mas faz”	0,04	0,04

(\*) coef. signif. nível 0,05; (\*\*) coef. signif. nível 0,01; demais coef. não signif. estatisticamente.

**Obs:** associações estatisticamente significativas estão em negrito.

**Fonte:** ESEB, 2002.

Há duas correlações positivas com “preferência partidária”<sup>19</sup>, no sentido esperado: maior “preferência” por partidos à esquerda entre eleitores mais autoritários (com relação à maior aceitação de maior controle da sociedade pelo Estado) clientelistas. Há correlações positivas (mas de baixa magnitude) com rejeição, no sentido esperado: maior rejeição por partidos de esquerda entre eleitores mais autoritários, clientelistas, ou conservadores (em questões morais) e entre os contrários à regulação do mercado por parte do Estado. A Tabela 7 mostra o cruzamento entre o posicionamento ideológico dos partidos que representam o eleitor, segundo o índice de autoritarismo deste último.

<sup>19</sup> Embora a pergunta fosse sobre “qual o partido que representa melhor a maneira de pensar” (do eleitor), vamos nos referir aqui à “preferência partidária” do eleitor. Um dos problemas deste estudo, porém, é o fato de que, pelo menos no que respeita aos “sentimentos positivos” manifestados pelos eleitores, os dois primeiros surveys não podem ser comparados, estritamente, com os dois últimos, já que as perguntas formuladas aos eleitores eram diferentes. De toda forma, como os dados não revelam um contraste claro entre os dois primeiros surveys (tomados em conjunto) e os dois últimos (também tomados em conjunto) - o que poderia ser creditado às diferenças de enunciados das questões -, acreditamos que possam dar indícios da evolução das manifestações positivas dos eleitores em relação aos partidos ao longo do tempo. No caso dos “sentimentos negativos”, a pergunta sobre “rejeição” foi similar nos três últimos surveys, embora não tenha sido apresentada no primeiro.

**Tabela 7 - Posicionamento ideológico dos partidos que representam o eleitor, segundo o índice de autoritarismo dos eleitores, 2002 (%)**

Posicionamento ideológico dos partidos que representam o eleitor	Índice de autoritarismo			
	Baixo	Médio	Alto	Total
Esquerda	82	72	49	70
Centro	12	20	38	21
Direita	7	9	13	9
(N)	(288)	(371)	(196)	(855)

Gama: 0,39 (Sig. 0,001).

Fonte: ESEB, 2002.

Há, como esperado, um declínio substancial da “preferência” por partidos de esquerda e um aumento da “preferência” por partidos de centro e direita, à medida que passamos dos eleitores menos autoritários para os mais autoritários (ou seja, aqueles que se manifestam mais em acordo com a proibição de protestos contra o governo).

Na Tabela 8, são apresentadas as correlações entre os sentimentos partidários dos eleitores e os índices que sintetizam suas opiniões políticas (ver Apêndice Metodológico 4) no survey de 2007 (LAPOP-Brasil).

**Tabela 8 - Correlação entre opiniões políticas e sentimentos partidários, segundo posicionamento ideológico dos partidos, 2007**

Índices (que sintetizam opiniões políticas dos eleitores)	Sentimento Partidário	
	Partido que representa	Rejeição
Autoritarismo 1 (controle do Estado sobre a sociedade)	-0,03	0,04
Autoritarismo 2 (direitos políticos oposição e minorias)	0,05	-0,03
Autoritarismo 3 (apoio a golpes de Estado)	<b>- 0,20*</b>	0,12
Apoio à Concentração do Poder Político	<b>- 0,21*</b>	<b>- 0,21 **</b>
Radicalismo	0,13	- 0,07
Liberalismo Econômico	<b>0,22*</b>	0,06
Participacionismo	0,03	<b>0,12*</b>
Igualitarismo	- 0,02	0,06
Conservadorismo Moral	0,01	<b>0,16*</b>
Clientelismo	- 0,10	- 0,04
“Rouba, mas faz”	- 0,11	- 0,01

Obs: associações estatisticamente significativas estão em negrito.

Fonte: LAPOP-Brasil, 2007.

Há apenas uma correlação positiva estatisticamente significativa entre os índices e “preferências partidárias”: a preferência por partidos de esquerda é proporcionalmente menor entre os eleitores menos liberais em matéria econômica; por outro lado, há duas correlações estatisticamente significativas no sentido inverso ao “esperado”: a “preferência” por partidos de esquerda aumenta à medida que passamos dos eleitores que menos apóiam para os que mais apóiam a concentração do poder político nas mãos do presidente ou dos menos para os mais autoritários (ou seja, que mais “apoiariam” eventuais golpes de Estado por parte dos militares)<sup>20</sup> (Tabelas Anexas 2 e 3).

Quanto à rejeição, as correlações estatisticamente significantes no sentido esperado são fracas: partidos de esquerda tendem a ser mais rejeitados por eleitores menos favoráveis à participação social, ou mais conservadores (do ponto de vista moral). A maior correlação encontrada, porém, é no sentido inverso ao esperado: a rejeição a partidos de esquerda declina entre os eleitores que mais apóiam a centralização do poder político nas mãos do presidente. Em relação a este índice (Apêndice Metodológico 4, item 4.6), os dados relativos aos sentimentos positivos e negativos em relação aos partidos reforçam uma tendência (contrária à esperada inicialmente): a “preferência” quanto a partidos de esquerda aumenta à medida que passamos dos eleitores com baixo aos com alto índice de adesão à concentração do poder político (nas mãos do presidente da República). O inverso ocorre com a rejeição, que é tanto menor em relação aos partidos de esquerda à medida que cresce o índice de adesão à concentração do poder político por parte dos eleitores<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Rigorosamente, dever-se-ia dizer que estes eleitores são os que veriam como mais justificáveis (em um maior número de circunstâncias) eventuais golpes militares. A expressão “apoio” tem aqui este sentido.

<sup>21</sup> Quase todas as tabelas apresentadas ao longo do texto agrupam os partidos segundo seu posicionamento ideológico. Embora não seja possível apresentar dados individualizados para cada partido, pelo menos no que se refere ao PT são apresentados, nas Tabelas Anexas 4 e 5, dados das correlações entre as “preferências” por este partido e as opiniões políticas dos eleitores no primeiro e no último survey, de forma a permitir o contraste. Mesmo operacionalizando a “preferência” como dicotômica (“com” e “sem”), utilizamos o coeficiente Gama (no lugar do coeficiente de contingência), de forma a deixar claro o sentido (positivo ou negativo) da associação.

### Comparação entre os quatro surveys

Uma primeira comparação é realizada a partir do índice de autoritarismo, por ser o único que capta opiniões relativas a uma dimensão semelhante da opinião do eleitorado (relativa ao grau de controle do Estado sobre as manifestações da sociedade) (Tabela 9).

**Tabela 9 - Correlação entre índice de autoritarismo (relativo ao grau de controle do Estado sobre a sociedade) e sentimentos partidários dos eleitores, 1990, 1997, 2002, 2007**

Ano	Sentimento Partidário	
	Partido preferido ou que representa o eleitor (1)	Rejeição
1990	0,41 **	ND
1997	0,23 **	0,39 **
2002	0,39 **	0,13 **
2007	- 0,03	- 0,04

ND = Não há dados sobre rejeição no survey de 1990.

(\*) coef. sig. nível 0,05; (\*\*) coef. sig. nível 0,01; demais coef. não sig. estatisticamente.

(1) Partido preferido (1990 e 1997) ou partido que representa o eleitor (2002 e 2007).

**Fontes:** Cedec-Datafolha, 1990; Fundação Perseu Abramo, 1997; ESEB, 2002; LAPOP-Brasil, 2007.

Enquanto nos surveys de 1990, 1997 e 2002 os coeficientes de correlação encontrados entre o índice de autoritarismo e os sentimentos partidários (tanto “preferência”, quanto rejeição partidária) são positivos e estatisticamente significativos (sendo, na realidade, maiores do que os coeficientes relativos às demais opiniões ou índices, em cada caso), os coeficientes encontrados em 2007 são praticamente nulos. Ou seja, com base no índice que permite maior comparabilidade entre os diferentes surveys, destaca-se a diferença entre o de 2007 e os demais<sup>22</sup>.

Mas, a comparação mais completa é feita na Tabela 10, que quantifica a proporção (sobre o total de casos analisados) de correlações entre opiniões (ou índices) e sentimentos partidários, em cada um dos quatro surveys, conforme a magnitude e a significância estatística.

---

<sup>22</sup> E é importante ressaltar que os baixos coeficientes de correlação encontrados para 2007 não podem ser debitados ao relativamente pequeno número de casos que acabou permanecendo na análise, já que os coeficientes de correlação não dependem do tamanho da amostra.

**Tabela 10 - Porcentagem sobre total de casos de correlações entre opiniões e sentimentos partidários, conforme magnitude e significância estatística das correlações, 1990, 1997, 2002, 2007**

Sentido da correlação	Magnitude e nível de significância estatística das correlações	Ano			
		1990	1997	2002	2007
Positivo	Estatist. não significativa $\geq 0,10$ *; ou Estatist. significativa $\leq 0,20$	13	29	29	18
	Estatist. significativa $> 0,20$	53	17	14	5
	Total (%)	66	46	43	23
Negativo	Estat. não sign. $\geq 0,10$ ; ou Estatist. significativa $\leq 0,20$	0	0	0	9
	Estatist. significativa $> 0,20$	0	0	0	14
	Total (%)	0	0	0	23
Nº total de casos (N)**		(15)	(24)	(14)	(22)

\*Como nos surveys de 1997 e 2007 as amostras (ou subamostras a que foram aplicadas as questões em estudo) eram menores do que em 1990 e 2002, isso pode afetar a probabilidade de significância. Dessa forma, optamos por considerar também as correlações estatisticamente não significativas, mas com coeficiente maior do que 0,10. Foram 5 em 1997 e 2 em 2007.

\*\* N° total de casos = número de cruzamentos entre opiniões (ou índices) e sentimentos partidários (positivos e negativos).

**Fontes:** Cedec-Datafolha, 1990; Fundação Perseu Abramo, 1997; ESEB, 2002; LAPOP-Brasil, 2007.

Dos 15 “casos” analisados em 1990, em 8 (53% dos casos) tivemos coeficientes de correlação estatisticamente significativos e de magnitude superior a 0,20 e em outros 2 (13% dos casos) os coeficientes eram estatisticamente significativos, mas abaixo de 0,20<sup>23</sup>. Em 1997, dos 24 “casos” analisados, em 17% (4 casos) os coeficientes foram estatisticamente significativos e de magnitude superior a 0,20; em outros 29% os coeficientes eram estatisticamente significativos, mas abaixo de 0,20, ou estatisticamente não-significativos, mas acima de 0,10. Em 2002, dos 14 casos analisados, em 14% (2 casos) os coeficientes foram estatisticamente significativos e de magnitude superior a 0,20; em outros 29% (4 casos) os coeficientes eram estatisticamente significativos, mas abaixo de 0,20. Todas estas correlações ocorreram no sentido teoricamente aqui esperado. Por fim, em 2007, dos 22 casos analisados, em 5% (1 caso) o coeficiente foi estatisticamente significativo e de magnitude superior a 0,20; em outros 18% (4

<sup>23</sup> Em 1990 foram correlacionadas 15 diferentes opiniões (incluindo o índice de autoritarismo) com preferência partidária; em 1997 foram correlacionadas 14 diferentes opiniões com preferência partidária e 10 opiniões com rejeição partidária (porque tanto a pergunta referente a este último sentimento partidário, quanto a várias opiniões foram empregadas apenas a uma parte da amostra, de forma que em alguns casos o cruzamento entre as variáveis resultava num conjunto vazio); em 2002, a “preferência” e a rejeição partidárias foram cruzadas com 7 índices, resultando em 14 “casos”; em 2007 foram 11 índices, resultando em 22 casos.

casos) os coeficientes eram estatisticamente significativos, mas abaixo de 0,20, ou estatisticamente não-significativos, mas acima de 0,10. Por outro lado, há 23% dos casos em que a correlação é negativa, ou seja, em sentido inverso ao teoricamente esperado, sendo duas delas com coeficiente superior a - 0,20. A tendência mais geral é de declínio das correlações positivas estatisticamente significativas e de maior magnitude (maiores que 0,20) ao longo do tempo, chegando a ocorrer correlações negativas de certa magnitude no survey de 2007.

### **Considerações finais**

O estudo aqui realizado tem várias limitações de ordem metodológica: além das limitações apontadas no início, relacionadas ao fato de não contarmos com estudos de painel, e de fazermos uma análise bivariada (apenas correlacionando cada sentimento partidário com cada opinião, ou índice), devem-se acrescentar outras, devidas às grandes diferenças dos surveys: as amostras são de tamanhos diferentes, em algumas pesquisas, algumas questões foram aplicadas a apenas parte da amostra, o que afeta o cálculo da probabilidade de significância das estatísticas apresentadas<sup>24</sup>. Além disso, as questões usadas variam de um survey a outro (no que se refere aos sentimentos partidários, às opiniões políticas e ao auto-posicionamento ideológico dos eleitores). É um conjunto bastante importante de problemas, que limita o alcance das conclusões aqui tiradas. De toda forma, ainda que precisem ser estudados com base em dados e metodologia mais adequados, alguns achados do presente estudo merecem ser destacados:

1º) A magnitude da grande maioria das correlações encontradas parece indicar que, em relação a muitos assuntos, as diferenças de opinião de grande parte dos eleitores que manifestam sentimentos em relação a diferentes partidos não são muito acentuadas. Especialmente no início do período estudado, porém, foram encontradas diferenças substantivas em relação a certas opiniões (detalhadas a seguir);

2º) Consideradas estas ressalvas, há indícios que suportam a hipótese norteadora do trabalho: a) no que se refere à identificação ideológica, os “eleitores petistas” e os “eleitores peessedebistas”, que em 1990 posicionavam-se claramente à esquerda e ao centro, respectivamente (em relação ao conjunto do eleitorado), vão progressivamente, mas especialmente em 2007, indiferenciando-se do conjunto do

---

<sup>24</sup> De toda forma, deve ser destacado que, em 1997, como as perguntas sobre opinião política foram, em sua grande maioria, aplicadas a apenas parte da amostra, isso resultou em cruzamentos com os sentimentos partidários com relativamente baixos números de casos, mas, comparativamente, isso não levou a um percentual menor de correlações estatisticamente significativas do que em 2002, em que o número de casos resultantes de cruzamentos semelhantes eram bem maiores (compare-se, por exemplo, as Tabelas 8 e 10).

eleitorado; b) quanto às opiniões políticas dos eleitores, há uma tendência de declínio das correlações positivas (especialmente as de maior magnitude) com os sentimentos partidários, ao longo do tempo. O contraste entre 1990 e 2007 é muito nítido: em 1990, havia maior preferência por partidos à esquerda entre eleitores mais democráticos, igualitários, participativos ou liberais (em questões morais). Em 2007, as opiniões dos eleitores têm muito pouca associação com o partido que preferem ou rejeitam, ou, quando há associação, pode haver associação com algumas opiniões no “sentido esperado”.

Em suma, se, em 1990, os eleitores com preferência por diferentes partidos distinguíam-se razoavelmente entre si no que se refere ao seu auto-posicionamento ideológico e suas opiniões políticas, ao final do período estas diferenças são muito pequenas e não têm um sentido único.

Em parte esta variação parece estar associada às mudanças no perfil do eleitorado com “preferência”<sup>25</sup> pelo PT, o partido com identificação mais nítida junto aos eleitores brasileiros. Este eleitorado, ao final do período aqui estudado, tem menor peso do sudeste e maior do nordeste; menor peso dos eleitores com maior nível de instrução e maior peso dos menos instruídos. Esta mudança de perfil deve-se, parcialmente, à “saída” de uma parte do eleitorado petista mais ideológico - face àqueles sinais de menor consistência ideológica e de menor consideração pela ética, nos comportamentos partidários - e parcialmente à “entrada” de um eleitor mais pobre e menos escolarizado, por conta dos resultados positivos da gestão do governo Lula, especialmente das políticas econômica e social. Assim, os sinais emitidos pelos partidos, no sentido de uma maior indiferenciação ideológica, acabam impactando as preferências partidárias, fazendo com que as diferenças mais nítidas (em termos de perfis socioeconômicos e em termos das opiniões políticas) existentes entre os “eleitores partidários” no início do período estudado se diluam.

---

<sup>25</sup> O termo “preferência”, aqui, inclui as diferentes manifestações de sentimentos positivos em relação ao partido, mencionadas ao longo do estudo. É provável que tenha havido também uma mudança no perfil do eleitor com rejeição pelo PT.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, A. "Ideologia e comportamento eleitoral: evidências de que a ideologia não é importante para explicar o voto". *Paper* apresentado ao XXV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2001.

\_\_\_\_\_. (com a colaboração de Clifford Young). *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BALBACHEVSKY, E. "Identidade Partidária e Instituições Políticas no Brasil". *Lua Nova*, São Paulo, nº26, 1992.

CARREIRÃO, Y. *A decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Rio de Janeiro/Florianópolis: Editora da FGV/EDUFSC, 2002.

\_\_\_\_\_. "Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina". *Opinião Pública*. Campinas, vol.12, nº1, 2006.

\_\_\_\_\_. "Relevant factors for the voting decision in the 2002 presidential election: an analysis of the ESEB (Brazilian Electoral Study) Data". *Brazilian Political Science Review*, vol. 1, nº 1, p.70-101, 2007.

CARREIRÃO, Y. e KINZO, M. D'ALVA. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)". *Dados*. Rio de Janeiro, vol.47, nº1, 2004.

CARREIRÃO, Y. e BARBETTA, P. "A eleição presidencial de 2002: a decisão de voto na região da Grande São Paulo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº56, 2004.

CASTRO, M. M. M. *Determinantes do Comportamento Eleitoral: A Centralidade da Sofisticação Política*. Tese de Doutorado. IUPERJ, 1994.

CERVI, E. U. *Opinião pública e política no Brasil*. Tese de Doutorado. IUPERJ, 2006.

KINZO, M. D'ALVA. "A Eleição Presidencial de 1989: o Comportamento Eleitoral em uma Cidade Brasileira". *Dados*, Rio de Janeiro, vol.35, nº1, 1992.

LAMOUNIER, B. (org.). *Ouvindo o Brasil*. Uma análise da opinião pública brasileira hoje. São Paulo: Sumaré/IDESP, 1992.

MENEGUELLO, R. "Electoral Behavior in Brazil: the 1994 Presidential Election". *International Social Science Journal*, nº146, 1995.

METENHEIM, K. V. *The Brazilian voter: mass politics in democratic transition (1974-86)*. Pittsburgh/London: University of Pittsburgh Press, 1995.

NICOLAU, J. "An analysis of the 2002 presidential elections using logistic regression". *Brazilian Political Science Review*, vol.1, nº1, p.125-135, 2007.

PAIVA, D.; BRAGA M. S. e PIMENTEL, J. "Eleitorado e partidos políticos no Brasil". *Opinião Pública*. Campinas, vol.13, nº2, 2007.

PIERUCCI, F. "As bases da nova direita". *Novos Estudos*, CEBRAP, nº19, 1987.

\_\_\_\_\_. Linguagens autoritárias, voto popular. In: DAGNINO, E. (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PIERUCCI, F. e LIMA, M. "A direita flutuante". *Novos Estudos*, CEBRAP, nº29, 1991.

RENNÓ, L. "Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006". *Opinião Pública*. Campinas, vol.13, nº2, 2007.

SANTOS, F. Governos de coalizão no sistema presidencial. In: AVRITZER, L. e ANASTÁSIA, F. *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SILVEIRA, F. *A decisão de voto no Brasil*. Porto Alegre: EdipucRS, 1998.

SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

VEIGA, L. "Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002". *Opinião Pública*. Campinas, vol.13, nº2, 2007.

VENTURI, G. "A opinião pública diante da crise". *Teoria e Debate*, nº66, 2006.

### **Apêndices Metodológicos - criação dos índices**

Cada índice foi criado recodificando as respostas às questões que compunham uma mesma dimensão da opinião dos eleitores (dando valores adequados a cada resposta e eliminando as respostas “não sabe”, “não respondeu”). Antes de formar cada índice foi feito o teste de Alpha de Cronbach, para verificar sua consistência (ou seja, verificar se as respostas “mediam” efetivamente uma mesma dimensão da opinião). Em caso positivo, as respostas foram somadas, de maneira a formar o índice, que depois foi finalmente recodificado, dividindo a amostra em três grupos (com índice baixo, médio e alto), compostos, cada um, de cerca de um terço da amostra.

#### ***Apêndice Metodológico 1 - Operacionalização do índice de autoritarismo (survey USP-Cedec-Datafolha 1990)***

(1) Índice de autoritarismo (dimensão: Estado x sociedade):

Pergunta: “Você concorda ou discorda que o governo”:

- a) use a polícia contra manifestações de rua?
- b) processe quem for contra sua autoridade?
- c) faça leis que proíbam manifestações de protesto?
- d) use tropas para acabar com greve?

Recodificação: discorda = 0; depende = 0,5; concorda = 1;

Índice recodificado: Baixo = 0 a 0,5; Médio = 1 a 2; Alto = 2,5 a 4;

Análise de confiabilidade: Alpha: 0,74. Correlações entre itens: entre 0,32 e 0,49.

#### ***Apêndice Metodológico 2 - Operacionalização do índice de autoritarismo (survey Fundação Perseu Abramo 1997)***

(1) Índice de autoritarismo (dimensão: Estado x sociedade):

Pergunta: “Você é a favor ou contra que o governo brasileiro possa ter o direito de”:

- a) proibir greves?
- b) intervir nos sindicatos?
- c) proibir a existência de algum partido?
- d) censurar jornais, TVs e rádio?
- e) fechar o Congresso Nacional?

Recodificação: A favor, totalmente = 1; A favor, em parte = 0,75; Contra, em parte = 0,25;

Contra, totalmente = 0;

Análise de confiabilidade: Alpha: 0,65. Correlações entre 0,18 e 0,39;

Índice recodificado: Baixo = 0 a 0,5; Médio = 0,75 a 1,5; Alto = 1,75 a 5.

**Apêndice Metodológico 3 - Operacionalização dos índices relativos ao ESEB 2002**

3.1) Índice de Clientelismo: foram incluídas 7 questões (93;95; 97; 99; 101;103 e104), que indagam, p/ex.: “Um candidato oferece uma cadeira de rodas para um deficiente físico. O que ele deveria fazer: 1) aceitar a cadeira de rodas e votar no candidato, ou 2) não aceitar a cadeira e votar em outro candidato”. O mesmo é feito em relação a outros itens.

Recodificação: 1 = 1; outras respostas = 0;

Análise de confiabilidade: Alpha: 0,89. Correlações entre os itens são todas positivas;

Índice recodificado: Baixo (0 ou 1); Médio (2 a 4); Alto (5 a 7).

3.2) Índice “Rouba-Mas-Faz”: (a partir das frases da questão105): a) “em geral, políticos muito honestos não sabem governar”; b) “não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas de que a população precisa”; c) “é melhor um político que faça muitas obras, mesmo que roube um pouco, do que um político que faça poucas obras e não roube nada”; d) “existem alguns políticos que são honestos”; e) “é possível fazer obras públicas sem roubar”; f) “político honesto não tem sucesso na política”; g) “um político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população”; h) “políticos muito honestos prejudicam o funcionamento do governo”; i) “um político que faz um bom governo deve poder desviar dinheiro público para financiar sua campanha eleitoral”; j) “é melhor resolver rapidamente um problema da população, mesmo que para isso seja preciso pagar por fora”; k) “todos os políticos roubam”.

Recodificação: - itens a/b/c/f/g/h/i/j/k - respostas “concorda” (um pouco; muito) = 1; respostas “discorda” (um pouco; muito) ou “nem concorda nem discorda” = 0;

- itens d/e - respostas “concorda” (um pouco; muito) = 0; respostas “discorda” (um pouco; muito) ou “nem concorda nem discorda” =1;

Análise de confiabilidade: Alpha: 0,74. Correlações entre os itens são todas positivas;

Índice recodificado: Baixo (0 a3); Médio (4 a 6); Alto (7 a 11).

3.3) Índice de Autoritarismo (dimensão: protesto contra o governo): questão111: “agora eu vou mencionar vários tipos de protestos\* contra o governo e gostaria que o(a) sr(a). dissesse se o protesto deve sempre ser permitido (1) , deve ser permitido na maioria das vezes (2); deve ser proibido na maioria das vezes (3); ou se deve ser sempre proibido (4)”. \*(abaixo assinado; passeatas; comícios; greves; bloqueio de estradas; ocupação de prédios públicos; ocupação de terras).

Recodificação: respostas 1 = 0; 2 = 1; 3 = 2; 4 = 3 ; outras respostas = missing;

Análise de confiabilidade: Alpha: 0,68. Correlações entre os itens são todas positivas;

Índice recodificado: Baixo = 0 a 8; Médio = 9 a 12; Alto = 13 a 21.

3.4) Índice de regulação do mercado pelo estado: frases da questão 108: a) “o governo deve controlar o preço de todos os serviços básicos, como por exemplo, do transporte”; b) “o governo deve dizer tudo o que as empresas têm que fazer, como por ex., quantos banheiros elas têm que ter”; c) “só as empresas, e nunca o governo, têm que treinar a mão-de-obra”; d) “o governo deve socorrer as empresas em dificuldades”; e) “o governo deve definir qual o valor dos salários de todos os funcionários de todas as empresas do Brasil; f) “só as empresas, e nunca o governo, devem escolher onde construir uma nova fábrica”; g) “o governo deve controlar os preços de todos os produtos vendidos no Brasil”;

Recodificação: · itens a / b / d / e / g : 5 (concorda muito) = 2; 2 a 4 (concorda um pouco; nem concorda nem discorda; discorda um pouco) = 1; 1 (discorda muito) = 0; outras resp. = missing; · itens c / f : 5 = 0; 2 a 4 = 1; 1 = 2; outras respostas = missing;

Análise de confiabilidade: Alpha: 0,36 (apesar do valor baixo, o índice foi mantido);

Índice recodificado: Baixo = 0 a 7; Médio = 8 a 10; Alto = 11 a 14.

3.5) Índice de fechamento do mercado para o exterior: frases da questão 109: a) “o governo precisa dificultar mais a entrada de produtos estrangeiros no Brasil”; b) “o governo deve proibir o emprego de trabalhadores estrangeiros no Brasil”; c) “o governo deve permitir que empresas estrangeiras enviem todo o lucro para o exterior”; d) “o governo deve oferecer facilidades para atrair investimentos de grandes empresas estrangeiras para o Brasil”; e) “o governo deve proibir que estrangeiros comprem terras no Brasil”; f) “o governo deve obrigar todas as empresas estrangeiras a irem embora do Brasil”. (item g foi retirado; tinha baixas correlações com outros itens).

Recodificação: · itens a / b / e / f : 5 = 2; 2 a 4 = 1; 1 = 0; outras respostas = missing;

· itens c / d : 5 = 0; 2 a 4 = 1; 1 = 2; outras respostas = missing;

Análise de confiabilidade: Alpha: 0,41 (apesar do valor baixo, o índice foi mantido);

Índice recodificado: Baixo = 0 a 5 ; Médio = 6 a 7; Alto = 8 a 14.

3.6) Índice de liberalismo econômico: frases da questão 107: “Quem deve administrar a/o \_\_\_\_; só empresas do governo ou só empresas particulares?” (educação; saúde; previdência social; justiça; transporte; estradas e rodovias; fornecimento de água; serviço de esgoto; recolhimento de lixo; energia elétrica; telefone fixo; celular; bancos; fabricação de carros).

Recodificação: só empresas do governo = 0; empresas do governo e particulares = 1; só empresas particulares = 2;

Análise de confiabilidade: Alpha: 0,84. Correlações entre os itens são todas positivas;

Índice recodificado, para 3 valores: Baixo = 0 a 4 ; Médio = 5 a 10; Alto = 11 a 28.

3.7) Índice de conservadorismo moral

Perguntas: “Vou ler para o sr/sra mais uma série de frases e gostaria que o sr./sra. dissesse se discorda muito (1), discorda um pouco (2), nem concorda nem discorda (3); concorda um pouco (4) ou concorda muito (5):

P106a) Um programa de TV que defende o casamento de homem com homem a mulher com mulher deve ser proibido;

P106b) Um programa de TV que diz que Deus não existe deve ser proibido;

P106c) Um programa de TV com cenas de violência deve ser proibido”;

Obs: p106d foi retirada; tinha baixas correlações com outros itens.

Recodificação: 0 a 5 = valores foram mantidos; outras = missing;

Análise de confiabilidade: Alpha: 0,64 (correlações entre itens: 0,31 a 0,44);

Índice recodificado: Baixo (3 a 10); Médio (11 a 14); Alto (15).

#### ***Apêndice Metodológico 4 - Operacionalização dos índices relativos ao LAPOP (2007)***

4.1) Índice de Autoritarismo 1 (dimensão: grau de controle do Estado sobre a sociedade)

Pergunta: “Agora vamos falar de algumas ações que o Estado pode tomar. Continuaremos usando uma escala de um a dez. Nesta escala 1 significa que o(a) sr(a). desaprova totalmente e o 10 significa que aprova totalmente.” “Até que ponto aprova ou desaprova”

D32: uma lei que proíba os protestos públicos?

D33: uma lei que proíba reuniões de qualquer grupo que critique o sistema político brasileiro?

D34: que o governo censure programas de televisão?

D35: que o governo censure programas de televisão que defendem o casamento de homem com homem e mulher com mulher?

D36: que o governo censure livros que estão nas bibliotecas das escolas públicas?

D37: que o governo censure aos meios de comunicação que o criticam?

Análise de confiabilidade: alpha: 0,72. Correlações entre itens: de 0,17 a 0,55;

Índice recodificado: Baixo (6 a 15); Médio (16 a 25); Alto (26 a 60).

4.2) Índice de Autoritarismo 2 (dimensão: direitos políticos da oposição e das minorias)

Pergunta: “As perguntas abaixo são para saber sua opinião sobre as diferentes idéias que têm as pessoas que vivem no Brasil. Use sempre a escala de 10 pontos”: “Existem pessoas que sempre falam mal da forma de governo do Brasil, não somente do governo atual, mas sim da forma de governo. O quanto o(a) sr(a) aprova ou desaprova”:

D1) “o direito de votar dessas pessoas?”

D2) “que elas realizem manifestações pacíficas com o propósito de expressar seus pontos de vista?”

D3) “que elas possam candidatar-se para cargos públicos?”

D4) “que elas apreçam na televisão para discursar?”

D5) “E agora, mudando de assunto e pensando nos homossexuais, o quanto o(a) sr(a) aprova ou desaprova que estas pessoas possam candidatar-se para cargos públicos?”

Análise de confiabilidade: alpha: 0,88. Correlações entre itens: de 0,53 a 0,71;

Índice recodificado: Baixo (5 a 24); Médio (25 a 35); Alto (36 a 50).

4.3) Índice de Autoritarismo 3 (dimensão: grau de apoio a golpes de Estado): Pergunta: “Algumas pessoas dizem que em certas circunstâncias se justificaria que os militares tomassem o poder por um golpe de estado. Na sua opinião em quais circunstâncias que eu vou mencionar se justificaria um golpe militar:”

JC1: “Diante de desemprego muito alto”;

JC4: “Diante de muitos protestos sociais”;

JC10: “Quando há muito crime”

JC12: “Diante de inflação alta, com aumento excessivo de preços”;

JC13: “Diante de muita corrupção”.

Respostas recodificadas: 1: “seria justificado” = 1; outras respostas = 0;

Análise de confiabilidade: alpha: 0,94. Correlações entre itens: de 0,68 a 0,79;

Índice recodificado: Baixo (zero); Médio (1 a 2); Alto (3 a 5).

#### 4.4) Índice de Participacionismo

Pergunta: “Este cartão tem uma escala de 10 pontos, sendo que o 1 indica que o(a) sr(a). desaprova totalmente e o 10 indica que aprova totalmente. Vou ler uma lista de algumas ações ou coisas que as pessoas podem fazer para atingir suas metas e objetivos políticos. Quero que me diga o quanto o(a) sr(a). aprovaria ou desaprovava as seguintes ações”:

E5: “a participação de pessoas em manifestações permitidas por lei”;

E8: “a participação de pessoas em uma organização ou grupo para resolver os problemas da comunidade”;

E11: “o trabalho de pessoas em campanhas eleitorais para um partido político ou candidato”.

Análise de confiabilidade: alpha: 0,70. Correlações entre itens: de 0,37 a 0,59;

Índice recodificado: Baixo (3 a 17); Médio (18 a 23); Alto (24 a 30).

(Obs: as perguntas E15, E14 e E2 mostraram ter coeficientes de correlação muito baixos ou negativos com as questões usadas neste índice, por isso, não foram incluídas).

#### 4.5) Índice de Radicalismo Político

Pergunta: “Este cartão tem uma escala de 10 pontos, sendo que o 1 indica que o(a) sr(a). desaprova totalmente e o 10 indica que aprova totalmente. Vou ler uma lista de algumas ações ou coisas que as pessoas podem fazer para atingir suas metas e objetivos políticos. Quero que me diga o quanto o(a) sr(a). aprovaria ou desaprovava as seguintes ações”:

E15: “a participação de pessoas em bloqueios de ruas ou rodovias”;

E14: “a invasão de propriedades ou terrenos privados”;

E2: “a ocupação de fábricas, escritórios ou outros edifícios”;

E3: “a participação de pessoas em um grupo para derrubar um governo eleito por meios violentos”;

E16: “as pessoas fazerem justiça com as próprias mãos quando o Estado não castiga os criminosos”.

Análise de confiabilidade: alpha: 0,79. Correlações entre itens: de 0,32 a 0,71;

Índice recodificado: Baixo (5 a 9); Médio (10 a 16); Alto (17 a 50).

#### 4.6) Índice de apoio à concentração do poder político (nas mãos do presidente da República)

Pergunta: “Levando em conta a situação atual do país me diga com qual das seguintes frases o sr/sra concorda mais:

POP1. 1. Para que o país tenha progresso, é necessário que nossos presidentes limitem a voz e o voto dos partidos da oposição, [ou ao contrário]; 2. Mesmo que o progresso do país se atrase, nossos presidentes não devem limitar a voz e o voto dos partidos da oposição.

POP2. 1. O Congresso impede muito o trabalho de nossos presidentes, e deveria ser ignorado; 2. Mesmo que atrapalhe o trabalho do presidente, nossos presidentes não deveriam passar por cima do Congresso.

POP3. 1. Os juízes atrapalham, com freqüência, o trabalho de nossos presidentes, e deveriam ser ignorados; 2. Mesmo que, às vezes, os juízes atrapalhem o trabalho de nossos presidentes, as suas decisões têm de ser sempre obedecidas.

POP4. 1. Nossos presidentes devem ter o poder necessário para atuar a favor do interesse nacional; 2. O poder de nossos presidentes deve ser limitado para que nossa liberdade não corra perigo.

POP5. 1. Nossos presidentes devem fazer o que o povo quer, mesmo que as leis os impeçam; 2. Nossos presidentes devem obedecer às leis, mesmo que o povo não goste”.

Recodificação: Resp.1 = 1; Resp. 2 = 0; NS/NR = 0.

Análise de confiabilidade: alpha: 0,87. Correlações entre itens: de 0,53 a 0,63;

Índice recodificado: Baixo (zero); Médio (1 e 2); Alto (3 a 5).

#### 4.7) Índice de liberalismo econômico

Perguntas: “Vou ler para o sr/sra mais uma série de frases e gostaria que o sr./sra. dissesse se discorda muito (1), discorda (2), concorda (3) ou concorda muito (4):

PR1: As leis e os impostos do governo impedem as empresas de terem lucros

PR2: A privatização das empresas estatais foi boa para o país

PR3: É preciso dar mais liberdade para as empresas despedirem os empregados

PR7: O governo deveria oferecer menos serviços públicos, como saúde e educação, para reduzir os impostos.

PR9: Quanto menos o governo interferir na economia, melhor para o país”.

Recodificação: 1 = 0; 2 = 0,5; 3 = 1; 4 = 2; demais resp. = missing;

Índice varia de 0 a 10, mas foi recodificado, de forma a dividir a amostra em três grupos de tamanho semelhante: Baixo (0 a 2); Médio (2,5 a 3,5); Alto (4 a 10);

Análise de confiabilidade: correlações entre itens variando de 0,16 a 0,38; alfa de Cronbach: 0,62.

4.8) Índice de igualitarismo:

Perguntas: “Vou ler para o sr./sra mais uma série de frases e gostaria que o sr./sra. dissesse se discorda muito (1), discorda (2), concorda (3) ou concorda muito (4):

PR4: O Brasil estaria bem melhor se nós nos preocupássemos menos com que todo mundo seja igual.

PR5: Nós teríamos menos problemas no Brasil se as pessoas fossem tratadas com mais igualdade.

PR6: Em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres.

PR8: Se o país for rico, não importa que haja muitas desigualdades econômicas e sociais”.

Recodificação: PR4 e PR8: 1 = 2; 2 = 1; 3 = 0,5; 4 = 0; demais respostas = missing;

PR5 e PR6: 1 = 0; 2 = 0,5; 3 = 1; 4 = 2; demais respostas = missing;

Análise de confiabilidade: correlações entre itens variando de 0,06 a 0,57; alfa de Cronbach: 0,43. (Obs: mesmo com estes dados indicando que o índice não é dos mais adequados, resolvemos mantê-lo);

Índice recodificado: Baixo (0 a 4); Médio (4,5 a 5,5); Alto (6 a 8).

4.9) Índice de conservadorismo moral (com respeito a gênero)

Perguntas: “Vou ler para o sr./sra mais uma série de frases e gostaria que o sr./sra. dissesse se discorda muito (1), discorda (2), concorda (3) ou concorda muito (4):

GEN3: No geral, homens são mais adequados para a carreira política do que mulheres.

GEN4: No geral, quando eleitos, homens governam melhor do que mulheres.

GEN5: As mulheres ainda não tem experiência política suficiente para governar bem.

GEN6: Quando o desemprego é elevado, os homens deveriam ter mais direito ao trabalho do que as mulheres.

GEN7: Um diploma universitário é mais essencial aos homens do que às mulheres”.

Recodificação: GEN3 a GEN7: 1 = 0; 2 = 0,5; 3 = 1; 4 = 2; demais respostas = missing;

Análise de confiabilidade: alpha: 0,88. Correlações entre itens: de 0,49 a 0,76;

Índice recodificado: Baixo (0); Médio (0,5 a 2); Alto (2,5 a 10).

4.10) Índice de Clientelismo (Perguntas: RMF1 a RMF7)

“Eu vou ler várias situações e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse o que cada pessoa deveria fazer:

RMF1: Um candidato oferece uma cadeira de rodas para um deficiente físico, o que ele deveria fazer: 1 Aceitar a cadeira de rodas e votar no candidato OU 2 Não aceitar a cadeira e votar em outro candidato? 8 NS 9 NR;

As demais questões são semelhantes, substituindo a cadeira de rodas por outro “bem”:

RMF2: cesta básica de alimentos para família muito pobre;

RMF3: matrícula para filho na escola;

RMF4: dinheiro para o tratamento médico de filho doente;

RMF5: caminhão de tijolos para construir casa;

RMF6: campo de futebol para amigos que jogam junto;

RMF7: bicicleta para uma criança (o que os pais deveriam fazer)?”

Recodificação: 1=1; 2 = 0; outras respostas = missing;

Análise de confiabilidade: alpha: 0,90. Correlações entre itens: de 0,44 a 0,67;

Índice recodificado: Baixo (0 a 2); Médio (3 a 6); Alto (7).

#### 4.11) Índice “Rouba mas faz” (RM8 a RM10; RM13 a RM17)

Perguntas: “Vou ler para o sr/sra mais uma série de frases e gostaria que o sr./sra. dissesse se discorda muito (1), discorda (2), concorda (3) ou concorda muito (4):

RM8: Em geral, políticos muito honestos não sabem governar.

RM9: Não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas de que a população precisa.

RM10: É melhor um político que faça muitas obras, mesmo que roube um pouco, do que um político que faça poucas obras e não roube nada.

RM13: Político honesto não tem sucesso na política.

RM14: Um político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população.

RM15: Políticos muito honestos prejudicam o funcionamento do governo.

RM16: Um político que faz um bom governo deve poder desviar dinheiro público para financiar sua campanha eleitoral.

RM17: É melhor resolver rapidamente um problema da população, mesmo que para isso seja preciso pagar por fora”.

Recodificação: 1 = 0; 2 = 0,5; 3 = 1; 4 =2; outras respostas = missing;

Análise de confiabilidade: alpha: 0,74. Correlações entre itens: de 0,07 a 0,52;

Índice recodificado: Baixo (0 a 2,5); Médio (3 a 5,5); Alto (6 a 16).

**Tabelas anexas**

**Tabela Anexo 1 - Preferências pelos principais partidos, segundo o índice de autoritarismo dos eleitores, 1990 (%)**

Posicionamento ideológico do partido	Preferência Partidária	Índice de autoritarismo			
		Baixo	Médio	Alto	Total
Direita	PDS	3	6	7	5
	PFL	2	5	5	4
	PRN	5	9	9	8
Centro	PMDB	9	10	14	11
	PSDB	4	2	1	2
Esquerda	PDT	6	5	2	4
	PT	17	9	2	10
Outras situações*		54	54	60	57
(N)		(727)	(818)	(623)	(2168)

\*Preferência por outros partidos; sem preferência partidária.

Fonte: Cedec-USP-Datafolha, março, 1990.

**Tabela Anexo 2 - “Preferências partidárias” dos eleitores, agregadas conforme os posicionamentos ideológicos dos partidos, segundo o índice de apoio à concentração do poder político, 2007 (%)**

“Preferências partidárias”* (agregadas conforme os posicionamentos ideológicos dos partidos)	Índice de apoio à concentração do poder político			
	Baixo	Médio	Alto	Total
Esquerda	61	70	76	69
Centro	26	24	16	22
Direita	13	7	8	9
(N)	(97)	(164)	(101)	(362)

Gama = - 0,21 (Sig.: 0,020). \* “Partido que representa como o eleitor pensa”.

Fonte: LAPOP-Brasil, 2007.

**Tabela Anexo 3 - “Preferências partidárias” dos eleitores, agregadas conforme os posicionamentos ideológicos dos partidos, segundo o índice de autoritarismo 3 (apoio a golpes de Estado), 2007 (%)**

“Preferências partidárias” (agregadas conforme os posicionamentos ideológicos dos partidos)	Índice de autoritarismo 3 (apoio a golpes de Estado)			
	Baixo	Médio	Alto	Total
Esquerda	66	74	78	71
Centro	23	20	15	20
Direita	11	6	7	9
(N)	(155)	(84)	(94)	(333)

Gama = - 0,20 (Sig.: 0,035).

Fonte: LAPOP-Brasil, 2007.

**Tabela Anexa 4 - Correlações entre opiniões políticas e preferência pelo PT, 1990**

Opiniões Políticas	Correlação
Índice de Autoritarismo (Estado x sociedade)	0,52**
Democracia x ditadura	0,02
Minoria deve obedecer	0,24**
Mudanças: líder x participação popular	0,32**
Volta militares ao poder	0,32**
Mudanças só com violência	0,00
Socialismo é solução dos problemas sociais	0,02
É bobagem mudar leis, porque elas não são respeitadas	0,05
Manter família x acabar casamento infeliz	0,30**
Proteger pobres prejudica quem trabalha	0,28**
No capitalismo quem se esforça fica rico	0,29**
Seria melhor se só existisse um partido	0,34**
Ajudar os pobres é com ajuda do governo	- 0,22 **
Só deveriam votar as pessoas com estudo	0,15*
País rico não importa desigualdade social	0,35**

Fonte: CEDEC-USP-Datafolha, março, 1990.

**Tabela Anexa 5 - Correlações entre opiniões políticas e Preferência pelo PT(\*), 2007**

Índices (que sintetizam opiniões políticas)	Correlação	Valor do Índice (%)		
		Baixo	Médio	Alto
Autoritarismo 1 (controle do Estado sobre a sociedade)	0,10	13	18	17
Autoritarismo 2 (direitos políticos da oposição e das minorias)	0,20**	20	16	12
Autoritarismo 3 (apoio a golpes de Estado)	-0,16*	15	15	23
Liberalismo econômico	0,13	21	16	15
Conservadorismo Moral	- 0,03	16	17	17
Cientelismo	0,06	16	19	14
“Rouba, mas faz”	0,12	21	16	16
Apoio à Concentração do Poder Político	- 0,25 **	11	16	22
Radicalismo	0,06	15	18	17
Participacionismo	0,06	16	15	18
Igualitarismo	0,10	15	17	15

(\*) Partido que representa o eleitor; ND = Não há dados.

Fonte: LAPOP-Brasil, 2007.

# *Mulher para presidente do Brasil?*

## *Gênero e política na perspectiva do eleitor brasileiro*

---

---

**Simone R. Bohn**

Department of Political Science  
York University

---

---

**Resumo:** De acordo com alguns autores, o processo de modernização, além de provocar alterações sociais estruturais (como industrialização e urbanização e todos os seus efeitos correlatos), também concorre para a modificação do sistema de valores e atitudes tradicionais na direção da emergência de valores ditos modernos - ou seja, seculares e de auto-expressão. Dentre os últimos inclui-se a aceitação do princípio da igualdade de gênero. O objetivo deste artigo é verificar, mediante a análise do survey LAPOP-Brasil 2007, em que medida os cidadãos brasileiros - parte de uma sociedade moderna, porém de redemocratização recente - mostram-se favoráveis à participação equitativa da mulher na arena política formal. Os dados demonstram que, embora a maioria no Brasil seja, em tese, favorável, à participação equitativa da mulher na política, a rejeição do princípio da igualdade de gênero, quando ocorre, associa-se com valores e atitudes de conservadorismo moral e social e também de baixo apoio ao regime democrático, o que indica a permanência de bolsões de atitudes e valores tradicionais, conservadores e autoritários no interior da sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** igualdade de gênero; modernização; valores; conservadorismo; autoritarismo.

**Abstract:** According to some authors, the modernization process, besides bringing about major changes in the social structure (such as industrialization, urbanization and all its related effects), also fosters changes in the system of traditional values and attitudes in the direction of emergence of the so-called modern values – secular and self-expression values. Among the latter, one would include the acceptance of the principle of gender equality. The goal of this article is to verify, through the analysis of the LAPOP-Brazil 2007 survey, the degree to which Brazilian citizens – part of a modern but recently democratized society – are favorable to the equitable participation of women in the formal political arena. The data show that, even though the majority in Brazil theoretically accepts the participation of women in politics, the rejection of the principle of gender equality, when occurs, is associated with social and moral conservative values and attitudes and with low support for democracy – which indicates that pockets of traditional, conservative and authoritarian values still predominates in the Brazilian society.

**Keywords:** gender equality; modernization; values; conservatism; authoritarianism.

## Introdução<sup>1</sup>

Até que ponto os eleitores brasileiros estão dispostos a aceitar que uma mulher seja eleita e assuma o posto de Presidente da República do Brasil? Em que medida apóiam o princípio da igualdade de gênero na esfera política formal? O objetivo deste artigo é verificar se o sistema de valores, atitudes e comportamentos difundido entre os cidadãos brasileiros contém atitudes favoráveis à participação equitativa da mulher na política.

Por quê o tema da igualdade de gênero é socialmente relevante e importante como tópico de pesquisa acadêmica? Por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, iniquidades de qualquer tipo – seja de gênero, racial, étnica, sexual etc. – evidenciam a existência de estruturas de dominação que alteram significativamente um dos princípios fundamentais de sociedades democráticas, a igualdade de oportunidades entre os distintos grupos sociais (MARSHALL, 1950; TOCQUEVILLE, 1994). A permanência da desigualdade de gênero (ENLOE, 1989; FLAX, 1987; PETERSON e RUNYAN, 1999), em particular, aponta para a limitada democratização da sociedade, uma vez que indica que a democracia procedimental (SCHUMPETER, 1976) em vigor na arena política formal inexistente em outras esferas (BOBBIO, 1986), seja no ambiente doméstico, no mercado de trabalho ou no plano das relações sociais entre indivíduos. Quando isso ocorre, o mais democrata dos homens na *res publica* (ARISTÓTELES, 1998) mantém-se na condição de déspota privado (ARAÚJO e SCALON, 2006; BURNS, SCHLOZMAN e VERBA, 2001); desigualdades salariais entre homens e mulheres, no seu acesso às profissões modernas, no padrão de recrutamento e promoção perduram no mercado de trabalho (ENLOE, 2001; FRIEDAN, 1963; LOPES, 2006; MONROE, OZYURT, WRIGLEY e ALEXANDER, 2008); e valores sociais tradicionais obstaculizam a liberdade de ação da mulher (HTUN, 2003; JOHNSON, 2002; VARGAS, 2002; WAYLEN, 2003; WILLMOTT, 2002).

Em segundo lugar, há uma importante associação entre a aceitação da igualdade de gênero e a sedimentação de valores, atitudes e comportamentos favoráveis à democracia. Em diversas sociedades, a hostilidade em relação ao princípio da igualdade de gênero é acompanhada por valores, atitudes e comportamentos no plano social e/ou moral indicativos de intolerância em relação à diversidade social e de baixo apoio ao regime democrático no plano político. Em

---

<sup>1</sup> Esse trabalho foi realizado com o apoio financeiro da International Development Research Centre (IDRC), Ottawa, Canadá. O LAPOP-Brasil 2007, survey no qual esse estudo se baseia, contou com o apoio financeiro do CNPq (Processo nº 477136/2006-0) e de generosas contribuições financeiras do Dr. Mitchell Seligson (Vanderbilt University, Diretor do LAPOP) e do Dr. David Samuels (University of Minnesota) – a quem agradeço imensamente. Agradeço também a Rachel Meneguello por seus comentários e sugestões feitos por ocasião do Seminário Internacional realizado na Universidade Federal de Goiás (Maio de 2008), onde os dados deste paper foram inicialmente apresentados.

outras palavras, em algumas sociedades, há um contínuo entre valores tradicionais no que se refere aos papéis atribuídos aos gêneros, por um lado, e, por outro, atitudes indicativas de conservadorismo moral e social e de autoritarismo na esfera política.

O que deveríamos esperar em relação aos cidadãos brasileiros? De acordo com as várias vertentes da teoria da modernização, os diversos processos associados à passagem de comunidades agrárias para sociedades industriais (tais como a industrialização, a urbanização, a complexificação da estrutura ocupacional da sociedade, a elevação da qualidade do capital humano e a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho) contribuem para a alteração do sistema de valores, para a disseminação de atitudes de tolerância, para a mudança da visão tradicional acerca dos papéis destinados a homens e mulheres e, em última instância, para a aceitação do princípio da igualdade de gênero (DEUTSCH, 1964; LERNER, 1958; LIPSET, 1959, 1960; ROSTOW, 1960). Como sociedade que passou por um rápido processo de modernização socioeconômica, esperamos, portanto, que, os eleitores brasileiros mostrem-se favoráveis não só à presença, como também à participação equitativa da mulher na arena política.

Na próxima seção, descrevemos o arcabouço explicativo da teoria da modernização, suas insuficiências e ganhos analíticos, na seção subsequente, analisamos suas implicações para o caso brasileiro, testadas empiricamente. Através da análise dos dados do survey LAPOP-Brasil 2007, mostramos que um sistema de valores típicos de sociedades pré-modernas ainda encontra-se difuso entre uma minoria da sociedade brasileira, resultando não só na rejeição do princípio da igualdade de gênero no sistema político, mas também na permanência de atitudes intolerantes em relação à diversidade e de valores hostis à sedimentação da democracia no Brasil.

### **Processo de modernização e seus efeitos no plano dos valores**

As primeiras teorizações a respeito do processo de modernização e suas implicações datam de pelo menos do final do século XVIII, tornaram-se populares no século seguinte e possuem uma clara inspiração darwiniana (BAKER, 1975). Em sua maioria, vêem a sociedade como um organismo e o “progresso social” como uma consequência inelutável de transformações econômicas que provocam a passagem de comunidades tradicionais para sociedades modernas (BOTTOMORE e NISBET, 1978).

Numa visão claramente organicista da sociedade, Durkheim (1997), por exemplo, considera que, tal como os seres vivos, as sociedades também possuem diversos estágios evolutivos, caracterizados sobretudo pela passagem de uma

divisão social do trabalho simples para uma cada vez mais complexa, típica de sociedades modernas, isto é, industrializadas. De acordo com ele, nem todas as conseqüências do processo de modernização são positivas, uma vez que este, ao erodir as antigas bases de coesão social, pode engendrar anomia social. Marx (1973) partilha dessa noção de evolução social e um exemplo disso é sua consideração de que as sociedades mais desenvolvidas (mais industrializadas) demonstram às menos desenvolvidas seu futuro próximo.

Já no século XX, Parsons, entre outros, retoma a idéia da existência de um progresso social, decorrente da passagem de agregações sociais mais simples para as mais complexas. De acordo com ele, existem dez “universais evolucionários”, que nada mais são do que “um complexo de estruturas e processos associados” que “aumentam a capacidade adaptativa de longo prazo dos sistemas vivos” (PARSONS, 1999, p. 159). Além de uma economia monetizada de mercado e uma burocracia administrativa, o regime democrático figura como um dos “universais evolucionários”, já que institucionaliza, segundo Parsons, os elementos necessários à perpetuação de sociedades complexas (tais como a racionalização e formalização de direitos, o desenvolvimento e proteção de um sistema de leis de escopo universalista e, sobretudo, a preservação dos direitos e liberdades necessários à manutenção de uma economia de mercado). Sob essa perspectiva, as sociedades do chamado “Globo Sul” (BELLO, 1994) não são consideradas como sendo totalmente modernas, uma vez que ainda não possuem todos os “universais evolucionários”.

Muitas têm sido as críticas feitas aos fundamentos dessas visões sobre o processo de modernização. Diversos autores pontuam que eles se baseiam em uma perspectiva teleológica de desenvolvimento social - visível, por exemplo, em Brzezinski (1997), para quem as sociedades tradicionais aparecem constantemente em busca da reprodução dos processos experimentados por sociedades ditas modernas. Em segundo lugar, a passagem de comunidades tradicionais para sociedades modernas não se dá de forma unilinear, mas através de um processo multidimensional e sem um fim pré-determinado (GERMANI, 1981). Assim, agrupamentos sociais podem deteriorar-se ou não se modernizar completamente ou de maneira uniforme. Em terceiro lugar, essas visões do processo de modernização padecem de um excessivo economicismo, na medida em que postulam que a industrialização de setores econômicos necessariamente transforma uma sociedade tradicional em moderna (CARDOSO e FALETTI, 1979). Em quarto lugar, a própria dualidade entre tradicional e moderno é criticada (JOHNSTON, 1991), uma vez que não abre espaço para distinções e heterogeneidades subnacionais. Esses relatos do processo de modernização sofrem ainda de um a-historicismo excessivo, já que não são sensíveis às peculiaridades históricas de cada país e nem aos seus distintos pontos de partida. Ademais, a modernização aparece como sinônimo de

“ocidentalização” (RANDALL e THEOBALD, 1985), o que faz com que esses relatos sejam taxados de etnocêntricos - especialmente em virtude de sua implícita anuência em relação às experiências colonialistas e neo-colonialistas (SAID, 1979).

No que diz respeito à questão de gênero especificamente, as teorias da modernização têm sido criticadas sob vários ângulos. Em primeiro lugar, a maioria delas - embora não todas - mantém a separação estrita, comum ao pensamento ocidental, entre o domínio público e a esfera privada, de modo que são poucas as elaborações a respeito do impacto do processo de modernização sobre a estrutura familiar e sobre o papel da mulher nesta última (SCOTT, 1995). Em segundo, avanços tecnológicos nem sempre concorrem para a melhora da condição feminina, algo implícito nas teorias da modernização. Boserup (1974, apud JAQUETTE, 1982), por exemplo, argumenta que as mudanças tecnológicas que propiciaram a passagem de uma agricultura de subsistência para um empreendimento comercial monetarizado foram predominantemente negativas para as mulheres, na medida em que elas perderam sua condição de comerciante e sua mobilidade espacial e foram confinadas ao ambiente doméstico. Além disso, a entrada da mulher no mercado de trabalho industrial se deu sob condições de extrema exploração (MARSHALL, 1950) - algo com ramificações contemporâneas, dada a massiva presença do contingente feminino no mercado de trabalho informal (CARREIRA, 2004; ENLOE, 1992, 2000). Finalmente, muitas vertentes da teoria da modernização são problemáticas porque se calam a respeito da questão da mulher e do seu papel no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural, uma vez que vêem as mulheres “como reprodutoras e não produtoras; como casos de assistência social e não como trabalhadoras” (JAQUETTE, 1982, p.271).

No entanto, a despeito dessas críticas, ao longo dos anos tem se acumulado evidência empírica robusta (INGLEHART, 1977, 1990, 1997; INGLEHART e BAKER, 2000; INGLEHART e NORRIS, 2003, 2005; INGLEHART e WETZEL, 2005) de que, apesar de sua não-linearidade e intrínseca heterogeneidade, o processo de modernização, entendido como a passagem de sociedades predominantemente agrárias para sociedades industriais (e, mais tarde, pós-industriais), de fato, produz alterações significativas no sistema de valores difuso entre os membros dos diversos agrupamentos sociais. Há nítidas diferenças em termos de valores entre sociedades mais e menos desenvolvidas economicamente. Inglehart e Baker (2000) e Inglehart e Norris (2003, 2005) revelam que em “sociedades pós-industriais” (BELL, 1973), por exemplo, valores seculares, racionais e de “auto-expressão” tendem a predominar, ao passo que em sociedades agrárias, valores tradicionais e “de sobrevivência” são prevalentes. De acordo com Inglehart (1990, 1997), valores tradicionais balizam-se na necessidade de se garantir a sobrevivência material e na centralidade da religião como código de normas regulador das relações sociais, enfatizam o respeito à autoridade e o papel central do homem nas mais diversas

esferas de interação social e tendem a resultar em atitudes autoritárias no plano político. Valores pós-materialistas, típicos de sociedades pós-industriais, por sua vez, centram-se não em temas relacionados à sobrevivência material, mas em temas relativos à qualidade de vida, tais como a preocupação com o meio ambiente e a defesa e o respeito à diversidade social (seja religiosa, étnica, racial, de gênero, de sexualidade etc.). Nas chamadas “sociedades do conhecimento” (as sociedades pós-industriais), em contraste com sociedades industriais também há amplo espaço para a auto-expressão do indivíduo, uma vez que, em economias de serviço ou baseadas no conhecimento, “a inovação e a liberdade para exercitar julgamento individual são essenciais” (INGLEHART e BAKER, 2000, p.22).

Apesar da associação significativa entre transformações socioeconômicas e modificações no sistema de valores sociais visível nesses estudos, a maioria deles, por outro lado, enfatiza que: 1) a alteração do sistema de valores é *path dependent*, isto é, o contexto (cultural, histórico, econômico, social, político) prévio influencia a natureza e a velocidade da transformação ocorrida (INGLEHART e NORRIS, 2005; STEEL e KABASHIMA, 2008); 2) pode haver diferenças consideráveis no plano subnacional em qualquer uma das sociedades em mutação (ADAMS e ORLOFF, 2005); e 3) a mudança no sistema valorativo de uma sociedade ocorre de maneira gradual e, de forma alguma, envolve a rápida substituição de um conjunto de valores por outro (INGLEHART e WETZEL, 2005).

A despeito desses atenuantes, que parcialmente respondem às críticas tradicionalmente feitas aos partidários das teorias da modernização, o importante a mencionar, sob a ótica deste artigo, é que esses estudos apontam para uma clara modificação a respeito dos papéis usualmente atribuídos aos gêneros. Eles afirmam que, *inequivocamente*, a aceitação da igualdade de gênero predomina em sociedades economicamente mais desenvolvidas. Como afirmam Inglehart e Norris, nesses países: “[a] ênfase na igualdade de gênero é parte de uma síndrome mais ampla de tolerância em relação a minorias, incluindo estrangeiros, gays e lésbicas” (INGLEHART e NORRIS, 2005, p.484). Em outras palavras, a aceitação da participação equitativa da mulher nos mais diferentes âmbitos sociais caminha lado a lado com o aumento do respeito e da anuência a quaisquer tipos de diversidade social.

Quais são as implicações desses estudos para o caso brasileiro? As décadas de 1940 a 1970 foram um período de rápida modernização econômica e transformação social no país (ALMEIDA, 1998; JAGUARIBE, 1985; SANTOS, 1986). O Brasil passou de um país no qual a maior parte dos cidadãos vivia na zona rural para uma sociedade em que 81% dos seus habitantes vivem em áreas urbanas (IBGE, 2000). Em 1940, 66% da população economicamente ativa (PEA) trabalhava no setor agrícola (ALMEIDA, 1998). Desde 1980, no entanto, o setor de serviços emprega a maior porcentagem da PEA. Os indicadores sociais também

apresentaram melhora significativa. A taxa de analfabetismo, por exemplo, declinou de 61% na década de 1940 para 13,6% em 2000; o nível de mortalidade infantil passou de 162 por mil em 1940 (IBGE, 1999) para 36 por mil em 2000 (IBGE, 2003) e a expectativa de vida do brasileiro ao nascer passou de 42 anos (1940) para 71,3 em 2003 (ALMEIDA, 1998; IBGE, 2003).

Desse modo, deveríamos esperar, portanto, que os cidadãos brasileiros exibissem valores típicos de sociedades não-tradicionais e tendessem, em sua maior parte, a aceitar a igualdade de gênero. Inglehart e Norris (2003, p.34), por exemplo, consideram o Brasil como uma das “muitas nações industrializadas de renda média” que figuram no meio da escala entre os países que mais e os que menos aceitam o princípio da igualdade de gênero. No entanto, os mesmos autores, na trilha de Sen (1999a) e de muitos outros, advertem para o fato de que nem sempre crescimento econômico e aumento da renda per capita média se traduzem em melhoras na qualidade de vida. Sob essas circunstâncias, nem todos os benefícios associados ao processo de modernização socioeconômica - como o aumento dos níveis de escolaridade e a melhora dos indicadores sociais (índice de desnutrição, de mortalidade infantil etc.) - estão presentes ou não se difundem para a maior parte da população:

*“Amartya Sen estabeleceu uma importante e influente distinção entre a aquisição de renda e riqueza e a noção mais ampla de desenvolvimento humano, sendo que a última contém importantes indicadores de bem-estar social (...). O crescimento econômico pode influenciar estas condições, mas, mesmo em nações afluentes, pode haver bolsões de desigualdade social e redes de proteção social inadequadas. Há contrastes claros entre economias de elevado crescimento, como a Coreia do Sul, que tem tido considerável sucesso em aumentar a qualidade de vida, e outras, como o Brasil, que têm uma história de desigualdade social severa, desemprego e negligenciamento da saúde pública” (INGLEHART e NORRIS, 2003, p.35).*

Em outras palavras, apesar de não haver dúvidas em relação à efetiva modernização da economia brasileira, sabe-se que as conseqüências sociais desta não atingiram todos os setores socioeconômicos de forma similar. O que não se sabe claramente é o impacto dessa heterogeneidade no plano dos valores. Ou seja, precisamos aferir até que ponto essas desigualdades obstaculizaram a difusão, entre a população brasileira, de valores “modernos”, ou mesmo pós-materialistas (isto é, típicos de sociedades pós-industriais). Nesse sentido, a nossa expectativa é que, como sociedade modernizada, a maior parte da população esboce valores modernos como a igualdade de gênero, mas que também haja uma minoria resistente a esses princípios. Se essa expectativa estiver correta, precisaremos

saber qual é o tamanho dessa minoria, seu perfil e também se a não-aceitação da igualdade de gênero é acompanhada por outras atitudes e valores tradicionais e autoritários, tais como a intolerância em relação à diversidade social e o fraco apoio ao regime democrático.

### **Desenho de pesquisa: hipótese e variáveis**

O objetivo fundamental deste artigo é entender se a população brasileira é ou não favorável ao princípio da igualdade de gênero. Apoiando-nos nos fragmentos da teoria da modernização aqui apresentados, esperamos, conforme mencionado anteriormente, que a maioria da população aceite a participação equitativa da mulher no universo político formal. Para responder a esta questão, baseamo-nos nos dados do survey do LAPOP-Brasil, 2007.

Como indicador da aceitação da igualdade de gênero na arena política, utilizamos uma pergunta do questionário LAPOP-Brasil 2007 que indaga se o entrevistado votaria ou não em uma mulher para presidente do Brasil. Acreditamos que a importância dessa questão é irrefutável, dada a centralidade do cargo de Presidente da República no contexto histórico, político e cultural brasileiro.

Além de analisarmos as razões pelas quais os brasileiros votariam ou não em uma mulher, procuramos mapear o perfil dos respondentes em termos de gênero, idade, renda, grau de escolaridade, nível de confiança interpessoal, estoque de capital social, opinião e atitude a respeito da homossexualidade e apoio ao regime democrático.

Em relação à *idade*, a nossa expectativa é que exista um corte geracional significativo. Ou seja, esperamos que quanto mais avançada a idade dos entrevistados, menor será seu apoio ao princípio da igualdade de gênero – sempre medida pela questão a respeito do voto em uma mulher para presidente do Brasil. Cidadãos mais idosos, em sua maioria, foram socializados em contextos sociais pré-modernos e, portanto, tendem a reter atitudes, valores e comportamentos típicos dessas circunstâncias sociais. Os mais jovens, por outro lado, não só não vivenciaram o mesmo processo de socialização – tendem a ter crescido em áreas urbanas e a ter alcançado maior nível educacional –, como também fazem parte de um país mais afilente e de uma economia em que o setor de serviços cresce a cada dia e em que as características de uma “sociedade do conhecimento” tornam-se cada vez mais visíveis. Na linguagem de Inglehart (1990 e 1997), valores seculares-racionais e de auto-expressão tendem a predominar entre o último segmento social. Diversos estudos demonstram esse ponto. De acordo com Inglehart e Norris (2003), os cidadãos mais idosos, de maneira significativa estatisticamente, aceitam em

menor grau a idéia da igualdade de gênero. E isso é válido tanto para sociedades predominantemente agrárias quanto para industriais e pós-industriais.

Por razões óbvias, em relação à variável *gênero*, esperamos que as mulheres aceitem em maior grau o princípio da igualdade de gênero do que os homens. Afinal, essa desigualdade afeta o segmento feminino negativamente. No que se refere à *renda e educação*, nossa expectativa é que a participação equitativa da mulher seja esposada mais entusiasticamente por cidadãos mais afluentes e com maior nível de escolaridade. Na maioria dos países - embora não necessariamente em sociedades com elevado grau de injustiça social - essas duas variáveis estão correlacionadas. Além disso, como indicam Davis e Robinson (1991), maior grau de escolarização revela maior conhecimento da desigualdade de gênero, nos âmbitos educacional e social, mas sobretudo no mercado de trabalho, e gera maior propensão a que homens e mulheres mostrem-se favoráveis à participação equitativa da mulher em todas as esferas.

Esperamos também que indivíduos com maior nível de *confiança interpessoal* e com maior estoque de "*capital social*" (BOURDIEU, 1986; COLEMAN, 1988 e 1994; PUTNAM, 1993, 1995, 1996 e 2000) sejam mais receptivos ao princípio da igualdade de gênero. Isso porque a participação em associações cívicas a dimensão mais estrutural da noção de capital social (PALDAM, 2000), além de promover habilidades e aptidões essenciais à criação de laços e redes entre os indivíduos da sociedade civil, aumenta o grau de confiança interpessoal e também contribui para a disseminação de valores e atitudes de tolerância e respeito em relação à diversidade - inclusive de gênero -, que são essenciais ao funcionamento do regime democrático (PUTNAM, 1993)<sup>2</sup>. O nível de confiança interpessoal - a dimensão cognitiva de capital social (BARBER, 1983; FUKUYAMA, 1997) -, entretanto, pode ser mais do que uma variável interveniente. Inglehart e Baker (2000), por exemplo, afirmam que sociedades nas quais o grau de confiança interpessoal é baixo são também nações em que o grau de apoio à igualdade de gênero é pequeno.

Como também testamos a sub-hipótese de que indivíduos hostis ao princípio da participação equitativa da mulher no universo político formal possuem valores tradicionais nos planos social e político (INGLEHART e NORRIS, 2003), nossa expectativa é que essas pessoas tenham opiniões e atitudes hostis à *homossexualidade* apoiem em menor grau o *regime democrático*.

O quê revelam os dados?

---

<sup>2</sup> É importante mencionar que diversos trabalhos mostram que a noção de capital social não é neutra do ponto de vista de gênero. Ou seja, há diferenças significativas no nível e no tipo de associativismo cívico entre mulheres e homens (GIDENGIL e O'NEILL, 2006; LOWNDES, 2000; MOLYNEUX, 2002).

## **Análise dos dados**

Quando perguntados sobre se considerariam votar em uma mulher para presidente do Brasil, 88% dos entrevistados responderam positivamente. Ou seja, apenas uma pequena minoria de um pouco mais de um décimo da amostra revelou-se hostil ao princípio da participação igualitária da mulher na política.

Contrariamente à nossa expectativa, no entanto, não existem diferenças estatisticamente significantes entre homens e mulheres a respeito dessa questão. Cerca de 88,7% do eleitorado feminino votaria em uma mulher para presidente. Entre os homens, a porcentagem é de 87,0%. Como essa diferença de um pouco menos de 2% não é significativa do ponto de vista estatístico, não podemos afirmar que a variável gênero sozinha tenha poder preditivo a respeito da opinião de um indivíduo sobre a igualdade de gênero. A intersecção entre gênero e raça - apesar de aparentemente indicar que mulheres brancas são o grupo que apóia a igualdade de gênero em maior grau - também não produz resultados que obtêm significância estatística (Tabela 1)<sup>3</sup>.

O mesmo se aplica à intersecção entre gênero, raça e classe social (Tabela 2). A última é aferida pela renda mensal individual. Nenhum dos resultados é estatisticamente significativo - os que mais se aproximam de um grau de significância são os dados para mulheres brancas de classe média e homens brancos de classe alta. Diante disso, não temos como saber se, por exemplo, o apoio à participação equitativa da mulher entre as mulheres negras de classe baixa é realmente maior do que o de outros grupos pertencentes à mesma classe social. Ou se, entre os indivíduos de classe média, mulheres brancas são as pessoas que portam valores de gênero igualitários em maior grau. Ou ainda, se mulheres brancas das classes superiores são as menos igualitárias na comparação com os seus pares. Diante disso, retomamos essas intersecções na análise multivariada à frente.

---

<sup>3</sup> Muitos trabalhos advocam a importância do uso da interseccionalidade na análise de questões que envolvam uma perspectiva de gênero. Por exemplo: Brewer (1999); Crenshaw (1991 e 1993), Collins (1990 e 1998); Ferber (1998) e Weldon (2008).

**Tabela 1 - Gênero, raça<sup>1</sup> e porcentagem dos que votariam em uma mulher para presidente**

Grupo Social	%	Pearson chi2 (1)	Pr
Negros	84,8	2.4003	0.121
Branco	89,8	1.9872	0.159
Mulheres negras	87,5	0.3290	0.566
Mulheres brancas	91,9	3.1524	0.076
Homens negros	82,4	2.3003	0.796
Homens Brancos	87,7	0.0667	0.129

<sup>1</sup> Pergunta: “O IBGE - instituto que faz os censos no Brasil - usa os termos negro, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça: 1 Negro; 2 Pardo; 3 Branco; 4 Amarelo; 5 Índio; 88 NS; 99 NR?”.

Fonte: LAPOP-Brasil, 2007.

**Tabela 2 - Gênero, raça<sup>1</sup>, classe<sup>2</sup> e porcentagem dos que votariam em uma mulher para presidente**

Gênero e Raça	Classe baixa	Classe média baixa	Classe média	Classe Alta
Mulheres Negras	91,1	81,5	87,5	100,0
Mulheres Brancas	90,2	87,3	98,2*	91,3
Homens Negros	82,3	92,3	81,2	100,0
Homens Brancos	89,2	86,4	90,0	100,0**

\* Pearson chi2(1) = 4.2706 Pr = 0.039; \*\* Pearson chi2(1) = 2.8698 Pr = 0.090.

<sup>1</sup> Vide Tabela 1.

<sup>2</sup> Pergunta: “Qual é a sua renda mensal pessoal?” As respostas foram codificadas da seguinte forma: a) até 1 salário mínimo como “classe baixa” (=1) [37,9% da amostra]; b) entre 1 e 2 salários mínimos como “classe média baixa” (=2) [31,5%]; c) entre 2 e 5 salários mínimos como “classe média” (=3) [23,1%] e d) acima de 5 salários mínimos como “classe alta2”(=4) [7,6%]. Por questões de densidade estatística, especificamente para esta tabela, agregamos no último grupo duas categorias: i.) “classe média alta”, que corresponde a 5,8% da amostra e inclui indivíduos cujo ganho mensal é entre 5 e 10 salários mínimos; e ii.) “classe alta”, que equivale a 1,8% da amostra e envolve pessoas com renda mensal acima de 10 salários mínimos. Na Tabela 3, essas duas últimas categorias são usadas no lugar da categoria “d” ou “classe alta2”, que representa a agregação das mesmas.

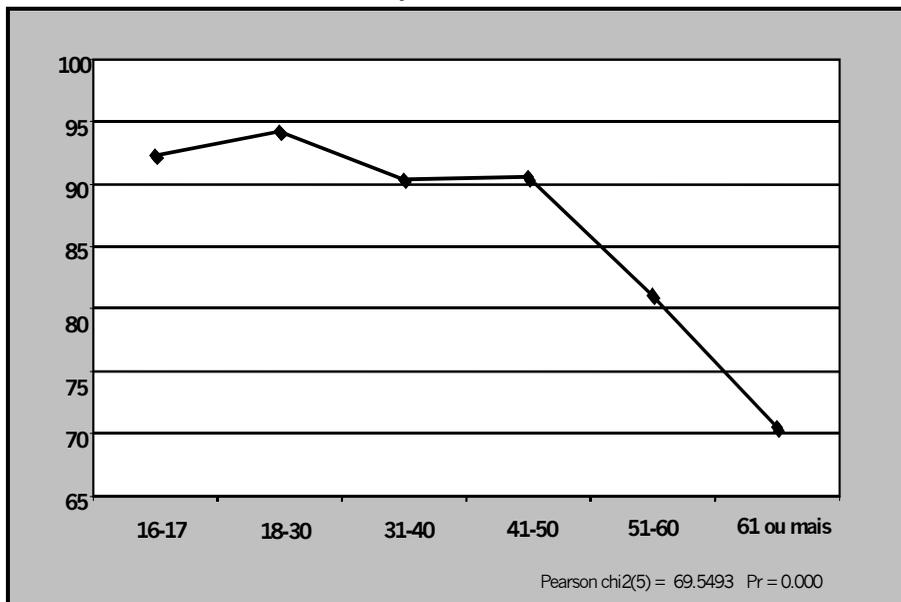
Fonte: LAPOP-Brasil, 2007.

Da mesma forma, em uma análise bivariada, a variável renda, tal como gênero, sozinha, não é estatisticamente significativa. Quais são os grupos a respeito dos quais podemos tecer considerações mais robustas?

Os subgrupos sociais que menos tendem a aceitar a participação equitativa da mulher no universo político formal são pessoas idosas e indivíduos com baixo nível educacional. Consonante às teorias sobre os efeitos geracionais do processo de modernização - que afirmam que o processo de socialização em sociedades tradicionais torna as pessoas da terceira idade menos receptivas ao princípio da igualdade de gênero -, constatamos que quanto mais jovens os indivíduos, mais tendem a esposar visões igualitárias sobre a questão da participação da mulher na política. Desse modo, ao passo que 94,2% das pessoas entre 18 e 30 anos mostram-se dispostas a votar em uma mulher para presidente do Brasil, entre os indivíduos acima de 60 anos, esse número cai para 70,5% (Gráfico 1). Esta diferença de mais de 23% é significativa do ponto de vista estatístico, o que indica que os dados sobre o Brasil corroboram a perspectiva de que há um claro corte geracional no que se refere à manifestação de valores igualitários em relação ao gênero.

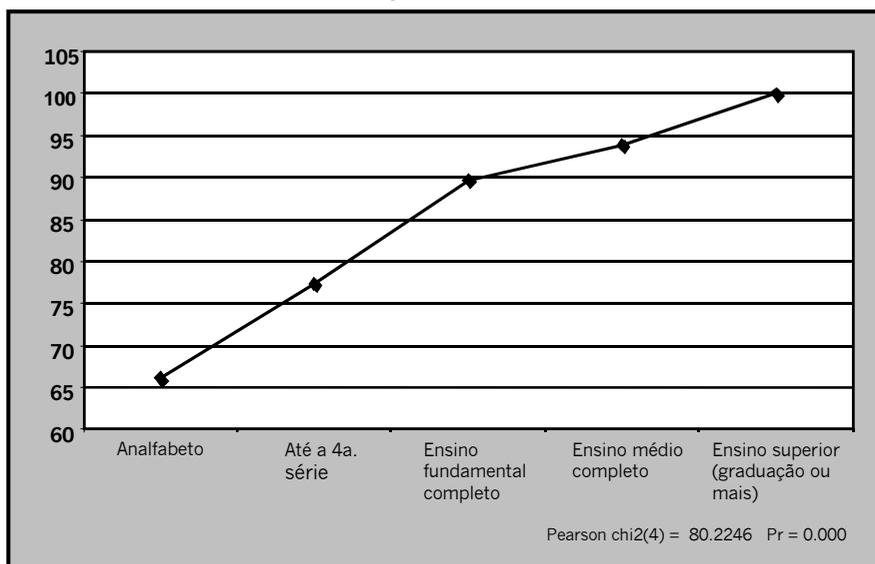
O nível educacional também possui, quando tomado isoladamente (isto é, em uma análise bivariada), um impacto significativo no sistema valorativo dos indivíduos - tal como apontam Araújo e Scalon (2006). Entre os analfabetos e indivíduos que completaram até a antiga quarta série do agora ensino fundamental, o apoio à participação igualitária da mulher no universo político formal alcança os níveis de 66,1% e 77,3%, respectivamente (Gráfico 2). Entre os que completaram o ensino superior, o grau de apoio é quase um terço maior, é de 100,0%. Esta diferença demonstra que os ganhos em termos de desenvolvimento de capital humano associados ao processo de modernização traduzem-se, de fato, no plano de valores, atitudes e comportamentos, na adoção de posturas mais igualitárias.

**Gráfico 1 – Idade e porcentagem dos que votariam em uma mulher para Presidente do Brasil**



Fonte: LAPOP-Brasil, 2007.

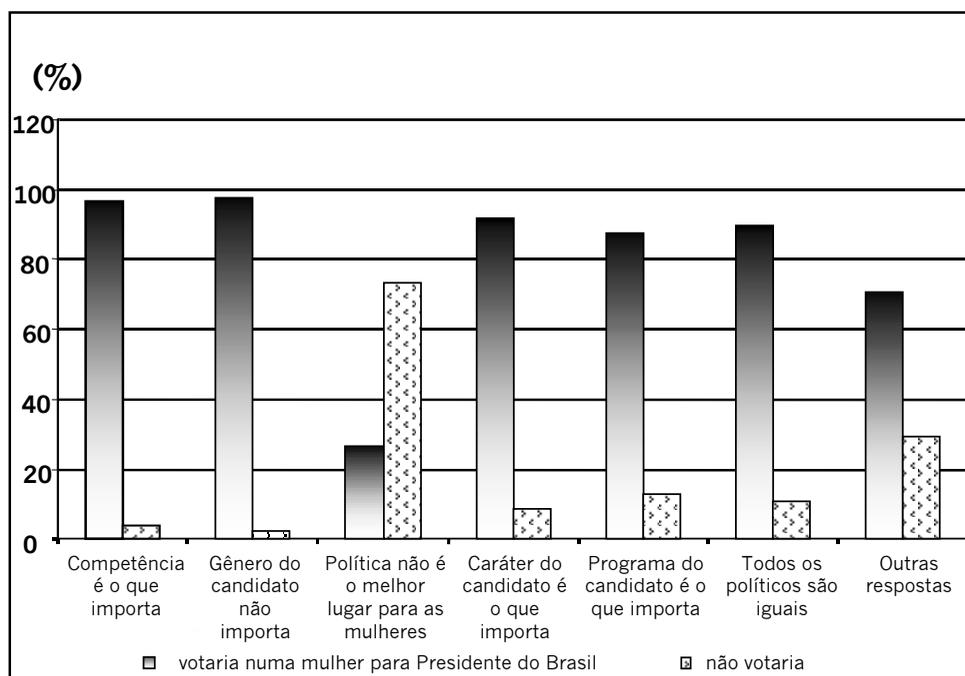
**Gráfico 2 – Educação e porcentagem dos que votariam em uma mulher para Presidente do Brasil**



Fonte: LAPOP-Brasil, 2007.

Por que os indivíduos votariam ou não em uma mulher para presidente do Brasil? Há contrastes visíveis (todos estatisticamente significantes) entre esses dois grupos (Gráfico 3). Entre os cidadãos brasileiros dispostos a alçar uma mulher ao cargo público executivo máximo do país, as principais razões listadas para justificar sua escolha são a de que o gênero do candidato é irrelevante no processo de decisão eleitoral (97,6%) e a de que a competência (96,5%), o caráter (91,5%) e o programa do candidato (87,3%) são os atributos ou elementos importantes. Além disso, entre os que votariam em uma mulher na disputa presidencial, 89,4% consideram que “todos os políticos são iguais”. Este último número é impressionante, uma vez que, em outros sistemas políticos, uma das principais fontes de apelo de mulheres candidatas é seu diferencial em relação aos homens candidatos - seja no que se refere à percepção de que são ou serão menos corruptas no exercício do mandato ou à de que elas possuem melhores propostas de políticas públicas, sobretudo na área social (GULATI, 2004; GROSSI e MIGUEL, 2001; ONDERCIN e WELCH, 2005).

**Gráfico 3 – Por que votaria ou não em uma mulher?**



Fonte: LAPOP-Brasil, 2007.

Já entre os eleitores que rejeitam, ou aceitam em menor grau, o princípio da igualdade de gênero na arena política, 73,2% deles afirmam explicitamente que “a política não é o melhor lugar para mulheres”. Este dado indica claramente que esses indivíduos partilham de valores tradicionais, que automaticamente subscrevem a cada um dos gêneros arenas específicas de interação social. Sob essa perspectiva, portanto, a mulher é inadequada à política como profissão, uma vez que esta última é um domínio essencialmente masculino. Em outras palavras, este dado revela a permanência de uma visão extremamente patriarcal do universo político (BENNETT e BENNETT, 1999; BURRELL, 1994; FINAMORE e CARVALHO, 2006; SANBONMATSU, 2002) entre segmentos do eleitorado brasileiro.

Até o momento, vimos que nossa hipótese principal se confirma. Ou seja, como membros de uma sociedade moderna, a maioria dos brasileiros é favorável à participação equitativa da mulher no sistema político formal. Observamos também que uma minoria - que, conforme mencionado, corresponde a aproximadamente 12% do total - não partilha dessa perspectiva. Resta-nos agora verificar se essa minoria, além de hostil à idéia da igualdade de gênero, partilha de valores tradicionais em outras esferas: no plano social e no que se refere ao regime político.

Com esse objetivo, realizamos uma análise probit com os determinantes de valores igualitários em relação ao gênero. Nessa análise, codificamos a rejeição do princípio da igualdade de gênero como “um” e a aceitação como “zero”. Na mesma linha do que fizemos anteriormente, assumimos que todos os eleitores que não votariam em uma mulher para presidente do Brasil rejeitam o valor da igualdade entre os sexos na esfera política.

Além das variáveis mencionadas incluímos sete outras. Cinco delas são opiniões a respeito da igualdade de gênero em diferentes esferas - política, educacional e no mercado de trabalho -, aferidas pelo grau de concordância ou discordância em relação às seguintes frases: “os homens são mais adequados para a carreira política”, “os homens governam melhor dos que as mulheres”, “as mulheres ainda não têm experiência suficiente para governar”, “quando o desemprego é elevado, os homens têm mais direito ao trabalho do que as mulheres” e “um diploma universitário é mais essencial aos homens do que às mulheres”. As outras duas questões buscam mensurar o grau de tolerância em relação a outras minorias - como os homossexuais - e o nível de apoio ao regime democrático no Brasil. O objetivo é utilizar essas últimas duas variáveis como possíveis indicações de conservadorismo no plano social e autoritarismo no plano político.

A Tabela 3 contém os resultados da análise. Como vemos, *ceteris paribus*, idade e educação continuam sendo importantes preditores sócio-demográficos do fenômeno em tela. Ganhos na escala de educação aumentam significativamente a probabilidade de aceitação do princípio da igualdade de gênero. De fato, a passagem de um nível educacional para o imediatamente superior diminui em cerca de 2,1% a chance de um indivíduo rejeitar a idéia de uma participação igualitária da mulher no universo político<sup>4</sup>.

**Tabela 3 - Análise de probit sobre a rejeição do princípio da igualdade de gênero**

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
<b>Idade</b> (16-17 anos = 1; 61 anos ou mais = 6)	.1213** (.0553)	.1621** (.0561)	.1466** (.0453)
<b>Educação</b> (analfabeto = 1; superior ou mais = 5)	-.1624* (.0810)	-.1589 (.0813)	-.1630* (.0676)
<b>Renda</b> (até 1 salário mínimo [s.m.] = 1; dez ou mais s.m. = 5)	-.0562 (.0782)	-.0414 (.0805)	
<b>Homens são mais adequados para a carreira política</b> (concorda muito = 1; discorda muito = 5)	-.0145 (.0765)	-.0178 (.0773)	
<b>Homens governam melhor do que mulheres</b> (concorda muito = 1; discorda muito = 5)	-.0550 (.0792)	-.0558 (.0790)	
<b>As mulheres ainda não têm experiência suficiente para governar</b> (concorda muito = 1; discorda muito = 5)	-.1927** (.0739)	-.1858* (.0735)	-2.596*** (.0532)
<b>Quando o desemprego é elevado, homens têm mais direito ao trabalho</b> (concorda muito = 1; discorda muito = 5)	-.2111** (.0727)	-.2110** (.0730)	-.2054*** (.0524)
<b>Um diploma universitário é mais essencial aos homens do que às mulheres</b> (concorda muito = 1; discorda muito = 5)	-.0031 (.0762)	-.0090 (.0756)	
<b>Confiança interpessoal</b> (confia muito nos outros = 1; os outros não são confiáveis = 4)	.0825 (.0779)	.0778 (.0782)	
<b>Estoque de capital social<sup>o</sup></b> (baixo = 1; elevado = 0)	.3051* (.1528)	.3259* (.1525)	.3484** (.1340)
<b>Atitude em relação à homossexualidade<sup>1</sup></b> (intolerância = 1; tolerância = 0)	.1529 (.1439)	.1481 (.1448)	.2778* (.1257)
<b>Apoio à democracia<sup>2</sup></b> (baixo = 1; elevado = 0)	.2784 (.1447)	.2896* (.1460)	.3420** (.1259)

<sup>4</sup> Renda e educação não geraram o problema de multicolinearidade nos modelos 1 e 2.

**Tabela 3 - Análise de probit sobre a rejeição do princípio da igualdade de gênero**

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Homem Branco (= 1; outros = 0)	-.1483 (.1982)		
Homem Negro (= 1; outros = 0)	-.1373 (.2825)		
Mulher Branca (= 1; outros = 0)	-.0220 (.1768)		
Mulher Negra (= 1; outros = 0)	.3542 (.2589)		
Branco (= 1; outros = 0)		-.2112 (.1488)	-2.4462* (.1204)
Negro (= 1; outros = 0)		.1355 (.1836)	
Constante	.1358 (.5220)	.1702 (.5307)	.1762 (.4130)
N	886	886	1096
Prob > chi2	0.000	0.000	0.000
Pseudo R2	.1985	.2012	.2227

\*p<.05, \*\*p<.01, e \*\*\*p<.001.

° **Pergunta:** “No último ano o sr./sra. contribuiu para a solução de algum problema de sua comunidade ou dos vizinhos de seu bairro?”. As respostas foram codificadas da seguinte maneira: “não” como “baixo” (=1) e “sim” como “elevado” estoque de capital social (=0).

<sup>1</sup> **Pergunta:** “Agora eu vou falar de assunto polêmico. O que o(a) sr(a) acha de homens que fazem sexo com homens?”. As respostas foram codificadas da seguinte maneira: “essas pessoas não têm vergonha” e “essas pessoas são doentes” como “intolerância” (=1) e “as pessoas são livres para fazer o que querem” como “tolerância” em relação à homossexualidade (=0).

<sup>2</sup> **Pergunta:** “Na sua opinião: 1. A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo ou 2. Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia?”. As respostas foram codificadas da seguinte maneira: “em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia” e “tanto faz” como “baixo” (=1) e “a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo” como “elevado” apoio à democracia (=0).

**Fonte:** LAPOP-Brasil, 2007.

Assim como indivíduos com poucos anos de escolaridade formal, pessoas mais idosas também têm maior propensão a possuir valores não-igualitários no que se refere a gênero e política. Nesse sentido, a probabilidade de brasileiros com 61 anos ou mais rejeitarem a presença de uma mulher na cadeira presidencial é aproximadamente 9,5% maior do que a de um(a) jovem de 16 -17 anos.

A intersecção entre gênero e raça, controlada por diferentes níveis de renda (um indicador de classe social), não produz resultados estatisticamente significantes (Modelo 1). Pessoas que se auto-definem como brancas, no entanto, têm uma maior probabilidade de portar valores igualitários em relação a gênero (Modelo 3). Isso pode ser uma consequência de outras variáveis, como educação - dado que raça, no Brasil como em muitos outros países, não é somente uma

categoria étnico-biológica, mas sobretudo social. Na amostra LAPOP-Brasil 2007, por exemplo, entre os indivíduos que concluíram o ensino superior (graduação ou mais), 71,4% são brancos - e não há pessoas que se auto-identificam como negras nessa faixa educacional. Portanto, há que se ler com muito cuidado resultados deste tipo.

No que se refere ao plano das opiniões, aqueles que rejeitam o princípio da participação eqüitativa da mulher na arena política formal tendem a esposar valores semelhantes em outras esferas, como o mercado de trabalho. Assim sendo, esses indivíduos têm maior probabilidade de concordar com a idéia de que “quando o desemprego é elevado, os homens têm mais direito ao trabalho do que as mulheres”. São, além disso, bastante coerentes em suas opiniões, já que também têm maior chance de concordar que “as mulheres ainda não têm experiência suficiente para governar” e que “os homens governam melhor dos que as mulheres”. Ou seja, crêem que no universo político formal - e também no mercado de trabalho - deve predominar uma lógica essencialmente masculina e, que, aparentemente, essa estrutura patriarcal deva ser mantida (MELO, CONSIDERA e DI SABBATO, 2007; GROSSI e MIGUEL, 2001).

Um ponto interessante emerge quando observamos os dados a respeito da variável capital social. Eles inequivocamente revelam que quanto maior o grau de engajamento e participação de um indivíduo em associações da sociedade civil, menor a probabilidade de ele ou ela rejeitar a igualdade de gênero na esfera política formal. Isso significa que, conforme sugere Putnam (1993) para o caso da Itália, maior grau de associativismo cívico conduz ao desenvolvimento de valores democráticos, igualitários, de tolerância e aceitação da diversidade social.

Finalmente, os dados demonstram que aqueles que rejeitam a igualdade de gênero no plano político formal são igualmente intolerantes em relação a outros grupos sociais minoritários e não vêem a democracia como um bem inegociável. Pelo contrário, os indivíduos que esposam valores não-igualitários em relação às mulheres, são extremamente intolerantes em relação, por exemplo, à homossexualidade. Consideram-na como uma imoralidade ou uma doença - e, portanto, como algo socialmente indesejável e/ou inaceitável.

Em termos do grau de apoio ao regime democrático, as pessoas adeptas de uma visão patriarcal em relação aos papéis dos dois gêneros, em sua maior parte, acreditam que em algumas situações uma ditadura é melhor que uma democracia ou que tanto faz que um regime seja democrático ou autoritário. Inversamente, democratas inequívocos (ou seja, aqueles que consideram a democracia sempre melhor do que qualquer outra forma de governo) têm maior probabilidade de aceitar o princípio da igualdade de gênero.

Esses dois dados, em conjunto, revelam que a minoria dos brasileiros resistente à idéia de uma mulher ocupando a Presidência da República não possui

valores tradicionais somente no que se refere à questão de gênero. Pelo contrário, são pessoas cuja visão tradicional de mundo se manifesta de maneira similar em diversas outras esferas sociais. O perfil valorativo, atitudinal e comportamental dessa minoria sugere que o impacto do processo de modernização sobre o sistema de valores foi, no caso brasileiro, heterogêneo. Em outras palavras, resultou na permanência de bolsões de valores tradicionais disseminados pela sociedade brasileira.

### **Conclusões**

Este artigo buscou verificar se, conforme defendido pelas diferentes correntes da teoria da modernização, as macro-transformações socioeconômicas que levam à passagem de sociedades agrárias para sociedades industriais (e, mais tarde, pós-industriais) de fato se correlacionam com a mudança no sistema de valores, na direção de uma *weltanschauung* tradicional para uma visão de mundo “moderna” (ou pós-materialista), ou seja, secular-racional e de auto-expressão. O valor fundamental no qual nos focamos consistiu na aceitação do princípio da igualdade de gênero no campo da política formal. De acordo com a literatura aqui discutida, em sociedades mais desenvolvidas economicamente (isto é, industrializadas ou na sua fase pós-industrial), a idéia da participação equitativa da mulher - não só na política, mas em todas as áreas de convívio social - é amplamente aceita e difundida em todos os segmentos sociais.

Mostramos que este também é o caso do Brasil. A maioria da população, pelo menos em tese, revela-se favorável à aceitação da igualdade de gênero na política<sup>5</sup>. Esta maioria, ao ratificar, por exemplo, a idéia de que o gênero dos candidatos não é o elemento decisivo no processo de escolha eleitoral, parece rejeitar visões patriarcais do universo político, que são típicas de sociedades nas quais valores tradicionais predominam.

Os principais preditores de valores igualitários no que se refere ao gênero são idade, nível educacional e sobretudo o estoque de capital social dos indivíduos. A intolerância em relação à igualdade de gênero tende a diminuir ou inexistir entre as pessoas no topo da escala educacional. Há, além disso, como vimos, um corte geracional significativo entre a população brasileira. Pessoas mais jovens tendem em maior grau a esposar valores igualitários do que indivíduos nascidos antes de 1946 - que foram socializados em um país preponderantemente agrário, rural e

---

<sup>5</sup> Ou seja, como sociedade modernizada, o sistema valorativo da maioria da população brasileira claramente reflete as expectativas da teoria da modernização. Não podemos testar aqui o grau ou tamanho da *mudança* no sistema de valores. Para isso, necessitaríamos de surveys realizados antes dos anos quarenta.

com um índice elevado de analfabetismo. Finalmente, maior associativismo cívico também se correlaciona fortemente com maior propensão ao desenvolvimento de valores igualitários.

Apesar dessa difusão ampla de valores que evidenciam a aceitação da igualdade de gênero no Brasil, há uma minoria de brasileiros (12,0%) bastante resistente a esse princípio. Doze por cento, em tese, equivalem a cerca de vinte milhões de brasileiros - um número não desprezível em termos absolutos (IBGE, 2000). Esses indivíduos não só atribuem papéis tradicionais ao segmento feminino da população - o que afasta as mulheres do universo político -, como também se revelam intrinsecamente intolerantes e autoritários. De forma alguma aceitam a homossexualidade, por exemplo, - evidenciando seu baixo respeito por outras minorias sociais e corroborando, embora de maneira inversa, a visão de alguns autores (como Inglehart e Norris, 2005) de que atitudes de tolerância criam uma espécie de cesta de valores igualitários que se manifestam em todas as esferas de interação social.

O dado mais preocupante a respeito dessa minoria é o fato de ela também ser preponderantemente autoritária. O regime democrático não é por eles percebido como a melhor forma de governo. Pelo contrário, não atribuem à democracia o caráter de um valor inegociável. Se a democracia é um “universal evolucionário” (PARSONS, 1999) ou mesmo um “valor universal” (SEN, 1999b), temos que concluir que, no Brasil, atualmente, uma cultura política híbrida predomina. Valores modernos e pós-modernos difusos entre a maior parte da sociedade são acompanhados por valores tipicamente tradicionais concentrados em uma minoria da população. Resta-nos saber, se focássemos a análise em outros valores - como, por exemplo, a igualdade de opção religiosa ou sexual -, se essa minoria realmente se restringiria a pouco mais de um décimo da população ou se seria bem mais ampla.

**Referências bibliográficas**

ADAMS, J. e ORLOFF, A. S. "Defending Modernity? High Politics, Feminist Anti-Modernism, and the Place of Gender", *Politics & Gender*, vol.1, nº1, 2005.

ALMEIDA, A. "O Brasil no Final do Século XX: Um caso de Sucesso". *Dados*, vol. 41, nº4, 1998.

ARAÚJO, C. e SCALON, C. "Gênero e a distância entre a intenção e o gesto". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, nº62, 2006.

ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BAKER, K. *Condorcet: From Natural Philosophy to Social Mathematics*. University of Chicago Press, 1975.

BARBER, B. *The logic and limits of trust*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1983.

BELL, D. *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*. New York: Basic Books, 1973.

BELLO, W. *Dark Victory: The United States, Structural Adjustment and Global Poverty*. London: Pluto, 1994.

BENNETT, L. e BENNETT, S. Changing Views about Gender Equality in Politics: Gradual Change and Lingering Doubts. In: WHITAKER, L. (ed.). *Women in Politics: Outsiders or Insiders?* Upper Saddle River: Prentice Hall, 1999.

BOBBIO, N. *O Futuro da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOSERUP, E. *Women's Role in Economic Development*. London: Allen & Unwin, 1974.

BOTTOMORE, T. e NISBET, R. *A History of Sociological Analysis*. Basic Books, 1978.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J.G. (ed.). *Handbook for theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood Press, 1986.

BREWER, R. "Theorizing Race, Class and Gender: The New Scholarship of Black Feminist Intellectuals and Black Women's Labor". *Race, Gender and Class*, vol. 6, nº2, 1999.

BRZEZINSKI, Z. "The New Challenges to Human Rights". *Journal of Democracy*, vol. 8, nº2, 1997.

BURNS, N.; SCHOLZMAN, K.; VERBA, S. *The Private Roots of Public Action*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.

BURREL, B. *A Woman's Place is in the House: Campaigning for Congress in the Feminist Era*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 1994.

CARREIRA, D. (ed.). *Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho: Projetos Brasileiros que Fazem a Diferença*. São Paulo/Brasília: Cortez/Fundo de Gênero Brasil-Canadá, 2004.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. "Comprehensive analysis of development". *Dependency and development in Latin America*. California: University of California Press, 1979.

COLEMAN, J. A Rational Choice Perspective on Economic Sociology. In: SMELSER, N. (ed.). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

COLEMAN, J. "Social capital in the creation of human capital". *American Journal of Sociology*, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, vol. 94, 1988.

COLLINS, P. H. *Black Feminist Thought*. Boston: Unwin Hyman, 1990.

\_\_\_\_\_. "It's all in the Family: Intersections of Gender, Race and Nation". *Hypatia*, vol.13, nº3, 1998.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. In WEISBERG, K. (ed.). *Feminist Legal Theory: Foundations*. Philadelphia: Temple University Press, 1993.

\_\_\_\_\_. "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color". *Stanford Law Review*, vol.43, nº6, 1991.

DAVIS, N. e ROBINSON, R. "Men and Women's Consciousness of Gender Inequality: Austria, West Germany, Great Britain, and the United States". *American Sociological Review*, vol.56, nº1, 1991.

DEUTSCH, K. "Social Mobilization and Political Development". *American Political Science Review*, vol.55, nº3, 1961.

DURKHEIM, E. *The Division of Labor in Society*. New York: Free Press, 1997.

ENLOE, C. *Bananas, Bases and Beaches: Making Feminist Sense of International Relations*. London: Pandora Books, 1989.

\_\_\_\_\_. "Silicon Tricks and the Two Dollar Woman". *New Internationalist*, July, 1992.

\_\_\_\_\_. *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives*. London: University of California Press, 2000.

\_\_\_\_\_. Gender and Politics. In: KRIEGER, J. (ed.). *The Oxford Companion to Politics of the World*. New York: Oxford University Press, 2001.

FERBER, A. "Deconstructing Whiteness: The Intersections of Race and Gender in White Supremacist Thought". *Ethnic and Racial Studies*, vol.21, nº1, 1998.

FINAMORE, C. M. e CARVALHO, J. E. C. "Mulheres Candidatas: Relações entre Gênero, Mídia e Discurso". *Estudos Feministas*, vol.14, nº2, 2006.

FLAX, J. "Postmodernism and Gender Relations in Feminist Theory", *Signs*, 1987.

FRIEDAN, B. *The Feminine Mystique*. New York: Dell, 1963.

FUKUYAMA, F. *Trust*. New York: New York Free Press, 1997.

GERMANI, G. Industrialization and modernization. In: *Sociology of modernization*. New Brunswick, NJ: Transaction Books, 1981.

GIDENGIL, E. e O'NEILL, B. Removing Rose Colored Glasses. Examining Theories of Social Capital through a Gendered Lens. In: GIDENGIL, E. e O'NEILL, B. (eds.). *Gender and Social Capital*. New York: Routledge, 2006.

GROSSI, M., e MIGUEL, S. M. "Transformando a diferença: as mulheres na política". *Estudos Feministas*, vol.9, nº1, 2001.

GULATI, G. "Members of Congress and presentation of self on the World Wide Web". *Harvard International Journal of Press Politics*, vol.9, nº1, 2004.

HTUN, M. *Sex and the State: Abortion, Divorce, and the Family Under Latin American Dictatorships and Democracies*. New York: Cambridge University Press, 2003.

IBGE. *Evolução e Perspectivas da Mortalidade Infantil no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelabrasil111.shtm>>. Acesso em: 21 maio 2008.

\_\_\_\_\_. *Projeção da População do Brasil. Parte 1 – Níveis e padrões da mortalidade no Brasil à luz dos resultados do Censo 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INGLEHART, R. *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

\_\_\_\_\_. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

INGLEHART, R. e BAKER, W. "Modernization, Cultural Change and the Persistence of Traditional Values", *American Sociological Review*, vol.65, nº1, 2000.

INGLEHART, R. e NORRIS, P. *Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change Around the World*. New York: Cambridge University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. "Modernization and Gender Equality: A Response to Adams and Orloff". *Politics and Gender*, vol.1, nº3, 2005.

INGLEHART, R. e WETZEL, C. *Modernization, Cultural Change and Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2005.

JAKOBSEN, K. et al (eds). *Mapa do Trabalho Informal: Perfil Socioeconômico dos Trabalhadores Informais na Cidade de São Paulo*. São Paulo: CUT/Fundação Perseu Abramo, 2000.

JAGUARIBE, H. Considerações Finais. In: JAGUARIBE, H. et al. *Brasil, Sociedade Democrática*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.

JAQUETTE, J. "Women and Modernization Theory: A Decade of Feminist Criticism". *World Politics*, vol.34, nº2, 1982.

JOHNSON, N. In Pursuit of the Right to be Free from Violence: the Women's Movement and State Accountability in Uruguay. In: CRASKE, N. e MOLYNEUX, M. (eds.). *Gender and the Politics of Rights and Democracy in Latin America*. New York: Palgrave, 2002.

JOHNSTON, D. Constructing the Periphery in Modern Global Politics. In: MURPHY, C. e TOOZE, R. (eds.). *The International Political Economy*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1991.

LERNER, D. *The Passing of Traditional Society: Modernizing the Middle East*. New York: Free Press, 1958.

LIPSET, S. M. "Some social requisites of democracy: Economic development and political legitimacy". *American Political Science Review*, vol.53, nº1, 1959.

\_\_\_\_\_. *Political Man: The Social Bases of Politics*. Garden City: Doubleday, 1960.

LOPES, C. M. S. "Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção". *Cadernos Pagu*, nº26, 2006.

LOWNDES, V. "Women and Social Capital: A Comment on Hall's 'Social Capital in Britain'". *British Journal of Political Science*, vol.30, nº3, 2000.

MARSHALL, T. H. Citizenship, social class and status. In: *Citizenship, social class and other essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.

MARX, K. *Foundations of the Critique of Political Economy*. New York: Vintage Books, 1973.

MELO, H. P.; CONSIDERA, C. M. e DI SABBATO, A. "Os Afazeres Domésticos Contam". *Economia & Sociedade*, vol.16, nº3, 2007.

MOLYNEUX, M. "Gender and the Silences of Social Capital: Lessons from Latin America". *Development and Change*, vol.33, nº2, 2002.

MONROE, K.; OZYURT, S.; WRIGLEY, T. e ALEXANDER, A. "Gender Equality in Academia: Bad News from the Trenches, and Some Possible Solutions". *Perspectives on Politics*, vol.6, nº2, 2008.

ONDERCIN, H. e WELCH, S. Women candidates for Congress. In: SUE, T. e WILCOX, C. (eds.). *Women and elective office: past, present, and future*. New York: Oxford University Press, 2005.

PALDAM, M. "Social Capital: One or Many? Definition and Measurement". *Journal of Economic Surveys*, vol.14, nº5, 2000.

PARSONS, T. Evolutionary universals in society. In: TURNER, B. S. (ed). *The Talcott Parsons Reader*. Malden, MA e Oxford: Blackwell, 1999.

PETERSON, V. S. e RUNYAN, A. S. *Global Gender Issues*. Boulder, CO: Westview Press, 1999.

PUTNAM, R. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

\_\_\_\_\_. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

\_\_\_\_\_. "The Strange Disappearance of Civic America". *The American Prospect*, vol.7, nº24, 1996.

\_\_\_\_\_. "Bowling Alone: America's Declining Social Capital". *Journal of Democracy*, vol.6, nº1, 1995.

RANDALL, V. e THEOBALD, R. *Political Change and Underdevelopment: A Critical Introduction to Third World Politics*. Durham: Duke University Press, 1985.

ROSTOW, W. *The Stages of Economic Growth*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SAID, E. *Orientalism*. New York: Vintage, 1979.

SANBONMATSU, K. "Gender, stereotypes and voto choice". *American Journal of Political Science*, vol.46, p.20-34, 2002.

SANTOS, W. G. A Pós-‘Revolução’ Brasileira. In: JAGUARIBE, H. et al. *Brasil, Sociedade Democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

\_\_\_\_\_. "O Estado Social da Nação". *Dados*, vol. 29, nº 3, 1986.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. London: Allen & Unwin, 1976.

SCOTT, C. V. *Gender and Development: Rethinking Modernization and Dependency Theory*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1995.

SEN, A. *Development as Freedom*. New York: Anchor Books, 1999a.

\_\_\_\_\_. "Democracy as a Universal Value". *Journal of Democracy*, vol.10, nº3, 1999b.

STEEL, G. e KABASHIMA, I. "Cross-Regional Support for Gender Equality". *International Political Science Review*, vol. 29, nº 2, 2008.

TOCQUEVILLE, A. *Democracy in America*. New Cork: Mentor, 1994.

VARGAS, V. The Struggle by Latin American Feminisms for Rights and Autonomy. In: CRASKE, N. e MOLYNEUX, M. (eds.). *Gender and the Politics of Rights and Democracy in Latin America*. New York: Palgrave, 2002.

WAYLEN, G. *Engendering Transitions: Women’s Mobilization, Institutions, and Gender Outcomes*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

WELDON, S. L. Intersectionality. In GOERTZ, G. e MAZUR, A. (eds.). *Politics, Gender and Concepts: Theory and Methodology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WEBER, M. *The Protestant Ethics and the Spirit of Capitalism*. New York: Scribner's Sons, 1958.

WILLMOTT, C. Constructing Citizenship in the *Plobaciones* of Santiago, Chile: the Role of Reproductive and Sexual Rights. In: CRASKE, N. e MOLYNEUX, M. (eds.). *Gender and the Politics of Rights and Democracy in Latin America*. New York: Palgrave, 2002.

WORLD BANK. *Addressing Gender Equality: World Bank Action Since Beijing*. Washington, DC: World Bank, 2000.

---

Simone Bohn - sbohn@yorku.ca

Recebido e aprovado para publicação em julho de 2008.

# *Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil*

---

**Marcello Baquero<sup>1</sup>**

Departamento de Ciências Sociais  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

**Resumo:** Este artigo analisa as distorções teóricas que surgem quando se examina o processo e construção democrática no Brasil unicamente por meio do enfoque institucional. Esta abordagem não consegue explicar a ambigüidade entre o surgimento de uma economia de mercado e uma sociedade passiva e desconfiada dos representantes eleitos e das instituições políticas. Tal situação produz condições adversas para o fortalecimento democrático e a institucionalização de uma cultura política participativa. Nesse contexto, é possível desenvolver a capacitação política dos cidadãos via capital social como dispositivo alternativo de cidadania? Os resultados aqui apresentados não são muito alentadores a esse respeito.

**Palavras Chave:** democracia; cultura política; capital social; Brasil.

**Abstract:** In this article we analyse the theoretical distortions that emerge when the Brazilian democratic construction process is analyzed utilizing exclusively the institutional approach. This approach does not explain the ambiguities between the emergence of a market economy and a passive and distrustful society of their elected officials and political institutions. In that context, adverse political conditions are produced that do not contribute for the democratic strengthening and the institutionalization of a participative political culture. The question to answer is: is it possible to develop political capacity of citizens through social capital as an alternative mechanism of citizenship? The results of the data examined in this paper are not too convincing.

**Keywords:** democracy; political culture; social capital; Brazil.

---

<sup>1</sup> Ph.D. em Ciência Política. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre América Latina (NUPESAL).

## **Introdução**

Embora nos últimos anos, no Brasil, tenha se institucionalizado uma linha de pensamento que argumenta que vivemos um ciclo virtuoso da democracia, com regras e procedimentos que regulam a vida política, eleições regulares, pluripartidarismo e eleições transparentes, seria um equívoco sugerir que uma teoria democrática, assentada em aspectos procedimentais, seja suficiente para explicar a complexidade do processo político. Embora novos padrões de participação política tenham emergido, a maior participação política formal não tem se traduzido em participação social. Tal fato tem redundado no surgimento de uma produção significativa sobre o tema democratização e política democrática, destacando-se, como uma questão central desses estudos, o papel do apoio popular no futuro da democracia.

É inegável que os avanços na engenharia institucional são essenciais para a construção de uma cultura política participativa, uma sociedade sem regras está fadada ao caos e a práticas políticas deletérias para a democracia. No entanto, atribuir um peso exclusivo a regras, instituições e procedimentos, em detrimento da compreensão do papel que a história, a cultura política e o próprio ser humano exercem na configuração das representações políticas dos cidadãos, pode subestimar os obstáculos existentes para alcançar uma democracia plena. De maneira geral, os indicadores da democracia formal são ambíguos, pois, se aceitos como válidos, sugeririam que a poliarquia brasileira está mais consolidada do que nas nações da Europa Ocidental, na medida em que tem resistido a rupturas ou retrocessos institucionais.

Nessa linha de análise, de acordo com Morlino (2007, p.4), embora o regime democrático seja aceito globalmente, o problema mais sério e importante diz respeito ao tipo de democracia, à qualidade democrática vigente nos países. Para esse autor, esta reside em três fatores: nos procedimentos, no conteúdo e no resultado. Para Molino, uma democracia com qualidade é uma boa democracia, a qual é, antes de mais nada, um regime amplamente legitimado e, portanto, estável, e com o qual os cidadãos estão plenamente satisfeitos. Nesse tipo de democracia, os cidadãos mostram respeito e obediência às regras vigentes (the rule of law). Outro elemento fundamental da qualidade da democracia é o grau de envolvimento dos cidadãos na política. A democracia contemporânea requer uma cidadania ativa que se envolva na arena política via discussões, deliberações, referendos e plebiscitos, ou seja, por meio de mecanismos formais e informais, sem que isso comprometa as instituições convencionais de mediação política. Há um consenso de que sem o envolvimento popular no processo de construção democrática ela perde em legitimidade, mantendo simplesmente sua dimensão formal.

Organizações internacionais como as Nações Unidas têm manifestado preocupação pelo estado atual da democracia em países em desenvolvimento como o Brasil. O Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgado em abril de 2004, sustenta que “a democracia não se reduz ao ato eleitoral, mas requer eficiência, transparência e qualidade das instituições públicas, bem como uma cultura que aceite a legitimidade da oposição política e reconheça e advogue pelos direitos de todos” (p.23). Nesse sentido, o Relatório propõe que a democracia seja examinada na sua dimensão social, na medida em que os elevados índices de pobreza e desigualdade social têm gerado, segundo pesquisas realizadas nos últimos anos (BAQUERO, 2000), o aumento da desconfiança dos cidadãos das instituições políticas e seus representantes, o que tem levado ao questionamento crescente de suas legitimidades. Isto está corroborado no referido Relatório, quando afirma que existe um “risco da estabilidade do próprio regime democrático” (p.23).

Esta preocupação não é surpresa para os que há muito tempo vêm alertando para a distorção da compreensão do processo democrático fundado, única e exclusivamente, no enfoque da engenharia institucional. Tal advertência ocorria em virtude da constatação de que, no período da democratização, permaneceram vícios políticos tradicionais que contribuíram para a ineficiência das instituições governamentais em responder às demandas da população, gerando predisposições das pessoas em não acreditar, e muito menos confiar, nas regras do contrato social vigente.

Nessa perspectiva, caracterizar um sistema democrático de qualidade depende, em grande parte, da forma como um país tem encaminhado seu processo de transição para a democracia. A este respeito, Carothers (2002) argumenta que as novas democracias são regimes híbridos que se situam entre a democracia e o autoritarismo, materializados pela capacidade das elites em se apropriar progressivamente dos recursos estatais, mesmo com a existência de uma oposição e instituições democráticas. Deste modo, as elites se afastam da sociedade e se encapsulam no poder.

Presentemente, na linha da reflexão sobre qualidade democrática, uma das principais preocupações dos cientistas políticos se orienta no sentido de tentar explicar o mau funcionamento dos regimes democráticos considerando a dimensão social, pois, embora a economia mostre uma razoável estabilidade e avanços na redução da pobreza concomitantemente ao crescimento econômico tenham sido verificados, não se constata a criação de estruturas sociais mais justas. Para Coraggio (2008), por exemplo, a pobreza e a indignação podem mudar seus números momentaneamente, porém, a tendência da degradação da qualidade de vida continua.

Ao contrário da situação na Europa, onde os dados indicam que houve uma redução dos níveis de desigualdade e da pobreza nas últimas décadas, tal situação não se observa em países em desenvolvimento como o Brasil, onde a situação material da maioria da população continua precária (PIERÓ, 2006, p.51), principalmente no que diz respeito àqueles segmentos localizados na extrema pobreza. O crescimento econômico *per se* tem pouco potencial em reduzir a pobreza no contexto de elevados índices de desigualdade que caracterizam o país. De 1981 a 2004, o nível de desigualdade no Brasil manteve-se inalterado, embora com oscilações em 1989, mas, na média, o índice de Gini foi de 0,574, em 1981, para 0,564, em 2004 (FERREIRA, LEITE, LITCHFILED e ULYSSEA, 2006) e 0,509, em 2007 (Pasta do Governo Brasileiro, 2008). Tal situação tem produzido, segundo alguns autores, um preço elevado, que continua sendo pago pelos brasileiros em nome da suposta modernização econômica com base no mercado (TAVARES, 2002).

A classe média tem assumido o ônus do pagamento da dívida social, por meio de uma carga tributária brutal que inviabiliza a mobilidade social via trabalho assalariado. De acordo com Neto e Coelho, a classe média não se beneficia da maioria dos programas de Lula, centrados nos pobres (NETO e COELHO, 2008, p.83). Na média, pagam impostos elevados para o governo e recebem, em troca, serviços insuficientes. O Estado tem se mostrado, portanto, ineficiente em proporcionar serviços sociais adequados, além de não conseguir erradicar as práticas de corrupção e de falta de ética na distribuição de recursos públicos.

Dentro deste cenário, o objetivo deste artigo é examinar o problema do desempenho democrático a partir de uma perspectiva diferente da tradicional, a qual enfoca unicamente a dimensão institucional. O artigo está estruturado em três seções: a primeira examina o estado atual da democracia brasileira; a segunda seção discute as possibilidades de promover uma democracia plena em condições de crise econômica e distributiva, e finaliza, na terceira seção, avaliando o conceito de capital social como dispositivo complementar que poderia auxiliar a promoção democrática. Nesta última seção, utilizamos dados das pesquisas dos Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB), realizados em 2002 e 2006, e do Latin American Public Opinion Project (LAPOP), realizado em 2007, com amostras probabilísticas, no Brasil.

### **Situando o problema da democracia brasileira**

A meta democrática seria uma democracia ideal. Tocqueville sugeria que o Estado ideal era uma democracia com perfeita igualdade e liberdade, porém, alertava para os problemas potenciais de uma maior igualdade política sem o adequado ambiente econômico, o que poderia, segundo o autor, levar à institucionalização de uma tirania da maioria. Em outras palavras, se as condições econômicas e sociais são desiguais, as democracias que pretendem proporcionar maiores liberdade e igualdade políticas poderiam gerar uma pressão redistributiva excessiva, reduzindo a proteção à propriedade privada e distorcendo os incentivos para empreendimentos individuais.

A relação que tem se estabelecido entre democracia, crescimento econômico e bem-estar está longe de ser conclusiva. Para alguns autores, não há evidência empírica de que a democracia gere crescimento econômico (PRZEWORSKI e LIMONGI, 1993). Para outros, é a qualidade das instituições que influencia o desempenho econômico no longo prazo (ACEMOGLU, JOHNSON e ROBINSON, 2001). Essas divergências podem ser atribuídas ao que Dahl se referia como um problema de mensuração democrática, pois a democracia *“tem diferentes significados, para diferentes pessoas em diferentes contextos e lugares”* (DAHL, 2000, p.3).

Existem, por exemplo, as chamadas teorias céticas sobre a democracia, as quais enfatizam as deficiências do governo representativo. Para Besley e Coate (1998), a democracia pode se mostrar deficiente quando permite que vários grupos compitam por influência política. Subjacente a este posicionamento, está a idéia de que o crescimento econômico pode ser alcançado por sistemas não democráticos, e os que defendem esta postura utilizam o sucesso econômico dos “tigres asiáticos” para respaldar esta tese (RODRIK, 2005). Do lado otimista, estão os que aderem às teorias desenvolvimentistas da democracia, enfatizando o papel positivo que as instituições representativas desempenham no crescimento econômico de um país (BOURGUIGNON e VERDIER, 2000). North é contundente ao afirmar que *“a estrutura institucional mais favorável e que se aproxima dessas condições (eficiência do mercado no modelo neoclássico) é uma sociedade democrática moderna com sufrágio universal”* (NORTH, 1990, p.87). Uma terceira linha de pensamento diz respeito à influência que as instituições coloniais têm no desenvolvimento econômico e político de uma sociedade (ACEMOGLU, JOHNSON, ROBINSON e YARED, 2006). O problema desta perspectiva teórica diz respeito à dificuldade em operacionalizar variáveis do tipo herança colonial bem como instituições coloniais.

Nessa direção, Robert Dahl, um dos principais representantes da teoria pluralista da democracia, postula que a democracia é um ideal impossível de se realizar na prática. O que existe, segundo ele, são “práticas reais” ou “poliarquias”,

ou seja, combinações de lideranças com controle dos não líderes sobre os líderes, regimes cujos atos apresentam uma correspondência com os desejos de muitos de seus cidadãos durante um longo período de tempo. O termo poliarquia inclui uma grande variedade de organizações que, se diferenciando entre si, são normalmente chamadas de democracias. Algumas das características são: 1) que o controle das decisões governamentais sobre as medidas oficiais corresponde aos funcionários eleitos; 2) os funcionários eleitos são substituídos por eleições livres e relativamente freqüentes; 3) nessas eleições têm direito a votar praticamente todos os adultos; 4) estes também têm direito a ocupar cargos apresentando-se como candidatos; 5) os cidadãos têm o direito à liberdade de expressão; 6) têm acesso a diversas fontes de informação e 7) têm direito a formar associações políticas que buscam influir no governo, competindo nas eleições. Refletindo sobre este tema, Hayek (1960) já argumentava que *é nos seus aspectos dinâmicos e não estáticos que o valor da democracia é observado*:

*“Da mesma forma que é verdadeiro para a liberdade, os benefícios da democracia se mostram somente a longo prazo, podendo seus benefícios imediatos serem inferiores aos de outros tipos de governo” (HAYEK, 1960).*

A proposta de Dahl sobre poliarquia constitui-se ponto de referência para compará-la com o funcionamento atual deste tipo de regime no Brasil. Ao mesmo tempo, me parece que somente desta forma é possível identificar caminhos alternativos para direcionar a democracia em uma dimensão substantiva, na medida em que o pressuposto de democracia ideal contemporânea costuma ser o mercado, ocidental e liberal, indo além da justificativa idealista de democracia que não consegue captar as realidades que as novas democracias enfrentam, sobretudo em um futuro incerto. Nas chamadas novas democracias da terceira onda, dentro das quais o Brasil se insere, o mercado tem assumido papel central nas relações econômicas, políticas e sociais. No entanto, dentro do modelo de desenvolvimento transnacionalizado, essas democracias coexistem com práticas políticas tradicionais, as quais fragilizam as instituições, inflacionam o poder do presidencialismo propiciando uma relação assimétrica de poder entre o legislativo e o executivo, e colocam a sociedade em uma situação de subordinação que não permite a construção de uma cultura política participativa e de natureza crítica. Estes fatores incidem diretamente não só na qualidade da democracia, mas, sobretudo, colocam em xeque a legitimidade e a credibilidade do sistema democrático vigente.

Problematizar esses fatores para o Brasil pode proporcionar uma compreensão mais realista da cultura política e da forma como os cidadãos internalizam normas e crenças em relação à política. Uma análise realista da democracia sugere que os cidadãos das novas democracias têm uma boa compreensão dos ideais democráticos, porém têm predisposições negativas em relação ao desempenho dos novos regimes, principalmente se comparados com os do passado.

Embora as questões sociais tenham assumido publicização e os últimos governos tenham mostrado preocupação, seus esforços ainda podem ser considerados incipientes, agravados por uma incongruência entre o modelo econômico implementado e os anseios da sociedade. A economia com base na lógica do mercado dá ênfase à produtividade, à competitividade e à inserção internacional. Tal lógica, no entanto, vai na contramão de demandas societárias de maior participação na política. Nessa nova arena política de articulação de interesses, a sociedade tem perdido espaço, pois a nova ordem social tem conseguido construir um novo controle de dominação política que debilita as forças sociais como catalisadoras de novas identidades coletivas com forças de pressão no atendimento às suas reivindicações. Tal situação leva a que o Estado se mostre incapaz de criar uma relação congruente entre os formuladores das políticas públicas e os recipientes de tais políticas. Acrescente-se que falta ao Estado redescobrir sua relação com a sociedade em um contexto político mais amplo que vai do local ao nacional e ao global e entender que esses três níveis estão estreitamente vinculados.

A referida incongruência não tem possibilitado o surgimento e o fortalecimento de uma cultura política cidadã ativa. Na verdade, a aparência externa de uma democracia processual estável no Brasil omite um sistema político civil ainda frágil. Permanecem obstáculos para realizar os objetivos de igualdade e liberdade, pressupostos propostos pela democracia processual, produzindo-se em relação a essas instituições uma incongruência entre instituições formais e predisposições atitudinais negativas. A este respeito, Ames (2001) caracteriza a democracia brasileira contemporânea como uma nação onde a governabilidade se constitui em um problema permanente. Esta afirmação está respaldada em duas dimensões: (1) a eficiência do legislativo e do executivo na elaboração de programas e políticas públicas e (2) a inabilidade do governo em implementar os referidos programas e políticas públicas. Quando essas dimensões não são resolvidas adequadamente, as atitudes e comportamentos políticos das pessoas podem se dar na direção contrária ao fortalecimento democrático. Parte deste comportamento reside na herança patrimonialista e clientelística que se enraizou na cultura política brasileira (FAORO, 1989). A materialização do clientelismo no contexto contemporâneo, segundo Carvalho, dá-se quando *“deputados trocam votos*

*por empregos e serviços públicos que conseguem graças a sua capacidade de influir sobre o poder executivo” (CARVALHO, 1998, p.86).*

A hipótese básica, portanto, é de que, no Brasil, atualmente, temos uma cultura política híbrida, que mistura dimensões formais procedimentais e informais, de tradição histórica, onde as instituições políticas geralmente carecem de credibilidade e, em alguns casos, de legitimidade. Para entender por que prevalecem essas características, é necessário examinar a percepção dos brasileiros a respeito dos principais problemas do país, tentando identificar se está em andamento uma institucionalização de valores pós-materiais. Caso isso se observe, sinalizaria a solidificação da construção democrática. Desse modo, é imperativo compreender a lógica de formação de crenças a respeito da política, uma vez que isto poderia gerar subsídios à compreensão do paradoxo que a democracia brasileira enfrenta bem como superá-lo, por meio, essencialmente, da formatação de uma base normativa de apoio à democracia e, ao mesmo tempo, criação de capital social.

## **O contexto atual**

Com o processo de globalização, pressupunha-se que a integração das economias domésticas na economia global produziria a acumulação de capital internacional e removeria as barreiras de comércio e de comunicação, lançando os países em uma rota de crescimento, prosperidade e desenvolvimento humano. No entanto, a realidade tem mostrado que, longe das expectativas criadas pela globalização, na maior parte dos países em desenvolvimento, como o Brasil, constata-se uma tendência ao empobrecimento, um debilitamento dos sistemas de apoio social, crescimento das desigualdades, insegurança em relação ao futuro e o crescimento da violência. De acordo com Menon, *“ao invés de eliminar ou reduzir as diferenças, a integração das economias nacionais ao sistema global tem, ao contrário, tornado essas diferenças mais aparentes e, de muitas formas mais inaceitáveis”* (MENON, 2006, p.3).

Para muitos autores (TURNER, 1994), a dependência contemporânea dos países do mercado para resolver os problemas políticos, econômicos e sociais constitui-se num ataque selvagem aos princípios da cidadania. Desse modo, o Estado moderno se articula como unidade do mercado, influenciado pela transnacionalização da economia, e sofre uma transformação radical de suas funções econômicas, fragiliza sua soberania e enfrenta a desfiguração da democracia como forma de governo ligada à sua condição nacional (CELI, 2007). Isto ocorre em virtude de um paradoxo que se estabelece, não só no Brasil, e que diz respeito à constatação da solidificação de um discurso que privilegia a

democracia formal, simultaneamente com a precarização das condições de vida da população. A fragilidade das instituições representativas sugere um compromisso ambivalente com a democracia, tanto por parte das elites, como, sobretudo, por segmentos majoritários da população brasileira. O próprio presidente Lula deixou para trás uma retórica que defendia uma política Estado-desenvolvimentista, assumindo posturas mais liberais de desenvolvimento, da mesma forma que seu predecessor Fernando Henrique Cardoso tinha feito.

Tal paradoxo cria uma situação histórica única, na qual, parece-me, estamos assistindo a um processo de deslegitimação ou desconsolidação democrática. Este processo se implanta em virtude do aumento da violência, praticada tanto por agentes estatais como no âmbito privado, cujos responsáveis, apesar do restabelecimento democrático, continuam a se beneficiar da impunidade e da imparcialidade da lei. Para Menendez-Carrión, por exemplo, a maioria das democracias na América Latina estão longe de serem capazes de assegurar liberdade e justiça para todos, apesar da crescente incorporação de normas legais sancionadoras da discriminação (MENENDEZ-CARRIÓN, 2003).

Nessas circunstâncias, o processo de redemocratização no país não tem conseguido eliminar vícios antigos da política. A expectativa de que a chegada de governos de esquerda ou centro-esquerda daria um novo matiz, com justiça social às relações sociais do país não tem se materializado. O sistema político implantado está longe de atender equitativamente às demandas sociais da maioria da população. As esperanças produzidas pelo processo de transição para a democracia no Brasil também não se plasmaram. A história tem mostrado que apesar deste aspecto procedimental ser necessário para começar a fortalecer o processo democrático, não é suficiente para falar em justiça social, se por progresso democrático se entende a dimensão social. Para falar de um regime desta natureza são necessários outros elementos, por exemplo, possuir práticas políticas participativas na cultura política da cidadania, simultaneamente com a construção de uma rede institucional forte que regule a vida política e que se constitua no espaço por excelência da tomada de decisões. A questão subjacente a esta preocupação diz respeito ao poder dos cidadãos em desenhar as instituições que eles operam e não, simplesmente, reagir mais ou menos passivamente a situações dadas e impostas.

Trata-se, em última análise, de avaliar se fatores culturais contribuem, ou não, para o fortalecimento democrático, produzindo mudanças atitudinais. Nesse sentido, penso que um dos principais problemas que enfrentamos na análise desta questão é que, freqüentemente, o conteúdo das reformas é importado e sua falta de relação com o cenário que se examina gera distorções que, via de regra, se perpetuam, por não termos mecanismos de fiscalização efetivos e eficazes que

atribuem um peso exagerado à dimensão econômica, em detrimento do progresso social.

Tais distorções ficam evidenciadas quando se analisa a evolução dos indicadores sociais no Brasil a partir de 1994. Por exemplo, constata-se que os problemas sociais, a despeito do aumento da produtividade e do crescimento econômico observados no país, não têm sido resolvidos. Esses indicadores não têm conseguido produzir reduções significativas e duradouras da pobreza e da desigualdade social. A análise de dados para o Brasil, no que diz respeito à mortalidade externa, revela que, de 1991 para 2000, a taxa de homicídios para a faixa etária de 15 a 24 anos aumentou em 95%. Igualmente, as desigualdades por gênero não têm sido plenamente resolvidas, pois, apesar de avanços significativos, as mulheres continuam a ter remunerações inferiores às dos homens, mesmo com níveis iguais de escolaridade. No que diz respeito à variável raça, de acordo com a Síntese de Indicadores do IBGE para 2003, constatou-se que as mulheres negras brasileiras apresentam os piores indicadores sociais em qualquer aspecto que se analise.

Na perspectiva de desigualdades regionais, o nordeste continua apresentando as piores condições de vida, principalmente, nos indicadores materiais. Estes dados confirmam que o Brasil é detentor de um dos índices mais elevados de desigualdade no mundo (LONDOÑO, 1995), a despeito de, em 2006, ter havido uma redução da desigualdade social, bem como uma diminuição da população que vive abaixo da linha da pobreza, de 22,8% para 19,3%. É preciso ressaltar também que, apesar de o Brasil ter alcançado um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,800, o país baixou sua posição no ranking mundial deste índice, indo da 69ª para a 72ª posição. De acordo com Neto e Coelho, isto sinaliza que outros países aproveitaram melhor a conjuntura favorável da economia mundial (NETO e COELHO, 2008, p.81).

Tal fato é corroborado por Mussi e Afonso (2008), para quem, comparado com a América Latina, que cresceu economicamente 26,5% no período de 2002 a 2007, o Brasil mostrou um crescimento menor. De maneira geral, a situação social está longe de ser equacionada, pois o índice de crescimento econômico, embora tenha passado de 2,9%, em 2006, para 5,19%, em 2007, está longe de sanar o déficit social histórico que se acumulou e não consegue garantir uma melhor qualidade de vida para as pessoas, principalmente se leva em conta que também os índices de inflação deram um salto significativo de 3,83%, em 2006, para 7,75%, em 2007 (IGP-M, 2008). O retorno da inflação em escala internacional, em virtude do aumento dos preços dos commodities, não somente está afetando o preço do petróleo, mas, sobretudo o preço dos alimentos, o que poderá ter conseqüências negativas para o processo de construção democrática do país.

Essa situação, de acordo com alguns autores (MUSSI e AFONSO, 2008, p.149), produz uma única certeza em países como o Brasil: uma profunda incerteza. Atualmente, portanto, existe mais desigualdade social, precarização do trabalho, mais frustração e uma maior descapitalização. Mesmo que a dívida externa tenha sido equacionada, a dívida interna tem crescido linearmente, produzindo os efeitos já conhecidos de empobrecimento e de exclusão social da população. Nestas circunstâncias, as mudanças mais recentes de reestruturação da economia, no Brasil, ocorrem num contexto em que, para a maioria da população, a cidadania não significou a completa integração da massa de trabalhadores ao regime salarial estável, em que a pobreza se constitui num fenômeno estrutural de massa e não numa questão residual ou emergente, e em que esse estado de pobreza também está associado a dificuldades de acesso a inúmeros serviços urbanos e sociais. Embora os indicadores disponíveis para examinar a desigualdade social se dêem com base no coeficiente de Gini, e as percentagens de riqueza que concentram grupos da população, o Brasil é o país que, na segunda metade do século XX, aumentou a desigualdade (Gini, 6,6% no período 1960 a 1997) e a concentração de renda nos setores mais ricos (os 20% mais ricos concentraram renda no período de 1960 a 1990 em uma média de 62%, enquanto para os 20% mais pobres foi de 2,7%) (PIERÓ, 2006, p.35).

Nesse contexto, apesar de alguns avanços na economia e no campo da poliarquia, o Brasil continua a experimentar uma situação precária nos campos social e econômico. No campo social, tal crise se materializa na desigualdade de oportunidades na educação, saúde, moradia e qualidade de vida para as pessoas. Também se institucionalizou o que se denomina “pobreza dura”, a qual caracteriza uma situação da pobreza estrutural que exclui, permanentemente, um segmento da população que não dispõe de recursos (saúde, educação e informação) exigidos para ter acesso às oportunidades geradas quando existe crescimento econômico. Acrescente-se a essa situação o surgimento de uma nova categoria de cidadãos que se incorpora aos excluídos.

Este segmento, oriundo da classe trabalhadora, tem experimentado um crescimento significativo, pois inexistem mecanismos, via políticas públicas, que os requalifiquem para o novo contexto de mercado e os protejam com salário-desemprego durante a época deste treinamento. Nessas condições, escapar da pobreza se torna uma tarefa difícil.

Presentemente, em virtude da não alteração do modelo de mercado que privilegia a estabilidade procedimental em detrimento da estabilidade societária, continuando, nesse cenário, a penalizar a classe média, as possibilidades de construir uma democracia socialmente justa é remota. Para Solt, por exemplo, a desigualdade econômica deprime o interesse, a discussão e a participação política, particularmente dos setores mais pobres (SOLT, 2008, p.48).

Essa situação, em minha opinião, tem agravado a crise política latente que o país vive atualmente, camuflada pela idéia de que vivemos uma estabilidade econômica e política. O que se observa é a solidificação de uma democracia mínima, a qual explicaria a situação que se apresenta nas transições, desde regimes não democráticos até formas democráticas de governo, nas quais justificaria-se a idéia do “mínimo indispensável” a considerar na hora de negociar com antecessores que não têm feito da democracia sua prática de governo (DAHL, 1997).

Porém, conceber a democracia nessa dimensão pode gerar a idéia de que, uma vez estabelecida a democracia formal, a sociedade resolverá todos seus problemas. No entanto, a realidade tem mostrado algumas questões, particularmente no âmbito social, que a democracia processual não tem conseguido resolver, fazendo com que o poder invisível do Estado governe além da vontade popular.

Essa situação motivou a reintrodução da questão social na agenda da democratização no Brasil, colocada em posições privilegiadas nos índices que medem a democracia (PNUD, 2004; WEHR, 2007). Porém, mesmo no relatório do PNUD (2004), constata-se que a ausência da dimensão social erode a legitimidade democrática. No entanto, as análises e propostas continuam a ser dominadas pelo enfoque institucionalista (BURCHARDT, 2008).

A percepção das virtudes da democracia formal pode ser explicada pelo fato de que nas pesquisas sobre os processos democráticos tem preponderado o estudo das democracias estabelecidas, onde a estrutura governamental e a natureza do regime não estão em questão para os cidadãos. Pode haver desconfiança em relação às instituições políticas e oposição a políticas públicas, mas não existem predisposições estruturais para mudar o regime democrático vigente.

No caso das novas democracias que estão em processo de construção e solidificação, ao contrário, a natureza, a identidade e a sobrevivência do regime são questões essenciais. Tal requisito coloca, na agenda da democracia brasileira, a necessidade de promover esforços que gerem o apoio dos cidadãos aos princípios democráticos e à reforma estrutural e permanente, como nas democracias consolidadas.

Quando isso não ocorre, o Estado perde em transparência. Por exemplo, as decisões que se tomam não são publicadas, persistem práticas clientelistas, a força das corporações e dos lobistas aumenta, podendo, assim, debilitar o regime democrático até torná-lo pouco representativo do interesse geral. Esta crise se materializa na medida em que o sistema político não consegue resolver, por meio de ajustes e pelas instituições convencionais da democracia representativa, suas contradições. Neste contexto, o quadro sócio-institucional mostra-se incapaz de

resolver os dilemas que o sistema produz, apesar das políticas de ajuste estrutural e das políticas sociais compensatórias que se implementam.

Desta forma, a crise está fundamentada em duas questões básicas. A primeira é a contradição entre acumulação e democratização, a qual se inscreve na própria natureza do capitalismo periférico que viabilizou uma retração da ação estatal nas inversões e no gasto social com um impacto muito forte nas classes populares. Isto ocorre porque no momento em que o Estado se retira do gasto social ninguém assume os serviços de saúde, educação e a manutenção de uma infra-estrutura, piorando a qualidade destes. Assim, a democracia reduz-se a um sistema de liberdades econômicas em benefício da acumulação privada.

Uma democracia concebida nesses termos acaba sendo compatível com a degradação das maiorias, com a fome, com o desemprego, com a doença e com uma queda na qualidade de vida da maioria dos cidadãos. Um aspecto colateral deste tipo de democracia, como foi dito, é o impacto negativo nas classes médias, gerando sua diminuição quantitativa e qualitativa, a despeito da implementação de dispositivos que tentam diminuir estes impactos negativos. No caso brasileiro, por exemplo, a expansão de crédito foi facilitada por iniciativas do governo de ampliar o acesso e reduzir os custos dos empréstimos bancários. No entanto, apesar da economia de crédito ter se institucionalizado de maneira significativa, atenuando, de alguma forma, a situação da classe média, não se pode considerar que será algo permanente, em virtude da ainda presente fragilidade do país a oscilações do mercado internacional, que já começam a se manifestar no aumento dos índices de inflação.

Desse modo, não por acaso, a dimensão social tem sido uma das características mais enfatizadas, nos últimos anos, nas análises sobre a democracia no Brasil. Embora tenha se constatado um avanço significativo no gasto social, principalmente oriundo do aumento da pressão tributária e de um bom momento econômico, mantendo a economia e o consumo aquecidos, a percepção generalizada da população é de que isto é insuficiente. O bom momento econômico revela também a falta de capacidade do Estado em atender às demandas de mais direitos econômicos, sociais e culturais, em virtude da falta de recursos, da regressividade de suas políticas ou da incapacidade de oferecer os serviços essenciais demandados pela sociedade. Nessas circunstâncias, o tipo de cultura política que se instala no país tende a reproduzir vícios e práticas deletérias para o fortalecimento democrático e para uma coesão social mais sólida. Nesse contexto, torna-se necessário rever os conceitos tradicionais de democracia no país com o objetivo, segundo Sen (2003), de fomentar mais democracia. Em síntese, pode-se dizer que, em alguns aspectos, a democracia brasileira exhibe ganhos significativos, principalmente como modelo de transmissão de poder. Porém, é necessário pensar

um modelo diferente, que incorpore as dimensões subjetivas com vistas a fortalecer a democracia. Dois desses elementos são a cultura política e o capital social.

### **A cultura política híbrida**

A base da discussão a respeito do estado atual da democracia brasileira reside na sua incapacidade de materializar políticas públicas eficientes e eficazes. A maior parte das iniciativas de combate à desigualdade social acaba se transformando em políticas assistencialistas que não alcançam o objetivo inicial de geração de igualdade social. Os programas e políticas focados diminuem a pobreza, mas não transformam a sociedade. É preciso repensar os modelos de financiamento e de gasto público para que os setores mais necessitados disponham de um tratamento integral e não meramente uma assistência social.

Esta situação tem produzido a emergência de predisposições atitudinais de caráter negativo nos brasileiros. Verificam-se elevados índices de ceticismo político sobre a política democrática. Surge, nesse contexto, uma relação complexa entre as instituições políticas e suas práticas e o sentido e interpretação que os cidadãos dão à vida política. A incongruência entre a dimensão institucional e a prática política tem desembocado naquilo que se convencionou chamar de informalização da vida política (PACHANO, 2003).

A informalização do campo político institucionalizou o debate normativo a respeito dos méritos relativos da democracia representativa em relação à democracia direta (GERBER, 1999). Ao mesmo tempo, a popularização da democracia direta deriva das deficiências e fragilidades dos mecanismos e organizações convencionais de mediação política.

Nesse contexto, na política contemporânea, são mantidos velhos vícios de fazer política com instituições “modernas” produzindo uma ambigüidade do significado do “fazer política”, pois, em muitos casos, não se sabe se a crise de mediação política é fruto da prática política ou das instituições democráticas. De fato, tendo em vista a história do Brasil, essas duas dimensões estão interligadas.

Desse modo, a presença de crises políticas, e sua não solução definitiva, alimenta a longo prazo uma crise da democracia que se manifesta no desapego dos cidadãos aos princípios democráticos e na desconfiança em relação às instituições democráticas. As instituições formais seguem e aplicam procedimentos democráticos, porém suas práticas lhes dão outro sentido, indo de encontro às exigências normativas explicitadas na teoria. Nessas circunstâncias, se produz um paradoxo onde a institucionalidade democrática adquire estabilidade, mas geralmente carece de legitimidade. No caso brasileiro, as instituições políticas geram incentivos que encorajam os políticos a maximizar seus ganhos pessoais e a

se concentrar em troca de favores, manchando sua imagem e, conseqüentemente, o regime, aos olhos dos cidadãos (AMES, 2001, p.4).

De maneira geral, quando a credibilidade e a legitimidade do regime são colocadas em xeque, há uma perda dos elementos de coesão social (valorização de valores nucleares da democracia), estabelecendo uma lógica política reduzida à disputa de poder, concomitantemente a uma perda de funcionalidade dos partidos, particularmente no que se refere ao desempenho de suas funções de representação.

Na ausência de uma sociedade civil vibrante e participativa, os cidadãos geralmente recorrem a mediadores privados, à margem das instituições tradicionais de mediação política, principalmente os partidos. Isto ocorre porque, de maneira geral, o Brasil pode ser caracterizado como uma sociedade de massas, superimposta a uma configuração estrutural de caráter patrimonialista. Em uma sociedade deste tipo, o Estado detém praticamente o poder absoluto na determinação das políticas públicas e a sociedade tem um papel insignificante, decorrente de um processo histórico onde aquele se estruturou antes desta. Ao refletir sobre este tema, Carvalho resgata a evolução do Estado na estruturação da cidadania no Brasil, argumentando que a cidadania é formatada a partir do Estado e não da sociedade civil, existindo, portanto, não uma cidadania, mas uma estadania (CARVALHO, 2004, p.61).

Nessa situação, não existe soberania doméstica, onde os cidadãos possam eficientemente influenciar as decisões governamentais que os afetam. A este respeito, Petras e Veltmeyer afirmam que:

*“(...) la influencia creciente de actores e instituciones internacionales poderosos, como las agencias de cooperación para el desarrollo, el Fondo Monetário Internacional (FMI) o los mercados financieros globales debilitó el peso de los derechos locales de participación política” (PETRAS e VELTMEYER, 2001, p.88).*

Em tal contexto, o Estado, mesmo sendo democrático, não está submetido a regras eficientes de fiscalização e é muito mais responsivo às pressões externas do que às demandas internas, razão pela qual os investimentos sociais não correspondem adequadamente às necessidades da população. As instituições convencionais de mediação política não conseguem desempenhar tal função, tornando-se alvos da hostilidade dos cidadãos. Salazar (2001), referindo-se ao caso mexicano, porém, em minha opinião, aplicável ao Brasil, afirma que:

*“Los partidos actuales se comportan como las empresas electorales de una vieja clase política que sirven como arenas para el reparto del poder y gestión de intereses particulares. Postulan los atributos personales de los candidatos, no sus posiciones ni programas. La competencia se rige por las reglas de la mercadotecnia, los candidatos se venden como productos no como portadores de proyectos. La elevada inversión en las campañas publicitarias es requisito ineludible y factor de peso en los resultados electorales. La demagogia y la propaganda son moneda corriente, impunes, hasta el momento. Los liderazgos personales cercanos al caudillismo son muy prolongados. Los partidos son organizaciones verticales, corporativas, burocráticas, que no rinden cuentas a sus militantes ni a la sociedad” (SALAZAR, 2001, p.2).*

A partir dessa perspectiva, é possível conjeturar que o tipo de cultura política que tem se estabelecido no Brasil ao longo de sua história se caracteriza pela internalização e naturalização, por parte dos cidadãos, da ineficiência e da pouca importância atribuída às instituições da democracia representativa. Se por cultura política se entende a existência de valores e crenças que predominam em uma sociedade (ALMOND e VERBA, 1965), então os dados, divulgados por pesquisas de opinião política (ESEB, 2002; 2006; Latinobarômetro, 2004 – 2006), revelam uma dimensão estrutural de negação da política na sua forma convencional e poliárquica.

Nesse sentido, é possível argumentar que existe uma relação causal recíproca permanente entre instituições deficientes que não produzem cidadãos com predisposições democráticas e estes, por sua vez, distanciam-se e mostram desapego por essas instituições por não acreditarem nos seus objetivos e desconfiarem de suas intenções.

No caso brasileiro, portanto, a construção de representações sobre a democracia se dá num sentido negativo, influenciado por uma memória empírica que não proporciona credibilidade aos partidos, governo ou legislativo e que, com o tempo, materializa-se numa memória coletiva de desvalorização da política fundamentada em procedimentos ou métodos. Igualmente, o fortalecimento do executivo no Brasil tem ocorrido em detrimento do Congresso (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995). De acordo com Neto e Coelho, as crises ligadas à corrupção, nos últimos três anos, mostram como o desprezo, *“por parte do Executivo, do Legislativo pode ser corrosivo para a democracia, na medida em que deslegitima e desmoraliza esta instituição e sem a qual a própria noção de democracia perde sentido”* (COELHO e NETO, 2008, p.99).

Em síntese, o quadro atual da democracia brasileira sinaliza as dificuldades que o governo enfrenta na aplicação de políticas públicas em um ambiente de desconfiança que significa distanciamento, indiferença, falta de reciprocidade e de solidariedade social. Um ambiente com essas características dificilmente conduz ao fortalecimento e muito menos à consolidação de uma cultura política democrática (entendida na sua dimensão social). Nesse cenário, um componente postulado como mecanismo ou instrumento para fortalecer a democracia é o capital social.

### **Capital Social**

Uma dimensão que resultou do processo de redemocratização no Brasil foi a reformulação do Estado, que, em virtude da grande dívida social, voltou-se para o estabelecimento de mecanismos para sanar esse déficit.

Entre os aspectos principais do novo perfil do Estado estão: um processo de descentralização, repassando responsabilidades para estados e municípios a partir da Constituição de 1988; a tentativa de melhorar a burocracia estatal; a implementação de dispositivos de fiscalização das instituições e gestores públicos; combate a práticas de corrupção; o incentivo à participação política mais protagônica dos cidadãos e uma sociedade plenamente mobilizada com capital social.

A crise econômica que se mantém nas novas democracias, caracterizadas pela pobreza e pela desigualdade social, estimulou o interesse nas redes sociais informais como mecanismo complementar para buscar soluções a estes problemas. As redes sociais passaram a ser vistas como dispositivos estratégicos de soluções sociais. Os pobres, principalmente, foram considerados o alvo principal do fortalecimento dessas redes naquilo que se convencionou chamar de capital social, na medida em que se considerava que a coesão comunitária poderia assegurar um desenvolvimento social e econômico onde antes o Estado tinha fracassado. Nessa direção, as últimas décadas têm mostrado, por exemplo, a proliferação de organizações não-governamentais, associações comunitárias, de proteção ao consumidor, de direitos humanos, muitas delas criadas da base, por iniciativa dos próprios cidadãos.

De acordo com dados do Instituto de Serviço Global da Universidade de Washington (2004), há atualmente na América Latina cerca de um milhão de organizações da sociedade civil (OSC) que atuam, principalmente, nos campos da dimensão social: moradia, saúde, educação, segurança, direitos humanos, desenvolvimento comunitário, empoderamento cidadão, capacitação profissional dos excluídos, meio ambiente, participação social e capital social. Estas organizações são consideradas como catalisadoras de capital social, principalmente

para as camadas mais pobres, dotando-as de capacidade mobilizadora via ação coletiva para assegurar um desenvolvimento social comunitário mais incidente nas suas vidas, particularmente onde o Estado tem fracassado.

Essas redes podem ser ativadas para facilitar a ação coletiva que seja benéfica não somente para os indivíduos, mas, sobretudo, para as comunidades. Dessa forma, o capital social é um fator chave para explicar a persistência de economias locais num contexto de globalização, pois, em alguns casos, ele é mais importante do que a renda enquanto determinante de bem-estar.

A despeito das críticas que têm sido feitas ao conceito de capital social, este termo se institucionalizou com base em evidência empírica e com esforços que buscavam delimitá-lo. Nessa direção, três formas de capital social têm sido identificadas, a saber: encapsulamento (*bonding*), de ponte (*bridging*) e de conexão (*linking*). Estas dimensões têm sido úteis na compreensão das fontes e resultados do capital social. O primeiro tipo de capital social, de encapsulamento, diz respeito ao capital social que emerge das relações intra-grupo. Este tipo de capital, segundo Putnam (2000), proporciona as bases sociais e psicológicas que as pessoas desse grupo necessitam para enfrentar as dificuldades do cotidiano. No lado negativo desta dimensão, pode-se gerar um processo de exclusão daqueles que não fazem parte do grupo. Por sua vez, o capital social entre-grupos (*bridging*) se refere aos esforços das comunidades em estabelecer comunicações horizontais para resolver o dilema da ação coletiva. Finalmente, o capital social do ponto de vista do estabelecimento de contatos verticais (*linking*) se refere às relações que se produzem entre estratos diferentes de riqueza e status. Este tipo é fundamental para abrir canais de comunicação com as instituições formais além da comunidade e que proporcionam, também, o desenvolvimento econômico e bem-estar comunitário.

Um dos aspectos fundamentais que dão tangibilidade ao conceito de capital social é o contexto em que é utilizado. Quer dizer, exige do pesquisador um tratamento mais estratégico do que abstrato do termo, pois é preciso operacionalizar capital social em conexão com contextos específicos e que vão ao encontro de políticas públicas e objetivos governamentais. Trata-se, fundamentalmente, de transformar o conhecimento em ação. Por essa razão, o conceito de capital social é considerado o mais importante a emergir das ciências sociais nos últimos cinquenta anos (HALPERN, 2005, p.1), na medida em que se constitui em um meio para um fim e não um fim em si mesmo. Enquanto meio, facilita o acesso a várias formas de recursos ou apoio através das redes de relações sociais. Este processo facilita alcançar os objetivos mais amplos das políticas, tais como a redução da pobreza e da exclusão social.

O interesse a respeito de capital social deriva de duas dimensões. Em primeiro lugar, para os gestores públicos, este conceito, de alguma maneira,

resgata a dimensão social nas análises predominantemente econômicas da realidade contemporânea. Nessa perspectiva, capital social é visto como o elo mais humano que faltava quando se aplicavam modelos econômicos de mercado.

A segunda fonte de interesse advém da proliferação de pesquisas sobre esta temática na comunidade acadêmica. Capital social tem sido associado a uma melhor qualidade democrática (JEFF, 2003), a uma participação política mais protagônica (KLIKSBURG, 2006), ao desenvolvimento econômico (ROBINSON, 2006) e à educação (BAQUERO, 2006).

Nesse contexto, as redes às quais um indivíduo pertence ou se envolve no cotidiano (amigos, colegas, igreja, sindicatos, associações desportivas, partidos políticos, entre outros) são fatores que incidem na identificação e produção de capital social.

Do ponto de vista do desenvolvimento democrático, uma participação mais conseqüente dos cidadãos é considerada essencial, a qual, pressupõe-se, deriva da intensidade com que um indivíduo se envolve em associações formais ou informais e redes. A hipótese básica é que quanto mais uma pessoa participa de redes e associações, maiores as possibilidades de desenvolver virtudes cívicas que tangibilizem o bem coletivo. Existe evidência empírica que mostra a existência de capital social na promoção de cidadãos ou consumidores mais efetivos da política, na medida em que mostram que a existência de estruturas comunitárias fortes está associada, não só à promoção do desenvolvimento e da participação comunitária, mas também ao apoio a políticas públicas governamentais. As experiências mais emblemáticas desse fenômeno na América Latina advêm das experiências de Villa El Salvador no Peru; das feiras de consumo popular na Venezuela e do orçamento participativo em Porto Alegre (KLIKSBURG, 2000).

Essas referências sugerem que capital social pode incidir na promoção de instituições mais confiáveis, mas isso não significa que o contrário não possa ser verdadeiro, ou seja, que ações governamentais e instituições eficientes e eficazes não possam contribuir para a criação de capital social. O problema é que, no caso brasileiro, o governo não parece disposto a abrir sua estrutura de oportunidades políticas, desvalorizando, neste sentido, as suas próprias instituições e gerando, paradoxalmente, a necessidade de produzir capital social oriundo da sociedade *latu sensu* para melhorá-las.

O avanço democrático e a promoção do diálogo em bases equitativas pressupõem que os atores sociais estejam em igualdade de condições político-jurídicas. Na medida em que na realidade isto não se constata, o capital social emerge como categoria que capacita os setores mais desfavorecidos a participar na arena política com mais eficácia na defesa dos seus interesses. Capital social, nesta perspectiva, auxilia a garantir que a participação dos setores mais pobres seja levada em conta pelos gestores públicos, fomentando a eficácia interna dos

cidadãos. Segundo Cohen (1995), este processo atenua os efeitos das assimetrias de poder existentes. A implicação deste processo na conceituação de democracia no país é que amplia sua abrangência para além da igualdade político-jurídica, incorporando a inclusão social dos cidadãos. Trata-se, portanto, segundo Cohen, de uma democracia social, que não tem apenas um caráter corretivo do sistema existente, mas que dispõe de um importante potencial para realizar reformas destinadas a modificar os fundamentos básicos da ordem social.

Nessas circunstâncias, no caso de países como o Brasil, a questão de causalidade entre democracia e capital social ou vice-versa está longe de ser conclusiva e, de fato, influenciam-se reciprocamente. O valor da discussão de capital social reside na possibilidade de tangibilizar seus resultados para a melhoria da governança democrática, onde instituições e valores culturais subjetivos precisam ser avaliados e implementados concomitantemente.

As experiências de constituição de capital social no Brasil, particularmente o Orçamento Participativo (OP), têm servido como modelo para ser emulado em outros contextos. Milhares de iniciativas nesta região, cujo objetivo é alcançar o desenvolvimento e participação comunitária via promoção de confiança recíproca, ou seja, capital social, têm proliferado.

Assim, a despeito das diferentes definições de capital social, Halpern (2005) sugere que:

*“Societies are not composed of atomized individuals. People are connected with one another through intermediate social structures – webs of association and shared understandings of how to behave. This social fabric greatly affects with whom, and how, we interact and cooperate. It is this every day fabric of connection and tacit cooperation that the concept of social capital is intended to capture”* (HALPERN, 2005, p.3).

No Brasil, a idéia da necessidade de criar mecanismos que incidam em uma maior integração entre Estado e sociedade e entre os cidadãos não é nova. Por exemplo, Celso Furtado (1982), na sua reflexão a respeito do desenvolvimento econômico no Brasil, defendia a necessidade de políticas de inclusão social e de dispositivos que estimulassem uma convivência mais pacífica e orgânica entre os cidadãos. Tal preocupação também estava dentro dos estudos de Milton Santos (2005), que defendia ser necessária uma maior participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões e na fiscalização dos gestores políticos. Talvez a principal referência a respeito da importância de criar mecanismos de envolvimento mais protagônico dos cidadãos por meio de processos de mobilizações emancipatórias tenha sido Paulo Freire (1970). Desse modo, embora sem utilizar explicitamente o conceito de capital social, há, na tradição das ciências sociais

brasileiras, o reconhecimento da imperatividade de se promover o fortalecimento dos laços sociais entre os cidadãos na busca de benefícios coletivos no nível macro ou micro, bem como para produzir uma melhor governança. A natureza causal que conecta capital social e desempenho governamental é desenvolvida por Boix e Posner (1995, 1998). Para os autores, o capital social pode:

- 1) tornar os cidadãos consumidores sofisticados da política e oferecer canais por meio dos quais suas demandas possam ser articuladas;
- 2) tornar os burocratas mais cooperativos entre si;
- 3) promover a virtude na cidadania, saindo de uma dimensão individualista para uma orientação comunitária, produzindo cidadãos mais obedientes às leis e, portanto, facilitando a implementação de políticas públicas, e;
- 4) tornar a democracia o mais consensual possível.

Segundo os autores, culturas com níveis elevados de confiança facilitam a cooperação. Desse modo, a confiança e o compartilhamento de normas tornam possível solucionar uma gama ampla de problemas políticos. Tal perspectiva encontra respaldo na idéia de que democracias eficientes se fortalecem quando há uma congruência entre atitudes e comportamentos que valorizam a democracia. Nessa direção, para Sullivan e Transue (1999), as democracias necessitam da tolerância dos cidadãos em relação aos esforços de outras pessoas para participar da política. Tal comportamento conduz ao compromisso e à formação de valores democráticos. Em segundo lugar, as democracias necessitam de participação dos cidadãos. Este objetivo é alcançado quando a confiança social e política e outras características da cultura política estimulam o envolvimento na política. Nesse contexto, a confiança social é vista como fator significativo de fortalecimento de valores democráticos e no crescimento econômico (INKELES, 2000).

No entanto, cabe indagar se o novo impulso ao envolvimento político com base na construção de capital social que se inicia na virada do milênio poderá se consolidar de forma permanente. Uma segunda indagação busca avaliar se estarão crescendo as bases e precondições necessárias para que a participação protagônica tenha sucesso, limitando ou eliminando a possibilidade de uma regressão a práticas clientelistas ou tentativas de manipulação da participação cidadã. No entanto, nem as novas orientações das políticas sociais e muito menos as novas iniciativas de organização política informal têm conseguido se fortalecer com as estruturas políticas tradicionais que continuam a determinar as políticas públicas.

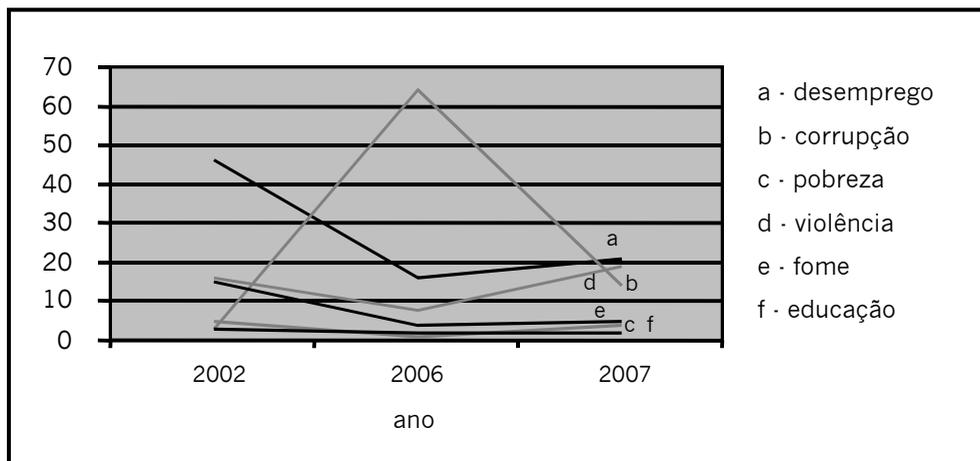
A construção de capital social depende, portanto, da organicidade entre predisposições atitudinais de adesão a valores democráticos, normas compartilhadas pela maioria da população e a existência de sanções para punir os que eventualmente se desviam dos parâmetros éticos do sistema político.

Estes três componentes básicos denominados de redes, normas e sanções, que são compartilhados pelos membros de uma comunidade, existem para produzir capital social. As sanções, por exemplo, para os que se desviam do contrato social, são fundamentais para mantê-lo. É este tópico que passamos a examinar do ponto de vista empírico.

### A base empírica do Capital Social e da Cultura Política no Brasil

De maneira geral, argumenta-se que a democracia se fortalece quando os cidadãos mostram preocupações que vão além da dimensão material, por exemplo, defesa do meio ambiente, qualidade de vida e a dimensão subjetiva de bem-estar (NYE, 1997). Basicamente, diz respeito à diferença entre valores materiais e pós-materialistas (INGLEHART, 1999). No caso brasileiro, tentou-se identificar, no período entre 2002 e 2007, as percepções dos brasileiros sobre os principais problemas do país. O Gráfico 1 apresenta os resultados dessa indagação.

**Gráfico 1 – Identificação dos principais problemas do país (%)  
2002, 2006, 2007**



n= 85% 2203 (2002); 95% 616 (2006); 65% 1195 (2007). A porcentagem não soma 100% pois foram excluídas as categorias com menos de 1%.

Fontes: ESEB, 2002 e 2006; LAPOP-Brasil, 2007.

Uma das variáveis que têm assumido centralidade na questão da governabilidade é que tipos de problemas as pessoas consideram mais importantes. No período examinado (2002 a 2007), o Gráfico 1 mostra, em primeiro lugar, que os brasileiros identificaram, como os principais problemas, aqueles de natureza material: desemprego, corrupção, pobreza, violência, fome e educação. Não foram mencionados problemas de caráter pós-materialista, sugerindo que a base material brasileira está longe de estar resolvida. No entanto, cabe notar que, do ponto de vista de uma avaliação pontual, o desemprego e a violência parecem estar crescendo, enquanto os problemas da pobreza, fome e educação permanecem estagnados. A corrupção mostra uma oscilação significativa em 2006, fruto, provavelmente, das denúncias do mensalão no parlamento brasileiro.

Quando a percepção de que a dimensão material não é adequada, as instituições políticas desempenham papel fundamental para criar as bases de uma legitimidade sólida que resista a tentações autoritárias, criando um ambiente de onde a dimensão material está sendo equacionada favoravelmente para a maioria da população. No entanto, como vários estudos têm mostrado (MOISÉS, 2005; BAQUERO, 2000), a avaliação das instituições políticas feita pelos brasileiros é preponderantemente negativa.

Nesse cenário, os grandes problemas estruturais do país continuam vigentes e a mão invisível da globalização e do mercado não tem conseguido gerar as bases de uma legitimidade societária. Desse modo, a democracia não se consolida em virtude de deficiências econômicas e sociais e da ausência de instituições fortes e de uma cultura política que valorize tais instituições.

Esse processo tem criado oportunidades para o surgimento e o desenvolvimento de formas alternativas de construção de identidades coletivas com base na solidariedade e reciprocidade, em outras palavras, com capital social. Nessa perspectiva, pressupõe-se que iniciativas de base que visam o fortalecimento democrático emanam de três fatores operando interdependentemente, sendo eles, as redes, as normas e as sanções.

Com base nos dados da pesquisa eleitoral realizada em 2002 no Brasil, tentou-se identificar a existência dessas dimensões conceituais. Através de análise fatorial, buscou-se aferir, basicamente, se os brasileiros distinguem conceitualmente essas três dimensões de capital social. Os dados são apresentados no Quadro 1.

**Quadro 1 - Análise Fatorial dos Componentes do Capital Social, Brasil, 2002**

Questões	Fatores		
	redes	normas	sanções
1. Fez contato com político ou com pessoas que trabalham na administração pública para pedir solução de algum problema ou para reclamar do próprio governo?	44		
2. Participação em algum protesto ou comício contra ou a favor do governo nos últimos 4 anos.	42		
3. Atuação com pessoas de mesmo pensamento para solução de problemas nos últimos 4 anos.	58		
4. Participaria de um abaixo-assinado?	42		
5. Participaria de manifestações ou protestos?	56		
6. Participaria de greves?	50		
7. Já participou assinando abaixo-assinado.	52		
8. Já participou em manifestações ou protestos.	65		
9. Já participou em greves.	47		
10. Opinião sobre: políticos muito honestos não sabem governar.		48	
11. Opinião sobre: não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas de que a população precisa.		65	
12. Opinião sobre: é melhor um político que faça muitas obras, mesmo que roube um pouco, do que um político que faça poucas obras e não roube nada.		62	
13. Opinião sobre: político que faz muito e rouba um pouco merece voto da população.		60	
14. Opinião sobre: políticos muito honestos prejudicam o funcionamento do governo.		49	
15. Opinião sobre: político que faz um bom governo deve poder desviar dinheiro público para financiar sua campanha eleitoral.		53	
16. Opinião sobre: é melhor resolver rapidamente um problema da população, mesmo que para isso seja preciso pagar por fora.		53	
17. Opinião sobre: todos os políticos roubam.			48
18. Opinião sobre prisão perpétua.			45
19. Opinião sobre pena de morte.			52
20. Opinião sobre prisão de menores.			48
21. Opinião sobre ocorrência de corrupção entre políticos no Brasil.			47

Variança explicada 35% Eigen value  $\geq 1$ . Rotação varimax.

Fonte: ESEB, 2002.

Os resultados revelam que os brasileiros conseguem decodificar as três dimensões hipotetizadas de capital social. O primeiro fator (“redes”) agrega variáveis atitudinais e comportamentais de envolvimento político.

Constatam-se predisposições na direção de valorizar o envolvimento político tanto convencional quanto não convencional. Este fator sinaliza que há um potencial latente de ativação de capital social com base na compreensão do que é vital, a ingerência coletiva na política.

No entanto, o segundo fator (“normas”) é preocupante, na medida em que se observa uma tendência à aceitação de um comportamento por parte dos gestores públicos que não está de acordo com princípios administrativos éticos. Muitas das obrigações sociais compulsórias dos gestores públicos, conseqüentemente do Estado, são vistas como dispositivos que funcionam simultaneamente com práticas administrativas deletérias para o processo de construção democrática. Neste fator, embora as normas sejam compartilhadas pelos brasileiros, elas produzem um conteúdo que vai de encontro à produção de capital social positivo.

Finalmente, o terceiro fator, denominado “sanções”, é incongruente com um processo positivo de desenvolvimento de hábitos democráticos. Nota-se que as variáveis que conformam este fator traduzem duas dimensões já documentadas histórica (LEAL, 1976; NUNES, 1997; FAORO, 1989) e empiricamente (BAQUERO, 2000) e que dizem respeito a posturas de resignação e hostilidade em relação à política. Os indicadores deste fator captam predisposições de caráter não republicano em relação a medidas que deveriam ser adotadas para punir os políticos que se desviam de práticas políticas éticas.

Em síntese, o fator “redes” se refere ao reconhecimento, por parte dos cidadãos, de que é necessário participar em iniciativas formais e informais. O segundo fator diz respeito a normas sociais. Existem regras que precisam minimamente ser compartilhadas. O terceiro fator se refere a como as pessoas vêem a possibilidade de introduzir sanções a comportamentos deletérios dos gestores públicos.

## **À guisa de conclusão**

Um dos princípios fundamentais que dão sustentação à democracia formal em relação a outras formas de governo é que ela permite que os cidadãos periodicamente avaliem o desempenho dos seus representantes, punindo-os (através de não reeleição) ou recompensando-os (pela reeleição) (PITKIN, 1967; PRZEWORSKI, STOKES e MANIN, 1999). Este princípio de fiscalização (accountability) dos gestores públicos é que garante o princípio da representação política. Em outras palavras, a fiscalização está relacionada com a possibilidade de remoção de funcionários ineficientes, incompetentes e desonestos de seus cargos. É por meio deste mecanismo que o princípio da representação estaria assegurado. Em outras palavras, sem fiscalização não haveria representação. Este princípio opera com base no pressuposto de que os cidadãos têm acesso a níveis mínimos de informação que os permite exercer a fiscalização dos seus representantes.

Tal situação, entretanto, se na sua dimensão teórica é inegável, na realidade, particularmente no Brasil, deve ser vista com cautela, pois, nos últimos anos, o que se tem constatado é o funcionamento formal da democracia, porém, sem mecanismos eficazes de fiscalização. Criou-se um consenso, ao meu ver pernicioso, no meio acadêmico, de que o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) é sinônimo de bom governo, de um dinamismo empresarial, de mais salários, ou seja, de progresso social.

Se isto corresponde à realidade, por quê o país, apesar de ter aumentado seu crescimento econômico, continua a evidenciar problemas sociais e políticos sérios? Penso que a resposta a esta pergunta reside, fundamentalmente, na compreensão de que não é suficiente “avançar”, é necessário saber para onde se está avançando. Não é suficiente afirmar que se está produzindo mais ou que se está exportando mais ou que a arrecadação tributária tem aumentado, é essencial saber o que se está produzindo, para quem e como; em outras palavras, avaliar o impacto redistributivo desses aumentos formais econômicos. Segundo estudos realizados sobre como reduzir a pobreza no Brasil (SALAMA, 2006), estima-se que, para reduzir a pobreza pela metade no período de 1990 a 2015, é necessário que o país cresça a uma taxa anual de 3,44%. O problema, obviamente, está em manter esta média, pois, como se sabe, o crescimento é volátil e irregular. Desse modo, um crescimento de 5% ao ano pode ser anulado por quedas acentuadas nos anos seguintes, comprometendo a qualidade de uma democracia. Tal fato associado a predisposições atitudinais preponderantemente de ceticismo, por parte dos brasileiros, sobre as instituições políticas constitui-se num risco para a construção de um sistema socialmente eficiente.

A despeito da existência desses fatores que não possibilitam o estabelecimento de uma democracia social, grande parte da produção acadêmica na América Latina continua a defender a democracia minimalista como sendo suficiente para garantir a estabilidade política. Em nome desta estabilidade que, de fato, beneficia as grandes corporações e grupos poderosos nacionais e internacionais em detrimento da população, se justificam ajustes econômicos que continuam a promover a exclusão social e o crescimento da pobreza.

Em tal cenário, a demanda de consolidação democrática atualmente vai além da dimensão formal, e inclui a redução da pobreza e da desigualdade social. Esses aspectos requerem um novo desenho político que aumente a produtividade social por meio da fiscalização da gestão pública. É fundamental, portanto, problematizar a forma como os impostos são distribuídos entre as classes sociais e de que forma são destinados a elas.

A incorporação dos aspectos socioeconômicos à teoria da democracia não se alcança por meio da flexibilização das perspectivas teóricas existentes, mas sim repensando a própria democracia na sua dimensão mais substantiva.

É necessário, portanto, pensar em formas alternativas de revitalização da comunidade política mais ampla, por meio de mecanismos de empoderamento eficazes e que levem a um envolvimento conseqüente na política. Para alcançar tal objetivo se faz imperativo pensar a democracia em termos sociais, o que implica enfrentar desafios de confronto civilizado, mas diferente, com as instituições internacionais, tais como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Se isto não for feito, todos os avanços sociais serão paliativos e estarão longe de se constituir em mecanismos de emancipação democrática. Internamente, é necessário estabelecer mecanismos de fiscalização societários, ou seja, que partam da base da cidadania e não impostos pelo regime que está no poder. Tornou-se moda, nos últimos anos, a criação de Conselhos de fiscalização em todas as instâncias, mas que carecem de eficácia, pois seus componentes são designados por quem está no poder, limitando sua autonomia de decisão. Na verdade, agem como fachadas de legitimidade das ações em que a grande maioria da população fica excluída das políticas sociais.

Da análise feita até aqui, fica evidenciado que uma sociedade de massas que preserva condicionantes histórico-estruturais deletérios para a construção democrática pode, no máximo, aspirar e sustentar uma democracia instável, na qual inexistem instituições sólidas, a maioria dos cidadãos não está qualificada para agir num sentido protagônico na política, o comportamento político se caracteriza por sua dimensão emocional e subjetiva, os partidos não são vistos como entidades realmente representativas das aspirações da população e os representantes eleitos não são fiscalizados, portanto, geralmente não prestam contas dos seus atos, caracterizando o que Burke (1942) denominava de “mandato

livre”. Em democracias instáveis, predominam traços clientelísticos, personalistas e patrimonialistas. Infelizmente, esse parece ser o caso do Brasil, onde mudam os governantes e os regimes, mas os problemas continuam os mesmos e até se agravam. É por isso, que diante de uma situação de crise aguda, aparece o fantasma de retrocessos institucionais. Talvez, o capital social e o empoderamento emancipatório pudessem se constituir em dispositivos de mudança de rumo.

### **Referências Bibliográficas**

ACEMOGLU, D. JOHNSON, S. ROBINSON, J.A. “The colonial origins of comparative development. An empirical investigation”. *American Economic Review*, vol.91, nº5, 2001.

ACEMOGLU, D. JOHNSON, S. ROBINSON, J.A, and YARED, P. Income and democracy. National Bureau of Economic Research. Cambridge Mass. *Working Paper*, nº11205, 2006.

ALMOND, G. VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown and Company (Inc.), 1965.

AMES, B. *The deadlock of democracy in Brazil*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2001.

BAQUERO, M. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

BAQUERO, R. “Empoderamento: questões conceituais e metodológicas”. *Revista Redes*, vol.11, nº2, 2006.

BESLEY, T. e COATE, S. "Sources of inefficiency on a representative democracy: a dynamic analysis". *American Economic Review*, vol.88, nº1, 1998.

BOIX, C. and POSNER, D. N. *Making social capital work: a review of Robert Putnam's Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Draft Review, 1995.

\_\_\_\_\_. "Social capital: explaining its origins and effects on government performance". *British Journal of Political Science*, vol.28, 1998.

BORGUIGNON, F. and VERDIER, T. "Oligarchy, democracy, inequality and growth". *Journal of development studies*, vol.62, nº2, 2000.

BURCHARDT, H-J. "Desigualdad y democracia". *Revista Nueva Sociedad*, mayo- jun., 2008.

BURKE, E. Discurso a los electores de Bristol. In: BURKE, E. *Textos políticos*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1942.

CAROTHERS, T. "The end of the transition paradigm". *Journal of democracy*, vol.13, nº1. 2002.

CARVALHO, J. M de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: CARVALHO, J. M de. *Pontos e Bordados: Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CELI, P. Más allá del paradigma de la democracia y su desencanto. In: BUNGER, H.-V. e QUINTERO, R.(eds.). *Conflictos y limitaciones de la democracia en condiciones de pobreza: América Latina en una perspectiva comparativa*. Quito. Ildis, 2007.

CEPAL. Levantamento Econômico da América Latina e o Caribe. *Relatórios Anuais de 1990 a 1995*. Nações Unidas, Santiago do Chile.

COHEN, R. *Associations and democracy. The real utopics project*. Vol.1. Verso, Conderes. 1995.

CORAGGIO, J. L. "América Latina: necesidad y posibilidades de otra economía". *Revista Otra Economía*, vol.2, nº2, primeiro semestre 2008.

DAHL, R. *Poliarquia*. São Paulo: Editora da USP, 1997.

\_\_\_\_\_. *On Democracy*. New Haven: Yale University Press, 2000.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

FERREIRA, F. H.C., LEITE, P., LITCHFIELD, J. A. e ULYSSEA, G. "Ascensão e queda da desigualdade no Brasil". *Econômica*, vol.8, nº1, jul. 2006.

FIGUEIREDO, A. C. e LIMONGI, F. "Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989 - 1994". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol.38, nº3, 1995.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1982.

GERBER, E. *The populist paradox: Interest group influence and the promise of direct legislation*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

HALPERN, D. *Social capital*. Cambridge: Polity Press, 2005.

HAYEK, F.A. *The constitution of Liberty*. Chicago. Chicago University Press, 1960.[http://econ-www.met.edu/faculty/index.htm?prof\\_id=acemoglu&type=paper](http://econ-www.met.edu/faculty/index.htm?prof_id=acemoglu&type=paper). Disponível em: <[http://brasil.gov.br/noticias/em\\_questao/.questao/eq663/emquestao\\_view?portal\\_](http://brasil.gov.br/noticias/em_questao/.questao/eq663/emquestao_view?portal_)>. Acesso em: 13 ago. 2008.

IGP-M Índice Geral de Preços de Mercado. Disponível em: <[www.portalbrasil.net/2006/indices/dolar/dezembro.htm](http://www.portalbrasil.net/2006/indices/dolar/dezembro.htm)>. Acesso em: 26 jun.2008.

INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

INKELES, A. "Measuring social capital and its consequences". *Policy Sciences*, vol.33, nº3 e nº4, 2000.

JEFF, F. "Making social capital work for public policy", *Horizons*, vol.6, nº3, 2003.

KLIKSBERG, B. *Capital Social y Cultura*. Editora Fondo de Cultura, 2000.

\_\_\_\_\_. Como avanzar la participación en América Latina, el continente más desigual? Anotaciones Estratégicas. *Trabalho apresentado no XI Congresso Internacional del CLAD*. Guatemala, nov. 2006.

LAPOP. *Latin American Public Opinion Project*. Nashville: Vanderbilt University, 2007.

LATINOBARÔMETRO. *Relatório de 2005*. Disponível em:  
<<http://www.purochile.org/inf2005I.pdf>>.

LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LONDOÑO, J.L. *Distribución del ingreso y desarrollo económico*. Bogotá. Tercer Mundo Editores, Fedesarrollo y Banco de la República, 1995.

MACHINEA, José L. e KACEF, O. La coyuntura económica de América Latina. Se justifica el optimismo? In: *Hacia un nuevo pacto social*. Políticas sociales para un desarrollo integral en América Latina. CEPAL/Santiago de Chile-Barcelona, 2008.

MENENDEZ-CARRIÓN, A. La democracia en el Ecuador: desafíos, dilemas y perspectivas. In: LARA, F. B. *Antología: Democracia, gobernabilidad y cultura política*. Quito: FLACSO, 2003.

MENON, V. S. Globalisation, state and disempowerment: study of farmers suicide in Warangal. *ICFAI Business School, Ahmedabad*. nº3, Dec.2006.

MISHLER and ROSE, R. Political Support for incomplete democracies: realist vs idealist theories and measures. *XVIII Congreso of the IPSA*. Québec, Canada. Aug. 1-5, 2000.

MOISÉS, J. A. "A desconfiança nas instituições democráticas". *Opinião Pública*, vol.11, nº1, mar. 2005.

MORLINO, L. "Explicar la realidad democrática: que tan relevantes son las tradiciones autoritarias". *Revista de Ciencia Política*, vol.27, nº2, 2007.

MUSSI, C., AFONSO, J. R.R. "Como conciliar desarrollo economico con bienestar social. Algunas reflexiones sobre los nuevos desafios latinoamericanos". *Revista Nueva Sociedad*, nº215, mayo-jun. 2008.

NETO, O. A e COELHO, F. C. "Brasil en el 2007: El desencuentro entre la economía y la política". *Revista de Ciencia Política*, vol.28, n°1, 2008.

NORTH, D. *Institution, institutional change, and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NUNES, E. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

NYE, J. Introduction: the decline of confidence in government. In: NYE, J. et al. *Why people don't Trust Government*. Harvard: Harvard University Press, 1997.

ONU. *Relatório das Nações Unidas para o desenvolvimento*, 2004.

PACHANO, S. *Ciudadania e identidade*. In: PACHANO, S. (org.). *Ciudadania e identidade*. Quito: Flacso, 2003.

PÉREZ, P. La desconsolidación de la democracia: el Modelo Venezolano. *Congreso de los Americanistas*. Santiago de Chile, 2003.

PETRAS, J. F. and VELTMEYER, H. *Globalization Unmasked: Imperialism in the 21st Century*. New York: Zed Books, 2001.

PIERÓ, G. P. "Desigualdad y pobreza: América latina y Europa desde 1950". *Revista Política y Cultura*. México, n°20, Otoño 2006.

PITKIN, H. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

PNUD. *La democracia en America Latina: Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos*, 2004.

PRZEWORSKI, A. and LIMONGI, F. "Political regimes and economic growth". *Journal of Economic Perspectives*, vol.7, n°3, 1993.

PRZEWORSKI, A., STOKES, S. and MANIN, B. Elections and representation. In: PRZEWORSKI, A., STOKES, S. and MANIN, B. (eds.). *Democracy, accountability and representation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

ROBINSON, J.A. "Economic development and democracy". *Annual Review of Political Science*, nº9, 2006.

RODRIG, D. Growth strategies. In: AGHION, P. and DURLAUF, S. (eds.). *Handbook of economic growth*. Amsterdam, 2005.

SALAMA, P. "A queda do nível de pobreza: sucessos aparentes na Ásia, fracassos na América Latina". *Revista do Observatório das Nacionalidades*, vol.2, nº1, jan.-jul. 2006.

SALAZAR, G. Memoria histórica y capital social. In: DURSTONN, J. e MIRANDA, F. (Comp.). *Capital Social y políticas públicas en Chile*. Serie Políticas Sociales. Vol.1. CEPAL, Chile, out.2001.

SANCHEZ-PARGA, J. Transformaciones del conflicto, decline de los movimientos sociales y teoría del desgobierno. *Ecuador Debate*, nº53, Quito-Ecuador, agosto de 2001.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SEN, A. K. *Sobre ética y economía*. Madrid: Alianza, 2003.

SOLT, F. "Economic inequality and democratic political engagement". *American Journal of Political Science*, vol. 22, nº 1, jan.2008.

SULLIVAN, J. L. and TRANSUE, J. E. "The psychological underpinnings of democracy: a selective review of research on political tolerance, interpersonal trust, and social capital". *Annual Review of Psychology*, 50, 1999.

SZTOMPKA, P. *Trust – A sociological theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

TAVARES, L. S. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2002.

TEZANOS, J. F. Presentación: In: TEZANOS, J. F. (Ed.) *La democracia post-liberal*. Madrid: Editorial Sistema, 1996.

TURNER, B. S. *Citizenship and social theory*. Beverly Hills: Sage, 1994.

WEHR, I. Decentering citizenship: a genealogical attempt to construct sociology of citizenship through Latin American lenses. *Trabalho apresentado no XXVII Congress of the Latin American Studies Association (LASA)*, 2007.

---

Marcello Baquero - baquero@orion.ufrgs.br

Recebido e aprovado para publicação em agosto de 2008.

# *Atores políticos, informação e democracia*

---

---

**Heloisa Dias Bezerra**

Departamento de Ciências Sociais  
Universidade Federal de Goiás

---

---

**Resumo:** A produção e difusão de informações políticas devem ser incluídas nas prioridades dos atores políticos? Quais as vantagens para a democracia trazidas pela participação ativa das instituições no mercado informacional? Este artigo apresenta algumas questões relativas à importância do incremento do fluxo de informações proveniente dos atores políticos para a sociedade civil.

**Palavras-chave:** informação política; accountability; persuasão; esfera pública; participação.

**Abstract:** The production and diffusion of political information must be included like priorities by political actors? Which are the advantages to democracy by active participation of the political institutions in the informational market? This paper presents some questions concerning the importance of the increase the flow of information from political actors to civil society.

**Keywords:** political information; accountability; persuasion; public sphere; participation.

## Introdução<sup>1</sup>

O impacto das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas relações entre Estado e sociedade tem sido objeto de inquietação por parte de especialistas das mais diferentes áreas do conhecimento. Grosso modo, pode-se afirmar que há uma clara divisão em termos de pontos de vista quanto aos reais benefícios das TICs no que tange às possibilidades de interação propositiva dos cidadãos nas decisões dos poderes públicos. Basicamente temos um grupo propenso ao otimismo e outro mais inclinado ao pessimismo quanto à expansão da participação decorrente dos avanços tecnológicos (NORRIS, 2002; SANCHEZ, 2003; BRAGA, 2004, 2006; SILVA, 2005; MARQUES, 2006).

Para fins didáticos, fiz uma releitura de dois modelos utilizados pela literatura especializada<sup>2</sup> e, acrescentando aos mesmos elementos da teoria política clássica e contemporânea, os denominei por “cyberotimistas rousseanianos” e “cyberpessimistas schumpeterianos”<sup>3</sup>. Os primeiros estão relacionados à percepção de que as novas TICs constituem um surpreendente caminho para novos padrões de interação em ambientes democráticos, avanços que supostamente poderiam ser observados tanto na postura de políticos e burocratas, quanto nos próprios cidadãos, fazendo coro, assim, aos ideais do deliberacionismo ou do participativismo. Por seu turno, os “cyberpessimistas schumpeterianos” não acreditam nessa possibilidade incremental das TICs no que tange à participação política, seja pela inexistência de interesse por parte daqueles que estão à frente dos poderes públicos, seja pela apatia quase inerente aos indivíduos, diariamente acoçados pelas necessidades e prazeres da vida cotidiana. Dentro dessa perspectiva, a participação política está intimamente relacionada ao modo como os indivíduos percebem o mundo público, ou seja, a política e os governantes, como coisas alheias ao leque de questões com as quais precisam de fato interagir e que, basicamente, dizem respeito ao mundo privado.

Neste artigo, problematizo alguns elementos desse debate e proponho como eixo principal de discussão não as TICs em si e suas múltiplas possibilidades incrementais, mas o próprio fluxo de informação disponibilizado pelas instituições governamentais visando o consumo de indivíduos e grupos.

---

<sup>1</sup> Versões preliminares deste artigo foram apresentadas no Seminário Internacional *Participação política, democracia e eleições: o ponto de vista dos brasileiros*, UFG/2008 e no 6º Encontro da ABCP, Campinas/2008. Agradeço às estudantes Elisa Signates, Laryssa Vieira, Uianã Cruvinel e Gabrielle Bertolli pelo trabalho voluntário dedicado ao projeto *Atores políticos e informação não midiaticada: a presença da mídia alternativa na vida política democrática*, desenvolvido no DCS/UFG.

<sup>2</sup> Dentre outros, Norris (2002) utiliza a terminologia cyberpessimismo e cyberotimismo para analisar perspectiva dos analistas em relação às TICs.

<sup>3</sup> Os termos fazem alusão, respectivamente, a J.J. Rousseau e J. Schumpeter.

## **1 - Breve revisão da literatura**

Não é novidade afirmar que, de modo geral, a democracia não conseguiu resolver o problema da distância entre representantes e representados, entre os atores políticos institucionalizados e a sociedade civil. Este abismo mostra-se crescente e de solução duvidosa e os custos da informação permanecem na lista dos problemas insolúveis. Contudo, é importante interrogar se os indivíduos querem mesmo outras atribuições e preocupações para além da sua esfera cotidiana e se os políticos desejam, na prática, aproximações mais significativas.

De qualquer modo, a apatia e a distância entre representantes e representados permanecem na lista das ameaças constantes à perenidade da democracia, não obstante alguns países de democracia consolidada, como os Estados Unidos, apresentarem continuamente níveis consideráveis de indiferença dos indivíduos frente aos processos eleitorais. Por seu turno, a informação política segue entre os componentes elementares para o alargamento do interesse político ou, ao menos, para deixar as informações ao alcance de todos, indivíduos e sociedade civil organizada.

Aqui nos deparamos com um dos calcanhares de Aquiles desse debate, afinal, o mundo ocidental aprendeu a valorizar a mídia comercial como única fonte confiável de informação, ao mesmo tempo em que se consolidou uma percepção negativa quanto às informações oriundas do Estado, dos governantes em geral, enfim, da burocracia pública. É possível que esta laceração da confiança pública tenha vínculos no que Habermas descreveu como mudança estrutural da esfera pública (HABERMAS, 1984), quando a emergente burguesia teve que buscar mecanismos de contraposição ao poder aristocrático ora estabelecido.

No imaginário ocidental, a mídia comercial preenche de modo inequívoco o lugar de anteparo entre Estado e sociedade, tal qual postulado por liberais republicanos como Arendt (1989), para os quais a sociedade não pode prescindir de mecanismos de proteção contra possíveis investidas totalitárias do poder público e dos governantes.

O problema é que a mídia comercial não mais consegue preencher todos os requisitos desse guardião imaginário da democracia e da sociedade, pois evoluiu em direção às características de qualquer segmento do mercado econômico, com interesses e características próprios.

Economicamente vigoroso e altamente competitivo, o mercado da informação permanece errático em termos de pluralidade de fontes e de espaço para vozes dissonantes. Segundo Entman (1989), a competição garante o livre mercado, entretanto, compele produtores e emissores de informações noticiosas a constantes cortes nos custos e à submissão da oferta ao que está na moda, sejam idéias, temas, personagens e, inclusive, em relação à arena política. Mesmo com a

internet, a mídia comercial ainda utiliza as mesmas e restritas agências de notícia enquanto produtoras primárias de conteúdos noticiosos. No quesito diversidade, também não se verifica um incremento significativo quanto à pluralidade de vozes e temas, o que representa certo empobrecimento do debate público, da esfera pública. Ou seja, a mídia comercial não consegue suprir as necessidades de informação dos indivíduos.

Ainda assim, devido a sua abrangência e poder econômico, é relevante ponderar que a mídia comercial permanece como principal lócus de emissão de informações cotidianas. Por outro lado, mostra-se incapaz de provocar positivamente a atenção e a participação dos indivíduos nos processos da vida política. Isto seria um problema de incapacidade de persuasão ou de conteúdo informacional? Para Entman (op.cit.), a mídia comercial realmente não pode ser tomada como o melhor guardião da democracia nem educador cívico, pois se trata de um mercado que, historicamente, tem se deixado pautar pelos interesses dos anunciantes públicos e privados, incluindo neste leque de interessados a própria classe política.

Entretanto, não apenas os profissionais do mercado midiático trabalham com informação, especialmente a informação política. O mercado político também dispõe de uma série de mecanismos de produção e circulação de informação. Sem desprezar a influência da mídia, Entman (op.cit.) apontou um déficit significativo na esfera dos atores do mercado político, os quais deveriam ser incluídos sempre que o assunto é a incumbência de formar/informar os cidadãos e ajudar a melhorar quantitativa e qualitativamente a participação. Para este autor, o incremento da informação política e da formação do cidadão enquanto sujeito participativo na vida pública depende severamente do fluxo de informações oriundo dos atores políticos, sejam os partidos, o poder executivo ou o legislativo.

Conteúdos informativos disponibilizados pelos atores políticos e ofertados gratuitamente à sociedade compõem uma alternativa ao fluxo de informação oriundo dos veículos de comunicação tradicionais, constituindo, assim, conjuntamente à mídia comercial, um amplo mercado de informação. Não obstante as críticas e desconfiças em relação às iniciativas governamentais no campo da comunicação, muitas vezes inteiramente válidas, é preciso considerar que espaços de informação protagonizados pelos atores políticos estabelecem mecanismos de interação direta entre a sociedade e as instituições políticas e governamentais. Decerto que toda informação alternativa deve ser ofertada com o objetivo de incrementar o fluxo comercial e nunca de substituí-lo, agregando novas possibilidades de comunicação e de interação. Seguramente, a mídia comercial ainda predomina enquanto emissor das informações que incrementam a esfera pública e a sociedade civil, o que inclusive garante certa responsividade por parte dos governantes.

Para Entman (op.cit.), há uma lacuna que, necessariamente, deveria ser ocupada pelos atores da arena política de modo diferenciado dos esquemas de persuasão político-partidária.

## **2 - Problematização temática**

Na pesquisa que deu origem a este artigo (Cf. nota 1), estamos analisando os sites dos Poderes Executivo e Legislativo do estado de Goiás e da Prefeitura de Goiânia. Investigamos ainda os sites e espaços de interação direta disponibilizados pelos partidos políticos. Contudo, por se tratar de uma área de estudos recente, especialmente no Brasil, considero relevante divulgar as considerações teórico-metodológicas que vêm norteando a pesquisa empírica. O comportamento dos atores políticos é analisado tendo como referência alguns dos pontos apontados na literatura como relevantes para a qualidade da relação entre representantes e representados, bem como para a própria estabilidade da democracia (ARATO, 2002).

### ***2.1 - Convergência digital: barateamento dos custos e exclusão informacional***

Considerando o problema dos custos da informação e as dificuldades logísticas inerentes às mídias de massa tradicionais, como rádio e televisão, a internet começa a constituir um ambiente privilegiado, permitindo a difusão de informações com agilidade e custos acessíveis. A internet é considerada pelos cyberotimistas como uma grande janela de oportunidades para uma mudança quantitativa e qualitativa da participação política da sociedade, inclusive quanto à criação de fóruns decisórios típicos de uma democracia direta.

No entanto, em países de grandes desigualdades, é preciso antes de tudo avaliar em que medida a maioria da população está tendo acesso à rede mundial de computadores. O caso brasileiro ainda não é animador, pois, apesar do recente boom econômico, no campo do uso das novas tecnologias ainda é imperativo avançar muito. A 3ª Pesquisa TIC Domicílios e Usuários de 2007<sup>4</sup> constatou que 76% dos domicílios urbanos brasileiros não possuem computador e que a posição socioeconômica incide diretamente na capacidade de acesso a este bem (Tabela 1).

---

<sup>4</sup> CETIC - Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação - <[www.cetic.br](http://www.cetic.br)>; Comitê Gestor da Internet no Brasil - <[www.cgi.br](http://www.cgi.br)>.

**Tabela 1 - Proporção de domicílios com computador, Brasil, 2007**

% sobre o total de domicílios		Sim	Não
<b>Total</b>		24	76
<b>Regiões do país</b>	SUDESTE	30	70
	NORDESTE	11	89
	SUL	31	69
	NORTE	13	87
	CENTRO-OESTE	26	74
<b>Renda Familiar</b>	Até R\$380	3	97
	R\$381-R\$760	9	91
	R\$761-R\$1.140	24	76
	R\$1.141-R\$1.900	40	60
	R\$1.901-R\$3.800	66	34
	R\$3.801 ou mais	72	28
<b>Classe Social</b>	A	88	12
	B	63	37
	C	25	75
	DE	4	96

Fonte: CETIC, 3ª. Pesquisa TIC Domicílios e Usuários de 2007.

O baixo acesso à tecnologia pode ser constatado também no modo como conseguem fazer uso da web, pois, considerando a tendência à convergência digital por parte dos atores governamentais, é expressivo constatar que 83% dos domicílios não têm acesso à internet, ou seja, a maioria dos brasileiros habita a categoria dos excluídos do fluxo informacional via web, total ou parcialmente (Tabela 2). O acesso no local de trabalho, em escolas e 'lan houses' oferece possibilidades limitadas, sendo que, no caso do mercado não gratuito, os usuários pagam por hora de acesso e para impressão de documentos.

**Tabela 2 - Proporção de domicílios com acesso à internet, Brasil, 2007**

% sobre o total de domicílios		Sim	Não
<b>Total</b>		17	83
<b>Regiões do país</b>	SUDESTE	22	78
	NORDESTE	7	92
	SUL	21	78
	NORTE	5	95
	CENTRO-OESTE	16	84
<b>Renda Familiar</b>	Até R\$380	1	98
	R\$381-R\$760	4	95
	R\$761-R\$1.140	15	85
	R\$1.141-R\$1.900	28	72
	R\$1.901-R\$3.800	54	46
	R\$3.801 ou mais	66	34
<b>Classe Social</b>	A	82	18
	B	50	50
	C	16	84
	DE	2	98

**Fonte:** CETIC, 3ª. Pesquisa TIC Domicílios e Usuários de 2007.

A pesquisa também revelou que, entre os domicílios com acesso à internet, 42% ainda utilizam acesso discado, o que significa um modo operacional de custo mais elevado e acessibilidade menos eficaz. Obviamente, é a parcela mais pobre da população que encontra maiores dificuldades no acesso à informação via web, pois, ainda que tenha acesso às novas tecnologias, as ferramentas das quais dispõe são ultrapassadas em comparação àquelas utilizadas pelos indivíduos de maior renda (Tabela 3).

**Tabela 3 - Tipo de conexão para acesso à internet no domicílio  
(% sobre o total de domicílios com acesso à internet),  
Brasil, 2007**

		Discada	Banda Larga					Outros/ Não sabe/ Não respon- deu
			Total Banda larga	ADSL	Via cabo	Via rádio	Via satélite	
<b>Total</b>		42	50	25	16	8	1	8
<b>Regiões do País</b>	SUDESTE	45	46	19	20	6	2	9
	NORDESTE	47	46	17	13	15	1	6
	SUL	34	58	43	6	8	.	8
	NORTE	43	47	14	8	24	1	10
	CENTRO- OESTE	24	68	42	15	11	.	8
<b>Renda Familiar</b>	Até R\$760	45	41	17	13	9	2	14
	R\$761 a R\$1.140	50	43	22	12	7	1	8
	R\$1.141 a R\$1.900	43	51	24	19	8	.	6
	R\$1.901 a R\$3.800	39	54	30	16	7	2	6
	R\$3.801 ou mais	27	64	29	24	10	1	9
<b>Classe Social</b>	A	17	78	43	26	8	1	5
	B	41	52	26	18	7	1	7
	C	48	43	22	12	8	1	9
	DE	37	39	10	11	16	2	24

Fonte: CETIC, 3ª. Pesquisa TIC Domicílios e Usuários de 2007.

Quanto ao uso do governo eletrônico, a pesquisa apontou que em 2007 um total de 25% dos brasileiros maiores de 16 anos fez uso da internet para interagir com órgãos públicos, sendo que 59% destes usuários buscaram apenas informações sobre CPF. Entre aqueles que não usaram a internet para este tipo de interação, 49% disseram que não o fizeram em função da preferência por contato pessoal.

A pesquisa IBGE 2006, Perfil dos Municípios Brasileiros, divulgada em 2007, revela um crescimento significativo do uso da internet como ferramenta de disponibilização de informação. A grande maioria dos municípios participa do fluxo de informação, mas não oferece à sociedade mecanismos de interação. A pesquisa IBGE também classificou os sites segundo o estágio de desenvolvimento, tipificando em “informativos”, “interativos” e “transacionais”. Foram classificadas como “transacional” os sites consideradas no topo do desenvolvimento, ou seja, que participam do fluxo informacional e possibilitam a troca de valores e serviços, por exemplo, matrícula na rede de ensino, pagamento de impostos e similares (Tabela 4).

As páginas transacionais, consideradas as mais desenvolvidas, têm como vocação básica a cobrança de taxas e impostos e a prestação de serviços. É certo que já constituem um avanço, mas estão longe de oferecer os tais mecanismos de interação ou de democracia direta.

**Tabela 4 - Municípios, total e com página da prefeitura na internet, por situação, localização, classificação e serviços disponibilizados na página, segundo grandes regiões e classes de tamanho da população**

Grandes Regiões	Municípios					
	Total	Com página da prefeitura na Internet (%)				
		Total (A)	Total (R)	Classificação		
			Informativa	Interativa	Transacional	
Brasil	5 564	2 674	48,1	68,8	24,4	6,8
Até 5 000 hab.	1 371	508	37,0	83,5	13,9	2,6
De 5.001 a 10.000 hab.	1 290	475	36,8	80,9	15,5	3,6
De 10.001 a 20.000 hab.	1 292	590	45,7	73,4	23,3	3,3
De 20.001 a 50.000 hab.	1 033	604	58,5	65,1	30,0	4,9
De 50.001 a 100.000 hab.	311	247	79,4	52,2	33,6	14,2
De 100.001 a 500.000 hab.	231	214	92,6	32,2	43,9	23,9
Mais de 500.000 hab.	36	36	100,0	16,7	36,1	47,2
Norte	449	115	25,6	74,0	20,0	6,0
Nordeste	1 793	626	34,9	71,2	24,4	4,4
Sudeste	1 668	930	55,8	65,8	27,1	7,1
Sul	1 188	778	65,5	70,0	22,6	7,4
Centro-Oeste	466	225	48,3	67,6	22,2	10,2

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais MUNIC 2006.

Assim, se há de fato um interesse crescente pela convergência digital, o que fazer com os indivíduos que não dispõem de acesso às novas tecnologias? Ignorar a exclusão desses indivíduos ou investir paralelamente em mídias tradicionais? A diminuição dos tradicionais ambientes de interação direta, como sedes partidárias, gabinetes, governos móveis e outros, pode prejudicar ainda mais aqueles que se encontram excluídos do mundo tecnológico? Ainda poderíamos explorar a questão dos baixos níveis educacionais da população, pois a navegação na web com vistas à exploração de sites governamentais e interação com mecanismos decisórios supõe um nível adequado de preparo formal.

## ***2.2 - Cidadania: assistência social ou inclusão política?***

O debate entre “cyberotimistas” e “cyberpessimistas” revela uma preocupação considerável com o fato de os indivíduos mostrarem-se mais ou menos participativos, mais ou menos interessados nos problemas do mundo público. Na perspectiva dos “cyberotimistas rousseanianos”, os cidadãos são potencialmente interessados no processo político e as novas TICs constituem elementos capazes de incrementar e facilitar sua participação nas decisões do mundo público.

Na contramão, os “cyberpessimistas schumpeterianos” não visualizam grandes possibilidades das TICs no que se refere à participação ativa dos indivíduos, haja visto que as atividades do mundo público são pouco atrativas em todos os aspectos, além de demandarem tempo e conhecimento, elementos de alto custo agregado. Para esses, os que participam são sempre os mesmos e, de qualquer modo, os indivíduos acabam delegando as decisões a algum representante, seja no trabalho, no bairro ou mesmo na família, o modelo preferido é o da representação por delegação.

As duas perspectivas contêm elementos interessantes, mas, para o caso brasileiro, de pouca comprovação empírica quando cotejados com o modo como os cidadãos são percebidos pelos poderes públicos. Assim, diante do impasse teórico-metodológico, partiu-se dos dados coletados na pesquisa empírica para uma modelagem conceitual dessa cidadania conforme percebida e praticada pelos atores políticos governamentais.

O primeiro modelo é caracterizado pela perspectiva de um cidadão-consumidor, para o qual se oferta uma série de informações inerentes à organização e controle dos deveres dos cidadãos para com o poder público. Neste caso, cidadão que interessa ou que é percebido é o pagador de impostos e tarifas, que, basicamente, se relaciona com a burocracia da máquina pública.

O segundo modelo denota a percepção de um cidadão-desamparado, carente, dependente das ofertas realizadas pelo poder público e, assim, alvo certo de políticas de assistência social. As clivagens básicas quanto a cor/raça, sexo, idade e renda predominam no modo de se organizar a oferta, já que os demandantes ou potenciais demandantes não têm voz. A cidadania é percebida de acordo com a oferta de políticas e, para ser cidadão, é preciso, principalmente, depender de alguma dessas ofertas.

Em resumo, em nenhum desses modelos, o “cidadão” é convidado ou estimulado à participação política. É o poder público que provê os bens, direitos e serviços necessários a seu bem estar. O fluxo de informação protagonizado pelos governantes e pela burocracia é limitado às políticas prontas e ofertadas, com público-alvo já recortado, sendo que, em muitos casos, os programas já são realizados.

Não há espaço para a participação cidadã nos moldes da democracia deliberativa ou participativa direta, posto que o cidadão percebido pelo poder público representa simplesmente o consumo de bens e serviços sem abertura para qualquer atuação nas decisões que antecedem a oferta dessas políticas.

O fluxo de informação é quase sempre de mão única, dos representantes para os representados, do Estado para a sociedade, exceto nos períodos eleitorais.

### ***2.3 - Informação e controles democráticos horizontais e verticais***

Devido a sua natureza e características, a mídia comercial ainda é considerada por muitos como uma espécie de última fortaleza em defesa das instituições democráticas. Supondo que isto seja verdade, e que possa, de fato, exercer algum controle do poder, coibir abusos e dar vazão à transparência político-administrativa, ainda assim o seu fluxo discursivo também depende em boa medida das informações oriundas das instituições integrantes da esfera política/estatal. Sendo assim, é relevante considerar que, devido aos interesses entre mercado político e mercado da informação, os demais segmentos socioeconômicos e os indivíduos não devem prescindir de mecanismos de controle autônomos em relação à informação midiaticizada. No âmbito da sociedade civil, a tarefa de controlar o poder, coibir abusos e avaliar a transparência político-administrativa dos governantes pode ser uma atribuição facultada a quem o desejar fazê-lo, indivíduos e grupos, desde que o fluxo de informações seja plural e irrestrito.

A perspectiva de Arato (2002) sobre os imbricamentos entre esfera pública e sociedade civil é bastante útil para a compreensão não apenas dessas arenas enquanto lugares de operacionalização das vontades individuais e coletivas, mas, também, quanto às possibilidades de realização do controle civil sobre as atividades governamentais.

*“Na minha concepção esfera pública e a sociedade civil existem conjuntamente: o primeiro conceito aponta para os processos parcialmente institucionalizados de comunicação que são tão importantes na política democrática, ao passo que o segundo conceito trata do substrato organizacional dos grupos, associações e movimentos que são necessários tanto para a generalização da experiência de comunicação como para sua influência política. Enquanto o público atua no importante papel de monitorar as ações que serão posteriormente recompensadas ou sancionadas, as associações civis preparam os eleitores para participação coletiva e para reagir de modo que façam diferença nos destinos eleitorais de seus representantes. Atualmente, todos sabem que os que detêm cargos eletivos devem, acima de tudo, temer o julgamento retrospectivo dos grupos organizados” (ARATO, 2002, p. 98).*

Neste sentido, possibilitaria um sistema de controle e avaliação diferenciado do sistema de punição e recompensa comandado pela mídia comercial, o qual se realiza, na prática, em função de interesses particularistas dos políticos e controladores da informação. Isto, certamente, não contribui para aproximar representantes e representados e, segundo Patterson (1993), ajuda a consolidar um viés anti-político entre os indivíduos que desconfiam da política enquanto mecanismo ótimo para distribuição de bens e recursos.

Quando informar não faz parte da agenda de prioridades das instituições governamentais, os controles democráticos passam a condição de controles burocráticos, o que favorece os jogos ocultos da política e trajetória de políticos envolvidos em corrupção, tráfico de influência e esquemas similares. Além disso, se a sociedade não está preparada para processar o conjunto de informações disponibilizadas (SANCHEZ, 2003), o poder da burocracia e dos representantes do povo permanece intocável.

## **2.4 - Accountability política vs. propaganda**

Accountability política tem sido indicada como uma das principais ferramentas de democratização da atividade política, especialmente governamental. Acredita-se que a disponibilização de dados, especialmente se for conduzida pelas instituições, pode incrementar a esfera pública e, conseqüentemente, a capacidade de avaliação retrospectiva por parte de indivíduos e grupos. No entanto, algumas questões surgem como pedras no caminho deste debate.

A primeira questão é a redução de accountability à transparência no trato com o dinheiro público, um tema delicado, dada sua relevância para o combate à corrupção e para a própria democratização das relações políticas. Será que apenas realizando uma boa prestação de contas o governante está realizando plenamente o que se espera da accountability política? Certamente não, o que nos conduz ao segundo problema: como realizar accountability política sem enveredar pela propaganda direcionada para a persuasão político-eleitoral de interesse do grupo que está no poder?

Acontece que informação e propaganda acabam por preencher as duas faces de uma mesma moeda, qual seja o direito do cidadão-representado conhecer o que está sendo feito por seus representantes. Por exemplo, tanto para o poder legislativo quanto para o poder executivo, o ponto máximo de accountability política seria a possibilidade de correlacionar, na íntegra, as respectivas plataformas de campanha com as realizações e comportamento dos representantes eleitos. Novamente, a tarefa de prestação de contas esbarra em empecilhos ético-legais vis-à-vis a legislação sobre propaganda eleitoral e governamental.

Este debate transcende a própria questão da difusão de informação e resvala, conforme exemplo anterior, inclusive em questões conceituais sobre o que se compreende por comunicação pública. Na prática, distinguir accountability política de propaganda política não é uma tarefa simples, até porque, para as instituições governamentais, o caminho da propaganda tem se mostrado mais interessante e, portanto, com maior uso por parte dos atores políticos, inclusive os governamentais.

A comunicação governamental sucumbiu ao poder dos releases direcionados à mídia comercial ou à produção estanque de informações objetivando garantir antecipadamente a aprovação popular nos pleitos posteriores. No caso do Brasil, com eleições a cada dois anos, comprometimento e interferência direta dos caciques políticos nos processos de escolha dos candidatos, o que vale é a máxima “ricuperiana”, ou seja, “o que é bom a gente mostra e o que é ruim a gente esconde”.

Concluindo, realizar accountability política sem incluir os aspectos negativos das políticas públicas e demais ações governamentais é transformá-la em propaganda com fins exclusivos de divulgação de informação positiva para o realizador, uma prática comum no Brasil e que objetiva simplesmente edulcorar com apelos sedutores o interesse dos governantes. Esta prática contribui para reforçar a tese de que a mídia comercial é a única fonte confiável de informação, pois o Estado/governantes quando informam o fazem de modo circunscrito a parcialidades do interesse do emissor.

### ***2.5 - Responsividade e políticas públicas***

Outra dimensão que tem sido indicada como relevante para a democracia e para a expansão qualitativa da cidadania é a responsividade, ou seja, a criação de mecanismos que possibilitem maior aproximação entre as preferências dos cidadãos e o processo de formulação de políticas públicas. Sendo assim, nada mais importante do que o conjunto de informações disponibilizadas cotidianamente pelas instituições governamentais acompanhado de mecanismos de interação, o que pode ser um indicativo da ressonância da esfera pública e/ou da sociedade civil organizada junto aos poderes constituídos.

O suposto, contudo, é que, na democracia representativa, os cidadãos esperam contar com o trabalho dos representantes legitimamente eleitos para buscar soluções adequadas aos problemas que surgirem durante seus mandatos. Isto não basta? Os adeptos da democracia deliberativa ou da ampliação da participação dos cidadãos nos processos decisórios acreditam que os limites do modelo representativo engessam a criatividade e as preferências dos indivíduos (SANTOS, 2002).

A experiência do conhecido Orçamento Participativo/OP, realizado pelas gestões do Partido dos Trabalhadores durante mais de uma década no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul - modelo disseminado para outros municípios, não apenas sob gestões petistas -, demonstra que não há consenso quanto à legitimidade do OP enquanto mecanismo de coleta e gestão das preferências dos cidadãos. Dentre as alegações, tem destaque o problema da diminuição do poder dos representantes legitimamente eleitos para legislar e buscar soluções para as demandas populares. Em resumo, para muitos, a participação da sociedade fica bem resolvida quando circunscrita aos processos eleitorais e eventuais consultas temáticas por meio de referendos e plebiscitos.

Mas, se, de fato, responsividade é um indicador de democracia, é relevante que os órgãos públicos criem mecanismos para o cidadão expressar suas preferências. A grande questão é se haverá, realmente, representantes interessados em formular políticas de acordo com preferências manifestadas via mecanismos abertos de consulta popular.

Não basta uma enquete simplória como as que atualmente são oferecidas em alguns sites governamentais, afinal, mecanismos de interação direta ou de participação decisória devem mesclar informação sobre os processos e consulta acerca de diretrizes e metas. A tramitação do processo deve incluir as deliberações finais, o processo de implantação e mecanismos de avaliação. Assim, teríamos o processo de produção de políticas públicas na íntegra, com responsividade.

Em uma versão amparada nas novas TCIs, o Orçamento Participativo virtual realizado pela gestão do Prefeito Fernando Pimentel, no município de Belo Horizonte em Minas Gerais, surge como caso a ser estudado com fins de verificar se, de fato, cumpriu a missão de estimular a participação política direta dos indivíduos. É preciso verificar também se as preferências resultantes da consulta via web foram colocadas em prática, ou seja, transformadas em políticas. Todavia, independente do resultado dessa participação cidadã, é um exemplo de que a internet pode oferecer mecanismos facilitadores de interação política e inclusão dos cidadãos nos processos decisórios.

### **Considerações finais**

Boa parte dos materiais bibliográficos, dados empíricos e de pesquisa utilizados para a realização deste artigo foram acessados e copiados via web, o que justifica o entusiasmo dos cyberotimistas, que consideram a internet a nova revolução no que tange à disseminação de informação e a conseqüente expansão da participação dos cidadãos nos processos decisórios relativos ao mundo público.

Ocorre que ainda há muitos pontos obscuros nessa questão, para além mesmo da disposição dos indivíduos para uma vida mais participativa, mais devota à busca de soluções para os muitos problemas da polis, ou seja, a história ainda não é suficientemente favorável nem aos “cyberotimistas rousseanianos” nem aos “cyberpessimistas schumpeterianos”.

Neste artigo, procurei discorrer sobre alguns dos problemas pertinentes a esse debate. A convergência digital e a dificuldade de acesso às novas TCIs, como é o caso do Brasil, implicam em exclusão de uma grande parcela da população de toda informação disseminada via web, bem como dos potenciais mecanismos de interação direta.

Questionou-se também o modelo de cidadão percebido e praticado nos sites governamentais, sendo que, de modo geral, não há qualquer referência à participação dos indivíduos nos processos decisórios, seja expressando preferências, seja deliberando sobre quaisquer questões do mundo público. A questão dos controles democráticos horizontais e verticais foi também avaliada, concluindo-se que a mídia comercial ainda predomina enquanto principal lócus de disseminação de informação, bem como enquanto guardião da democracia e dos interesses da sociedade.

O tema da accountability política foi examinado vis-à-vis uma discussão sobre propaganda e comunicação governamental, pois, conforme exposto, informação política ainda é considerada preferencialmente enquanto tema inerente à divulgação de resultados positivos, dos feitos dos governantes e demais gestores públicos. Outro problema inerente à accountability é a desconfiança da sociedade em relação à informação ofertada pelo Estado/governos.

Por fim, tratou-se do assunto responsividade, considerado pelos especialistas como um dos elementos fundamentais, juntamente com accountability, da chamada governança cidadã. Um governo responsivo deveria oferecer mecanismos de consulta para as demandas da sociedade e a conseqüente elaboração de políticas públicas aportadas nessa vontade revelada. O dilema da democracia representativa tem sido a superação do mito da representação como o lugar de revelação dessa vontade, pois é o representante o portador da vontade particular, transformada em vontade geral à medida que a representação é exercida na vida política cotidiana.

Concluindo, as novíssimas tecnologias de informação e comunicação, de fato, abrem possibilidades diversas para a participação dos atores políticos no fluxo de informação, complementando o que já é ofertado pela mídia comercial. Ainda, podem ser usadas como ferramentas para potencializar a criação de mecanismos de interação entre Estado / sociedade, governos / cidadãos, representantes / representados. Não há como antecipar se essas ferramentas irão, na prática, impulsionar a participação dos indivíduos no cotidiano das decisões políticas. É preciso, antes de tudo, interesse por parte dos cidadãos e dos governantes.

### Referências bibliográficas

ARATO, A. "Representação, soberania popular, e accountability". *Lua Nova*, São Paulo, nº55-56, 2002.

ARENDT, H. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BEZERRA, H.D. *Mídia e Política*. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

BEZERRA, H.D. e BERTOLLI, G.; CRUVINEL, U.; SIGNATES, E.; VIEIRA, L. Atores políticos, informação e accountability: Goiás, um estudo de caso. In: PAIVA, D. e BEZERRA, H.D. (orgs.). *Panorama da política em Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, no prelo.

BORGES, A. "Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol.18, nº52, 2003.

BRAGA, S.S. "O impacto da internet no funcionamento das instituições democráticas brasileiras: um estudo sobre a informatização dos legislativos estaduais no Brasil". Cidade do México: *Anais do 2º Congresso da Associação Latino-americana de Ciência Política*, 2004. Disponível em: <<http://www.colmex.mx/personal/ces/sgt/ponencias.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2005.

\_\_\_\_\_. "Internet e Política: a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul". Campinas: *Anais do 3º Congresso da Associação Latino-americana de Ciência Política*, 2006.

CETIC, 3ª. *Pesquisa TIC Domicílios e Usuários de 2007*. Disponível em: <[www.cetic.br](http://www.cetic.br)>. Acesso em: 10 mar. 2008.

ENTMAN, R. *Democracy without citizens: media and the decay of American politics*. New York: Oxford University Press, 1989.

*GUIDELINES FOR THE CONTENT AND STRUCTURE OF PARLIAMENTARY WEB SITES*. Disponível em: <<http://www.ipu.org/cntr-e/web.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2007.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984[1961].

\_\_\_\_\_. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

IBGE. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais MUNIC 2006*. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2 abr. 2008.

MARQUES, F. P. J. A. “Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil”. *Opinião Pública*, Campinas, vol.12, nº1, 2006.

NORRIS, P. *Digital Divide? Civic Engagement, Information Poverty & the Internet Worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. Disponível em: <www.pipanorris.com>. Acesso em: 12 abr. 2008.

PATTERSON, T. E. *Out of order*. New York: Knopf, 1993.

SANCHEZ, O. A. “O poder burocrático e o controle da informação”. *Lua Nova*, nº58, 2003.

SANTOS, B. de S. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo, democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961 [1949].

SILVA, S. P. “Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras”. *Opinião Pública*, Campinas, vol.11, nº2, 2005.

---

Heloisa Dias Bezerra – heloisadb@fchf.ufg.br

Recebido e aprovado para publicação em agosto de 2008.

# *A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006<sup>1</sup>*

---

**Denise Paiva Ferreira**

Departamento de Ciências Sociais  
Universidade Federal de Goiás

**Carlos Marcos Batista**

Instituto de Ciência Política  
Universidade de Brasília

**Max Stabile**

Graduando em Ciência Política  
Universidade de Brasília

---

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar o processo de implementação e desenvolvimento do sistema partidário. Para tanto, analisamos a oferta partidária no Brasil, nas diferentes unidades da federação, no período 1982-2006. Para essa análise serão consideradas as seguintes variáveis: idade dos partidos, número de partidos efetivos e a evolução da votação recebida pelos partidos nas eleições para Câmara Federal, Senado e Governador e Assembléias Legislativas Estaduais. Desse modo, será possível uma análise mais abrangente e comparada do desenvolvimento do sistema partidário brasileiro.

**Palavras-chave:** sistema partidário; eleições majoritárias e proporcionais; partidos nominais; número de partidos efetivos; representação.

**Abstract:** The article analyzes the process of implementation and development of the Brazilian party system. In order to do so we analyze the electoral offer in the Brazilian federation from 1982-2006. The following variables will be considered: parties age, effective number of parties (ENP), and votes for Senate, Low Chamber, State Governor and State Level Assembly. These procedures allow us to have a broad panorama of the Brazilian party system as well as of its development throughout almost three decades.

**Keywords:** party system; majoritarian and proportional elections; nominal parties; effective number of parties; representation.

---

<sup>1</sup> Este artigo é um dos produtos de dois projetos de pesquisa financiados pelo CNPq: *Bases Socioeconômicas da Volatilidade Eleitoral no Brasil* (Processo Nº 401912/2004-3) e *Micro-fundamentos da volatilidade eleitoral no Brasil: o ponto de vista do eleitorado* (Processo Nº 477136/2006-0).

## **Introdução**

O ano de 1980 pode ser identificado como o ponto de referência inicial do sistema multipartidário brasileiro. Data daquele ano o processo de criação de novos partidos, resultado da reforma partidária de 1979 (Lei nº 6767), que pôs fim ao bipartidarismo vigente durante o regime autoritário. O retorno ao pluripartidarismo, por um lado, possibilitou a criação e organização de novos partidos, a emergência de um ambiente político mais competitivo e diversificado, portanto, mais condizente com o processo de transição política então em curso. Por outro, foi parte integrante da estratégia deliberada do regime autoritário de dividir a oposição então aglutinada no MDB. Esse último lograva capitanear o voto de faixas expressivas do eleitorado oposicionista desde meados dos anos setenta (LAMOUNIER, 1988, 1990; STEPAN, 1988; FERREIRA, 1990; KINZO e SILVA, 1996).

A dinâmica da relação entre governo e oposição faz parte das peculiaridades do regime autoritário brasileiro. Esse último criou novo sistema partidário, manteve o calendário eleitoral e o funcionamento do Congresso Nacional. Todavia, a maioria das eleições ocorreu sob um clima de restrições ou casuísmos. Após a reforma partidária de 1979, os partidos existentes antes do regime autoritário não se reorganizaram a exemplo do que ocorreu nos demais países do Cone Sul. No caso brasileiro, foi criado um sistema partidário totalmente novo (KINZO, 1988, 2001; FERREIRA, 1990; FLEISCHER, 1997).

A criação de novos partidos foi um desafio para o eleitorado, que se deparou com agremiações partidárias novas e às quais deveria adaptar-se. As exceções eram PMDB e PDS, herdeiros, respectivamente, do espólio político e eleitoral do MDB e da ARENA. Portanto, cabia aos eleitores não só buscar conhecer os novos partidos, mas distinguir as clivagens existentes entre os mesmos, seu perfil ideológico, programático e conhecer suas plataformas eleitorais.

As elites políticas, por sua vez, também estavam diante de alguns desafios, dentre eles, criar e estruturar novos partidos em todo território nacional, exigência da legislação partidária. E, além disso, adaptar-se ao recém-inaugurado panorama plural da competição política, buscar um diferencial que lhes conferisse um perfil programático ou ideológico, tornar o partido conhecido do eleitorado e, sobretudo, conquistar seu apoio. No âmbito desse processo, lideranças foram reintegradas à vida pública, beneficiadas pela anistia, e procuraram se restabelecer e conquistar seu espaço na disputa política. Além disso, novos atores políticos surgiram e entraram no mercado eleitoral (KRAUSE e PAIVA, 2002).

No decorrer de quase três décadas que nos distanciam de 1980, vários estudos sobre o sistema partidário e os partidos políticos brasileiros foram produzidos. A agenda de pesquisa relacionada ao tema é bastante diversificada e

contempla, por exemplo, estudos acerca das tendências, padrões e dinâmica da competição interpartidária. Um conjunto de pesquisas têm se dedicado ao impacto da legislação e do sistema eleitoral sobre a competição político-partidária e sobre a formação de maiorias ou coalizões governantes. Outras análises têm privilegiado a arena governamental e as relações entre os poderes executivo e legislativo para examinar a configuração partidária brasileira.

A polêmica em torno da fragilidade atávica, sistêmica dos partidos, da fragmentação do sistema partidário e seus impactos sobre a dinâmica governamental pode não ter sido totalmente superada, mas substituída por análises que têm se dedicado a esquadriñar de forma mais sistemática, e com base em pesquisas empíricas mais abrangentes, a atuação dos partidos políticos e do sistema partidário. Portanto, dispomos hoje de uma vasta produção acerca dos partidos em suas várias esferas de atuação e grande parte das pesquisas têm apontado para a consolidação do quadro partidário brasileiro a partir dos anos noventa (KINZO, 1993; NICOLAU, 1996; LIMA JR, 1997; MAINWARING, 1999; MENEGUELLO, 1998; LIMONGI e FIGUEIREDO, 1995, 1999; SANTOS, 2001; RODRIGUES, 2002; SCHMITT, 2000; MELO, 2004; CARREIRÃO e KINZO, 2004; BRAGA, 2006; BOHN e PAIVA, 2006, 2007; KINZO e BRAGA, 2007; SANTOS, 2008).

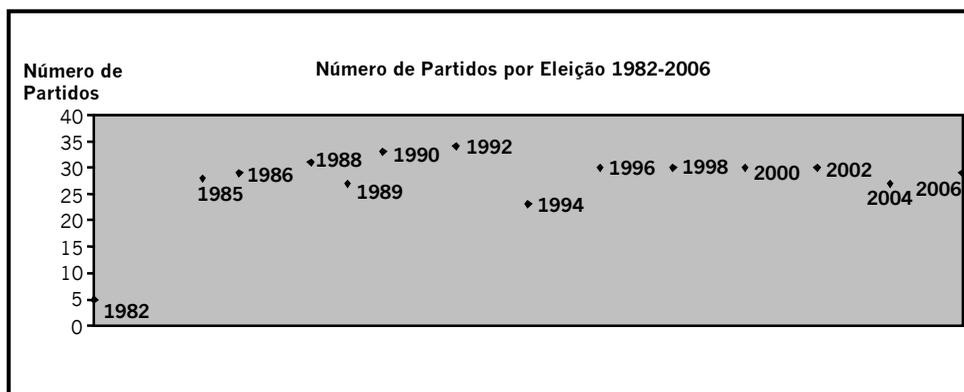
A exemplo dessa literatura, este artigo tem como foco de análise os partidos políticos brasileiros, e busca averiguar sua longevidade, verificando quantas e quais agremiações partidárias mantiveram-se na competição pela preferência do eleitorado ou deixaram de existir entre 1980 e 2006. Em seguida, tratamos do desenvolvimento da oferta eleitoral nas diferentes unidades da federação.

Para analisar esses aspectos, organizamos o artigo em três partes. Na primeira, identificamos, no período 1982-2006, os partidos que se mantiveram na arena eleitoral, sua longevidade e idade média. Em seguida, analisamos a dinâmica da competição partidária nas eleições majoritárias (governos estaduais e senados) e proporcionais (Câmara Federal e Assembleias Legislativas Estaduais) na arena subnacional. Para levar a cabo esse procedimento, usamos como indicador o Número Efetivo de Partidos (NEP). Na terceira parte, verificamos o grau de apoio e preferência partidária do eleitorado, a partir dos resultados de estudos de opinião pública. Por último, analisamos o padrão geral observado e suas implicações.

## 1 - Oferta Partidária e Longevidade dos Partidos Políticos no Brasil 1982-2006

As primeiras eleições da qual participaram os partidos criados após a reforma partidária de 1979 ocorreram em 1982. Esta competição eleitoral demarcou o retorno da disputa direta para os governos estaduais, suspensas desde 1966. Naquele ano, cinco partidos, criados em 1980, concorreram pela preferência do eleitorado: PDS, PMDB, PT, PDT e PTB (KINZO, 1993; NICOLAU, 1996; FERREIRA, 1990, 2002; MAINWARING, 1999; SCHMITT, 2000).

Gráfico 1



Fonte: < <http://jaironicolau.iuperj.br/jairo2006/port/pags/lista.htm> >

O Gráfico 1 permite visualizar a evolução da oferta partidária no período analisado por este estudo. Como se pode perceber, no decorrer de três anos (1982-1985) houve um crescimento vertiginoso do número de partidos que concorreram às eleições, chegando a 460%, sendo que, entre 1985 e 1988, foram registrados nada menos do que vinte e sete partidos no Tribunal Superior Eleitoral TSE, (Quadro 1). Em 1989, quando ocorreram as primeiras eleições presidenciais diretas desde 1960, houve um ligeiro declínio no número de competidores, possivelmente explicado pelo fato de tratar-se de uma eleição solteira e uma disputa cujo colégio eleitoral é todo o país. Desse modo, os muitos arranjos eleitorais que ocorrem nas vinte e sete unidades eleitorais nas eleições seguintes não estavam presentes. No entanto, não dispomos de dados que permitam confirmar essa hipótese.

Em 1990 e 1992 houve um crescimento da oferta partidária de 22% e 30%, respectivamente. Em 1994, por outro lado, observou-se uma diminuição considerável do número de competidores. É oportuno mencionar que, excluído o pleito de 1985, aquele foi o que teve o menor número de partidos nominais: vinte e três. A partir de 1996, iniciou-se uma tendência de estabilização do número de competidores (Gráfico 1).

Em nosso entendimento esse boom na criação de novos partidos até o início dos anos noventa pode ser explicado, em grande parte, pelo hiperativismo das elites partidárias diante de um processo de rearranjo das forças políticas após a reforma de partidos. O processo de transição política é um elemento a ser agregado a essa explicação; nesse período, um novo cenário político e institucional estava sendo implementado no país, o que explica, pelo menos em parte, o realinhamento das várias forças políticas. Além disso, outros fatores, como uma legislação partidária e eleitoral permissiva, acabaram por incentivar a criação de novos partidos (NICOLAU, 1996; KRAUSE e PAIVA, 2002).

Nicolau (1996), ao analisar essa questão, chama atenção para os principais aspectos da legislação partidária que foram determinantes para o crescimento do número de partidos registrados no TSE a partir de 1985. O primeiro foi a Emenda Constitucional nº 25, de maio daquele ano, que facultou a organização de partidos cujos registros haviam sido cassados, indeferidos ou cancelados, permitindo a reorganização dos partidos comunistas (PCB e PCdoB). Porém, nessa esteira, vários micro-partidos fizeram o mesmo, o que contribuiu para inflacionar a oferta partidária no mercado eleitoral (Quadro 1<sup>2</sup>).

Outro aspecto determinante foi a permissão para que partidos em processo de formação, que não dispunham de registro definitivo no TSE, pudessem participar das eleições entre 1985 e 1992. Em 1994, houve um maior rigor na legislação eleitoral, que vetou a participação de partidos sem registro definitivo (NICOLAU, 1996; FLEISCHER, 1997; SCHMITT, 2000), o que acabou por diminuir o número de competidores (Gráfico 1). Ainda conforme Nicolau (1996), a legislação partidária no Brasil até 1995 caracterizou-se por ser bastante liberal no estabelecimento de regras para participação e ingresso no Congresso Nacional e acesso a recursos políticos. Em contrapartida, muito detalhista e criteriosa no que concerne à concessão do registro definitivo no TSE.

A partir de 1994, houve uma inflexão dessa tendência e a legislação passou a produzir menos incentivos para criação de novos partidos. Como forma de se antecipar a esse rigor, em 1993, ocorreram várias fusões (Quadro1). Porém, foi a Lei dos Partidos (Lei nº9096, de setembro de 1995) que acabou por disciplinar de forma mais perene o processo de criação e funcionamento dos partidos políticos no Brasil. O Quadro 1 mostra claramente que a partir da sua promulgação houve um declínio do hiperativismo das elites partidárias e, conseqüentemente, a estabilização do número de competidores. Ao longo do período 1982-2006, a média é de 29,3 partidos nominais em cada eleição<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> De acordo com o artigo sexto da referida emenda: "Os partidos políticos que, até a data desta Emenda, tenham tido seus registros indeferidos, cancelados ou cassados, poderão reorganizar-se, desde que atendidos os princípios estabelecidos no "caput" e itens do art. 152 da Constituição".

<sup>3</sup> De acordo com o TSE, o número de partidos registrados atualmente é vinte e sete. Essas informações estão disponíveis web site do TSE: <[www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)>.

Não obstante a explosão da oferta partidária, é importante reiterar que a maioria dessas legendas teve uma existência efêmera, sendo que a grande maioria não logrou obter o registro definitivo no TSE ou representação política (NICOLAU 1996; FLEISCHER, 1997; SCHMITT, 2000; KRAUSE e PAIVA, 2002). Poderíamos classificá-los como *flash parties*, expressão cunhada por Rose e Mackie (1988) para classificar os partidos que não causam impacto na e/ou têm uma existência efêmera ou meteórica. Nicolau (1996) também chama atenção para essa questão bem como aponta para a existência de partidos criados por cidadãos anônimos e sem prévias atividades relevantes no cenário político.

**Quadro 1 – Partidos Políticos Brasileiros 1980-2008**

Sigla	Nome	Ano de fundação e extinção <sup>4</sup>
PDT	Partido Democrático Trabalhista	1980 -
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	1980-
PT	Partido dos Trabalhadores	1980-
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	1980-
PDS/PPR/ PPB/PP <sup>5</sup>	Partido Democrático Social/ Partido Progressista Reformador/ Partido Progressista Brasileiro/ Partido Progressista	1980/1993/ 1995/2003
PP <sup>6</sup>	Partido Popular	1980-1981
PCN	Partido Comunitário Nacional	1982-1992
PN	Partido Nacionalista	1985
PNR	Partido da Nova República	1985
PTN	Partido Tancredista Nacional	1985
PCdoB	Partido Comunista do Brasil	1985-
PFL/DEM <sup>7</sup>	Partido da Frente Liberal	1985-
PSB	Partido Socialista Brasileiro	1985-
PSC	Partido Social Cristão	1985-
PJ/PRN/PTC <sup>8</sup>	Partido da Juventude/ Partido da Reconstrução Nacional/ Partido Trabalhista Cristão	1985/1989/ 2001-
PCB/PPS <sup>9</sup>	Partido Comunista Brasileiro/ Partido Popular Socialista	1985/1992-

<sup>4</sup> A informação sobre o ano de fundação dos partidos se refere ao pedido de registro provisório no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>5</sup> O PDS fundiu-se com o PDC em 1993, passando a chamar-se Partido Progressista Reformista (PPR). O PPR fundiu-se com o PP em 1995, passando-se a chamar Partido Progressista Brasileiro (PPB). A partir da Convenção Nacional realizada em abril de 2003, PPB retirou a letra B de sua sigla passando a se chamar PP (Partido Progressista).

<sup>6</sup> O Partido Progressista foi criado após a reforma partidária de 1979 e aglutinava integrantes da Arena e do MDB, sua principal liderança foi Tancredo Neves. O partido foi incorporado ao PMDB em 1981.

<sup>7</sup> A partir de março de 2007, alterou o nome para Democratas.

<sup>8</sup> Passou a se chamar Partido da Reconstrução Nacional (PRN) em 1989. Em 2000, passa a se chamar Partido Trabalhista Cristão (PTC).

<sup>9</sup> Passou a se chamar Partido Popular Socialista (PPS) em 1992.

Sigla	Nome	Ano de fundação e extinção <sup>10</sup>
PDI	Partido Democrático Independente	1985-1986
PRT	Partido Reformador Trabalhista	1985-1986
PH	Partido Humanista	1985-1987
PASART	Partido Agrário Renovador Trabalhista	1985-1988
PMB	Partido Municipalista Brasileiro	1985-1990
PDC	Partido Democrata Cristão	1985-1993
PTR <sup>11</sup>	Partido Trabalhista Renovador	1985-1993
PL	Partido Liberal	1985-2006 <sup>12</sup>
PMC	Partido Municipalista Comunitário	1985-1986
PND	Partido Nacionalista Democrático	1985-1986
PS	Partido Socialista	1985-1989
PSD <sup>13</sup>	Partido Social Democrático	1987-2002
PLP	Partido Liberal Progressista	1988
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	1988-
PHN	Partido Humanista Nacional	1988-1989
PNA	Partido Nacional dos Aposentados	1988-1989
PNAB	Partido Nacional dos Aposentados do Brasil	1988-1989
PAS	Partido de Ação Social	1988-1989
PDN	Partido Democrático Nacional	1989
PP	Partido do Povo	1989
PPB	Partido do Povo Brasileiro	1989
PRP	Partido Republicano Progressista	1989
PSP	Partido Social Progressista	1989
PDCdoB	Partido Democrata Cristão do Brasil	1989
PMN	Partido da Mobilização Nacional	1989-
PST	Partido Social Trabalhista	1989-1993
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional	1989-2006 <sup>14</sup>
PD	Partido Democrata	1989-1991
PAP	Partido de Ação Progressista	1990
PBM	Partido Brasileiro de Mulheres	1990
PEB	Partido Estudantil Brasileiro	1990
PLH	Partido Liberal Humanista	1990
PRS	Partido das Reformas Sociais	1990
PSL	Partido do Solidarismo Libertador	1990
PSU	Partido Socialista Unido	1990
PV	Partido Verde	1990-
PNT	Partido Nacionalista dos Trabalhadores	1990-1991
PCDN	Partido Cívico de Desenvolvimento Nacional	1990-1992
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil	1991-
PSdoB	Partido Socialista do Brasil	1991-1992

<sup>10</sup> A informação sobre o ano de fundação dos partidos se refere ao pedido de registro provisório no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>11</sup> O PTR fundiu-se com o PST em 1993, passando a se chamar Partido Progressista.

<sup>12</sup> O PL fundiu-se ao PRONA em 2006 formando o Partido da República.

<sup>13</sup> O PSD foi incorporado ao PTB em 2002.

<sup>14</sup> O PRONA fundiu-se ao PL em 2006 formando o Partido da República.

Sigla	Nome	Ano de fundação e extinção <sup>15</sup>
PLT	Partido Liberal Progressista	1991-1993
PFS	Partido da Frente Socialista	1992
PLB	Partido Liberal Brasileiro	1992
PNTB	Partido Nacionalista dos Trabalhadores do Brasil	1992
PPN	Partido Parlamentarista Nacional	1992
PTC	Partido Trabalhista Comunitário	1992
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	1992-
PMSD	Partido Municipalista Social Democrático	1992-1993
PES	Partido Ecológico Social	1992-1994
PLC	Partido Liberal Cristão	1992-1993
PTRB	Partido Trabalhista Renovador Brasileiro	1993
PCB <sup>16</sup>	Partido Comunista Brasileiro	1993-
PSN/PHS <sup>17</sup>	Partido Solidarista Nacional/Partido Humanista da Solidariedade	1993-
PP <sup>18</sup>	Partido Progressista	1993-1995
PGT <sup>19</sup>	Partido Geral dos Trabalhadores	1993-2003
PSL	Partido Social Liberal	1994-
PCO	Partido da Causa Operária	1995-
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	1995-
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	1995-
PTN	Partido Trabalhista Nacional	1995-
PAN <sup>20</sup>	Partidos dos Aposentados da Nação	1995-2007
PST <sup>21</sup>	Partido Social Trabalhista	1996
PRB	Partido Republicano Brasileiro	2005-
PSOL	Partido do Socialismo e Liberdade	2005-
PR <sup>22</sup>	Partido da República	2006-

**Fonte:** Nicolau, J. M. Dados eleitorais no Brasil, disponível em: <<http://www.iuperj.br/deb/port/Indice.htm>> e Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - Seção de Registros de Partidos Políticos.

Como mostra o Quadro 1, a lista de partidos ao longo de quase três décadas é muito extensa. Também se destaca o grande número de cisões e fusões partidárias ocorridas no período. As fusões muitas vezes facultaram aos micro ou pequenos partidos uma sobrevivência. A taxa de longevidade ou idade média dos partidos extintos, no período 1980-2006, é de 2,7 anos. Portanto, a maior parte

<sup>15</sup> A informação sobre o ano de fundação dos partidos se refere ao pedido de registro provisório no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>16</sup> O PCB foi recriado em 1993.

<sup>17</sup> Em 1997, o PSN passou a chamar-se Partido Humanista da Solidariedade (PHS).

<sup>18</sup> O PP foi fundado em 1993 a partir da fusão entre PTR e PST. Em 1995, foi incorporado ao PPR originando o PPB.

<sup>19</sup> O PGT foi incorporado ao PL em 2003.

<sup>20</sup> O PAN foi incorporado ao PTB em 2007, conforme resolução n. 22.519/2007 do TSE.

<sup>21</sup> O PST foi recriado em 1996 e incorporado ao PL em 2003.

<sup>22</sup> O PR foi fundado a partir da fusão do PL e PRONA.

desses partidos não participou de mais de dois pleitos consecutivos. Já os partidos que atualmente participam da competição eleitoral têm uma idade média de 17,8 anos (BOHN e PAIVA, 2006)<sup>23</sup>. Cabe destacar que os partidos mais longevos são exatamente aqueles que foram criados em 1980, isto é: PMDB, PT, PDT, PTB e PP<sup>24</sup>. Além disso, esses partidos têm alcançado maior êxito na competição eleitoral. PSDB e DEM, por sua vez, também estão na lista dos partidos bem sucedidos quanto aos resultados obtidos nas urnas, não obstante terem sido criados, respectivamente, em 1985 e 1988 (portanto, um pouco mais jovens). Porém estes resultaram de cisões ocorridas no PMDB e no antigo PDS, atual PP<sup>25</sup> e, desse modo, com sua linhagem vinculada àquelas agremiações (KINZO, 1993; NICOLAU, 1996; KINZO e SILVA, 1996; FLEISCHER, 1997; MAINWARING, 1999; FERREIRA, 1990, 2002; KRAUSE e PAIVA, 2002).

Alguns estudos apontam que a longevidade, definida como a maior permanência na arena eleitoral, é um indicador de que os partidos políticos têm conseguido obter um apoio estável e construir laços de lealdade entre setores do eleitorado (MAINWARING e SCULLY, 1995; MAINWARING, 1999; KINZO e BRAGA, 2007). Esta questão está examinada no final deste artigo.

Tomando os estados da federação como unidades de análise, constatamos que o padrão observado no Gráfico 1 mantém-se, isto é, um número considerável de partidos concorrendo a cada eleição. Porém, padrões distintos são observados em cada unidade. Algumas delas - como Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo - apresentam sistematicamente médias superiores às demais. Já os estados do Acre, Piauí, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Tocantins apresentam médias menores em algumas das eleições.

Tais diferenças podem ser explicadas pela configuração da disputa entre as elites regionais e o maior ou menor grau de competitividade das mesmas. Por conseguinte, se há maior concorrência entre as elites, esta traduzir-se-á em um número maior de competidores na arena eleitoral. Outro elemento a ser agregado à explicação é o tamanho do colégio eleitoral: os estados com maior número de competidores estão entre aqueles com maior número de eleitores, com exceção do Distrito Federal. Por outro lado, os estados com as menores médias figuram entre aqueles com menor número de eleitores, particularmente Acre e Tocantins.

---

<sup>23</sup> Numa comparação dos partidos políticos na América Latina em termos de longevidade as agremiações partidárias brasileiras ocupam o último lugar, sendo, portanto, as mais jovens MAINWARING e SCULLY, 1995.

<sup>24</sup> Dos partidos mencionados, o atual PP foi o que mais sofreu mutações.

<sup>25</sup> DEM e PSDB foram criados por dissidentes do PDS e PMDB, respectivamente, (KINZO, 1993; FERREIRA, 2002).

Bardi e Mair (2008) chamam atenção para a existência de divisões horizontais dentro de um mesmo sistema partidário. Essas divisões são observáveis principalmente em sistemas políticos descentralizados e nos quais há diferentes níveis de governo, como é o caso de países que, como o Brasil, adotam o federalismo como modelo de organização política. Esse formato institucional acaba por criar incentivos para que estados ou regiões desenvolvam uma dinâmica própria de competição que pode levar à existência de subsistemas partidários ou diferentes padrões de competição nos estados, como se observa na Tabela 1 (LIMA JR, 1983, 1997; FERREIRA, 2002).

A Tabela 1 também mostra uma nítida diferença no número de partidos nominais entre eleições proporcionais (Câmara de Deputados e Assembléias Legislativas) e majoritárias (Governador e Senado), o que pode ser explicado pela diferença de regras e arranjos institucionais nos dois tipos de pleitos, que imprimem diferentes formatos à competição partidária. Assim, Kinzo e Braga (2007), ao analisarem a competição partidária nos legislativos estaduais, chamam atenção para esse aspecto.

**Tabela 1 - Número Médio de Partidos por Eleição, 1982-2006**

Câmara de Deputados		Assembléias Legislativas		Governador		Senado	
Estado	Média	Estado	Média	Estado	Média	Estado	Média
Acre	13,14	Acre	14,14	Acre	5,17	Acre	4,67
Alagoas	17,57	Alagoas	18,57	Alagoas	5,67	Alagoas	7,00
Amapá	16,00	Amapá	22,20	Amapá	5,67	Amapá	6,67
Amazonas	18,14	Amazonas	19,14	Amazonas	6',33	Amazonas	6,00
Bahia	18,14	Bahia	19,00	Bahia	7,17	Bahia	6,00
Ceará	18,14	Ceará	18,29	Ceará	6,50	Ceará	6,67
Distrito Federal	25,67	Distrito Federal	27,20	Distrito Federal	8,67	Distrito Federal	9,33
Espírito Santo	18,00	Espírito Santo	19,00	Espírito Santo	5,83	Espírito Santo	7,00
Goiás	18,00	Goiás	19,71	Goiás	6,67	Goiás	7,00
M. G. do Sul	17,14	M. G. do Sul	17,86	M. G. do Sul	4,67	M. G. do Sul	6,00
Maranhão	18,57	Maranhão	19,14	Maranhão	5,67	Maranhão	5,67
Mato Grosso	18,14	Mato Grosso	17,14	Mato Grosso	6,33	Mato Grosso	5,67
Minas Gerais	20,71	Minas Gerais	20,86	Minas Gerais	8,33	Minas Gerais	11,67
Pará	17,71	Pará	17,86	Pará	583	Pará	8,00

Câmara de Deputados		Assembléias Legislativas		Governador		Senado	
Estado	Média	Estado	Média	Estado	Média	Estado	Média
Paraíba	17,00	Paraíba	18,00	Paraíba	5,83	Paraíba	6,33
Paraná	20,14	Paraná	20,71	Paraná	9,17	Paraná	10,00
Pernambuco	20,86	Pernambuco	20,86	Pernambuco	8,17	Pernambuco	8,33
Piauí	15,57	Piauí	16,00	Piauí	5,83	Piauí	7,67
R. G. do Norte	15,71	R. G. do Norte	16,86	R. G. do Norte	5,50	R. G. do Norte	5,67
R. G. do Sul	16,43	R. G. do Sul	16,43	R. G. do Sul	8,00	R. G. do Sul	10,33
Rio de Janeiro	24,14	Rio de Janeiro	24,00	Rio de Janeiro	12,17	Rio de Janeiro	13,67
Rondônia	16,57	Rondônia	18,14	Roraima	6	Rondônia	11,00
Roraima	16,29	Roraima	22,20	Rondônia	7	Roraima	7,33
Santa Catarina	17,43	Santa Catarina	17,00	Santa Catarina	6,50	Santa Catarina	7,33
São Paulo	22,00	São Paulo	21,86	São Paulo	12,00	São Paulo	15,33
Sergipe	17,29	Sergipe	18,29	Sergipe	5,50	Sergipe	7,00
Tocantins	18,80	Tocantins	21,00	Tocantins	4,4	Tocantins	5,33

Fonte: Bohn & Paiva, 2006.

## 2 - Partidos e Competição Eleitoral nos Estados

Em que medida a explosão da oferta partidária resultou em um número significativo de partidos relevantes? Esse é um aspecto importante, pois permite analisar melhor a dinâmica da competição eleitoral e o desempenho dos partidos. Para responder a essa pergunta, analisamos o número de partidos efetivos (NEP) desenvolvido por Laakso e Taagepera (1979).

Esse indicador nos permite ir além do número de partidos nominais, o qual não possibilita mensurar quantos partidos, efetivamente, têm peso nas eleições e exercem impacto no mercado eleitoral. Por conseguinte, o NEP nos faculta uma visão mais acurada acerca da dinâmica da competição partidária. Por último, torna possível calcular o número de partidos existentes em um determinado sistema partidário a partir de seu tamanho e relevância. No caso brasileiro, onde o número de partidos nominais é bastante alto, é fundamental fazermos essa distinção.

**Tabela 2 - Número Efetivo de Partidos por Eleição por Estado, 1982-2006**

	Assembléias Legislativas Estaduais							Câmara de deputados						
	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006
RO	2,05	3,43	6,98	11,9	8,96	11,84	13,22	2,06	2,74	5,57	7,09	7,12	7,76	7,29
AC	2,41	2,73	4,37	5,39	7,49	9,29	9,83	2,42	2,3	4,38	3,39	4,51	7,64	7,85
AM	2,09	3,99	7,23	7,9	8,26	12,15	13,62	2,09	4,04	7,3	5,3	4,39	5,04	9,26
RR			8,15	6,22	7,67	16,93	15,71	1,64	3,06	6,14	3,84	4,12	6,53	11,4
PA	2,09	3,0	8,26	6,34	9,03	8,8	9,1	2,09	2,37	6,18	4,56	6,74	6,13	6,52
AP			8,11	7,14	10,1	11,61	14,42	1,51	2,99	6,31	5,88	8,53	8,83	8,38
TO			5,05	4,05	4,37	6,73	8,48			4,21	4,1	3,47	5,13	5,68
MA	1,52	3,46	5,96	9,04	11,13	6,86	10,01	1,53	2,8	4,87	5,27	6,62	6,47	8,87
PI	1,91	2,7	4,61	4,03	4,96	6,28	8,66	1,92	2,78	4,74	4,43	3,95	4,99	7,63
CE	1,64	3,04	6,33	4,94	5,19	7,64	7,08	1,64	3,09	5,9	3,51	3,86	5,77	6,47
RN	1,93	3,11	4,63	4,95	6,05	7,92	8,75	1,94	2,9	4,98	3,54	4,27	5,65	7,62
PB	1,93	3,14	4,92	3,72	3,76	6,49	6,8	1,94	2,48	4,97	3,18	4,32	7,19	6,42
PE	1,99	3,63	7,02	5,2	7,39	11,9	12,25	2,01	2,58	4,06	3,92	5,85	7,92	9,59
AL	1,92	4,09	8,97	7,83	8,35	9,38	5,63	1,92	2,8	4,62	8,19	9,45	8,72	10,24
SE	1,55	3,66	6,01	6,65	8,03	10,64	8,27	1,57	3,04	4,81	7,04	8,3	10,06	7,63
BA	1,89	2,72	6,32	7,55	6,2	8,56	8,43	1,89	2,53	6,95	5,73	3,77	4,36	5,58
MG	2,09	3,26	9,84	9,7	10,4	10,12	10,11	2,09	2,41	8,71	7,27	7,2	8,57	10,37
ES	2,01	3,28	10,42	9,65	9,63	13,11	12,74	2,0	2,31	5,98	5,96	6,41	9,81	6,95
RJ	3,77	7,41	7,98	10,29	8,77	11,2	11,28	3,74	6,25	5,57	9,78	8,29	11,25	12,83
SP	2,95	4,56	8,39	7,19	8,82	8,33	7,95	2,96	4,11	7,99	6,69	7,73	7,99	8,93
PR	2,01	2,35	6,94	6,98	7,09	9,87	7,21	2,0	2,01	6,47	7,83	6,96	8,16	7,92
SC	2,03	3,23	5,76	5,4	5,41	5,97	6,19	2,03	3,02	5,13	4,9	5,53	5,63	6,23
RS	2,91	3,35	6,31	5,98	6,3	7,51	8,25	2,91	3,17	5,26	5,79	5,9	6,87	8,50
MS	2,08	3,28	6,93	7,02	6,96	10,47	7,2	2,07	3,12	5,4	5,09	6,1	6,19	5,56
MT	2,01	3,15	5,89	8,46	7,22	8,31	7,26	2,01	2,32	5,99	6,94	4,6	6,45	8,05
GO	1,84	2,62	5,07	7,4	5,41	7,81	7,5	1,84	2,25	3,91	4,84	3,99	5,69	6,57
DF			12,11	6,26	10,14	10,34	11,44		6,07	7,57	5,04	6,91	4,54	6,92

Fonte: Bohn & Paiva, 2006.

As Tabelas 2 e 3 evidenciam que em 1982 houve um padrão bipartidário na competição eleitoral. Os dados também revelam que Arena e MDB, as agremiações vigentes durante o regime autoritário, balizaram a disputa por meio de sua nova roupagem, respectivamente PDS e PMDB. Outra explicação para esse resultado foram as restrições determinadas pela Lei nº6978, conhecida como Pacote de Novembro, que, buscando fortalecer o PDS, partido governista, acabou por imprimir uma dinâmica bipartidária às eleições (LAMOUNIER,1988; FERREIRA, 1990, 2002; SCHMITT, 2000).

Em relação às eleições proporcionais, a Tabela 2 mostra que, em 1986, em que pese a explosão da oferta partidária discutida na seção anterior, não houve um aumento expressivo do número de partidos relevantes. Apenas o Rio de Janeiro fugiu ao padrão dos demais estados da federação na disputa para o legislativo estadual. A partir de 1990, o realinhamento partidário iniciou-se de forma mais acentuada em todos os estados e a tendência observada se manteve nos pleitos posteriores.

Por conseguinte, o número de partidos efetivos se ampliou ficando em torno de sete, bem abaixo do número de partidos nominais. Em estados como Rondônia, Amapá e Roraima, o NEP atingiu patamares bastante elevados nas eleições para as Assembléias Legislativas Estaduais. O caso de Roraima é interessante e merece maiores investigações.

Na Câmara de Deputados, embora o realinhamento partidário também tenha se revelado mais acentuado a partir de 1990, o número de partidos efetivos foi menor, cinco em média. É interessante observar que a variação do NEP entre os estados é menor do que aquela verificada nas eleições para o legislativo estadual, diferença explicada pelo impacto das regras eleitorais que aumentam os custos para o acesso às cadeiras no legislativo federal e os tornam mais acessíveis no plano regional, basicamente devido à relação entre o quociente eleitoral e a magnitude do distrito. Esse fator é destacado por Kinzo e Braga (2007) ao analisarem a estrutura da competição eleitoral nos legislativos estaduais.

As dinâmicas de realinhamento eleitoral e competição partidária nas eleições majoritárias podem ser observadas na Tabela 3. Como se pode verificar, o número de competidores relevantes é menor quando comparado com a disputa por cargos no legislativo. Nas eleições para o senado, nota-se uma competição mais plural, uma vez que em um número maior de estados o NEP fica em torno de 4, chegando a ser superior a 6, como ocorre em Roraima, Amapá, Sergipe, Rio de Janeiro em Minas Gerais. Para os governos estaduais o padrão é mais homogêneo: em geral, os partidos relevantes estão entre 2 e 3.

**Tabela 3 - Número Efetivo de Partidos por Eleição por Estado, 1982-2006<sup>26</sup>**

	Governador							Senado					
	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	1982	1990	1994	1998	2002	2006
RO		2,93	5,02	2,91	3,51	5,07	2,63	2,08	1,00	3,36	3,65	6,53	3,41
AC	2,43	1,96	4,02	2,82	2,36	1,93	2,38	2,40	4,36	3,29	2,52	4,66	1,25
AM	2,08	2,12	2,18	2,07	2,05	2,74	2,14	2,08	2,15	5,28	2,12	4,32	3,16
RR			2,99	3,08	2,51	2,09	2,06		2,90	3,40	3,76	4,64	2,07
PA	2,07	2,13	2,72	3,12	2,78	3,63	2,82	2,07	3,30	5,20	3,06	5,21	2,54
AP			3,33	2,76	2,87	3,68	2,31		6,84	6,09	2,18	4,87	2,08
TO			2,55	2,08	2,03	2,07	2,06		1,00	4,82	1,68	2,28	2,18
MA	1,58	1,46	2,70	2,79	1,96	2,25	2,76	1,54	2,21	2,55	2,24	2,40	3,04
PI	1,97	2,10	2,25	2,74	2,68	2,20	2,18	1,93	1,00	2,51	4,25	4,23	2,05
CE	1,73	1,99	2,28	2,23	2,17	2,87	1,98	1,73	2,29	4,90	2,04	4,21	2,07
RN	1,97	2,05	2,51	2,32	2,34	3,46	2,07	1,96	1,00	3,23	2,46	3,87	2,53
PB	1,96	1,94	2,74	2,44	1,48	2,51	2,06	1,94	2,40	2,67	2,92	2,58	2,35
PE	2,02	1,91	2,17	2,47	2,05	2,07	3,01	2,01	1,00	3,79	2,16	4,25	2,45
AL	1,98	2,14	2,03	1,54	2,01	2,25	2,42	1,97	1,00	4,68	2,21	2,91	2,73
SE	1,58	2,12	1,65	2,21	2,93	2,96	2,09	1,58	2,01	4,39	2,44	6,54	2,11
BA	1,94	1,85	2,26	2,99	1,89	2,28	2,15	1,94	2,96	2,72	1,76	2,50	2,69
MG	2,09	2,44	4,17	3,04	2,71	2,31	1,56	1,92	1,00	7,89	2,46	5,08	2,18
ES	1,96	2,32	2,89	3,07	2,37	2,15	1,55	1,99	3,70	4,80	1,95	4,14	1,93
RJ	3,72	2,44	2,33	3,77	2,77	2,84	3,68	3,71	2,45	6,40	3,48	5,43	2,78
SP	2,97	3,46	3,26	3,29	4,20	3,34	2,28	2,98	1,01	5,40	2,90	5,26	2,37
PR	1,99	1,77	3,36	2,22	2,07	4,37	2,88	1,99	1,00	4,61	2,03	4,42	2,18
SC	2,03	2,74	2,78	2,89	2,35	3,08	2,72	2,03	2,18	4,21	2,89	4,54	2,32
RS	2,95	3,05	3,41	2,68	2,33	3,05	3,8	2,94	3,10	4,60	2,49	4,08	4,12
MS	2,08	1,97	2,19	2,44	3,02	2,40	1,92	2,07	1,00	4,91	2,57	3,72	2,24
MT	2,02	1,92	2,06	1,75	2,27	2,64	2,08	2,01	2,28	4,40	2,37	4,72	2,27
GO	1,81	2,22	2,28	3,25	2,19	2,55	2,45	1,83	2,43	2,68	1,88	3,84	1,63
DF			2,64	2,97	2,72	2,76	2,8		2,82	3,98	2,61	4,64	2,2

Fonte: Bohn & Paiva, 2006.

<sup>26</sup> Para o senado não foi possível obter os dados para as eleições de 1986.

Esses dados permitem afirmar que, em que pese os padrões diferentes verificados nas eleições majoritárias e proporcionais, existe também uma diversidade entre os estados. No entanto, há uma clara diferença entre o número de partidos nominais e partidos efetivos. O último é menor, o que permite afirmar que grande parte dos partidos que integram o Quadro 1 são irrelevantes para a competição política. Esse aspecto se torna mais interessante se considerarmos que uma das críticas feitas ao sistema partidário brasileiro é seu alto nível de fragmentação. Os dados apresentados por este estudo indicam que ao nível dos estados o sistema não é tão fragmentado como as visões pessimistas sobre o sistema partidário brasileiro preconizam.

O indicador utilizado - NEP - não permite distinguir o lugar de cada um dos partidos na competição eleitoral. Porém, dispomos de dados que nos permitem afirmar que PMDB, PT, DEM, PSDB, PP, PDT e PTB têm conquistado, entre 1982-2006, a maioria expressiva dos votos nas eleições para a Câmara de Deputados (82,6%), Assembleias Legislativas (78,4%), Governador (91,1%) e Senador (83,6%), sendo, portanto, os partidos mais bem sucedidos no mercado eleitoral<sup>27</sup>. Assim, em relação ao formato do sistema partidário, os resultados deste artigo permitem afirmar a existência de um sistema multipartidário moderado. Um desdobramento deste estudo seria verificar o processo de nacionalização do sistema partidário a partir do desempenho dos partidos mencionados nas unidades da federação.

### **Oferta Partidária e Eleitorado**

Nesta seção, tratamos da relação entre o amplo cardápio de opções partidárias colocadas à disposição do eleitorado e os padrões de apoio/rejeição ao mesmo. Em resumo, analisamos como os eleitores avaliam os partidos políticos brasileiros e o seu grau de representatividade. Alguns estudos têm chamado a atenção para o baixo grau de confiança desfrutado pelos partidos entre parcelas majoritárias do eleitorado (CARREIRÃO e KINZO, 2004; PAIVA, BRAGA e PIMENTEL, 2007). Nossa intenção é verificar se essa tendência tem se mantido ou não, com base nos resultados do LAPOP (Latin America Public Opinion Project) Brasil 2007.

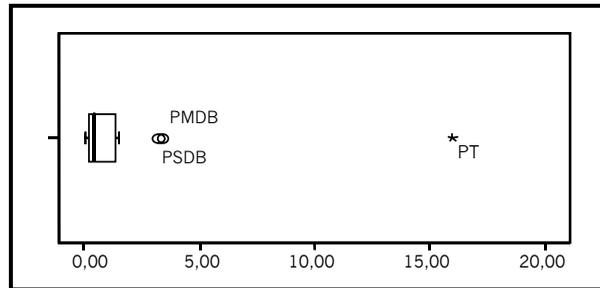
O exame da Figura 1 mostra uma distribuição bastante concentrada de respostas e reduzida variabilidade, indicando que os entrevistados não apresentam índices expressivos em termo de representatividade dos partidos. As exceções são PSDB, PMDB e PT, que apresentam um patamar um pouco mais elevado do que os demais, com destaque para o PT, o qual se distancia em termos de

---

<sup>27</sup> Esses percentuais foram calculados a partir de informações disponíveis no seguinte banco de dados: < <http://jaironicolau.iuperj.br/banco2004.html> > Acesso em: maio 2008.

representatividade do pensamento do eleitor. Estes resultados também foram apresentados por Paiva, Braga e Pimentel (2007).

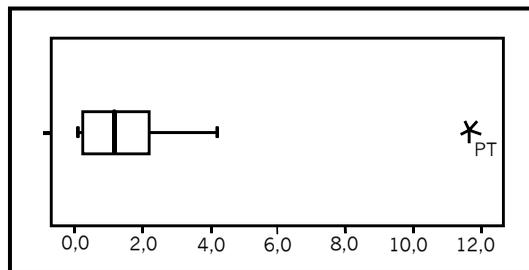
**Figura 1 - Qual o partido que melhor representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa?**



Fonte: LAPOP-Brasil, 2007.

Em relação à Figura 2, vemos que a distribuição dos resultados é relativamente simétrica, com pequena dispersão de repostas. O PT é o único partido situado completamente fora da distribuição, indicando que somente essa agremiação se destaca na recusa de votação em seus candidatos. Esse dado é interessante se confrontado com o resultado do boxplot anterior no qual o mesmo partido destaca-se pela maior representatividade do ponto de vista dos entrevistados. Desse modo, pode-se concluir que o partido destoa dos demais ao polarizar o eleitorado em termos de avaliações positivas ou negativas. Esse é um dado interessante a ser investigado em estudos sobre decisão eleitoral e seu impacto, por exemplo, sobre o voto estratégico.

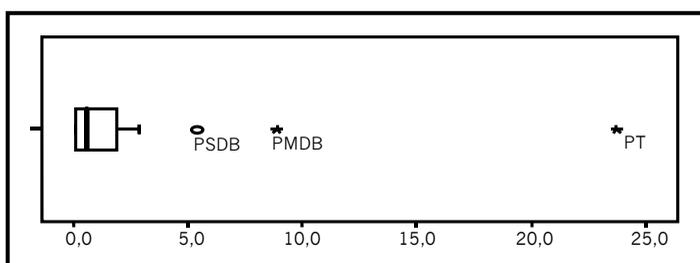
**Figura 2 - Qual o partido em que o sr./sra não votaria nos candidatos de jeito nenhum ?**



Fonte: LAPOP-Brasil, 2007.

Em relação ao gosto partidário, novamente vemos uma distribuição com reduzida variabilidade. Portanto, não há um padrão de preferência pelos partidos políticos. No entanto, novamente se destacam PSDB, PMDB e, particularmente, o PT, que se distingue claramente com um valor excepcional da distribuição. Mais uma vez, para o bem ou para o mal, o partido se destaca (Figura 3).

**Figura 3 - Há algum partido que o(a) Sr(a) goste mesmo que seja um pouquinho?Qual?**



Fonte: LAPOP-Brasil, 2007.

Por sua vez, os dados comparativos da Tabela 4 permitem afirmar que os partidos políticos não desfrutam de grande simpatia por parte do eleitorado. Entre 2002 e 2006, houve um crescimento considerável da porcentagem de respostas “não” à pergunta: “O senhor gosta de algum partido político?”, índice que se manteve praticamente o mesmo no ano seguinte. Logo, o gosto pelos partidos mostra uma tendência declinante e, em consequência, seu antípoda tem uma trajetória de ascensão.

**Tabela 4 - Gosto Partidário no Brasil**

	O sr/sra gosta de algum partido político?		
	ESEB 2002	ESEB 2006	LAPOP Brasil 2007
Não	50	64	65
Sim	48	33	30
NS/NR	2	3	4

Fonte: ESEB 2002, 2006 e LAPOP-Brasil, 2007.

A exemplo de estudos já mencionados, nossos dados evidenciam que os vínculos entre o eleitorado e os partidos são muito tênues e que o grau de representatividade dos últimos também é bastante baixo. Esses resultados não são

alentadores para a institucionalização dos partidos políticos brasileiros; entretanto, eles não permitem avaliar as causas desse fenômeno bem como em que medida os fatores socioeconômicos atuam nos graus de maior ou menor avaliação satisfatória das organizações partidárias.

É importante mencionar que os estudos de opinião pública têm revelado um baixo grau de confiança nas instituições e, de maneira paradoxal, altas taxas de adesão à democracia, chegando a 63,8 % no LAPOP Brasil 2007. Nesse cenário, os partidos políticos, dificilmente, teriam uma avaliação diferente das demais instituições.

### **Considerações Finais**

Os achados deste artigo permitem afirmar que, apesar da explosão da oferta eleitoral, observada no início do período analisado, o sistema partidário tem se mantido estável a partir dos anos noventa. Além disso, não é tão fragmentado e errático como se imagina à primeira vista. O grande número de partidos nominais existentes em todo o período não reflete a dinâmica partidária, de forma acurada, fato verificado quando examinamos o NEP, não obstante em alguns estados esse indicador também tenha se mostrado elevado. Esses resultados indicam que os partidos têm cumprido a contento uma de suas principais tarefas, qual seja, estruturar a competição política na arena eleitoral. Ademais, é importante notar que as agremiações mais bem sucedidas nas urnas são também as mais longevas e que desfrutam de certo grau de representatividade.

Outro elemento a ser agregado é a tendência geral e contínua de declínio das taxas de volatilidade eleitoral, nos diferentes pleitos e em eleições consecutivas, como mostram Bohn e Paiva (2006, 2007). A volatilidade eleitoral tem sido um dos indicadores utilizados pela literatura para aferir o grau de institucionalização dos partidos e dos sistemas partidários, pois reflete a capacidade dos partidos de estruturar as escolhas do eleitorado (PRZEWORKSKI, 1975; PEDERSEN, 1980; MAINWARING e ZOCCO, 2006).

Acompanhando a bibliografia citada neste artigo, podemos falar em um processo de consolidação do quadro partidário brasileiro. Contudo, quanto à representatividade e à avaliação por parte do eleitorado, os resultados não têm sido satisfatórios. Um desdobramento deste estudo é verificar a ação de outros mecanismos utilizados pelos partidos que possam nos ajudar a compreender melhor o que parece ser um paradoxo, por exemplo, a atuação das máquinas partidárias e estudos sobre decisão eleitoral.

### **Referências Bibliográficas**

BARDI, L. e MAIR, P. "The Parameters of Party Systems". *Party Politics*, vol.14, nº2, 2008.

BOHN, S. e PAIVA, D. Política estadual e regional e volatilidade eleitoral no Brasil, Paper apresentado no Relatório Final de Pesquisa do Projeto "Bases Socioeconômicas da Volatilidade Eleitoral no Brasil", Processo No. 401912/2004-3 Edital Nº. 032/2004, CNPq, 2006.

\_\_\_\_\_. *Sistema Partidário de Volatilidade Eleitoral no Brasil: um estudo sobre a dinâmica inter-regional*. Trabalho apresentado no 31º Encontro Anual da ANPOCS, 2007.

BRAGA, M. S. S. *O processo partidário- eleitoral brasileiro: padrões de competição política 1982-2002*. São Paulo: Universidade de São Paulo, (tese de doutorado/Ciência Política.), São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2006.

CARREIRÃO, Y. de S. e KINZO, M. D. G. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002)". *Dados*, nº47, 2004.

FERREIRA, D. P. *Oposição e Transição Democrática: a estratégia peemedebista*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, 1990.

\_\_\_\_\_. *PFL X PMDB: Marchas e Contramarchas*. Goiânia: Ed. Alternativa, 2002.

FLEISCHER, D. "Sistema Partidário Brasileiro: 1945-1997". *Política Comparada*, vol.1, nº2, 1997.

KINZO, M. D. G. *Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_. *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

\_\_\_\_\_. "Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição". *São Paulo em Perspectiva*, vol.14, nº4, 2001.

\_\_\_\_\_. "Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.20, nº57, 2005.

KINZO, M. D. G. e BRAGA, M. S. S. *Eleitores e Representação Partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2007.

KINZO, M. D. G. e SILVA, S. R. *PMDB*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996.

KORNBLITH, M. Situación y Perspectivas de los Partidos en La Región Andina: caso Venezuela. In: *Seminário Regional: Situación actual de los partidos en La Región Andina*. Estocolmo: IDEA, 2004.

KRAUSE, S. e PAIVA, D. Perdas e Ganhos. Lideranças políticas brasileiras e instabilidade na representação dos partidos: lógica nacional X lógica estadual (1982-2001)". In: PINTO, C. R. e SANTOS, A. M. (orgs). *Partidos no Cone Sul: Novos Ângulos de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer, 2002.

LAAKSO, M. e TAAGEPERA, R. "Effective Number of Parties: a measure with application to Western Europe". *Comparative Political Studies*, vol.12, nº1, 1979.

LAMOUNIER, B. O "Brasil Autoritário" revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Idesp/Sumaré, 1990.

LIMA JR., O. B. *Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional 1945-64*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. (org.). *O sistema partidário brasileiro: diversidades e tendências (1982-1994)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

LIMONGI, F. e FIGUEIREDO, A. "Partidos Políticos na Câmara dos Deputados". *Dados*, vol.38, nº3, IUPERJ, 1995.

\_\_\_\_\_. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

MAINWARING, S. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, S. e SCULLY, T. *Building Democratic Institutions: party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MAINWARING, S. e TORCAL, M. Party System Institutionalization and party system theory after the Third Wave of Democratization. In: KATZ, R. & CROTTY, W. (eds.). *Handbook of Political Parties*. London: Sage Publications, 2006.

MAINWARING, S. e ZOCO, E. "Political sequences and the stabilization of interparty competition: electoral volatility in old and new democracies". *Party Politics*, vol.13, nº2, 2006.

MELO, C. R. F. *Retirando as Cadeiras do Lugar: Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1985/2002)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MENEGUELLO, R. *Partidos e Governos No Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NICOLAU, J. M. *Multipartidarismo e Democracia: Um Estudo Sobre O Sistema Partidário Brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

PAIVA, D. ,BRAGA. M. S. S. e PIMENTEL, J. "Eleitorado e Partidos Políticos no Brasil". *Opinião Pública*, vol.13, nº2, 2007.

PEDERSEN, M. N. "On measuring party system change. A methodological critique and a suggestion". *Comparative Political Studies*, vol.12, nº4, 1980.

PRZEWORSKI, A. "Institutionalization of voting patterns, or is it mobilization of the source of decay?". *American Political Science Review*, vol.69, 1975.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, Ideologia e Composição Social*. São Paulo: Edusp, 2002.

ROSE, R, e MACKIE, T. T. Do Parties Persist to Fail? The Big Trade-off Facing Organization. In: LAWSON, K. e MERKL, P. *When Parties Fail: Emerging Alternative Organizations*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

SANTOS, F. (org). *O poder legislativo nos estados: identidade e convergência*. São Paulo: Ed. FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. "Brazilian Democracy and the Power of "Old" Theories of Party Competition". *Brazilian Political Science Review*, vol.1, nº2, 2008.

SARTORI, G. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

SCHMITT, R. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SOARES, G. A. D. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.

\_\_\_\_\_. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

WARE, A. *Political Parties and Party Systems*. New York: Oxford University Press, 1996.

TSE: <[www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)>

---

Denise Paiva Ferreira - [denise@fchf.ufg.br](mailto:denise@fchf.ufg.br)

Carlos Marcos Batista - [carlosbatista@unb.br](mailto:carlosbatista@unb.br)

Max Stabile - [me@maxstabile.com](mailto:me@maxstabile.com)

Recebido e aprovado para publicação em agosto de 2008.

# *Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo*

---

**Maria do Socorro Sousa Braga**

Departamento de Ciências Sociais  
Universidade Federal de São Carlos

---

**Resumo:** O objetivo deste artigo é investigar uma das principais funções dos partidos políticos em uma democracia representativa: organizar e controlar a produção de representação. Para isso, dois processos intrapartidários serão examinados: a formação e manutenção da estrutura organizacional e a seleção de candidatos à Câmara dos Deputados realizados pelo PFL, PP, PMDB, PSDB e PT no estado de São Paulo. A proposição que orienta a análise é que quanto maior o controle dos partidos políticos sobre esses dois processos, maior será a vitalidade de suas organizações partidárias na dinâmica representativa.

**Palavras-chave:** seleção de candidatos; partidos políticos; comportamento político; lista partidária; eleições internas.

**Abstract:** This paper aims to investigate one of the main roles of political parties in a representative democracy: to organize and to control the production of representation. In order to do that, two internal party processes will be examined: the setting and maintaining of the party's organizational structure and the candidate selection for the Camara dos Deputados in the state of Sao Paulo for the PFL, PP, PMDB, PSDB and PT parties. The analysis is based on the idea that the more control political parties have over these two processes, the more vital are their party organizations in the representative dynamics.

**Keywords:** candidates selection; political parties; behavior politician; partisan list; internal elections.

## Introdução<sup>1</sup>

O debate sobre os partidos políticos no Brasil tem se dado em torno da questão da consolidação do sistema partidário atual, traduzida na polêmica a respeito da fragilidade dos partidos e da fragmentação excessiva do sistema, bem como do impacto de tais fenômenos sobre o funcionamento do governo democrático-representativo. Para demonstrar seus argumentos, a maioria dos autores recorre ou ao desempenho eleitoral dos partidos ou ao comportamento dos atores políticos no Legislativo.

Embora a produção acadêmica já tenha acumulado conhecimento significativo sobre a formação das preferências eleitorais, de um lado, e a dinâmica das decisões legislativas, de outro, continuamos sabendo pouco sobre a participação da organização partidária na seleção dos operadores da representação no Legislativo. Passados quase vinte anos do restabelecimento do pluripartidarismo e, tendo sido realizadas doze experiências eleitorais, já dispomos de elementos razoáveis para avaliar o papel da organização partidária no controle e formação da representação política na atual experiência democrática.

Este artigo reúne elementos de análise nessa direção ao privilegiar as *dinâmicas organizativas internas* dos partidos com o objetivo de investigar o papel da organização na produção e controle da representação política. Esta análise pode ser lida, então, como uma tentativa de levar ao centro desse debate o *partido político* enquanto organização que se diferencia das demais em virtude de atuar em arenas específicas, conforme discutiremos mais adiante. Com isso, trata-se de trazer para a discussão elementos que enriquecem a polêmica sobre a debilidade partidária segundo o exame de como as organizações realmente funcionam, e não a partir de premissas normativas e institucionais.

Para o encaminhamento desta investigação, o texto foi estruturado em duas partes. A primeira apresenta os principais argumentos da literatura, constrói a crítica que me parece pertinente e desenvolve o formato geral do argumento. A segunda tem dois objetivos: primeiro, examina a estrutura organizacional que os principais partidos criaram e vêm mantendo no estado de São Paulo. Segundo, verifica como se dá o controle do processo de seleção dos candidatos a deputado federal pelos partidos PP, PFL, PMDB, PSDB e PT.

---

<sup>1</sup> O material empírico deste artigo faz parte do projeto de pesquisa denominado *Partidos Políticos: Organização, Recrutamento Político e Representação*, desenvolvido no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, com financiamento da FAPESP.

## **1 - Partidos políticos e democracia: diagnósticos e novas perspectivas de análise**

Desde a redemocratização do país vem ocorrendo um amplo debate acerca das condições institucionais que dificultariam o pleno “desenvolvimento” da democracia brasileira. Os argumentos elaborados focam, primordialmente, o modelo institucional promulgado pela Constituição de 1988, cujo sistema de governo foi confirmado pelo plebiscito de 1992. Para uma parte considerável dessa literatura, o argumento principal é que a combinação de *presidencialismo* com *representação proporcional e lista aberta* produziria, necessariamente, ingovernabilidade (LAMOUNIER, 1992; MAINWARING, 1993; TAVARES, 1998; AMES, 1995). Já no que diz respeito aos partidos e sistema partidário, o diagnóstico predominante é que esse tipo de arranjo institucional incentivaria a existência de partidos fracos organizacionalmente, pragmáticos e pouco representativos.

O problema político decorrente dessa percepção é que sem o fortalecimento dos partidos, no que se refere à representação política, haveria uma conseqüente baixa institucionalização do próprio sistema de representação, o que, para uns, dificultaria ou, para outros, chegaria a impedir a consolidação da democracia. Entretanto, poucas análises abordaram os partidos políticos com base em dados empíricos consistentes relacionados à dinâmica organizacional interna. Mesmo entre esses estudos, poucos partidos foram tratados sistematicamente. Ainda menor é o número de análises que investigam a função dos partidos de selecionar pessoal político para liderar e gerir a política cotidiana.

Apesar de o processo de seleção de candidatos ser em uma das atividades centrais de qualquer organização partidária em uma democracia, seu estudo foi pouco tratado pela Ciência Política brasileira. Esta escassez parece resultar da baixa atenção dada à organização dos partidos, conseqüência direta do fato de uma parte importante da literatura tecer diagnóstico bastante crítico sobre a construção de partidos mais efetivos na atual democracia competitiva (LAMOUNIER, 1992, 1994, 1999; MAINWARING e SCULLY, 1995; MAINWARING, 1992, 1999; KINZO, 1993; MENEGUELLO, 1994; LIMA Jr, 1993). Nesse sentido, tem sido freqüentemente acentuada a fraca institucionalização dos partidos políticos, o individualismo e a autonomia dos políticos brasileiros em face da organização partidária, resultando em agremiações frágeis.

Mainwaring (1992), um dos estudiosos mais críticos dos partidos brasileiros, supõe que o controle das lideranças sobre o processo de seleção e formação da lista de candidatos é fraco quando comparado aos partidos europeus. Tal dedução baseia-se na observação das regras do sistema eleitoral e na natureza descentralizada do processo de seleção dos candidatos a cargos eletivos. No que diz respeito à variável institucional, isso ocorreria em função de dois elementos do

sistema eleitoral: a adoção da *lista partidária aberta*, que estimularia o individualismo nas campanhas eleitorais em detrimento de estratégias partidárias coletivistas, e o uso do dispositivo da *candidatura nata*, vigente até as eleições municipais de 2000.

Essa dedução é compartilhada por uma parte expressiva da literatura especializada que adota a perspectiva institucionalista para explicar os fenômenos partidários. Segundo esses teóricos, a influência do partido no processo de seleção de candidatos varia conforme o tipo de sistema eleitoral e a estrutura de autoridade partidária<sup>2</sup>. O argumento é que, em um sistema eleitoral proporcional com lista fechada, os partidos têm pleno controle sobre esse processo pois, além de escolherem os candidatos que vão disputar as cadeiras parlamentares por sua legenda, também ordenam previamente a lista de candidatos.

Já a combinação de representação proporcional com lista aberta, ao aumentar a influência dos eleitores na seleção de candidatos, diminuiria o controle das lideranças partidárias sobre esse processo de indicação. No caso dos partidos brasileiros, seu peso seria praticamente inexistente devido ao dispositivo da candidatura nata. Com esta regra, vigente até o pleito municipal de 2000, ocupantes de cargos eletivos proporcionais nas três esferas de poder tinham automaticamente o direito de figurar na chapa partidária para o mesmo cargo político nos pleitos seguintes, independentemente da decisão do seu partido.

No que tange à estrutura de autoridade partidária, a suposição é que enquanto nos partidos centralizados as lideranças nacionais têm maior peso no processo de seleção dos candidatos, controlando o acesso à lista, nos partidos com estrutura descentralizada as decisões seriam tomadas na esfera local e as lideranças não deteriam o controle das indicações, o que implicaria maior esforço individual dos postulantes<sup>3</sup> para compor a lista partidária. Em consequência, esperar-se-ia vínculos mais frouxos entre partido e deputados na Câmara, redundando em fraca coesão e disciplina parlamentar.

No Brasil, o diagnóstico predominante é que, excetuando-se os partidos de esquerda, os demais apresentam organizações nacionais muito fracas, prevalecendo o poder decisório nas instâncias estaduais. Segundo Mainwaring (2001, p.309), a irrelevância das organizações partidárias nacionais na escolha de candidatos tem como consequência partidos de tipo *catch-all* com bancadas ideologicamente heterogêneas e dirigentes nacionais com pouco poder sobre os parlamentares, redundando em baixa disciplina parlamentar.

Assim, o Brasil apresenta a combinação mais desfavorável à criação de partidos políticos nacionais fortes, com representação proporcional com lista aberta e estrutura organizacional descentralizada. A principal consequência disso seria a

---

<sup>2</sup> Duverger, 1970; Mainwaring, 1991; Katz, 2001; Rahat e Hazan, 2001.

<sup>3</sup> Duverger, 1971; Carey e Shugart, 1995.

conformação de partidos inconsistentes programaticamente e com débil controle sobre as principais decisões partidárias quanto à dinâmica de representação.

Minha objeção tem início com a derivação feita do sistema eleitoral para o comportamento dos políticos com relação aos partidos pelos quais conseguiram uma candidatura. Não é evidente que, em vista dos incentivos gerados pela lógica de funcionamento da representação proporcional com listas abertas, os candidatos (e eleitos) mantenham deliberadamente vínculos frouxos com seus partidos visando constituir uma reputação pessoal em detrimento de uma ação coletiva que propicia a sobrevivência da organização. Ao contrário disso, argumento que, se, por um lado, independentemente do tipo de sistema eleitoral, haverá políticos dispostos a investir maior energia e mais recursos visando sua carreira pessoal, por outro lado, haverá políticos trabalhando para manter a organização partidária funcionando e mesmo cooperando com diversos recursos para incrementar e fortalecer a estrutura organizacional, o que lhes permitirá manter sua posição na organização e, sobretudo, lhes ajudará a avançar em sua carreira política.

Para que o argumento funcione é preciso demonstrar a validade da premissa segundo a qual os partidos buscam sua “*estabilidade organizativa*”, isto é, procuram manter *uma linha de autoridade* no seu interior. Esta linha de ação, por sua vez, é defendida pela *coalizão dominante*, que é conformada por dirigentes partidários e parlamentares fundadores (ou comprometidos com a continuidade da organização) do partido.

Segundo estudiosos da teoria da organização, particularmente Panebianco (2005), a chave para o sucesso da estabilidade organizativa de um partido repousa na distribuição, pela coalizão dominante, de incentivos coletivos e seletivos para os membros partidários. Para isso, aquela coalizão, isto é, a elite dirigente do partido, precisa ter o controle dos recursos vitais. Esses recursos são chamados, por Panebianco, de “zonas de incerteza”, constituídas pelos seguintes aspectos: a *competência* (saber especializado no manejo das relações político-organizativas internas e externas ao partido); *as relações com o ambiente externo*; *a comunicação interna*; *controle das regras organizativas*; *fontes de financiamento* e o *recrutamento político*.

Embora Panebianco ressalte o caráter cumulativo desses recursos para que haja a estabilidade organizacional, a verificação de todos esses aspectos requer uma ampla agenda de pesquisa. Para dar conta da preocupação central deste artigo, que é o exame do papel dos partidos na seleção dos operadores da representação e do seu controle sobre a formação da lista partidária ao Legislativo federal, focalizamos unicamente o recrutamento político. A esta “zona de incerteza” acrescento uma outra que é o *controle sobre o acesso à lista partidária*. Isso porque minha suposição é que, apesar de o sistema de representação brasileiro ser proporcional com lista aberta, o que teoricamente possibilita ao eleitorado a sua

ordenação, os dirigentes partidários, na prática, ao manterem o controle sobre o processo de seleção dos candidatos e o acesso à lista e a recursos partidários importantes (especialmente o fundo partidário e o tempo no horário gratuito no rádio e na TV), acabam realizando uma ordenação informal dos candidatos.

Desse modo, ao contrário do que sustenta a literatura sobre os partidos brasileiros, outro argumento defendido neste artigo é que, por meio do controle do processo de seleção de candidatos e da ordenação informal da lista partidária, os partidos brasileiros vêm tendo um papel fundamental na dinâmica de formação de uma elite política responsável por operar a representação política. Esse controle, por sua vez, é feito de maneira mais centralizada e concentrada conforme o modelo de organização partidária examinado.

## **2 - Estrutura organizacional e dirigentes partidários: partidos centralizados ou descentralizados?**

### ***2.1 - Introdução***

A maneira como as organizações partidárias se estruturam e funcionam revela características importantes sobre os modelos de partidos que predominam em um sistema partidário e, em última análise, sobre o próprio sistema político. Para o seu entendimento, de acordo com Panebianco (2005) e Katz e Mair (1994), *práticas organizacionais, regras internas, formação da coalizão dominante e o processo de seleção dos candidatos* são variáveis analíticas primordiais, pois determinam o acesso ao poder interno do partido político, assim como afetam as relações desse ator político com o Estado e a sociedade civil.

A proposição que orienta esta análise é que quanto maior o controle dos dirigentes partidários sobre o processo de seleção dos candidatos, bem como sobre as demais zonas de incerteza, maior será a vitalidade de suas organizações partidárias na dinâmica representativa. No entanto, antes de examinar o processo de seleção das candidaturas, é necessário verificar qual é a estrutura organizacional e a adesão de adeptos a cada um dos partidos estudados.

## **2.2 - A estrutura organizacional do PP, PFL, PMDB, PSDB e PT no estado de São Paulo**

A estrutura dos partidos brasileiros está organizada de acordo com o formato geral definido pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que determina a criação de órgãos e instâncias de decisão aos níveis nacional, estadual e municipal, além de conselhos especializados e de departamentos de representação setorial. Para avaliar qual é a estrutura organizacional que cada partido examinado possui atualmente, a Tabela 1 apresenta o número de diretórios e comissões provisórias no estado de São Paulo. Os diretórios nacional, estaduais, municipais e zonais, e as comissões são órgãos de direção e ação partidária.

**Tabela 1 – Número de Diretórios e Comissões Provisórias por partido em São Paulo, 2005**

	Diretório Estadual	Diretórios Municipais	Comissões Provisórias	Sem organização
PDS/PP	Comissão Provisória Estadual	0	585	56
PFL	1	207	438	
PMDB	1	555	84	06
PSDB	1	615	15	15
PT	1	299	323	23

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do TRE-SP, do Diretório Regional do PMDB, PT e PSDB e site do PP.

Segundo os estatutos e informações relatadas por membros dos partidos em entrevistas, os diretórios são autônomos em relação à instância superior no que diz respeito às decisões relacionadas à organização, à escolha de dirigentes e à seleção de quadros a cargos eletivos, mas são subordinados às mesmas no que diz respeito aos recursos para manter a infra-estrutura básica. Na estrutura partidária, os órgãos mais frágeis são as comissões provisórias porque são totalmente dependentes dos diretórios. Normalmente, a maior incidência de comissões provisórias ocorre no início da formação e expansão da estruturação do partido. Depois disso, a frequência de comissões provisórias geralmente resulta do controle da direção partidária sobre o processo de seleção não só de candidatos, mas também de membros do diretório local e de delegados que participarão de outros eventos deliberativos.

Ainda de acordo com as informações da Tabela 1, os cinco partidos examinados são desigualmente estruturados pelo estado de São Paulo. Tomados

os 645 municípios paulistas, o Partido Progressista (PP) apresenta a estrutura organizacional mais frágil, possuindo apenas órgãos internos provisórios, inclusive o diretório estadual. Essa ampla estrutura provisória reflete a grave crise que o partido vem passando no estado em função de conflitos intrapartidários, particularmente em razão de denúncias de corrupção envolvendo o principal dirigente e político, o ex-prefeito da capital Paulo Maluf. Mesmo assim, o partido mantém-se na maior parte das 645 cidades, ausente apenas em 56.

Ademais, conforme a Tabela 2, a seguir, o PP tem hoje cerca de 220 mil filiados no estado. Comparando-se esse número ao longo dos anos observa-se uma tendência de queda. Esse montante fica abaixo de todos os demais partidos examinados. A maneira como o PP está organizado é um exemplo evidente de um tipo de partido de quadros cujo controle interno é mantido por poucos “notáveis”. A disputa interna reduz-se a dois grupos: o liderado por Paulo Maluf e o controlado pelo deputado federal Celso Russomano. Este último grupo tem mantido o poder utilizando-se de expedientes como a intervenção em diretórios, hoje comissões provisórias, e a não realização de eleições internas. As direções e executivas - órgãos deliberativos - são compostas praticamente pelos parlamentares vinculados aos respectivos grupos.

**Tabela 2 – Número de filiados por partido em São Paulo, 1988, 1990, 2002, 2004, 2006**

	1988	1990	2002	2004	2005
PDS/PP	254.411	254.902	252.396	230.781	223.927
PFL	145.404	146.409	115.619	129.279	128.628
PMDB	809.931	776.491	574.210	515.677	505.927
PSDB	-	72.290	216.035	230.605	226.707
PT	137.892	153.359	202.401	241.367	278.873*

\* Esse dado foi informado pelo TRE-SP. No Diretório estadual do PT esse dado foi reduzido para 196.609 filiados (em janeiro de 2006), como resultado da Campanha de refiliação de 2001.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do TRE-SP, do Diretório Regional do PMDB, PT e PSDB e site do PP.

Já o Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), depois de um intenso trabalho iniciado nos anos noventa para criar uma estrutura organizacional no estado com o objetivo de disputar, com o enfraquecido PP, o eleitorado conservador, encontra-se atualmente organizado em diretórios ou comissões

provisórias em todas as cidades<sup>4</sup>. Trata-se, porém, de uma organização em fase de consolidação, pois são 437 comissões provisórias contra 207 diretórios, o que mostra que em mais da metade das cidades essa estrutura preencheu os requisitos mínimos para disputar as eleições, mas não é ainda autônoma em relação ao diretório estadual. É importante ressaltar que no caso do PFL, diferentemente do PP, o número alto de comissões provisórias não se deve à intervenção de instância superior e sim do movimento de seus dirigentes para ampliar a rede organizacional. Em termos de direção, a coalizão peefelista é muito centralizada, sendo controlada por duas lideranças estaduais: o ex-governador Cláudio Lembo e o atual prefeito, Gilberto Kassab. O exame das composições do diretório estadual e da executiva atesta que, embora tenha ocorrido a inserção de novos membros - geralmente parlamentares eleitos pela agremiação, os dois dirigentes mantiveram-se como presidente e vice-presidente dos diretórios estadual e da capital, respectivamente, desde a década de noventa<sup>5</sup>.

O aumento da rede organizacional do PFL também resultou em correspondente elevação do número de filiados ao partido depois de 2000. Conforme mostra a Tabela 2, depois de uma tendência de queda nos anos noventa, o PFL voltou a crescer nos anos seguintes.

Tanto no PP quanto no PFL a grande maioria de seus filiados não participa da vida partidária. Mesmo nas convenções, instâncias máximas de deliberação, as principais decisões referentes à formação das listas partidárias, coligações, candidaturas majoritárias e composição das direções e executivas estaduais são tomadas por poucos dirigentes. O número de filiados apresentado na série histórica da Tabela 2 corresponde mais ao cumprimento de exigência da legislação partidária. De acordo com a norma vigente, para a criação de um diretório, o partido precisa ter um mínimo de filiados, fixado conforme o tamanho do eleitorado do município.

A estrutura organizacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) continua sendo a mais extensa do estado, com o maior número de diretórios municipais. Os peemedebistas não estão organizados em apenas seis das 645 cidades (Balbinos, Bento de Abreu, Casa Branca, Clementina, Nantes, Palmital, Sabino, Vista Alegre do Alto). No que tange às comissões provisórias, o partido se

---

<sup>4</sup> Em entrevista para a pesquisa que originou este artigo, o então vice-governador Cláudio Lembo declarou que ele e o atual prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (2006-2008), são os articuladores políticos e responsáveis no estado pela estratégia bem sucedida de estruturação do PFL paulista. Segundo Lembo, essa estratégia visa assumir o espaço vazio deixado pelo "fracasso" do PP no estado.

<sup>5</sup> O presidente do PFL paulista, Cláudio Lembo, teve larga experiência na vida orgânica da ARENA, quando foi presidente do diretório estadual de São Paulo. Quando da cisão no PDS, em 1985, seu grupo caminhou ao lado das lideranças criadoras do PFL nacional. Já o vice-presidente, Gilberto Kassab, começou sua carreira política pelo antigo PL de São Paulo, onde permaneceu de 1986 a 1994.

diferencia dos demais subdividindo essa categoria em outras três. A organização do PMDB é mais detalhadamente apresentada na Tabela 3:

**Tabela 3 – Estruturas Organizacionais do PMDB, interior e capital, 2005**

	Interior
Comissões provisórias aprovadas	76
Comissões prov. c/ relatores	02
Comissões interventoras	06
	Capital
Diretórios zonais registrados	27
Comissões interventoras	02
Comissões provisórias	18
Sem nada	02
Total	49

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados cedidos pelo Diretório Estadual do PMDB-SP.

Como os dados informam, o PMDB possui um número bem menor de comissões provisórias, seja no interior seja na capital. Esse tipo de comissão foi criado, no caso desse partido, para resgatar a organização inicial. Já as comissões interventoras representam a ação da direção estadual para conter a ascensão de outras lideranças locais que venham colocar em risco o controle da linha de autoridade do partido. Desde fins dos anos oitenta, o ex-governador Orestes Quércia e seus seguidores mantêm-se na direção do partido em São Paulo e os quadros que tentam ocupar mais espaço político nas instâncias municipais são colocados à margem do poder intrapartidário através de intervenção.

O último episódio digno de nota ocorreu nas eleições municipais de 2004, na capital paulistana. Naquele pleito, a direção estadual resolveu intervir em todos os diretórios zonais, transformando-os em comissões provisórias, convocando novas eleições internas, além de realizar nova seleção de candidatos para montar a chapa de candidatos a vereador. Um dispositivo do estatuto do PMDB, que prevê sanções para a realização de coligação sem acordo prévio com a direção estadual, garantiu legalmente a ação do núcleo dirigente. O responsável pelo impasse político foi o então presidente do diretório municipal peemedebista, vereador Jorge Leite, articulador do apoio à reeleição da ex-prefeita Marta Suplicy e da defesa da coligação com o PT para disputar as cadeiras da Câmara Municipal na eleição de 2004. Esse fato também explicita a relação hierárquica que há entre as várias esferas intrapartidárias no PMDB paulista. Como nos demais partidos, o nível local

é autônomo, desde que siga as regras internas criadas e interpretadas pelo grupo dirigente que controla as instâncias superiores.

No que tange ao número de filiados, a Tabela 2 mostra que, embora esse número tenha diminuído de 809 para cerca de 505 mil em 2005, este montante é maior do que o de todos os demais partidos, chegando a ser três vezes maior do que o número de filiados do PFL. Em parte, essa redução se deve à cisão do grupo que veio fundar o PSDB em 1988. Com a saída de importantes quadros históricos da agremiação para criar a sigla tucana, seus adeptos seguiram o mesmo caminho. Entretanto, a participação dos filiados do PMDB-SP na vida partidária já foi bem mais intensa, particularmente até fins dos anos oitenta devido ao caráter “frentista” do partido (KINZO, 1988; MELHEM, 1998).

Em termos do número de diretórios municipais, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é o partido com a segunda maior estrutura organizacional no estado de São Paulo. Conforme os dados da Tabela 1, os peessedebistas estão estruturados em 630 cidades. Esse crescimento da rede organizacional pode ser também percebido pelo número de filiados ao partido, que aumentou mais de três vezes o montante de 1990. Diferentemente do PP e do PFL, e próximo do PMDB, está o grau de participação dos filiados na vida partidária do PSDB. Essa maior participação é incentivada tanto para a escolha dos dirigentes partidários quanto para campanhas eleitorais. Entretanto, devido à sua origem parlamentar, as principais decisões intrapartidárias no PSDB acabam centralizadas nas mãos de poucos quadros. O último episódio ilustrativo da alta concentração do poder decisório no PSDB foi a escolha do candidato presidencial para as eleições gerais deste ano. Ante o cenário de alta disputa intrapartidária entre os grupos políticos do atual governador José Serra e do ex-governador Geraldo Alckmin, a cúpula partidária formada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o governador do Ceará, Tasso Jereissati, e o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, decidiu manter essa decisão crucial para o futuro do PSDB a portas fechadas.

Um dos mecanismos organizacionais que garantem às lideranças do PSDB controlar e direcionar a ação do partido quanto à seleção de candidatos aos Legislativos e às disputas intrapartidárias entre postulantes a uma candidatura é a estrutura montada por macrorregiões<sup>6</sup>. O PSDB agrega os 630 municípios onde tem algum tipo de organização em 25 macrorregiões. De acordo com seu estatuto, as também chamadas Coordenadorias Regionais são criadas pelo diretório estadual como órgãos de cooperação tanto para coordenar a ação dos órgãos partidários na

---

<sup>6</sup> Segundo o secretário estadual de organização do PSDB, Evandro Luiz Losaco, em entrevista para essa pesquisa, o PSDB controla a competição intrapartidária entre os quadros a cargos proporcionais para evitar o que ele chamou de “canibalização”, ou seja, a disputa na mesma região entre dois ou mais candidatos competitivos do PSDB.

área da microrregião como para receber e coordenar o encaminhamento à Comissão Executiva Estadual de reivindicações, sugestões e propostas dos órgãos partidários da microrregião, inclusive indicação de candidatos para composição de chapas do PSDB às eleições de âmbito estadual e federal. Essas regiões são organizadas por diversos militantes com ocupação seja nos órgãos internos do partido seja nas Casas Legislativas, como mostra o Quadro 1. Podemos ver que, dentre os membros das macrorregiões, estão 12 parlamentares com atuação nessas estruturas partidárias, o que é indicador da participação dos deputados em atividade crucial para a sobrevivência eleitoral do PSDB.

**Quadro 1 - Número de filiados integrantes das macrorregiões por tipo de cargo**

Membros dos Diretórios Municipais	Membro do Diretório Estadual	Membros da Executiva Estadual	Deputados Estaduais	Deputados Federais	Total
25	53	23	9	3	113

Fonte: Elaboração própria a partir de dados cedidos pelo Diretório Estadual do PSDB-SP.

E o que dizer da organização partidária do Partido dos Trabalhadores? Sua estrutura organizacional é uma das mais abrangentes do subsistema paulista, seja em número de órgãos locais seja em relação à rede formada nas macrorregiões. São 622 cidades com diretórios ou comissões provisórias, reorganizadas em 19 macrorregiões. Cada uma delas é formada por um coordenador e um secretário, que têm como função organizar e dinamizar a vida partidária na respectiva região, antecipando assim o processo eleitoral interno e a competição nas eleições por cargos eletivos<sup>7</sup>. No que diz respeito ao número de filiados, esse montante mais que dobrou entre 1988 e 2005, segundo informações da Tabela 2.

O PT é o partido que apresenta o maior grau de engajamento de seus filiados e, particularmente, dos militantes (segmento mais ativo) nas atividades partidárias e, conseqüentemente, na burocracia interna e nos cargos eletivos. Dentre os incentivos organizativos, estimuladores dessa maior participação, estão os incentivos coletivos de *identidade* (participa-se pela identificação com a organização) e *ideológicos* (participa-se pela identificação com a “causa” do partido). Por mais que o PT tenha se afastado dos objetivos oficiais iniciais que motivaram sua criação por distintos setores da sociedade civil, aos olhos dos seus defensores, esses incentivos coletivos ainda persistem, mesmo que em outros

<sup>7</sup> Informações fornecidas pelo secretário de organização estadual do PT, Luiz Turco, em entrevista para a pesquisa que derivou este artigo.

patamares. No caso da ideologia organizativa, a sua persistência é fundamental, quer porque ainda é a principal fonte dos incentivos coletivos para uma parte importante dos seus filiados, quer porque exerce uma função primordial em partidos de massa, que é a de ocultar a distribuição dos incentivos seletivos dos membros da organização que não foram contemplados. Dentre os incentivos seletivos, o PT distribui incentivos de poder e material à medida que amplia sua participação nas arenas governamentais.

É importante ressaltar que não é apenas o PT que deve equilibrar a exigência de satisfazer interesses individuais por meio dos incentivos seletivos e dar conta de alimentar as lealdades organizativas que dependem dos incentivos coletivos. Isso porque, segundo Panebianco, os partidos,

*“sendo ao mesmo tempo burocracias com exigências de continuidade organizativa e de estabilidade das próprias hierarquias internas e associações voluntárias, são os que devem garantir ao mesmo tempo uma quota mínima de participação não-obrigatória; devem, simultaneamente, distribuir incentivos, tanto seletivos quanto coletivos”* (PANEBIANCO, 2005, p.18).

Ao longo do processo de institucionalização do PT, o pragmatismo político de parte do núcleo dirigente nacional, mais afeito às benesses e práticas tradicionais da política brasileira, levou o partido a se situar entre os maiores partidos do Congresso Nacional, chegando, em 2002, à Presidência da República. Para isso, a partir de 2001, auge da ascensão do chamado Campo Majoritário ao poder do partido, foi instituído o Processo de Eleição Interna (o denominado PED), com a aprovação do novo estatuto do partido. A finalidade do PED é eleger entre seus filiados os dirigentes internos para as esferas municipal, estadual e nacional, além dos delegados que irão participar do Encontro estadual, onde escolherão os candidatos do partido a cargos eletivos das próximas eleições nacionais.

A Tabela 4 descreve a rede organizacional montada para realizar esse processo em 2005. Ao mesmo tempo, revela o grau de participação dos membros no processo de seleção dos quadros dirigentes e dos delegados à convenção do partido. É possível verificar também a estratégia do grupo majoritário de aumentar, progressivamente, depois de 2001, o número de filiados para garantir mais espaço dentro do partido e continuar tendo maior influência nas ações e na distribuição de recursos aos membros do campo político dominante, o que resultou na manutenção da linha de autoridade e de concepção mais pragmática e menos ideológica do partido<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> O exame desse processo de eleição interna será mais bem desenvolvido em artigo posterior devido à sua importância para o entendimento das transformações pelas quais vem passando o partido, seja em

Tabela 4 - Organização do PT para o Processo de Eleição Direta – PED

Data (Set/Ano)	PT Organizado (nºcidades)	% SP	Cidades aptas participantes do PED	Filiados (Set)	Observação	DM/CP com computador do PT
2.000	425	66%	.....			.....
2.001	509	79%	383	227.963	47.003 votaram no PED	.....
2.002	523	81%	.....	56.326	Após recadastramento	.....
2.003	558	87%	.....	105.078	.....	.....
2.004	622	96%	.....	190.084	.....	490
2.005	622	96%	563	192.017	Em 18/Set/2.004	490

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados cedidos pelo Diretório estadual de São Paulo e site do PT Nacional.

Os dados revelam ainda que o aumento dos filiados se deu paralelamente à extensão da rede organizacional petista, atingindo 96% das cidades do estado em 2005.

Uma questão relevante a ser investigada posteriormente é o papel do PED tanto na reestruturação do poder dos grupos internos quanto na dinâmica de arregimentação de sua militância e de adoção de práticas tradicionais condenáveis da política brasileira. A minha hipótese é que a criação do PED foi uma manobra do grupo majoritário na coalizão dominante para reduzir a participação da militância engajada, mais concentrada nos setores da esquerda do partido. Uma demonstração dessa tática foi a Campanha Nacional de Filiação, ocorrida em 2002, que impôs um significativo crescimento no número de filiados; ao mesmo tempo, o partido não investiu na formação política, antiga marca do PT.

Visto como os partidos analisados estão consistentemente organizados no estado de São Paulo, à exceção do PP, investigamos como cada um realiza o processo de seleção dos candidatos à Câmara dos Deputados, de forma a avaliar o grau de controle desses atores políticos sobre a seleção e formação da classe política paulista.

---

relação à organização, bem mais próxima dos demais partidos, seja no que diz respeito ao apelo eleitoral cada vez mais aberto aos diversos segmentos da sociedade. Outra hipótese a ser testada em futuro artigo é a de que, com a dinâmica do PED, o grupo majoritário conseguiu articular uma estratégia de barrar o crescimento dos grupos mais à esquerda e, dessa maneira, manter-se controlando a linha de autoridade dentro do PT.

### ***2.3 – Partidos e recrutamento político: selecionando os candidatos a deputado federal***

Uma das principais funções dos partidos políticos no processo democrático é a seleção de candidatos a cargos eletivos. De acordo com alguns autores, a importância dessa atividade partidária decorre de dois fatores: primeiro, é a chave do processo de recrutamento político em uma democracia representativa. Segundo, é um dos momentos mais significativos no que concerne aos conflitos intrapartidários. O processo de seleção revela muito sobre a disputa interna, de que forma ela se dá, com que intensidade e como é resolvida<sup>9</sup>. Isto é, permite examinar a dinâmica interna de uma organização partidária. Por isso mesmo, outros autores afirmam que a questão da designação dos candidatos é um elemento essencial em qualquer definição de partido político<sup>10</sup>.

Além disso, os métodos que são usados para selecionar afetam tanto os tipos de postulantes que serão eleitos quanto o comportamento destes na Câmara dos Deputados<sup>11</sup>. Mas, sobretudo, o processo de seleção é um dos momentos centrais da vida dos partidos porque permite conhecer seu funcionamento interno e, o mais importante, identificar sua estrutura de autoridade<sup>12</sup>.

Para avaliar os mecanismos de seleção de candidatos usados pelos partidos e suas conseqüências focalizamos na seção seguinte as dimensões analíticas relacionadas ao *tipo de candidato, de selecionadores e do método de escolha*. A análise é realizada com base tanto nas regras formais determinadas pela legislação eleitoral e partidária como naquelas estabelecidas nos estatutos dos partidos. As regras formais são ainda confrontadas com procedimentos informais observados nas convenções partidárias realizadas no primeiro semestre de 2006.

---

<sup>9</sup> Schattschneider, 1941; Gallagher e Marsh, 1988; Katz, 2001.

<sup>10</sup> Key, 1956; Sartori, 1976; Schelesinger, 1991.

<sup>11</sup> Gallagher e Marsh, 1988; Carey e Shugart, 1995.

<sup>12</sup> Katz e Mair, 1995; Ranney, 1981; Schattschneider, 1941.

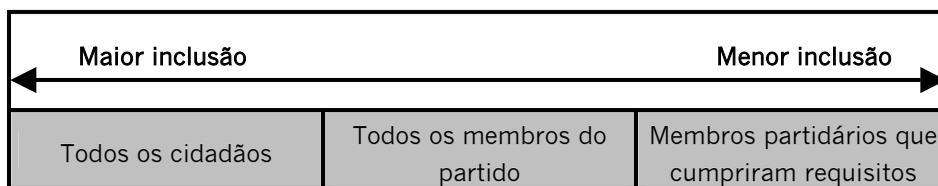
### 2.3.1 - Quem pode ser candidato<sup>13</sup>?

A primeira dimensão a considerar nesse processo é a relacionada com *quem pode ser escolhido como candidato* nas eleições. Interessa responder às seguintes questões: todos os cidadãos podem apresentar-se como candidatos ou somente os militantes do partido ou, ainda, entre os militantes apenas aqueles que cumprem um conjunto de critérios? No caso de haver restrições, estas são de natureza interna ao partido ou de caráter externo, ou seja, estabelecidas por lei?

Para analisar essa dimensão, temos que examinar tanto o que dispõe a legislação eleitoral sobre *quem pode ser candidato* quanto o que prescreve o partido. Nos contextos em que os partidos estão condicionados pelas regras do sistema político, essas duas formas estão relacionadas entre si, incidindo sobre a natureza dos candidatos escolhidos.

Os critérios que um postulante deve cumprir para obter uma candidatura podem ser classificados em um contínuo que vai desde um nível maior de inclusão até outro que supõe uma maior exclusão no processo de seleção de cada partido. De acordo com essa dimensão (ver Tabela 5), a variável pode apresentar distintos valores: a inclusão de todos os cidadãos, apenas os seus membros/filiados ou, dentre estes, somente os que cumprem uma série de requisitos. No caso dos partidos em que todos os cidadãos podem participar como candidatos, supõe-se que o processo é mais amplo e inclusivo do que os outros. No extremo oposto do contínuo estão os processos nos quais somente podem se apresentar os membros do partido que cumpriram os requisitos, tais como os que têm determinado tempo de filiação, os que contribuíram financeiramente com determinado valor, os que exerceram cargos em algum órgão partidário, os que possuem determinado grau de escolaridade, entre outros.

Tabela 5 - Quem pode ser candidato e grau de inclusão



Fonte: Freidenberg e López, 2001.

<sup>13</sup> Essas dimensões analíticas foram elaboradas a partir dos trabalhos de Rahat e Hazan, 2001; Billie, 2001; Gallagher e Marsh, 1988 e Freidenberg e López, 2001. Todos esses estudos apresentam uma série de perguntas sobre esse tema realizadas em outros contextos que, na medida do possível, foram incorporadas nesta construção analítica para examinar o caso brasileiro.

### ***2.3.2 - Condições para ser candidato a deputado federal no Brasil***

A observação do cenário partidário brasileiro revela que quem quer ser candidato a deputado federal deve cumprir, de um lado, os requisitos da regra eleitoral nacional<sup>14</sup> e, de outro, os que lhe impõe cada partido. A lei eleitoral estipula que todos os cidadãos têm o direito de eleger e, ao mesmo tempo, de serem eleitos para cargos de representação popular desde que preencham uma série de atributos: nacionalidade, idade (de 21 anos para deputado federal), não ter causas penais pendentes e ter filiação partidária na circunscrição por onde pretende concorrer. Esse último quesito é salientado no Art.9º: "Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir *domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo*" (grifos da autora).

Dessa forma, a lei eleitoral obriga que todas as candidaturas sejam registradas por meio dos partidos políticos, o que coloca o Brasil entre os poucos países na América Latina que dão o monopólio da representação política às organizações partidárias<sup>15</sup>. Em princípio, portanto, esse monopólio partidário, ao garantir o controle das lideranças sobre as oportunidades de acesso a postos para aspirantes a carreiras políticas, permite a seus dirigentes a imposição de lealdades e a manutenção das relações hierárquicas.

A legislação eleitoral (Lei 9504/97) também estipula no capítulo sobre as convenções para escolha de candidatos que "*As normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações serão estabelecidas no estatuto do partido, observadas as disposições desta Lei*" (Art. 7º). Já que são os partidos que formulam as regras de seleção de candidatos por meio de seus estatutos, é necessária sua observação para ver se existem mais restrições além daquelas ditadas pela lei.

No que diz respeito ao PFL, o estatuto dispõe que:

*"Art.8º - Para participar das Convenções e demais atos partidários, com direito a votar e ser votado, o eleitor deverá estar filiado ao PFL até cinco dias antes do evento, excluído o dia da sua realização."*

---

<sup>14</sup> Para a análise das regras eleitorais foram consultados o Código Eleitoral, Coleção Saraiva de Legislação. São Paulo: Saraiva, 2002, e a Constituição Federal de 1988.

<sup>15</sup> Na América Latina, apenas a legislação eleitoral de El Salvador e Equador, até 1996, apresentaram essa exigência (FREIDENBERG e LÓPEZ, 2001, p.167).

No entanto, para participar do processo de seleção dos candidatos a cargos públicos, vale a legislação eleitoral: o "Art.9º - Para concorrer a cargo eletivo o eleitor deverá estar filiado ao PFL no prazo estabelecido na legislação eleitoral vigente".

Já no PSDB, o estatuto informa que:

*"Art. 14 - São direitos dos filiados:*

*(...)*

*III - votar e ser votado para os órgãos do Partido;*

*§1º - Somente poderá votar e ser votado o filiado que contar, no mínimo, 6 (seis) meses de filiação, excetuados os casos de constituição do primeiro Diretório Municipal ou Zonal, ou nos de dissolução ou extinção de Diretório, quando poderá participar da convenção, convocada pela Comissão Provisória, com todos os direitos que lhe são atribuídos, o filiado que contar, no mínimo, com 30 dias de filiação".*

*(...)*

*§3º - Nenhum cidadão poderá ser escolhido como candidato do Partido a qualquer cargo eletivo se não estiver filiado, pelo menos, um ano antes da data fixada para a realização das eleições, majoritárias ou proporcionais".*

Como o PFL, o PSDB segue a legislação exigindo que os candidatos do partido sejam escolhidos entre seus membros que estejam filiados há pelo menos um ano.

O estatuto do PMDB não é diferente dos estatutos do PSDB e do PFL:

*"Art. 8º. São direitos dos filiados:*

*(...)*

*§2º. Somente poderá ser candidato a cargo eletivo o filiado que, na data da eleição, contar com no mínimo um ano de filiação partidária."*

No PP, a situação não é diferente:

*"Art. 74. Aos filiados ao Partido são assegurados os seguintes direitos partidários:*

*I - disputar, observadas as exigências da Constituição, da lei e deste Estatuto, cargo público eletivo e função partidária."*

Em contrapartida, no PT, as restrições vão além do que exige a legislação:

*“Art. 128: São pré-requisitos para ser candidato do Partido:  
estar filiado ao Partido, pelo menos, um ano antes do pleito;*

*a) estar em dia com a tesouraria do Partido;*

*b) assinar e registrar em Cartório o "Compromisso Partidário do Candidato Petista", de acordo com modelo aprovado pela instância nacional do Partido, até a realização da Convenção Oficial do Partido.*

*§ 1º: A assinatura do "Compromisso Partidário do Candidato Petista" indicará que o candidato está previamente de acordo com as normas e resoluções do Partido, tanto em relação à campanha quanto ao exercício do mandato.*

*§ 2º: Quando houver comprovado descumprimento de qualquer uma das cláusulas do "Compromisso Partidário do Candidato Petista", assegurado o pleno direito de defesa à parte acusada, o candidato será passível de punição, que poderá ir da simples advertência até o desligamento do Partido com renúncia obrigatória ao mandato”*

É importante salientar que o "*Compromisso Partidário do Candidato Petista*" é um documento criado pelo Diretório Nacional do PT, por meio do qual o partido estabelece normas, com abrangência nacional, para o comportamento do candidato durante a campanha e depois de eleito. Este documento é um bom exemplo dos meios elaborados pelos dirigentes petistas para fortalecerem o seu controle sobre as candidaturas e respectivas campanhas eleitorais e, também, sobre os quadros eleitos. Dentre outras regras, cabe chamar atenção para as seguintes condições: obriga todo candidato a contribuir financeiramente com o partido e a veicular a sigla do partido em seu material de campanha e ainda restringe o financiamento de campanha. Caso eleito, o documento reforça o caráter partidário do mandato, seja por meio do dever de submeter ao partido os nomes que irão compor o primeiro e segundo escalão do governo, seja por meio de formar uma “bancada coletiva”, no caso do Legislativo.

Como se vê, dentre os partidos analisados, o processo de seleção de candidatos do PT é o de maior exclusão, exigindo, além da filiação por um ano, contribuição financeira, compromisso programático e aprovação pela direção partidária ou apoio de parcela dos membros. Uma das explicações para esse padrão está na sua origem extra-parlamentar, mais vinculado a variados setores sociais, bem como ao seu perfil ideológico e à sua estratégia organizacional.

De acordo com estes dados, é possível classificar os principais partidos brasileiros em um ponto intermediário do intervalo “maior inclusão - maior exclusão”, tendendo mais para este segundo pólo devido às exigências encontradas no PT. Isso é o que mostra a Tabela 6.

**Tabela 6 - Requisitos para ser candidato segundo a Lei Eleitoral e os Estatutos Partidários**

maior inclusão ← → maior exclusão		
Todos os eleitores	Membros partidários (filiação)	Filiados com restrições internas
	PP PFL PMDB PSDB	PT

Fonte: elaboração própria a partir do Código Eleitoral e Estatutos Partidários.

### **2.3.3 - Quem escolhe os candidatos?**

A segunda dimensão a ser observada no processo de seleção partidária está vinculada ao *quadro de membros responsáveis pela escolha dos candidatos* (os selecionadores). A identificação do corpo que detém esse controle revela os vários processos de tomada de decisões intrapartidários e indica os tipos de relações existentes entre os membros e aderentes do partido. Assim, por exemplo, a seleção realizada por meio de eleições internas sinaliza um nível maior de inclusão dos membros nesse processo decisório, ao passo que a escolha realizada por um único dirigente mostra uma estrutura decisória fechada e mais rígida.

O exame dessa relação é fundamental, pois viabiliza um raciocínio teórico sobre os vínculos existentes entre os dirigentes partidários tanto com seus filiados quanto com os futuros representantes. Vários estudos têm avaliado esse aspecto por meio de um contínuo que representa os vários graus de inclusão da seleção. Dessa maneira, nos extremos, temos o caso dos candidatos escolhidos pelo líder do partido, que detém o monopólio da seleção e, do outro lado, a possibilidade de que a seleção seja realizada por meio das primárias, definindo, portanto, um nível máximo de participação. Estes são, evidentemente, os casos extremos que encontram pouca evidência no mundo real. Mesmo o caso dos partidos americanos, que adotam as primárias, não constitui um claro exemplo de sistema seletivo altamente aberto. De fato, o processo de nomeação ocorre por meio das primárias,

mas varia muito entre os estados, já que, em muitos casos, é a liderança partidária local que define a candidatura (EPSTEIN, 1980).

No que diz respeito às relações com os parlamentares, no caso em que a candidatura é definida por um único líder, supõe-se que haja maior disciplina interna, já que o aspirante depende mais dos dirigentes para conseguir uma candidatura. O contrário pode ser observado nos ambientes em que a nomeação depende mais dos votantes, embora o aparato partidário mantenha-se controlando a estrutura de oportunidades.

Neste artigo, os métodos usados para selecionar os candidatos são classificados conforme o grau de inclusão<sup>16</sup>. Em um extremo do contínuo situa-se o mecanismo com o mais alto nível de inclusão, enquanto no outro extremo é somente um líder que seleciona. Entre esses dois extremos podemos identificar diversos mecanismos com variados níveis de participação. Assim, de acordo com o nível de inclusão verificado, temos um determinado tipo de controle do processo de escolha (Tabela 7).

Para termos maior clareza sobre quem e como são designados os candidatos, examinamos também os procedimentos usados nessa seleção. Esses *métodos* podem ser *por votação* envolvendo todos os filiados, somente os militantes, ou envolvendo ambos, ou *por indicação* (nomeação). Segundo Rahat e Hazan (2001), estamos diante de um procedimento de votação quando o processo de seleção utiliza o voto para decidir quem será o candidato e qual sua posição na lista. Para isso, esse sistema requer que o candidato seja escolhido apenas pelo voto, o que significa que não pode haver um acordo sobre uma lista. Ademais, os resultados devem ser legitimados por divulgação oficial. Ainda de acordo com esses autores, uma candidatura é definida por um sistema de nomeação quando são as lideranças do partido que indicam os candidatos que comporão a lista partidária.

**Tabela 7 - Quem e como escolhe os candidatos, segundo o grau de inclusão**

Maior inclusão/sistema de votação		Menor inclusão/ sistema de nomeação		
Eleitorado (Internas abertas)	Filiados do partido (Internas fechadas)	Seleção por órgão colegiado	Seleção por órgão executivo	Liderança partidária

Fonte: Freidenberg e López, 2002.

---

<sup>16</sup> Essa classificação segue orientação dos trabalhos de Rahat e Hazan (2001) .

### ***2.3.4 - Quem (e como) escolhe os candidatos a deputado federal nos principais partidos do estado de São Paulo?***

O exame da dimensão **quem realiza a escolha** dos candidatos proporcionais e por quais sistemas de designação deve ser feito considerando, particularmente, variáveis endógenas aos partidos. Isso porque a legislação eleitoral confere autonomia às organizações partidárias para definir suas regras internas no que tange a essa questão. Ademais, a lei estabelece mecanismos específicos para a escolha e/ou homologação das candidaturas, que são as convenções, assim como dita os prazos máximos para sua realização e registro dos candidatos nos órgãos oficiais da justiça eleitoral<sup>17</sup>.

Os estatutos do PFL, PP, PMDB e PSDB não diferem muito sobre quem escolhe os candidatos do partido. É a convenção partidária estadual que homologa as chapas neles apresentadas. A observação da dinâmica das suas convenções para as eleições de 2006 revelou que há diferenças importantes entre eles no que diz respeito à participação dos filiados nesse processo de seleção. Com relação ao PP e ao PFL, a convenção funciona apenas como ato simbólico, onde a lista partidária é homologada pelos presentes sem que haja menção dos componentes e mesmo sem qualquer discussão sobre possíveis nomes a serem incluídos na lista previamente elaborada por seus dirigentes. Trata-se, portanto, de um sistema de nomeação puro, ou seja, os candidatos integrantes das listas do PP e do PFL não passam por um processo de aprovação, configurando processos mais exclusivos.

Outro indicador que reforça o caráter restritivo do processo nesses dois partidos é que não houve, anteriormente à convenção, eleições internas para a escolha dos convencionais ou mesmo para os cargos internos. As atuais direções permanecem nas atuais posições desde a formação do partido, com um ou outro quadro sendo remanejado, outro incluído ou mesmo substituído.

Já no que diz respeito ao PMDB e ao PSDB, a participação dos filiados nas convenções e, portanto, na homologação da chapa partidária se dá de maneira mais ampla. Nesses dois partidos, embora a lista partidária também já chegue fechada na convenção, ou seja, não haja nenhuma discussão com a massa dos convencionais na sua montagem, esses participam do processo de homologação aprovando ou não a lista de candidatos previamente escolhida pela cúpula do partido. Em função disso, estamos também diante de um sistema de indicação, embora relativamente mais inclusivo, uma vez que é acompanhado por um processo de aprovação dos delegados. Esse processo de consulta ao convencional parece, em última análise, que acaba restringindo em algum grau a margem de

---

<sup>17</sup> Sobre as convenções partidárias, ver o artigo 7 e prazo para a realização das mesmas no artigo 8 da Lei Eleitoral de nº 9.504, de 30/9/1997.

manobra dos líderes organizativos, o que implica esforços contínuos de sua parte para manter e ampliar o número de adeptos sob sua influência. Normalmente, outras questões relacionadas às estratégias eleitorais são colocadas na cédula de votação para o convencional se posicionar. Pode, por exemplo, haver consulta sobre a realização ou não de coligações com determinados partidos para os cargos majoritários e proporcionais.

Com relação aos dispositivos formais, a grande diferença aparece no documento do PT. Embora o resultado final do processo de seleção dos candidatos petistas somente seja conhecido na convenção estadual (no chamado *Encontro*), seu estatuto prevê o início dessa atividade de escolha no momento das indicações realizadas por diversas instâncias do partido. Isso fica explícito no artigo 129:

*“Art. 129: A Comissão Executiva da instância de direção correspondente somente examinará pedido de indicação à pré-candidatura se vier acompanhado de assinaturas ou votos favoráveis de no mínimo:*

***B - ao cargo de deputado federal:***

- B. a. - 1/3 dos membros do Diretório Estadual; ou*
- B. b. - 5% das Comissões Executivas Municipais; ou*
- B. c. - 1% dos filiados no Estado; ou*
- B. d. - Encontro Setorial Estadual ou Nacional.”*

O PT, por meio de seu estatuto, garante, por um lado, que amplos setores do partido participem desse processo indicando seus quadros e, por outro, procura garantir que seus candidatos possuam alguma representatividade junto ao conjunto dos filiados, valorizando de alguma forma a democracia interna. Embora haja formalmente essa preocupação, ao longo das outras etapas, um grupo mais restrito de lideranças mantém maior controle do processo. Conforme observação desse processo in loco, após a fase das indicações, os nomes são apresentados e registrados no Diretório Estadual e após seu registro, a Secretaria de Organização do partido (SORG) inicia um processo de consulta pessoal às pré-candidaturas indicadas pelo maior número de diretórios municipais. Feita esta consulta, os nomes favoráveis à sua indicação são acatados pelos dirigentes do partido.

Mas, além disso, no caso de uma determinada candidatura não se mostrar viável ou eventualmente representar um setor da sociedade civil ou uma região do estado que possua outras lideranças mais influentes, inicia-se um período de “negociações” em torno de alguns nomes. Ademais, vale ressaltar que, caso a procura por legenda exceda o limite legal ou idealizado pelo partido, fica a cargo da Comissão Eleitoral efetuar os devidos cortes e propor uma chapa que será ratificada ou alterada mediante apreciação do Encontro Estadual. A formação dessa comissão

eleitoral segue a proporcionalidade dos membros do Diretório Estadual, ou seja, os grupos internos que estão representados na executiva estadual (23 membros) indicam os nomes para a composição dessa comissão, podendo coincidir ou não com os nomes que compõem a executiva estadual. A chapa proposta pela comissão eleitoral será votada pelos delegados no encontro estadual através de uma lista contendo os nomes que a comissão sugeriu e os nomes que estariam pleiteando a legenda para concorrer às eleições. Neste último caso, haverá a abertura do plenário para defesa das novas candidaturas e votação de cada caso.

Assim, mesmo no caso do PT, onde há um processo de seleção mais inclusivo, na convenção predomina um sistema de nomeação apenas aparentemente mais ampliado, pois o voto do delegado é para uma lista de candidatos, embora possa haver a inclusão de novos nomes durante o sistema de aprovação. No entanto, dificilmente isso ocorre em função da lista petista também ser nomeada, o que garante que a sua composição seja controlada para dar conta tanto dos grupos de poder internos, quanto de certa imagem do partido junto ao eleitorado.

Uma outra questão que deve ser examinada diz respeito a quem pode participar das convenções e como ocorre sua escolha. No que tange ao processo de escolha dos convencionais, observam-se diferenças entre as instâncias partidárias. Na esfera local, os participantes são escolhidos por todos os filiados e nos outros casos os membros são selecionados por delegados das instâncias inferiores. Para isso, o membro precisa ter de seis meses, no caso do PP, PMDB e PSDB, a um ano de filiação, no caso do PT.

Entre os componentes das convenções do PP, PFL, PMDB e PSDB estão os membros dos diretórios em cada nível e os Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Presidentes e líderes da Câmara e do Senado, o Presidente da República, Governadores e Prefeitos. É interessante observar a importância dos detentores de cargos eletivos sobre a escolha dos próximos candidatos nesses partidos. Nesse sentido, no PP, PFL, PMDB e PSDB, os deputados podem participar em mais de uma instância, isto é, são membros efetivos das convenções nas esferas nacional, estadual ou municipal. No PP, pode haver voto cumulativo, isto é, um membro pode votar na convenção estadual enquanto delegado municipal, enquanto Deputado Federal e enquanto líder da Câmara (tendo direito, portanto, a três votos).

Já no caso do PT, os selecionadores dos candidatos são desde os filiados aos diretórios municipais, com suas indicações preliminares, passando pelos membros da Comissão eleitoral estadual, até os delegados eleitos para os Encontros (convenções petistas). Neste partido, participam também dos encontros os membros dos respectivos diretórios, os membros dos diretórios estaduais e

nacional, filiados no município e os detentores de cargos eletivos em cada nível, embora sem direito a voto.

Outro ponto que diferencia os partidos diz respeito à forma da convocação dos filiados para as convenções. A questão da convocação tem a sua relevância, pois uma vez que não seja atingido o quorum mínimo para a convenção (em torno de 20% do número de membros efetivos do diretório, num mínimo de 20 filiados, podendo variar), é possível a dissolução do diretório e a instalação de uma comissão provisória nomeada pelo diretório regional. O exame dos estatutos revela que elas ocorrem de modo mais ou menos restritivo. No PMDB, por exemplo, o artigo 26 diz o seguinte:

*“Art. 26. O ato de convocação das Convenções e Diretórios deverá atender aos seguintes requisitos:*

*I - Publicação de edital na imprensa oficial da circunscrição eleitoral respectiva, quando existente, e afixação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, na sede do Partido, se houver, e nos cartórios eleitorais ou na Câmara de Vereadores.*

*II - Notificação pessoal, sempre que possível, no prazo de 8 (oito) dias, àqueles que tenham direito a voto;*

*III - designação do lugar, dia e hora do início e término da reunião, indicação da matéria incluída na pauta e objeto de deliberação.”*

Como se vê, no PMDB, o filiado deve ser notificado pessoalmente da data da convenção. No entanto, essa convocação acontece “sempre que possível”, revelando que a relação entre o filiado e os dirigentes se dá por meios muito vagos. Poranto, a quantidade dos filiados deste partido que participa da convenção depende de seu interesse em procurar, nos devidos locais de divulgação, o edital de convocação para participar desse processo.

O PFL, PP e PSDB apresentam um processo muito próximo ao observado no PMDB; a única diferença diz respeito ao prazo em que a convocação deve ser feita.

No caso do PT, em contrapartida, a convocação é bem mais direta e ocorre, como já vimos em seção anterior, no PED - Processo das Eleições Diretas, criado em 2001 pelo auto-denominado “Campo Majoritário”. Isso fica evidente no artigo 36 do estatuto petista:

*“Art. 36: As urnas deverão ser instaladas em locais conhecidos, previamente designados e de fácil acesso, em quantidade suficiente para garantir a proximidade do domicílio do filiado e o exercício do voto.*

*§ 1º: Não será permitida a existência de urnas volantes.*

*§ 2º: Os locais de votação devem ser indicados e amplamente divulgados pela comissão eleitoral a que se refere o artigo anterior até 30 dias antes do pleito.*

*§ 3º: O filiado deverá votar no local designado por seu respectivo Diretório Zonal ou Municipal.*

*Art. 37: Antes da realização das eleições diretas, obrigatoriamente, deverão ser realizadas plenárias ou debates para a discussão da pauta, com ampla divulgação a todos os filiados, observadas as seguintes normas:*

- a) Na eleição da direção nacional será obrigatória a realização de debates entre os concorrentes em todas as Capitais do país;*
- b) na eleição das direções estaduais será obrigatória a realização de debates em todas as cidades-pólo;*
- c) na eleição das direções municipais será obrigatória a realização de debates em todos os zonais, quando se tratar de Diretórios com zonais, e nos principais bairros, quando se tratar de Diretórios sem zonais”.*

No PT, há a preocupação de que o processo de escolha ocorra perto da residência do filiado e que seja acompanhado de debates e plenárias, o que contribui para uma vida partidária mais intensa. Isso implica também que haja maior participação dos seus membros nos principais momentos decisórios do partido.

A partir de todas essas questões discutidas nesta segunda dimensão, é possível classificar o PMDB e o PSDB na zona “Seleção por órgão Executivo do partido”; já o PP e o PFL situam-se na zona “Seleção por líder partidário” e o PT, como há o envolvimento de diversos membros do partido com graus variados de influência nesse processo, está situado na zona “seleção por órgão colegiado”. No entanto, no que se refere ao processo de escolha dos convencionais (selecionadores, em última instância, no PMDB, PSDB e PT), estes são designados por outros delegados, o que torna essa atividade mais exclusiva e, mais uma vez, os grupos dirigentes com maior delegação têm grande poder no resultado final. Já no PP e no PFL, os líderes partidários, incluindo parlamentares mais orgânicos, detêm total controle sobre a seleção dos candidatos e, portanto, também sobre o acesso à lista partidária, caracterizando-se, então, como os partidos mais fechados à participação popular. Apesar dessas diferenças quanto à dimensão dos selecionadores, com relação ao sistema de designação, todos os partidos examinados utilizam o mecanismo de indicação, embora tenham sido identificados

graus variados de aprovação e, conseqüentemente, de participação dos militantes (convencionais) em cada partido. Isso é o que mostra a Tabela 8:

**Tabela 8 - Quem e como escolhe os candidatos à Câmara dos Deputados e o grau de inclusão**

← Maior Inclusão/sistema de votação      Menor inclusão/sistema de nomeação →				
Eleitorado (internas abertas)	Filiados (internas fechadas)	Seleção por órgão Colegiado do partido	Seleção por órgão Executivo do partido	Líder partidário
		PT	PMDB PSDB	PP PFL

Fonte: elaboração própria a partir do Código Eleitoral, Estatutos Partidários e observação das Convenções dos respectivos partidos.

Vimos que os partidos examinados controlam o processo de seleção por diversos meios. Dentre os mecanismos identificados estão o método de formação da lista, isto é, por indicação e não por votação. Além desse sistema, vimos que a forma de convocação para as convenções, a possibilidade de intervenção dos diretórios de instância superior sobre as inferiores e a criação de comissões provisórias e interventoras (no caso do PMDB) são outros mecanismos utilizados pelos dirigentes partidários para garantir seu controle sobre os resultados deste processo de seleção. Observa-se que, diferentemente do que defende Mainwaring (1999), os alegados incentivos (o sistema eleitoral e a lista aberta) não têm promovido as conseqüências deletérias à imagem dos partidos. Ao contrário, os partidos mantêm alto controle sobre o processo de seleção de candidatos e ao acesso à lista partidária, embora com graus distintos de estruturação. Dessa maneira, seus dirigentes partidários vêm agindo estrategicamente para diminuir a incerteza eleitoral e garantir a sobrevivência do partido no sistema político. Além da preocupação com o ambiente externo, em partidos em que a disputa interna é muito acirrada (como, por exemplo, o PSDB e o PT), a centralização do processo de seleção é resultado da ação das lideranças no sentido de preservar a linha de autoridade intrapartidária, o que implicará no controle de outros recursos vitais para a estabilidade organizativa e, conseqüentemente, para aumentar as chances de eleger seus candidatos nos distintos níveis de competição.

## Considerações Finais

O objetivo central deste artigo foi examinar o modo como os principais partidos no estado de São Paulo escolhem seus candidatos à Câmara dos Deputados e investigar o grau de controle que as lideranças partidárias têm sobre esse processo. Foram identificados os tipos de mecanismos que são utilizados analisando-se três dimensões analíticas: *quem pode ser candidato, quem e como seleciona os candidatos partidários*. Nesta última dimensão, acrescentamos o tipo de sistema de seleção, se por votação ou indicação.

A análise das dimensões e da sua combinação mostrou que o processo de seleção de candidatos tende para o pólo da exclusão. A afirmação pioneira de um dos brasilianistas mais críticos dos partidos brasileiros, o estudioso Mainwaring (1991 e 2002), de que o processo de seleção de candidatos no Brasil envolveria grande participação popular e pouco controle por parte das lideranças partidárias, não têm, portanto, lastro empírico.

A investigação dos estatutos e dos resultados de convenções mostra que a participação no nível local não é tão intensa e que as lideranças possuem diversos mecanismos para restringir essa participação, desde a convocação para as convenções, limitada a poucos membros, até a intervenção em diretórios e a nomeação de comissões provisórias. E, sobretudo, os dirigentes têm assento cativo nas instâncias partidárias responsáveis pela seleção. Mesmo o PT, partido onde, formalmente, há maior abertura para o envolvimento dos filiados nesse processo, é a organização que impõe o maior número de requisitos para ser candidato. Neste aspecto é, pois, o processo mais restritivo. Vimos também que há um núcleo de lideranças na etapa final dessa atividade partidária que acaba controlando as nomeações para deputado federal. Esses mecanismos mostram que os principais partidos têm papel crucial na dinâmica de representação na jovem democracia brasileira.

Em futuros trabalhos, continuaremos analisando os processos de decisão dos partidos juntamente com o exame de outras dimensões analíticas e outras relações, particularmente as que se referem ao comportamento dos políticos e respectivos partidos no Legislativo. Finalmente, é importante ressaltar, dadas as constatações do presente estudo, que o exame da dinâmica interna dos partidos é uma condição crucial para que a pesquisa sobre o funcionamento da nossa democracia representativa possa avançar.

### Referências Bibliográficas

AMES, B. "Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation". *American Journal of Political Science*, vol.39, nº2, p.406-33, 1995.

BILLIE, L. "Democratizing a Democratic Procedure: Myth or Reality?" *Party Politics*, vol.7, nº3, 2001.

BRAGA, M. S. S. *O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de Competição Política 1982-2002*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2006.

BRAGA, M. e PRAÇA, S. Recrutamento Partidário: Seleção de Candidatos à Câmara dos Vereadores paulistana In: BRAGA, M. S. e KINZO, M. D'Alva (orgs.). *Eleitores e Representação Partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas/CNPQ, 2007.

CAREY, J. M. e SHUGART, M. S. "Incentives to Cultivate a Personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas". *Electoral Studies*, vol.14, nº4, p.417-439, 1995.

CROZIER, M. e FRIEDBERG, E. *L'acteur et le système*. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

DUVERGER, M. *Os Partidos Políticos*. São Paulo: Zahar, 1970.

\_\_\_\_\_. *Les Constitutions de La France*. Paris: Presses Universitaires, 1971.

EPSTEIN, L. *Political Parties in Western Democracies*. New Brunswick, N. J.: Transaction, 1980.

FREIDENBERG, F. e LOPES, F. S. "Como se escolhe um candidato a Presidente? Regras e Práticas nos partidos políticos da América Latina". *Opinião Pública*, Campinas, vol.8, nº2, p.158-88, 2001.

GALLAGHER, M. and MARSH, M. (eds). *Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics*. London: Sage, 1988.

GUARNIERI, F. *Partidos, Seleção de Candidatos e Comportamento Político*. Dissertação de Mestrado. DCP-USP, 2004.

HOPKIN, J. "The Emergence and Convergence of the Cartel Party: Parties, State and Economy in Southern Europe". Paper prepared for panel on 'The New Political Economy of European Political Parties' at the Conference of Europeanists, Chicago, 2002.

KATZ, R. S. "The Problem of Candidate Selection and Models of Party Democracy". *Political Studies*, vol.7, nº3, p.277-296, 2001.

\_\_\_\_\_. *A Theory of Parties and Electoral System*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1980.

KATZ, R. e MAIR, P. (eds). *How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies*. London: Sage Publications, 1994.

\_\_\_\_\_. "Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party", *Party Politics*, vol.1, 1995.

KEY, V. O. *American state politics: an introduction*. New York: Knopf, 1956.

KINZO, M. D'Alva. *Oposição e Autoritarismo: Gênese e Trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1988.

\_\_\_\_\_. *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer, 1993.

LAMOUNIER, B. Prefácio. In: LAVAREDA, A. *A Democracia nas urnas*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

\_\_\_\_\_. A democracia brasileira de 1985 à década de 90: a síndrome da paralisia decisória. In: VELLOSO, J. P. dos Reis (Org.). *Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

\_\_\_\_\_. Estrutura Institucional e Governabilidade na década de 1990. In: VELLOSO, J. P. dos Reis (Org.). *O Brasil e as reformas políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

LIMA, Jr. O. B. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos Anos 80*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

LIMONGI, F. Institucionalização Política. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

MAINWARING, S., O'DONNELL, G. e VENEZUELA, S. J. (eds.) *Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspective*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1992.

MAINWARING, S. e SCULLY, T. R. (eds.). *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MAINWARING, S. "Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais – O Brasil numa Perspectiva Comparada". *Novos Estudos*, CEBRAP, nº29, 1991.

\_\_\_\_\_. "A democracia presidencialista multipartidária: o caso Brasil". *Lua Nova*, nº28-29, p. 21-74, 1993.

\_\_\_\_\_. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. *Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

\_\_\_\_\_. "Os objetivos dos partidos sob regimes autoritários eleitorais ou democracias frágeis: jogo em duas frentes". *Revista Civitas*, Porto Alegre, vol.2, nº2, p.249-272, 2002.

MAIR, P. e KATZ, R. *How Parties Organize*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

MAIR, P. e BIEZEN, I. V. "Party Membership in Twenty European Democracies, 1980-2000". *Party Politics*, vol.7, nº1, 2001.

MELHEM, C. S. *Política de Botinas Amarelas: O MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MENEGUELLO, R. Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994. In: DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PANEBIANCO, A. *Modelos de Partidos*. Madri: Fundo de Cultura Econômica, 2005[1992].

PENNINGS, P. e HAZAN, R. Y. "Democratizing Candidate Method Selection: Causes and Consequences". *Party Politics*, vol.7, nº3, 2001.

RAHAT, G. e HAZAN, R. Y. "Candidate Selection Methods An analytical framework". *Political Studies*, vol.7, nº3, p. 297-322, 2001.

RANNEY, A. "Candidate Selection". In: BUTLER, D.; PENNIMAN, H. and RANNEY, A. (eds). *Democracy at the Polls: a comparative study of competitive national elections*. Washington DC: American Enterprise Institute of Public Research, 1981.

SAMUELS, D. "Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil". *Dados*, vol.40, nº3, Rio de Janeiro, 1997.

SANTOS, A. M. "Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento Parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)". Tese de doutorado. UFRGS, 2000.

SARTORI, G. *Parties and Party Systems*. New York: Cambridge University Press, 1976.

SCHATTSCHNEIDER, E. E. *Party Government*. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1941.

SCHLESINGER, J. *Political Parties and the winning of office*. Ann Arbor: The University Michigan Press, 1991.

TAVARES, J. A. G. *Reforma Política e Retrocesso Democrático: agenda para Reformas pontuais no sistema eleitoral e partidário brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

---

Maria do Socorro Souza Braga - socorros@ufsc.br

Recebido e aprovado para publicação em agosto de 2008.

# *Elite empresarial: recrutamento e valores políticos*

## *(Paraná, 1995-2005)*

---

**Paulo Roberto Neves Costa**

Departamento de Ciências Sociais  
Universidade Federal do Paraná

**Ícaro Gabriel da Fonseca Engler**

Graduando em Ciências Sociais  
Universidade Federal do Paraná

---

**Resumo:** Este artigo analisa algumas particularidades dos valores políticos da elite empresarial, aqui considerada como uma elite política, e de sua articulação com outras variáveis socioeconômicas, tomando como objeto o Paraná, entre 1995 e 2005. Através da aplicação de um questionário, foram levantadas informações sobre a origem social, a trajetória política e os valores políticos relacionados à democracia dos presidentes de entidades de representação do empresariado paranaense. Verificamos que este grupo é não apenas homogêneo em relação a aspectos socioeconômicos, como também coeso em relação aos valores relacionados à democracia, o que não significa a inexistência de diferenças e divergências. Neste sentido, a consideração dos valores políticos desta elite empresarial e não apenas de seus aspectos socioeconômicos contribuiu para a compreensão de suas características, bem como das vias de acesso a esta elite.

**Palavras-chave:** elites empresariais; elites políticas; cultura política; democracia; Paraná.

**Abstract:** This article analyzes some of the specificities of the political values of the entrepreneurial elite and its articulation with other socio-economic variables. This study centers on the state of Paraná, in the years between 1995 and 2005. With the application of a survey, we were able to collect information on the social background, the political trajectory and the political values of the presidents of some of the most important entities for the representation of entrepreneurs in that state. Besides the variables that relate to the recruitment of this elite, we also noted a rather strong cohesion in regards to democratic values, which does not mean the inexistence of diverging views, however. Therefore, the study of the political values of the entrepreneurial elite makes it possible to better comprehend some important characteristics of this social group, namely its views on democracy and democratic institutions.

**Keywords:** entrepreneurial elites; political elites; political culture; democracy; Paraná.

## Introdução<sup>1</sup>

O estudo dos valores políticos, relacionados à democracia, de um grupo que exerce a representação política de uma classe social caracterizada pela propriedade ou pelo controle do capital exige que se façam algumas observações iniciais.

As atitudes e os valores democráticos dos grupos sociais ou do conjunto da sociedade já há muito tempo fazem parte da agenda de pesquisa sobre o desenvolvimento e as bases das modernas democracias. Apesar da polêmica sobre a relação entre sociedade, cultura política e democracia<sup>2</sup>, subsiste a convicção de que tal estudo traz importantes contribuições para compreender os regimes democráticos, seu funcionamento e seu futuro. Em geral, a preocupação dos estudiosos volta-se para o conjunto da sociedade ou dos eleitores, ficando em segundo plano pesquisas mais aprofundadas sobre aqueles grupos menores e que ocupam posições privilegiadas na distribuição e ocupação dos espaços de poder, os quais, genericamente, podem ser chamadas de *elites políticas*.

Mas, por um lado, o estudo clássico de Almond e Verba (1989) já enfatizava a importância de verificar não apenas as atitudes dos cidadãos comuns mas das elites políticas da sociedade. Inglehart (1988), por sua vez, sugere a importância de considerar não apenas os aspectos econômicos e políticos do que chama de “burguesia”, mas também seus aspectos culturais, suas atitudes e valores, dado que a modernização das relações de ordem econômica não pode prescindir de uma cultura política favorável à democracia para o seu sucesso, sugerindo, assim, a importância de estudos voltados para este grupo específico. Dahl enfatiza a relação de consequência entre as crenças e as ações políticas dos “ativistas políticos” e coloca a possibilidade de estas afetarem, positiva ou negativamente, a construção da poliarquia, acrescentando que a idéia de que tais crenças impactam os regimes é tão problemática quanto útil. Embora a questão da ação política ultrapasse os nossos objetivos, observamos que Dahl também defende a necessidade de avaliar o que os grupos mais ativos politicamente pensam sobre a democracia (DAHL, 1997).

Putnam também sugere questões importantes para pensar a relação entre os valores das elites e a democracia. Para este autor, há um condicionamento das opiniões das elites pelas características dos grupos aos quais pertencem, e a

---

<sup>1</sup> Os dados aqui utilizados fazem parte dos resultados da pesquisa *Quem governa? Mapeando as elites políticas e econômicas no Paraná contemporâneo*, realizada pelo Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da UFPR. Tal pesquisa resultou na publicação de um livro (PERISSINOTTO et al, 2007). Agradecemos aos estudantes pesquisadores do Núcleo pelo trabalho de realização das entrevistas. Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no 31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2007. Pela assessoria no tratamento estatístico dos dados, agradecemos a Emerson Cervi, que em nada é responsável pela forma de sua obtenção, nem pelas questões e inferências que, a partir deles, são aqui apresentadas. Agradecemos também a(o) parecerista que avaliou este artigo pelas suas importantes observações.

<sup>2</sup> Por exemplo, ver Przeworski, Cheibub e Limongi (2003).

condição de elite diz respeito mais ao grupo social representado do que ao poder de decisão frente ao conjunto da sociedade e o Estado. Putnam entende que não se pode reduzir a questão da elite à capacidade final de decisão, pois o poder se dá de forma difusa ao longo do processo decisório. Assim, a utilidade do estudo das elites, mesmo quando não possibilita inferências imediatas sobre este processo, permite o aprimoramento das estratégias de análise da ação e da participação dos grupos sociais subjacentes neste processo (PUTNAM, 1976)<sup>3</sup>.

Bishin, Barr e Lebo (2006) afirmam que, embora o suporte das elites à democracia e sua satisfação com este regime sejam muito importantes para a sua consolidação na América Latina, pouco se sabe sobre o que elas entendem por democracia. Deste modo, é necessário ir além da questão do grau de adesão a este regime político.

Há estudos mais recentes sobre empresariado e democracia que se aproximam da problemática que pretendemos desenvolver neste trabalho. Durand (2002) analisou a posição da elite empresarial no contexto do governo Fujimori no Peru. Entre outras fontes, entrevistou, ao longo de um ano, vinte presidentes e diretores das principais associações e conglomerados<sup>4</sup>. Embora não seja sua questão central, Durand atribui importância à concepção de democracia entre os empresários e chama a atenção para a necessidade de, em um estudo sobre este aspecto, articulá-la à análise de suas formas concretas de ação<sup>5</sup>.

A este respeito, em obra que pretende analisar a relação entre empresários e democracia no contexto da transição à democracia na América Latina, Bartell e Payne enfatizam a falta de pesquisas empíricas que busquem explicar as atitudes políticas e o comportamento dos líderes empresariais, chamados de “business leaders” ou “business elite”, e questionam as caracterizações do poder, da ação, das atitudes e dos comportamentos dos empresários na literatura, em especial naquele contexto. Enfim, os autores analisam as razões subjacentes ao apoio do “business” à democracia e as possibilidades dos seus interesses nela serem atendidos (BARTELL e PAYNE, 1995).

Ainda que fique evidente a importância da questão central do presente artigo, quando nos propomos a estudar os valores políticos democráticos daqueles que assumem postos de representação política de um grupo econômica e

---

<sup>3</sup> Além disso, segundo o autor, Mills já enfatizava a importância da ocupação tanto dos cargos quanto das próprias instituições para o exercício do poder (PUTNAM, 1976). Isso é interessante para justificar a importância dos presidentes das entidades de representação empresarial enquanto elite política de um dado grupo social. Retomaremos estas questões mais adiante.

<sup>4</sup> As associações representavam indústria, mineração e energia, exportação e importação e bancos. Das corporações, foram contemplados os CEOs dos quatro maiores conglomerados do país e diretores de corporações multinacionais e das principais firmas de consultoria (DURAND, 2002).

<sup>5</sup> Nossa pesquisa tem outra semelhança em relação ao trabalho de Durand, qual seja, a de não se restringir ao setor industrial, como ocorre nos diversos trabalhos de Diniz e Boschi (por exemplo, 2004 e 2007) e de Payne (1994 e 1995).

socialmente importante como o empresariado, algumas questões ainda ficam abertas, tais como: a própria localização e a caracterização deste grupo, aqui entendido como uma *elite*, e do seu recrutamento; o processo de representação política e, por fim, a articulação entre o poder econômico e o poder político.

Em geral, quando se fala em *elite*, pensa-se principalmente no critério do *poder*. Isso significaria que, em termos de uma elite cuja característica é pertencer ao grupo dos que exercem importantes atividades econômicas, estaríamos nos referindo àqueles que possuem *grande poder econômico*. Para os nossos objetivos, o problema deste recorte é reduzir a questão do poder à propriedade e ao controle de meios de produção e deixar de lado questões igualmente complexas e relevantes, em especial aquelas relacionadas às idéias, à ação e à representação políticas.

O trabalho de Pahl e Winkler sobre a “economic elite” na Europa ilustra nossas proposições. Os objetivos dos autores são, de um lado, apreender as implicações para as “teorias macro-sociológicas das elites” de um estudo sobre os diretores de companhias, verificando a forma como os diretores concebem e resolvem o seu papel na empresa, e, de outro, discutir as elites e o poder na sociedade em geral (PAHL e WINKLER, 1974). Para estes autores, Marx e Weber teriam indicado que o elemento essencial do conceito de elite econômica na sociedade capitalista seria o “poder de mercado”, entendido como “...o controle sobre a *distribuição* dos recursos econômicos, o poder de empregar recursos ou retirá-los, de acordo com seus próprios interesses e preferências” (tradução nossa). Enfim, o recurso fundamental seria o capital e o objeto considerado pela pesquisa restringir-se-ia aos *executivos*, ou seja, àqueles que desempenham papel fundamental no processo decisório interno à empresa.

O problema desta perspectiva é não levar em conta aspectos da própria sociologia de Marx e Weber, a despeito de suas diferenças, para a análise da “burguesia”. Embora pertinente e sociologicamente interessante, a questão e o tipo de recorte do objeto utilizados por Pahl e Winkler restringem o que chamam de “elite econômica” àqueles que atuam no interior das grandes empresas. Ficam, assim, de lado outros aspectos relevantes e muitas vezes cruciais para a compreensão não só das elites como também dos grupos sociais a elas subjacentes, a saber, os valores políticos e as formas de ação política.

Deste modo, estão ausentes deste enfoque sobre a “elite econômica” as questões relacionadas, para além do econômico, ao poder político, o que implica também em desconsiderar a análise de muitos agentes do próprio empresariado cuja relevância pode até se dar menos por aspectos econômicos do que por fatores políticos<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Para os nossos objetivos, isso é importante por que este recorte utilizado por Pahl e Winkler também está presente nos estudos pioneiros da sociologia do empresariado no Brasil. Ver Cardoso (1964) e Martins (1968).

Mas, um estudo sobre uma *elite econômica* estritamente a partir do atributo da propriedade ou da capacidade de gerenciar grandes empresas deixaria de lado exatamente uma questão fundamental da constituição do grupo do qual se estabelece uma *elite*, em especial quando se trata de democracia, ou seja, os valores políticos, a ação e a representação política. Dessa forma, a questão do poder político deve ser colocada em relação a dois tipos de capacidades por parte dos membros desta *elite*: a de se constituir como o dirigente mais importante de uma instituição de representação de interesses empresariais e, em função desta condição, a de exercer algum tipo de *influência* sobre os órgãos e centros de decisão política do Estado. Significa, portanto, poder *para fora* das empresas, independentemente da posse ou do controle sobre o grande capital. É neste sentido que aqui, de um lado, está sendo usado o conceito de *elite empresarial* e, de outro, recortado o nosso objeto, que considera os presidentes de entidades de representação do empresariado.

Porém, antes de detalhar este conceito, no âmbito dos objetivos deste artigo, convém tratar brevemente da literatura brasileira correlata a este assunto. Não cabe aqui fazer uma revisão dos estudos sobre “elites econômicas”, “elites empresariais” ou “empresariado”, mas apenas notar a já conhecida flutuação, e algumas vezes imprecisão teórica e metodológica, que marca o uso destas expressões, nem sempre possuidoras de um estatuto de conceito<sup>7</sup>.

Como exemplo, podemos mencionar os estudos de Diniz e Boschi sobre o empresariado industrial no Brasil (por exemplo, 2000 e 2004) que utilizam a expressão “elites empresariais”, bem como o de Loureiro e Olivieri (2002), que consideram como “elite econômica” o empresariado industrial e os dirigentes governamentais encarregados das áreas de gestão da economia, ou também o conceito de “elites orgânicas” e “elites empresariais” de Dreifuss (1981) e seu uso por Gros (2002).

Mas, para os nossos objetivos, interessa destacar que os trabalhos pioneiros de Cardoso (1964 e 1967) e Martins (1968) tiveram um papel importante não apenas para a análise sociológica deste grupo social mas também para a indicação de variáveis importantes para seu estudo enquanto um tipo de *elite*, embora não os tenham explorado em todas as suas implicações. Destas análises, podemos destacar alguns aspectos de natureza metodológica que são interessantes para os nossos objetivos<sup>8</sup>. Além da utilização do survey como instrumento de coleta de dados, em seu estudo sobre o que chama de elites empresariais latino-americanas,

---

<sup>7</sup> Esta é, por exemplo, a constatação de Cruz (1995).

<sup>8</sup> Deve-se considerar que os autores possuem pretensões muito mais amplas e complexas do que as nossas, ou seja, analisar a constituição deste grupo no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na América Latina, e que tendem a reduzir esta questão, ainda que tratada criticamente em relação ao uso dos modelos europeu e schumpeteriano para pensar as particularidades deste grupo, às “elites industriais” e seu papel no interior da empresa.

Cardoso mobiliza, de um lado, variáveis como a ocupação do pai, o nível educacional e a trajetória dos indivíduos, no caso, até a posição de gerente - ou seja, utiliza “critérios adscritivos” e adquiridos desta elite -, e, de outro, aspectos relacionados aos valores, embora não propriamente políticos, mas sim aqueles relacionados às motivações e incentivos para sua própria atividade empresarial e sua personalidade gerencial. Tais critérios são considerados formas de pensar o processo de recrutamento que caracteriza a constituição da elite (CARDOSO, 1967). Cardoso conclui que “...a explicação da mentalidade, dos valores e das ideologias, das possibilidades de atuação dos empresários latino-americanos, tanto como chefes de empresa, como em sua atuação organizada como *classe social*” (grifo nosso), depende de uma referência às condições concretas específicas de cada contexto social (CARDOSO, 1967, p.124).

Este autor atribui, poranto, importância às variáveis relacionadas ao recrutamento e aos valores como forma de estudar e caracterizar as elites empresariais, consideradas em seus respectivos contextos, e de estudá-las enquanto um dado tipo de manifestação da classe social.

Concordamos com a importância deste aspecto como destacado por Cardoso e, ao mesmo tempo, verificamos a complexidade e a escassez de estudos que procuram articular o estudo do empresariado ao de sua elite, o que implica a consideração tanto de aspectos relacionados ao seu recrutamento, como de seus valores, mais especificamente, relacionados à política e à democracia. É neste sentido que, longe de pretender apresentar um estudo empírico que faça frente aos estudos mencionados sobre o empresariado, pretendemos defender uma posição de ordem metodológica, cujas implicações teóricas ultrapassam nossos objetivos neste momento.

Também deixamos claro desde já que não estamos reduzindo a complexa questão da constituição de um dado coletivo enquanto grupo social e ator, e da sua representação política, ao tratamento dos que ocupam os cargos de presidentes de entidades de representação do empresariado nem que estamos deixando de lado toda a problemática teórica no campo do estudo das elites sobre métodos de localização e análise do que se entende como *elite*. Assim como nos estudos sobre a cultura política de coletivos sociais mais amplos, a questão da *representatividade* do grupo aqui pesquisado coloca-se de imediato. No nosso caso, esta questão desdobra-se em outra, qual seja, a de se este grupo representa, *política e efetivamente*, o conjunto dos empresários.

A primeira questão será tratada mais adiante, na apresentação dos aspectos metodológicos da pesquisa subjacente a este trabalho. A segunda questão, por sua vez, ultrapassa em muito nossos objetivos, dado que implica em uma questão teórica distinta, a saber, a da representação política, a qual entendemos que só pode ser feita no âmbito da análise da ação política daqueles que seriam os

representantes em relação aos interesses dos representados<sup>9</sup>. Enfim, não estamos estudando a ação e a representação política de todo um coletivo, mas sim certas particularidades dos que ocupam postos-chave em instituições de representação de interesses coletivos.

Entendemos que aqueles que ocupam cargos principais em entidades de representação de interesse do empresariado podem ser considerados ao menos como parte da *elite empresarial*, e que as suas características se apresentam como uma questão importante tanto para a análise do conjunto das elites políticas de uma sociedade quanto do próprio empresariado e da sua participação na definição das políticas de Estado e no funcionamento e na transformação das instituições políticas<sup>10</sup>.

Isso posto, surgem duas questões de natureza sociológica, intimamente relacionadas, que tivemos que equacionar em nossa pesquisa. A primeira diz respeito à definição do objeto. O critério de escolha dos entrevistados foi guiado pelo método posicional, utilizado tanto em estudos clássicos (MILLS, 1985; MILIBAND, 1982), quanto em pesquisas mais recentes sobre o caso brasileiro (CARVALHO, 1996; LOVE, 1982), e que nos conduziu a localizar a elite empresarial a partir do critério da posição de maior relevância na direção das instituições que representam os interesses do empresariado. Isso exigiu uma adequação dos procedimentos metodológicos, dado que os estudos citados, em geral, voltam-se para as elites que estão relacionadas a cargos públicos ou estatais.

A segunda questão, já mencionada anteriormente, dá-se no âmbito teórico, ou seja, o uso das contribuições dos trabalhos sobre elites políticas para o estudo de uma elite que possui uma natureza tanto econômica, os empresários, quanto política, os dirigentes de entidades que representam interesses do empresariado frente à sociedade e ao Estado, com a particularidade de o nosso objeto possuir uma natureza *estadual*, o que não deixa de ser relevante, dada a importância deste âmbito da política na sociedade brasileira.

Mas, os estudos sobre elites sugerem outros aspectos importantes para os nossos objetivos. Diversos trabalhos indicam as particularidades e principalmente a escassez de estudos voltados para as elites *superiores*, ou seja, vinculadas a grupos mais restritos numericamente, mas relevantes nos aspectos econômico e político, tais como os parlamentares, os ocupantes de cargos públicos, os membros do

---

<sup>9</sup> Os estudos clássicos de Mosca, Pareto e Michels no campo da Teoria das Elites já indicavam claramente que a questão da *autenticidade* da representação da elite em relação ao coletivo maior ao qual representa ou está inserida é distinta e muito mais complexa do que aquela relacionada ao estudo das suas características.

<sup>10</sup> Em outras pesquisas, em andamento, consideramos os dirigentes de empresas de grandes porte e grande relevância econômica e setorial como integrantes da elite empresarial, *mas em especial as suas atitudes e ações políticas*. Aqui são considerados apenas os presidentes de entidades de representação do empresariado. Voltaremos a este ponto mais adiante.

Judiciário e os empresários, e também as dificuldades relacionadas à coleta de informações através de entrevistas com este tipo de elite<sup>11</sup>. Tais estudos mostram os problemas e as dificuldades de entrevistar elites, frente as *não-elites*, e, em particular, a escassez de estudos, não só no Brasil mas também no exterior, sobre elites empresariais e seus valores políticos no contexto democrático.

Em suma, o conceito de elite empresarial e a forma como ele é aqui operacionalizado caracterizam-se pelos seguintes aspectos: em primeiro lugar, refere-se a um grupo que possui ou controla diversos tipos de capital e, portanto, possui poder econômico relevante frente à sociedade, mas dentro deste grupo são considerados apenas aqueles que se destacam no processo de representação política do próprio grupo. Isso permite que a elite empresarial seja considerada mais do que uma *elite econômica*, mas também como uma *elite política*, entendida como aquela que é composta pelos que ocupam os principais cargos políticos. Enfim, o que a distingue é mais do que a posse ou controle do capital, mas sobretudo o exercício da representação política do grupo que possui tal característica, seja diante de seus pares, ocupando o cargo mais importante na direção de uma entidade representativa, seja no exercício da defesa dos interesses empresariais frente ao Estado e aos demais grupos políticos da sociedade.

Em segundo lugar, implica na articulação de variáveis relacionadas ao recrutamento - mais características dos estudos sobre elites políticas - com outras relacionadas a valores políticos ou cultura política, tendo como tema central a democracia.

Por último, este conceito abre uma frente cujas implicações teóricas ultrapassam as pretensões deste artigo, mas que são de grande importância, ou seja, o estudo de uma dada elite como forma de estudar as características do grupo ou classe social ao qual pertence. Entendemos que o conceito de elite empresarial, por se referir à elite política de uma dada classe social possuidora de poder econômico relevante, pode ser um instrumento de análise do empresariado enquanto *classe social* e do estabelecimento de estratégias mais eficazes de análise das particularidades de sua ação política.

A seguir, apresentamos as características gerais da presente pesquisa, a saber, o objeto, os contextos econômico e político paranaense no período de 1995-2005, as questões a partir das quais produzimos e analisamos os dados bem como a forma de tratamento das variáveis. Em seguida, fazemos a análise dos dados à luz de nossa problemática e apresentamos algumas conclusões.

---

<sup>11</sup> Sobre isso, ver Ostander (1995), Welch et al (2002) e Kaze (2003). Estes trabalhos são interessantes também como forma de divulgação de experiências de pesquisas baseadas em entrevistas de elites.

## **1 – O estudo da elite empresarial paranaense**

Neste artigo, procuramos de um lado, defender a importância de determinada abordagem do empresariado e de sua elite - no caso, a análise de seus valores políticos articulada às problemáticas típicas dos estudos sobre elites políticas - e, de outro, considerar o caso da elite empresarial paranaense. Utilizando um questionário padrão, foram entrevistados vinte e um presidentes de onze das principais entidades de representação do empresariado do Paraná no período de 1995 a 2005<sup>12</sup>.

Torna-se necessária uma caracterização, ainda que breve, das entidades contempladas pela pesquisa, no sentido de se obter um quadro aproximado do âmbito de seleção e atuação desta elite empresarial, permitindo maior precisão no alcance das inferências. Como dito anteriormente, não estamos tratando aqui da questão da representação política em todas suas implicações. De modo que não foi feita uma análise detalhada dos setores que as entidades, efetivamente, representariam. Isso exigiria uma análise de sua agenda de interesses e de sua ação política.

Apresentamos uma caracterização das entidades de acordo com os setores e segmentos que elas representam, a partir do seu auto-posicionamento, ou seja, na descrição que elas próprias fizeram de seu campo de representação e atuação (Tabela 1). As entidades contempladas estão entre as mais importantes do estado, atuam tanto em âmbito estadual quanto nacional, representam os setores mais importantes da economia do estado e são de natureza tanto sindical quanto associativa, com predominância daquelas deste segundo tipo.

---

<sup>12</sup> Convém ressaltar que, em função do pequeno número de indivíduos que compõem esta elite, os cálculos por porcentagem, bem como as correlações, devem ser considerados com cuidado. Entretanto, considerando que o número total de indivíduos que ocuparam a presidência das entidades aqui contempladas é 35, que um destes indivíduos faleceu antes de ser contemplado pela pesquisa, e que, destes, 21, ou seja, 60% foram entrevistados, temos uma representatividade significativa desta elite. Portanto, isso não compromete a verificação das hipóteses aqui consideradas. A pesquisa se esforçou para abarcar o maior número possível de entidades, mas nem todas se dispuseram a participar, como a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR) e a Sociedade Rural do Paraná (SRP), o que não compromete a validade dos dados obtidos em relação aos nossos objetivos.

**Tabela 1 - Entidades e respectivos setores de representação**

Entidades	Setor Representado
ACP - Associação Comercial do Paraná	Setores comerciais diversos de pequeno e médio portes
APEOP - Associação Paranaense de Empresários de Obras Públicas	Setor imobiliário - atende os segmentos de construtoras, imobiliárias e administradoras
ADEMI-PR - Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Paraná	Setor de obras públicas
APRAS - Associação Paranaense dos Supermercados	Setor de atividades no sistema de venda de produtos alimentícios e bens de consumo em geral
FACIAP - Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná	Associações de micro-empresários do comércio, com destaque para o segmento varejista.
FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná	Sindicatos rurais
FECOMÉRCIO - Federação do Comércio do Estado do Paraná	Sindicatos do comércio de bens, serviços e turismo
FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná	Sindicatos da indústria de todos os portes, com destaque para o segmento de alimentos
IL - Instituto Liberal do Paraná	Não se aplica
SECOVI - Sindicato da Habitação e Condomínios	Sindicato de imobiliárias e condomínios
SINDISEG-PR - Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná	Sindicato de seguradoras privadas

Fonte: NUSP, 2007.

Em relação à inclusão do Instituto Liberal, dois aspectos devem ser destacados. Em primeiro lugar, sua existência no Paraná se deu entre os anos 1995 e 1998 e, embora não seja, especificamente, uma entidade de representação do empresariado, caracteriza-se pela tentativa de difundir uma visão liberal da sociedade, da economia e do Estado. Sua inclusão, portanto, está relacionada aos valores políticos que profere; além disso, voltou-se, e foi bastante freqüentada, por empresários<sup>13</sup>.

Não foi possível realizar entrevistas com todos os presidentes de todas as entidades pesquisadas, mas foram contemplados mais de 60% dos indivíduos que ocuparam a presidência das referidas entidades em períodos significativos (Tabela 2). Sobre este aspecto, deve-se considerar ainda que se trata de um estudo sincrônico e sem a pretensão de acompanhar questões como a dinâmica de constituição e circulação das elites empresariais no Paraná ou o seu grau de renovação.

<sup>13</sup> Sobre o Instituto Liberal no Paraná, ver Lima (2003). Sobre a experiência do Instituto Liberal no Brasil, ver Gros (2002).

**Tabela 2 - Distribuição dos entrevistados, segundo o período ocupado na presidência das entidades <sup>14</sup>**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
ACP											
ADEMI											
APEOP											
APRAS											
FACIAP											
FECOMERCIO											
FAEP											
FIEP <sup>15</sup>											
IL											
SECOVI											
SINDSEG											

Fonte: NUSP, 2007.

Dentro dos objetivos e limites deste artigo, fazemos alguns breves comentários sobre a economia e a política paranaenses no período entre 1995 e 2005, apenas com o intuito de traçar em linhas gerais o contexto em que tais entidades e seus respectivos presidentes se inserem; trata-se, pois, de caracterizar apenas o contexto de constituição da elite empresarial paranaense e não de analisar as conjunturas econômica e política.

O Paraná sempre foi um estado muito forte na atividade agrícola. O espaço antes ocupado pela cafeicultura vem sendo tomado pela soja, e, mesmo sendo uma cultura relativamente recente, já obteve safras importantes em comparação com outros estados. A região metropolitana de Curitiba é o maior centro industrial do estado, onde se encontram as montadoras da Volkswagen-Audi e da Renault, ambas de grande porte, o que faz desta região o segundo pólo automotivo do país. O setor terciário do Paraná concentra-se no comércio externo, pois conta com o Porto de Paranaguá para escoamento da produção (os principais países que importam produtos paranaenses são: Estados Unidos, Alemanha, Itália, Holanda, Japão Bélgica, Noruega e Inglaterra). A economia paranaense das últimas décadas foi marcada pelo fim do Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), que fazia um

<sup>14</sup> As diferenças nas cores referem-se às gestões de diferentes presidentes.

<sup>15</sup> Em praticamente todo o período contemplado pela pesquisa, a presidência da FIEP foi ocupada por José Carlos Gomes de Carvalho, conhecido como Carvalhinho, cuja morte em 2003 impossibilitou a sua participação. Esta entidade foi representada na pesquisa pelos seus então vice-presidentes.

importante papel de agente financiador e articulador de projetos, e a política de atração, através de grandes vantagens e benefícios fiscais, das empresas multinacionais do setor automobilístico (CASTRO, 2005).

Sobre a política paranaense, embora não haja relação direta entre a elite empresarial e o chefe do poder Executivo estadual, o período considerado corresponde às gestões de Jaime Lerner (1995 a 2001) e o primeiro mandato de Roberto Requião (2002 a 2005). Apesar de não problematizarmos a ação política das entidades, as políticas adotadas pelo governo de Jaime Lerner no estado e por Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República deram o tom das grandes questões políticas deste período no Paraná. Os mandatos de FHC e de Jaime Lerner foram marcados pela abertura da economia, pelas privatizações de empresas e bancos públicos e pelo Novo Regime Automotivo de 1995, que teve importantes implicações na chamada *Guerra Fiscal* e na vinda de grandes montadoras, como a Renault, a Chrysler e a Audi-Wolkswagen<sup>16</sup>.

No que se refere à problemática sociológica que guiou a coleta dos dados junto à elite empresarial paranaense, foi também do trabalho clássico de Mills (1985) que retiramos as questões gerais que guiaram nossa reflexão e o tratamento de nosso objeto, a saber, a *homogeneidade* e a *coesão* dos indivíduos que compõem esta elite, que foram derivadas em outros problemas específicos. A questão da homogeneidade é tratada a partir do recrutamento e da trajetória política, entendida como a carreira política percorrida antes e durante o exercício da presidência da entidade. Portanto, diz respeito às *vias* percorridas para a entrada na elite (GIDDENS, 1974). Outras variáveis relacionadas ao recrutamento e que também permitem a análise da homogeneidade da elite, são a origem social e os atributos. De um lado, consideramos os atributos adscritos - ou seja, aqueles que já estão dados no nascimento do indivíduo (KELLER, 1971): sexo, cor, religião e local de nascimento<sup>17</sup>. E de outro, os atributos adquiridos, considerados a partir das variáveis escolaridade e estrato socioeconômico. Por fim, analisamos alguns aspectos da socialização dos indivíduos, a partir de dados sobre escolaridade, instituições de ensino e cursos freqüentados.

A coesão é tratada principalmente a partir dos *valores políticos* do grupo, pensados a partir de um aspecto: a democracia. Os problemas derivados são o grau de adesão, a concepção de democracia, a avaliação sobre os possíveis obstáculos à democracia, o auto-posicionamento no espectro político-ideológico e a opinião sobre algumas políticas públicas.

## **2 – Análise dos resultados**

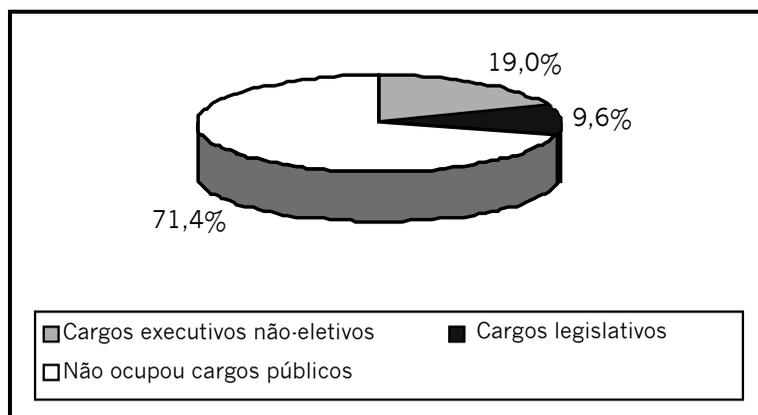
---

<sup>16</sup> A montadora Chrysler já deixou o Paraná. Sobre o contexto econômico paranaense nos anos 1990, ver Oliveira (2003), que chama a atenção para o fato de que não houve um consenso no interior do empresariado em relação a esta política.

<sup>17</sup> Devemos ressaltar que, embora Keller (1971) não considere a religião como um dos atributos adscritos, em nossa pesquisa incluímos esta variável entre tais atributos.

Tratamos, em primeiro lugar, da questão da homogeneidade da elite empresarial paranaense. Em relação ao recrutamento, procuramos traçar a trajetória política para observar aspectos das vias para o pertencimento à elite empresarial e observamos, primeiramente, que apenas um terço dos membros desta elite ocupou cargos políticos para além da representação empresarial. Entre os entrevistados, menos de um terço (28,6%) ocupou cargos públicos, sendo que destes, dois terços (66,7%) ocuparam cargos não eletivos no poder Executivo (Gráfico1)<sup>18</sup>. Quanto ao pertencimento a partidos políticos, menos de um quarto (23,8%) teve alguma filiação antes de se tornarem presidentes, e esse número cai para 14,3% durante o exercício da presidência.

**Gráfico 1 - Cargos públicos ocupados**



Fonte: NUSP, 2007.

Em contrapartida, observamos uma grande participação anterior na direção de entidades da mesma natureza, dado que dos vinte e um entrevistados, dezessete (81%) já tinham ocupado cargos deste tipo em outras entidades de representação empresarial e, dentre estes, nove (64,3%) já haviam exercido a presidência das suas entidades<sup>19</sup> (Gráfico 2).

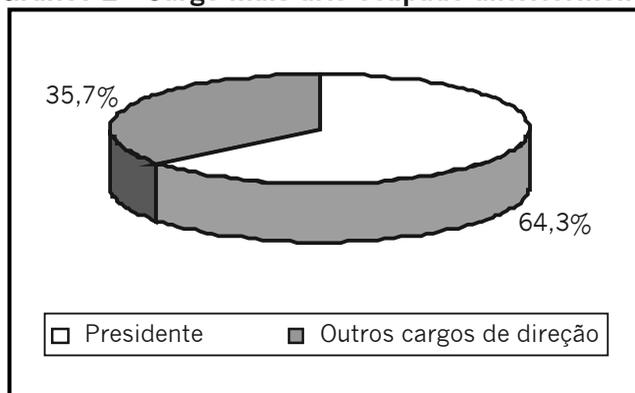
---

<sup>18</sup> O cálculo das porcentagens foi feito com base nos casos válidos, desconsiderando as respostas *não respondeu* e *não sabe*, que ocorreram em pequeno número.

<sup>19</sup> Entendemos como outros cargos de direção vice-presidente, diretor e assessor.

Tal aspecto indica uma tendência predominante no interior desta elite relacionada ao seu recrutamento, ou seja, a importância da ocupação de postos de direção anteriores, em especial o de presidente, em entidades empresariais. Isso é relevante, dado que este cargo exige dois tipos de experiência *política*: a disputa bem sucedida pela maioria dos votos dos filiados e a gestão e direção das entidades.

**Gráfico 2 - Cargo mais alto ocupado anteriormente**



Fonte: NUSP, 2007.

Dessa forma, mesmo considerando que se trata de uma elite política que não se caracteriza pela ocupação de cargos estatais ou partidários, não podemos desconsiderar que existe uma trajetória predominante no que diz respeito à ocupação do cargo de presidente de entidade de representação empresarial. Isso indica, portanto, alguns aspectos da carreira, ou seja, as *vias* predominantes do recrutamento desta elite: de um lado, a experiência em entidades de representação, em especial do próprio empresariado e, de outro, a tendência a um certo distanciamento dos cargos públicos e eletivos.

Este segundo aspecto é relevante porque, até o início dos anos 1990, havia no Brasil uma tendência dos empresários, e mesmo da elite empresarial, em ver com certa desconfiança a política e os cargos políticos<sup>20</sup>. A mudança nesta tendência, já constatada por outros estudos (DINIZ e BOSCHI, 1993; COSTA, 2007), é, ao menos parcialmente, confirmada pela elite empresarial paranaense, dado que quase um terço dos presidentes passou por cargos públicos.

<sup>20</sup> Em pesquisas anteriores, tivemos a oportunidade de verificar tal processo (COSTA, 2005a e 2005b).

Mas, este aspecto é interessante também para pensarmos o ganho analítico da questão da homogeneidade. A verificação de tendências predominantes no recrutamento não permite desconsiderar a importância dos fatores que fogem destas tendências. Assim, a parcela relevante dos presidentes que já havia ocupado cargos políticos, dos quais em torno de 10% eram eletivos, e o fato de que quase um quarto deles havia sido filiado a partidos indicam uma tendência à maior participação dos empresários na política e uma maior aproximação entre estes dois espaços de atuação política por parte desta elite: a representação empresarial e os cargos políticos. Neste sentido, esta é também uma característica importante desta elite e reforça a importância de se considerar a sua natureza *política*.

Quanto aos atributos adscritos, observamos uma diferenciação da elite empresarial em relação à sociedade paranaense em geral. Determinados grupos estão nela super-representados: 100% são homens e apenas um dos entrevistados não se declarou branco, e sim pardo. Outro ponto é a questão da religião: 81% declararam-se católicos romanos<sup>21</sup>. Quanto ao local de nascimento, quase dois terços (61,9%) nasceram em Curitiba, número que aumenta para 85,7% ao analisarmos o Paraná como estado de origem. A homogeneidade expressa-se, então, claramente neste tipo de atributos.

Em relação aos atributos adquiridos, mais uma vez, os dados corroboram a homogeneidade desta elite, como mostra a predominância de indivíduos pertencentes aos estratos sociais altos e com alto grau de escolaridade (Tabelas 3 e 4). Para uma melhor análise dos dados, agregamos as profissões em estratos alto, médio e baixo<sup>22</sup> e os resultados mostram que dois terços (66,7%) dos entrevistados se enquadram no estrato social alto. Em relação a este aspecto, o cruzamento entre os dados sobre os entrevistados com aqueles relacionados aos seus pais sugere um outro padrão característico dos membros desta elite, a mobilidade social familiar ascendente (Tabela 3).

---

<sup>21</sup> Em relação a estes três aspectos, comparando com a população paranaense, observa-se que esta elite caracteriza-se pela super-representação de determinados grupos, dado que a população do Paraná é composta por 49% de homens, 77,2% de brancos e 76,6% de católicos romanos. Os dados utilizados para esta comparação foram retirados do censo de 2000, realizado pelo IBGE e estão disponíveis no site: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

<sup>22</sup> Por estrato social alto estamos considerando: grande proprietário rural, grande proprietário urbano, executivo de empresa privada, político, altos cargos do setor público. Por extrato social médio consideramos: médio proprietário rural, médio proprietário urbano, profissional liberal, advogado atuante, professor universitário, funcionário público de médio ou baixo escalão, militar. Por fim, enquanto extrato social baixo, temos: pequeno proprietário rural, pequeno proprietário urbano, trabalhador assalariado de empresa privada, professor de outros níveis.

**Tabela 3 – Distribuição dos entrevistados segundo ocupação do pai e profissão exercida pelo entrevistado**

		Profissão exercida por mais tempo antes do cargo ocupado (agregado)			
		Estrato social alto	Estrato social médio	Estrato social baixo	Total
Ocupação que o pai exerceu por mais tempo (agregada)	Estrato social alto	6	1	0	7
	Estrato social médio	3	4	1	8
	Estrato social baixo	3	0	0	3
	<b>Total</b>	12	5	1	18

Fonte: NUSP, 2007.

A análise da mobilidade social familiar é interessante para tratar de certos aspectos da homogeneidade da elite empresarial. Entre os que estão no estrato social alto, metade tem pais que pertenceram aos estratos médio ou baixo, o que sinaliza uma ascensão social familiar<sup>23</sup>. Esta mobilidade ascendente também é observada em relação ao grau de escolaridade (Tabela 4). Neste caso, a ascensão ainda é mais visível: enquanto 85,7% dos entrevistados possuem alto grau de escolaridade, apenas 23,8% têm/tinham pais com este nível de escolaridade.

**Tabela 4 – Distribuição dos entrevistados, segundo escolaridade do pai por escolaridade do entrevistado**

		Escolaridade (agregada)		
		Alta escolaridade	Média escolaridade	Total
Escolaridade do pai (agregada)	Alta escolaridade	4	1	5
	Média escolaridade	11	1	12
	Baixa escolaridade	2	1	3
	<b>Total</b>	17	3	20

Fonte: NUSP, 2007.

Os dados sobre escolaridade revelam outro aspecto interessante da homogeneidade desta elite: a ausência de indivíduos com baixa escolaridade e o fato de que apenas 14,3% dos entrevistados tem/tiveram pais com baixa escolaridade<sup>24</sup>.

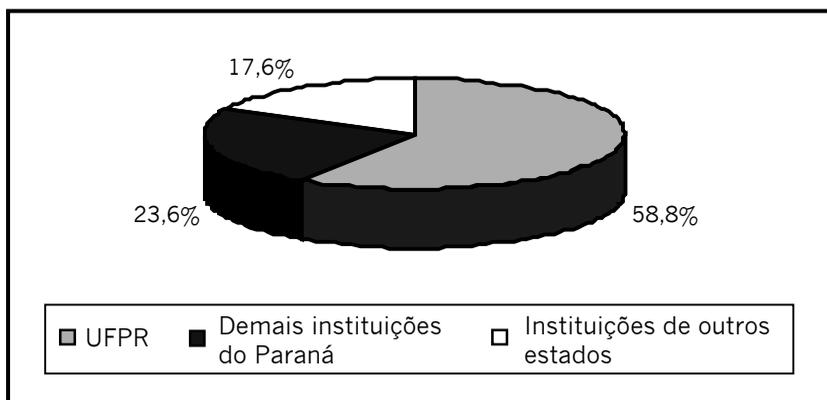
<sup>23</sup> Esta variável foi agregada nas seguintes categorias: alta escolaridade: curso superior ou acima; média escolaridade: curso superior incompleto, ensino médio, ensino médio incompleto, ensino fundamental completo; baixa escolaridade: ensino fundamental incompleto.

<sup>24</sup> Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), apenas 0,53% da população paranaense possui ensino superior. Este dado está disponível na página do IPARDES: <www.ipardes.gov.br>.

A escassez de estudos sobre a elite empresarial restringe, porém, a possibilidade de comparações. Mas, Martins (1968), ao analisar os dirigentes de grandes empresas no Brasil do início dos anos 1960, apresenta dados que mostram que o recrutamento destes empresários se dava preponderantemente em áreas urbanas e que 60% deles tinham pais oriundos de estratos mais altos (grandes industriais, empresários e comerciantes), contra apenas 34% de estratos médios (técnicos, pequenos industriais e pequenos proprietários rurais) e 6% de estratos baixos (trabalhadores qualificados e trabalhadores da cidade e do campo não qualificados). Isso sugere que o grau de ascensão social verificado na elite paranaense aqui estudada é maior do que a que caracterizava o objeto de pesquisa do autor (MARTINS, 1968, p. 135).

A homogeneidade também pode ser verificada em relação a alguns aspectos relacionados à socialização dos indivíduos. Como mencionado anteriormente, 85,7% dos entrevistados possuem curso universitário. Entre estes, 82,4% estudaram em instituições de ensino superior do Paraná, sendo que mais da metade (58,8%) graduou-se pela Universidade Federal do Paraná, o que significa que quase metade (47,6%) dos entrevistados estudou nesta universidade (Gráfico 3). Ao analisar os cursos escolhidos, observamos que o universo restringe-se aos mais *tradicionais*, a saber, Administração, Agronomia, Direito, Economia, Engenharias e Medicina. Enfim, a concentração da formação em instituições paranaenses, e em especial a UFPR, ao lado da natureza das profissões resultantes, também indica a homogeneidade desta elite no que se refere ao nível de escolaridade, à instituição de formação e ao tipo de curso escolhido.

**Gráfico 3 – Distribuição dos entrevistados, segundo instituições de ensino superior em que estudaram**



Fonte: NUSP, 2007.

Apenas a título de ilustração, quando comparamos nossos resultados com aqueles obtidos por Cardoso (1967), observamos que a homogeneidade em relação à escolaridade da elite empresarial paranaense é mais alta do que aquela que se apresentava tanto entre os entrevistados nativos de países como Argentina, Chile e Colômbia, quanto de outros, como Estados Unidos, França, Espanha e Inglaterra<sup>25</sup>.

Observamos que os atributos tanto adscritos quanto adquiridos confirmam uma homogeneidade no interior desta elite, o que também confirma a proposição de Keller (1971) de que as elites tendem a ser mais homogêneas em relação aos atributos adscritos do que aos atributos adquiridos dado que, em relação a sexo, cor e local de nascimento, a homogeneidade é maior do que em relação a escolaridade, profissão e instituições de ensino e cursos freqüentados.

Em suma, os dados nos permitem considerar que essa elite é homogênea tanto em relação à trajetória política quanto à origem social e atributos adscritos e adquiridos, indicando um certo padrão de recrutamento<sup>26</sup>.

Consideradas as características socioeconômicas gerais, tratamos agora da sua *coesão*, ou seja, dos valores e atitudes políticos que a elite compartilha, mais especificamente aqueles relacionados aos seguintes fatores: 1) a concepção de democracia; 2) os obstáculos à democracia; 3) as declarações de adesão à democracia; 4) as opiniões sobre determinadas políticas públicas e 5) o auto-posicionamento no espectro político-ideológico.

Em primeiro lugar, os dados sobre as características da concepção de democracia são interessantes para avaliar as *particularidades* da sua coesão. Se, de um lado, há pouca coesão em relação à idéia de que a democracia deveria funcionar a partir de orçamentos participativos ou através da participação direta dos cidadãos<sup>27</sup>, por outro, a coesão é mais intensa em relação ao entendimento de que a democracia caracteriza-se principalmente pela representação através do voto (95,2%) e, embora em menor escala, pela defesa da participação através de conselhos gestores (71,4%)<sup>28</sup>.

Ainda dentro da questão da concepção de democracia, através de uma pergunta contida no questionário, simulamos uma situação na qual os entrevistados seriam forçados a escolher entre *liberdade* e *igualdade*: escolheram *liberdade* 61,9% e *igualdade* 28,6% dos entrevistados.

---

<sup>25</sup> Como ressaltamos anteriormente, o conceito de elite empresarial e os objetivos de Cardoso são distintos dos aqui considerados, mas isso não torna a comparação menos interessante.

<sup>26</sup> Mais uma vez, a escassez de pesquisas sobre o empresariado com dados semelhantes limita a possibilidade de comparações e o ganho analítico delas decorrente.

<sup>27</sup> Em relação a estes dois aspectos, a distribuição é a mesma: 42,9% concordam e 52,4% discordam, sendo que 4,8% não têm uma posição definida.

<sup>28</sup> Talvez isso possa ser parcialmente explicado pelo fato de serem entidades que se situam e atuam predominantemente em âmbito estadual, espaço no qual existem os conselhos, como os de saúde e educação e trabalho, nos quais, em princípio, é possível a participação da sociedade.

Em segundo lugar, consultados a respeito de quais seriam os obstáculos à democracia (Tabela 5), observamos também uma coesão menor em relação a indicadores como a ganância das elites, o desrespeito aos direitos humanos e uma coesão maior em relação a outros obstáculos, como a falta de educação para o povo, a corrupção nos órgãos públicos, a violência e o crime organizado e a desigualdade de renda. Destaca-se também a coesão em relação à discordância frente à agitação social como ameaça à democracia.

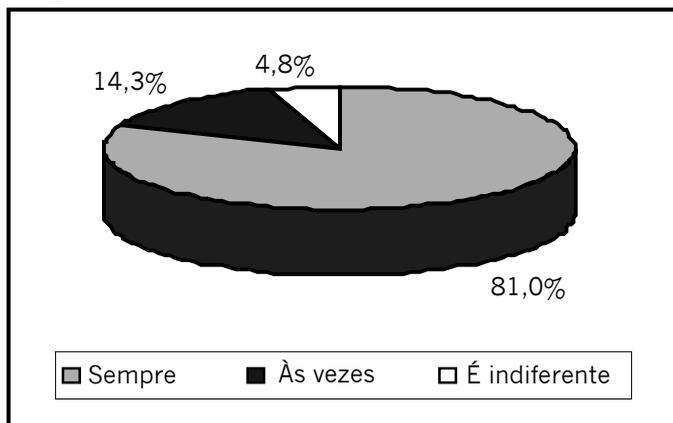
**Tabela 5 – Opiniões sobre os obstáculos à democracia, segundo os entrevistados**

	Sim (%)	Não (%)	Total (%)
A Falta de educação do povo é um obstáculo à democracia no Brasil	90,5	9,5	100,0
A corrupção nos órgãos públicos é um obstáculo à democracia no Brasil	85,7	14,3	100,0
A violência e o crime são um obstáculo à democracia no Brasil	76,2	23,8	100,0
A desigualdade de renda é um obstáculo à democracia no Brasil	75,0	25,0	100,0
O desrespeito aos direitos humanos é um obstáculo à democracia no Brasil	57,1	42,9	100,0
A ganância das elites é um obstáculo à democracia no Brasil	47,6	52,4	100,0
A agitação social é um obstáculo à democracia no Brasil	28,6	71,4	100,0

Fonte: NUSP, 2007.

Em terceiro lugar, em relação às *declarações* de adesão à democracia, há uma forte coesão quanto à concordância frente às assertivas de que *a democracia é sempre a melhor forma de governo (81% )* (Gráfico 4) - que é a mesma porcentagem dos que concordam que *o Brasil vive hoje uma democracia -*, embora caia um pouco quanto à concordância com a idéia de que *o fim da democracia não se justifica em hipótese alguma (61,9%)*.

**Gráfico 4 – Opiniões sobre se a democracia é a melhor forma de governo**



Fonte: NUSP, 2007.

Em quarto lugar, quanto às questões relacionadas às políticas públicas, a coesão é maior em relação à defesa da universalização da saúde pública (90,5%), à oposição à reforma agrária em grandes propriedades privadas, produtivas ou improdutivas (81%) e à oposição às cotas para negros nas universidades públicas (76,2%), caindo um pouco em relação à posição contrária à política de renda mínima (61,9%).

Por fim, o auto-posicionamento da elite empresarial no espectro político-ideológico, mostra que, dos vinte e um entrevistados, apenas um se classifica como de esquerda, quase dois terços colocam-se entre centro-esquerda e centro-direita e apenas quatro apresentam-se como de direita, contra três que não responderam. Embora mais de 60% vejam-se nas posições de centro, estes dados sugerem uma coesão menor (Tabela 6).

Mas, quando comparados com a posição diante de questões como a participação direta ou por conselhos gestores, o orçamento participativo, os obstáculos à democracia, a escolha entre liberdade e igualdade e as políticas públicas, a elite empresarial paranaense mostrou-se bastante coesa em relação a um outro aspecto, qual seja, a falta de coerência entre o auto-posicionamento no espectro ideológico e as atitudes políticas, o que indica uma outra face da coesão desta elite.

**Tabela 6 – Autoposicionamento dos entrevistados no espectro político-ideológico**

<b>Posição</b>	<b>(N)</b>	<b>(%)</b>
Esquerda	1	4,82%
Centro-esquerda	3	14,3%
Centro	8	38,1%
Centro-direita	2	9,5%
Direita	2	9,5%
Extrema-direita	2	9,5%
NR	3	14,3%
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>

Fonte: NUSP, 2007.

Constatamos também que, embora menos coesa em relação aos valores políticos, a elite empresarial, em comparação com as outras elites políticas paranaenses<sup>29</sup>, é mais homogênea. A consideração das homogeneidades no interior do grupo e a comparação com as outras elites políticas do Paraná e as elites empresariais de outros estados podem permitir uma melhor caracterização da elite empresarial paranaense e do seu processo de recrutamento bem como a construção de hipóteses de trabalho mais sólidas para pesquisas voltadas para a ação política deste grupo, mas, sobretudo, enfatizam a necessidade da análise das formas concretas de comportamento político, para a qual os resultados desta pesquisa certamente trazem contribuições importantes<sup>30</sup>.

Em suma, uma elite exclusivamente homogênea composta por homens e predominantemente branca, católica, com alta escolaridade, em ascendência para o estrato social alto, oriunda da capital e formada pela mesma universidade e nos cursos mais tradicionais, tem, correlatamente, uma coesão em relação à adesão à democracia, à defesa da democracia como melhor forma de governo, à importância das eleições mas também dos conselhos participativos, à prevalência da liberdade frente à igualdade, à incoerência entre auto-posicionamento político-ideológico e atitudes políticas, à visão sobre os obstáculos à democracia e à avaliação sobre a democracia existente no Brasil. Entendemos que a consideração dos valores políticos dá à verificação das características das vias do recrutamento uma nova e sugestiva dimensão: a elite tem que possuir tanto certas características socioeconômicas quanto político-ideológicas.

---

<sup>29</sup> Aqui nos referimos a outras parcelas da elite política, a saber, aqueles que compuseram o quadro administrativo do Executivo estadual (Governador, vice e secretários de estado), os presidentes dos principais partidos políticos e os deputados estaduais (ver PERISSINOTTO et al, 2007).

<sup>30</sup> Como vimos, há, por parte desta elite, uma visão positiva em relação à importância das políticas públicas de saúde e uma oposição à reforma agrária e cotas para negros nas universidades.

Ao nosso ver, como sugere Putnam (1976), isso, certamente, revela aspectos do grupo social do qual esta elite advém, indicando as particularidades socioeconômicas e as atitudes políticas da classe social subjacente. Se a comprovação da relação entre a classe e sua elite exige outros desdobramentos, como vimos ao tratar da questão da representação política, não há dúvida de que estas são as características dos que representam a classe no espaço político, pois foi esta que a constituiu.

E a consideração da articulação entre homogeneidade e coesão sugere menos uma relação de determinação entre estas duas dimensões e mais uma caracterização de quem são e como pensam os que compõem esta elite. Isso, certamente, tem implicações sobre as ações e o comportamento da elite em questão na representação dos interesses da classe, e, portanto, coloca-se como um aspecto fundamental para o estudo da ação política do empresariado paranaense.

### **Considerações finais**

Em primeiro lugar, mais do que simplesmente tecer comentários sobre os aspectos relacionados à elite empresarial aqui estudada, buscamos defender a pertinência da articulação entre os estudos sobre o empresariado, enquanto classe social, e as problemáticas teóricas e metodológicas dos estudos sobre elites políticas, já esboçada em trabalhos pioneiros sobre a elite empresarial no Brasil, e a importância da análise dos valores políticos deste grupo, em especial frente à democracia. Como mencionamos ao longo do texto, isso necessariamente exige o desdobramento de outras discussões teóricas e novas pesquisas.

Em relação a este aspecto, podemos notar que os estudos voltados exclusivamente para a elite empresarial, na forma como estamos aqui considerando, ainda estão por serem desenvolvidos<sup>31</sup>. Esta perspectiva permite a consideração da relação entre valores políticos (coesão) e homogeneidade (atributos adscritos e adquiridos), reforçando a importância de estudar, de forma articulada, aspectos sociais e culturais, como acontece nos estudos sobre cultura política de não-elites. Além disso, tal articulação sugere a necessidade de considerar o empresariado não apenas enquanto “elite econômica”, ou seja, possuidora de poder econômico, mas enquanto a *elite política* de uma dada classe social<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Alguns trabalhos que se aproximam um pouco desta problemática são os de Bolívar Lamounier e Amaury de Souza (LAMOUNIER e SOUZA, 2002), do *Grupo de Opinião Pública* da Universidade de Lima (GRUPO DE OPINIÃO PÚBLICA, 2003) e da Pricewaterhouse & Coopers (2006).

<sup>32</sup> Estamos desenvolvendo esta questão em outras pesquisas, mas tivemos a oportunidade de realizar um estudo com implicações semelhantes (COSTA, 2007), cujos resultados serão parcialmente comparados com os aqui obtidos.

Este é um dos principais ganhos da articulação entre as variáveis socioeconômicas com aquelas relacionadas aos valores políticos, ou seja, perceber as formas como as particularidades da classe social subjacente se expressa em sua elite. A homogeneidade em relação às primeiras variáveis e a coesão em relação aos valores políticos, em especial sobre a democracia, revelam as *vias* principais do recrutamento desta elite em relação à sua classe social, dado que é esta que, de uma forma ou de outra, a elege como representante, sugerindo que não apenas um conjunto de condições socioeconômicas mas também de valores colocam-se como condição para acesso à elite. E tais *vias* não impedem a ocorrência de algumas divergências igualmente interessantes.

A análise dos valores políticos, confrontados com as dimensões social e econômica, mostrou uma menor coesão, dado que constatamos, *em menor escala*, a divisão e a dispersão das opiniões dos entrevistados frente a algumas questões<sup>33</sup>.

Disto decorre outro resultado importante, de natureza teórica e com implicações metodológicas que ultrapassam nossa pesquisa e este artigo. Constatamos a necessidade fundamental da análise da agenda de propostas e das formas concretas de ação política da elite empresarial, no sentido de testar a hipótese e as particularidades da *coesão* em relação aos interesses e padrões de ação política. Como afirmamos, o conhecimento das *atitudes* mostra-se muito útil para o estudo das ações políticas.

Sobre este aspecto, apesar de não contemplar as ações concretas da elite empresarial, ao levantar informações sobre as suas atitudes políticas, sugerimos alguns indícios interessantes. Embora praticamente todos declarem que a participação na democracia deve se dar exclusivamente através do voto, metade aceita formas mais participativas, tais como o orçamento participativo, o plebiscito e a participação direta nas decisões políticas, o que indica uma flutuação de posição, que somente seria resolvida em uma situação concreta na qual eles tivessem que se posicionar e agir.

Esta postura da elite empresarial paranaense diferencia-se daquela expressa pela elite empresarial no nível nacional, onde existe um discurso mais favorável às formas participativas e pouca tendência a restringir a democracia às formas institucionais de transferência do ônus da decisão<sup>34</sup>. Como vimos, quanto ao grau de adesão à democracia, 81% dos presidentes de entidades a consideram sempre a melhor forma de governo. Mas, quando questionados sobre políticas que

---

<sup>33</sup> Além do que já foi observado, outros exemplos de aspectos não coesos entre os valores da elite empresarial paranaense são a defesa da universidade pública e das justificativas para a aceitação do fim do regime democrático.

<sup>34</sup> Referimo-nos aos resultados da pesquisa *Empresariado, instituições e democracia: a questão da reforma política*, também vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira, e que analisou as concepções de democracia dos presidentes de entidades empresariais em âmbito nacional (COSTA, 2007).

promoveriam algum tipo de inclusão social (cotas para negros, reforma agrária, renda mínima etc.), mostraram-se contrários a praticamente todas, com exceção da universalização da saúde pública. Estes dados revelam que, apesar da adesão à democracia, não há uma preocupação com a promoção da igualdade como condição de sua sustentação. Assim, quando comparada com a elite empresarial em âmbito nacional e com a elite política do Paraná, a elite empresarial paranaense tende a uma postura mais *conservadora* ou *liberal*, ou seja, reticente em relação às formas de participação política<sup>35</sup>.

Mas, o mais interessante é pensar as diversas dimensões das atitudes desta elite. Ela pode ser menos *liberal* em relação a aspectos como a importância do respeito aos direitos humanos como condição da democracia<sup>36</sup>, a defesa da idéia de que cabe ao Estado o dever de cuidar dos serviços básicos à população, mas pode ser mais *liberal* no que tange à relação entre sociedade, mercado e Estado, na primazia atribuída à liberdade frente à igualdade e também no sentido *político*, dada a alta adesão à democracia.

Entre os resultados apresentados neste artigo estão também algumas questões que se colocam para pesquisas futuras sobre o tema. Em primeiro lugar, a importância de estudos sobre dimensões locais ou regionais da política, das elites políticas e dos valores políticos. Em segundo lugar, a relevância de estudos diacrônicos e da verificação de como se dá a circulação das elites<sup>37</sup>.

Em terceiro lugar, alguns aspectos importantes para o desenvolvimento de estudos sobre a ação política desta elite - problemática mais comum entre os estudos sobre elites políticas e sobre o empresariado - foram indicados, tais como a postura frente às instituições representativas, às formas de participação política e às políticas afirmativas. Em quarto lugar, em função do grau de localismo da elite empresarial paranaense, ao lado da necessidade de considerar outras regiões para além da capital e da região metropolitana e o âmbito mais especificamente municipal ou regional de atuação da elite, coloca-se a necessidade de considerar, em termos absolutos e comparativos, as elites empresariais do interior, ou seja, os presidentes de associações comerciais e sindicatos importantes na representação das diferentes regiões do estado<sup>38</sup>.

---

<sup>35</sup> Comparativamente, no Paraná e mesmo período, a adesão à democracia da elite empresarial é menor do que a da elite político-administrativa (governador e vice, secretários de estado e presidentes de algumas estatais) que era de 92% (ALMEIDA e BRAUNERT, 2007), sendo esta a mesma porcentagem encontrada na elite parlamentar (deputados estaduais) (PERISSINOTTO e BRAUNERT, 2007).

<sup>36</sup> Ver Tabela 5, que indica que mais de 40% desta elite não vê o desrespeito aos direitos humanos como um obstáculo à democracia.

<sup>37</sup> Por exemplo, o que foi sugerido pelos dados da Tabela 2.

<sup>38</sup> Um exemplo interessante de estudo sobre a elite empresarial do interior do estado do Paraná é o de Gini (2007).

Em quinto lugar, coloca-se a possibilidade de testar a coesão e a coerência em relação às atitudes democráticas por parte desta elite frente a situações concretas. Em sexto lugar, a consideração das características da elite em relação à da classe social subjacente.

Por fim, os limites de nossa pesquisa nos mostram que, seja qual for a elite que se tome como objeto, é fundamental que o estudo de seus valores políticos possua uma natureza qualitativa, de forma a identificar as justificativas e argumentos para as posições e atitudes assumidas, dando maior robustez aos dados.

Neste artigo, pudemos verificar que a recorrência aos estudos e às metodologias de pesquisa sobre elites políticas, articulada aos estudos de seus valores políticos, nos permite uma melhor e mais profunda caracterização da elite empresarial, ao menos daqueles que ocupam cargos em entidades de representação, bem como um uso sociologicamente mais interessante para certas expressões correntes nas análises sobre o empresariado, seja como elite, como “grupo econômico”, ou enquanto classe social.

Este tipo de estudo pode, inclusive, trazer contribuições tanto para a própria análise das elites políticas quanto para as pesquisas sobre o empresariado, em particular no que diz respeito à relação entre esta classe e a questão da democracia e de suas instituições, e também para o estudo de sua ação concreta frente ao regime político democrático, contribuindo assim para uma Sociologia Política da democracia no Brasil.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, B. G. e BRAUNERT, M. B. Técnicos de Estado e democracia: os valores políticos da elite-político administrativa paranaense (1995-2002). In: PERISSINOTTO R. et al (orgs.). *Quem Governa ? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Editora da UFPR, 2007.

ALMOND, G. e VERBA S. *The civic culture - Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. California: Sage Publications, 1989.

BARTELL, E. e PAYNE, L. A. *Business and Democracy in Latin America*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1995.

BISHIN, B. G., BARR, R. R. and LEBO, M. J. "The impact of economic *versus* institutional factors in elite evaluations of presidential progress toward democracy in Latin America". *Comparative Political Studies*, vol.30, nº10, 2006.

CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

\_\_\_\_\_. *Las elites empresariales en America Latina*. In: LIPSET, S. M. e SOLARIS, A. E. *Elites y desarrollo en America Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CASTRO, D. e LEÃO, I. Z. C. "Uma análise da economia paranaense nas ultimas décadas". *Economia & Tecnologia*, Curitiba: UFPR/PPGDE/CEPEC, vol.1, nº1, p.51-58, 2005.

COSTA, P. R. N. "Empresariado, regime político e democracia: Brasil, anos de 1990". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.20, nº57, p.109-126, 2005b.

\_\_\_\_\_. "Como os empresários pensam a política e a democracia". *Opinião Pública*, Campinas, vol. XI, nº2, p.422-449, 2005b.

\_\_\_\_\_. "Empresariado, instituições democráticas e reforma política". *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº28, 2007.

CRUZ, S. C. V. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas/São Paulo: UNICAMP/FAPESP, 1995.

DAHL, R. A. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.

DINIZ, E. e BOSCHI, R. Brasil: um novo empresariado ? Balanço e tendências recentes. In: E. DINIZ (org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: UFSC/IDACON, 1993.

\_\_\_\_\_. Globalização, herança corporativa e a representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas. In: DINIZ, E., BOSCHI, R. e SANTOS, F. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

\_\_\_\_\_. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2004.

\_\_\_\_\_. *A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-neoliberal*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2007.

DREIFUSS, R. A. 1964: *A conquista do poder*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DURAND, F. "Business and the Crisis of Peruvian Democracy". *Business and Politics*, vol.4, nº3, 2002.

GIDDENS, A. "Elites in the British Class Structure". In: STANWORTH, P. e GIDDENS, A. (eds.). *Elites and power in British Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

GINI, S. *A construção da hegemonia empresarial: o caso do Movimento Repensando Maringá (1994-2004)*. Dissertação de Mestrado em História, Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2007.

GROS, D. B. *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Campinas. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, 2002.

GRUPO DE OPINIÃO PÚBLICA. *Situación económica y empresarial del Perú*, Barómetro Empresarial, V Encuesta Anual a Líderes Empresariales. Lima: Universidad de Lima, julho-agosto, 2003.

INGLEHART, R. "The renaissance of political culture". *American Political Science Review*, vol.82, nº4, 1988.

KAZE, A. "Transformational Elite Interview: Principles and Problems". *Qualitative Inquiry*, 2003.

KELLER, S. *O destino das Elites*. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

LAMOUNIER, B. e SOUZA, A. de. *As elites brasileiras e o desenvolvimento nacional: fatores de consenso e dissenso*. Relatório de Pesquisa. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 2002.

LEOPOLDI, M. A. P. *Política e interesses: as associações industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIMA, E. P. S. *Instituto Liberal: A defesa das leis de mercado no Paraná - 1987-2002*. Dissertação de Mestrado em História, UFPR, 2003.

LOURENÇO, G. M. e LEÃO, I. Z. C. "Tendências da economia brasileira e paranaense - 1995-2005". *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: IPARDES, nº86, p.101-121, 1995.

LOVE, J. L. *A locomotiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARTINS, L. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MILIBAND, R. Resposta a Nicos Poulantzas. In: R. BLACKBURN (org.). *Ideologia na Ciência Social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MILLS, C. W. A elite do poder: militar, econômica e política. In: FERNANDES, H. R. (org.). *Wright Mills*. São Paulo: Ática, Coleção "Grandes Cientistas Sociais", 1985.

OLIVEIRA, V. L. de. Estado, empresariado regional e o setor automotivo no Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, nº105, 2003.

OSTANDER, S. A. "Surely your're not in this to be helpful: Access, rapport and interviews in three studies of elites". *Journal of contemporary Ethnography*, vol. 22, nº1, 1993.

PAHL, R. E. e WINKLER, J. T. The economic elite: theory and practice. In: GIDDENS, A. and STANWORTH, P. (eds.). *Elites and Power in British society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

PAYNE, L. A. *Brazilian Industrialists and Democratic Change*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. Brazilian Business and the Democratic Transition: nem attitudes and influence. In: BARTELL, E. and PAYNE, L. A. (eds.). *Business and Democracy in Latin America*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1995.

PERISSINOTTO, R. M. et al (orgs.). *Quem Governa ? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Editora da UFPR, 2007.

PERISSINOTTO, R. M. e BRAUNERT, M. B. A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002). In: PERISSINOTTO, R. M. et al (orgs.). *Quem Governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Editora da UFPR, 2007.

PRICE WATERHOUSE e COOPERS. 2006. *2ª Pesquisa de Líderes Empresariais Brasileiros*. Price Waterhouse & Coopers. Disponível em:  
<[http://www.pwc.com/images/bz/Pesq\\_Lid\\_Emp\\_Bra.pdf](http://www.pwc.com/images/bz/Pesq_Lid_Emp_Bra.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2006.

PRZEWORSKI, A., CHEIBUB, J. A. e LIMONGI, F. "Democracia e cultura: uma visão não culturalista". *Lua Nova*, nº58, p.9-35, 2003.

PUTNAM, R. D. *The Comparative Study of Political Elites*. New Jersey: Prentice Hall, 1976.

WELCH, C. et al. "Corporate elites as informants in qualitative international business research". *International Business Review*, nº11, 2002.

---

Paulo Roberto Neves Costa - paulocosta@ufpr.br

Ícaro Gabriel da Fonseca Engler - icaro.engler@yahoo.com.br

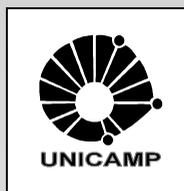
Recebido para publicação em março de 2008.

Aprovado para publicação em julho de 2008.

# TENDÊNCIAS

Ano 14, nº 2

ENCARTE  
DA  
REVISTA  
DO  
CESOP



No cenário em que a televisão brasileira entra em uma nova fase, com a implantação da TV digital - que completa um ano nesse mês de dezembro de 2008 - este Encarte *Tendências* apresenta dados históricos de audiência da televisão brasileira para os anos 1950 e 1960. Os registros compilados referem-se aos anos iniciais de implantação da TV e dos métodos de medição de audiência inaugurados pelo IBOPE nos anos de 1954 para a cidade de São Paulo e de 1955 para a cidade do Rio de Janeiro e foram sistematizados pelo CESOP a partir da reinserção da Coleção dos “Boletins de Assistência da Televisão” (1954-1978) em novas bases de dados.

A partir de um total de 160 Boletins, o CESOP produziu 1904 gráficos que registram a evolução da audiência televisiva dos referidos centros urbanos segundo informações sobre sexo, idade, classe socioeconômica e distribuição geográfica urbana dos telespectadores da TV. Os dados também permitiram resgatar e apresentar a programação da TV nos seus anos de formação e os gêneros de programas produzidos, assim como os gostos e preferências constituídos.

Os dados que apresentamos neste Encarte são uma pequena amostra deste trabalho e dão ao leitor uma idéia de como a TV assumiu seu papel como meio de integração e vinculação dos indivíduos à rede material e simbólica que marca o estilo da vida moderna (WILLIAMS, 2003[1974]; SILVERSTONE, 1994), ocupando espaço ao lado das demais formas de atividade cultural e social.

Estes dados instigam a investigar como a TV brasileira emergiu como um intermediário poderoso das arenas de formação de identidades e de intercâmbio de opiniões nos grandes contextos urbanos, assumindo, ainda, o centro de um conjunto de relações públicas e privadas, domésticas e não-domésticas.

Assim, o Encarte *Tendências* mostra que a tv emerge como um membro a mais da família e que seu papel no ambiente doméstico, observado através dos dados de audiência e programação, indica as dinâmicas de interação familiar, das identidades ali conformadas e das relações de gênero e idade, bem como a transformação da posição da família na sociedade contemporânea (SILVERSTONE, *op. cit.*).

Pelo lado da televisão como meio produtor e veiculador das ‘condições materiais’ da inter-relação cultural, o Encarte *Tendências* mostra alguns dados da evolução do perfil de sua programação, levando-se também em conta a interação com as escolhas e preferências do público. A distribuição dos programas responde às formas de adaptação ao público, relativa, em última instância, ao processo de construção da sociedade de massas no país.

### *O Brasil dos anos 1950 e 60*

A sociedade brasileira que acolhe a televisão na década de 1950 é ainda uma sociedade fundamentalmente agrária, que não ingressara no processo de modernização social e econômica advindo da industrialização da década. Em 1950, a taxa de urbanização do país era de 36,2% e esse perfil seguirá até a década de 1970, quando apenas então a população urbana superaria a população rural, com 56,8%.

A taxa de analfabetismo nesse período é grande e atinge pouco mais da metade da população nacional (50,5%) em 1950. Trata-se também de uma população predominantemente jovem, com mais da metade (52,4%) formada por indivíduos com até 19 anos. Este cenário para os anos 1950 e 1960 mostra uma população com significativos limites de acesso ao novo meio televisivo.

### *Os anos 1950*

As características demográficas e sociais mostram que as audiências e os públicos da TV em São Paulo e no Rio de Janeiro constituíram-se em um cenário em que os universos domésticos feminino e infantil eram dominantes, e no qual as condições de escolaridade eram significativamente restritas.

Os dados sobre os hábitos domiciliares de acesso à TV nos anos 1950 mostram claramente o rápido domínio da televisão frente ao rádio como forma de acesso à informação e lazer domiciliar pela população urbana. Em um universo de crescimento rápido dos números de aparelhos existentes (veja o Gráfico a seguir), as informações mostram que, nos domicílios onde coexistiam rádio e TV, a preferência e o uso da televisão tomaram corpo de forma crescente.

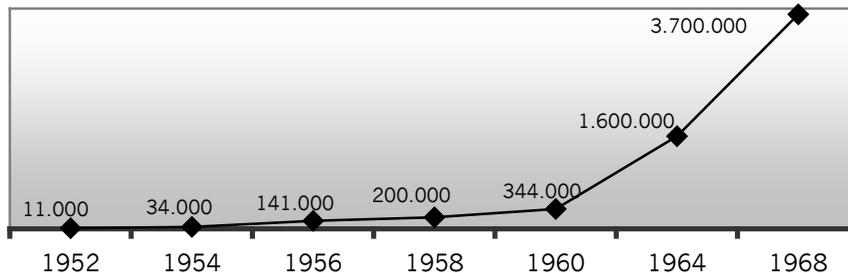
Em pesquisa realizada pelo IBOPE em 1951, nas casas de comércio de eletrodomésticos do Rio de Janeiro, ficou registrado que a venda média mensal de aparelhos de televisão era de 1.500 a 2.000 televisores. A inovação trazida pela televisão não estava, no entanto, restrita aos que possuíam aparelhos em casa. Na mesma pesquisa registra-se que boa parte dos entrevistados já havia tido acesso às transmissões pela TV em exibições públicas ou privadas, inclusive aqueles pertencentes a setores mais pobres da população:

#### Acesso às transmissões de TV, 1951, Rio de Janeiro

Modo de exibição	Homens	Mulheres	Total	Classe A ·Rica·	Classe B ·Média·	Classe C ·Pobre·
Particular	51,0	58,9	54,0	83,9	54,3	46,8
Público	68,0	42,9	52,0	19,4	52,8	58,9

**Fonte:** Acervo Ibope, Coleção "Boletim das Classes Dirigentes", pesquisa nº50. N=25.000. (respostas múltiplas)

### Evolução do número de aparelhos de TV-Brasil



Fonte: < [www.tudosobretv.com.br](http://www.tudosobretv.com.br) >

As informações que comparam o uso do rádio e da TV nos anos 1950 confirmam a evolução da preferência pela televisão, provavelmente resultante do fascínio pela novidade. Durante toda a década, as médias mensais de audiência da TV não são menores que 40% dos domicílios em São Paulo. Para o Rio de Janeiro, o rádio ainda manteve um acesso maior do que em São Paulo, compartilhando mais o espaço doméstico com a TV como recurso de acesso à informação; mesmo assim, a televisão absorveu a preferência em médias mensais de 20 a 30% dos domicílios com os dois veículos. Por outro lado, as informações relativas ao acesso ao rádio e à TV por faixas de horário indicam que o rádio ainda detinha, nos anos iniciais da televisão nas duas cidades, o espaço de horários específicos.

A rigor, a aceitação da TV ainda enfrentou, no momento de sua implantação e nos anos imediatamente subsequentes, os constrangimentos do mercado e da qualidade tecnológica dos aparelhos. Em relatório de pesquisa realizada em 1953 no Rio de Janeiro, ficava registrada a expectativa de compra de aparelhos entre os que não possuíam e a insatisfação com a compra e com a programação para os que já tinham TV:

#### *Pesquisa IBOPE: "O Sr.(a) já pensou seriamente em adquirir Televisão?"*

*"Responderam afirmativamente 31,9% das pessoas inquiridas, índice este que representa um mercado potencial de cerca de 130.000 compradores de televisão, à espera de que os preços dos receptores se tornem mais acessíveis ou - é esse, o aspecto que nos interessa aqui, aguardando que se aproprie o nível técnico e artístico dos programas, tornando-se mais atraentes para o público telespectador, cujas exigências devem ser, sem dúvida, bem maiores que as do rádio-ouvinte.*

*A verdade é que a maioria dos possuidores de TV não está muito satisfeita com a compra que fizeram. A par dos inevitáveis defeitos de recepção, causados geralmente pela topografia do local, a programação, da TV Tupy - única tele-emissora carioca, não parece estar interessando ao público como deveria."*

Fonte: Pesquisa "O Carioca e a Televisão", Acervo Ibope, Coleção "Boletim das Classes Dirigentes", Pesquisa nº 45, 1953.

Essas informações estimulam indagações sobre o impacto e as formas de inserção da TV em geral e nos ambientes familiares. No entanto, são poucos os dados existentes sobre o impacto geral da inserção da televisão bem como opiniões sobre a aceitação do novo meio de comunicação no momento de sua implantação, o que torna difícil dimensionar a recepção da novidade cultural pelos indivíduos.

Por outro lado, as pesquisas de audiência realizadas pelo IBOPE desde 1954 para São Paulo e a partir de 1955 para o Rio de Janeiro, através de entrevistas domiciliares junto a uma amostra de domicílios com aparelhos de televisão, permitem esboçar o acesso e uso da televisão por canais específicos segundo indicadores de horário e dia e alguns aspectos dos públicos telespectadores.

Observados segundo faixas de horário, alguns hábitos de recepção e assistência à TV por grupos, e para as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, ficam mais nítidos, como o Encarte apresenta nos gráficos para o ano de 1958. Em geral, as mulheres conformavam o principal grupo telespectador nos primeiros anos da TV e os dados mostram também uma queda da audiência de homens e mulheres na faixa das 18:00h/19:00h nas duas cidades, horário em que crescia a audiência infantil.

### *Os programas da década de 1950*

Nesse período experimental de construção da programação da televisão, parece correto sugerir que a audiência feminina era o indicador básico da implantação da TV, traduzido no maior investimento na produção de programas para o gênero feminino. Apenas como ilustração, dados de pesquisa de opinião em flagrante domiciliar realizada no Rio de Janeiro em 1957 identificam as preferências por gêneros de programas dirigidos majoritariamente ao público feminino:

<b>Rio de Janeiro, 1957</b> Programas mais citados:	<b>%</b>
Novela	30,0
Cozinhando por esporte	14,0
Modas	11,0
Decorações	10,0
Plantas Ornamentais	9,0
Música	5,0
Primeiros Socorros	5,0
Jornal Feminino	5,0
Conselhos de Beleza	4,0
Cinema	3,0
Ballet Infantil	3,0

Fonte: Programa de Televisão "Sessão das Cinco", Acervo IBOPE, Coleção Pesquisas Especiais, 1957.

Os dados sobre a programação do período inicial da TV brasileira registrados nos relatórios de audiência do IBOPE dão ainda a dimensão do enorme investimento feito para viabilizar sua implantação.

As categorias de programas apresentados no período sugerem a influência do rádio na concepção do novo veículo. A televisão herda o sucesso dos programas musicais, e sua programação inicial compunha-se em mais de 30% com este gênero. Da mesma forma, os gêneros de teleteatro e telenovela configuram transposições do gênero das novelas de rádio dos anos 1940, uma categoria de intenso sucesso popular e que conformou um dos principais gêneros de cultura de massa no país (ORTIZ, 1988). Além desses dois grandes gêneros, a grade de programas era completada pelos gêneros esportivo e infantil, compondo os conjuntos que ocupavam de forma predominante o espaço da TV no período.

Os registros dos programas elucidam ainda a inserção da produção da TV na lógica da produção e consumo de bens que domina esta etapa do desenvolvimento industrial do país. Um levantamento preliminar dos patrocinadores dos programas mostra que, da inauguração da televisão até o início dos anos 1960, mais de 120 empresas, lojas e indústrias associaram seus produtos aos programas produzidos. Esse é um dado importante para ilustrar como a TV, enquanto meio de comunicação de massa, inseriu-se rapidamente na lógica do mercado em expansão naquele período, notadamente os setores têxtil, cosmético, alimentício e farmacêutico. A lista de alguns dos patrocinadores da TV entre 1954 e 1962 pode ilustrar o processo de consolidação dos setores de produção de bens de consumo de massa que ocorre no país entre as décadas de 1950 e 1960:

Bendix; Açúcar Pérola; Açúcar União; Atkinsons; Antarctica; Arapuã; Arno; Aymoré, Ban-Ion; Bombrill; Bozzano; Brahma; Brastemp; Café Caboclo; Caracú; Ciabra; Cibratex, Clipper; Close-up; Colgate; Columbus; Confortex; Continental; Cremogema; Cynar; Ducal; Duchen; Dulcorama; Eletroradiobraz; Erontex; Esso; Estrela; Eucalol; Everest; Facit; Firestone; Fisk; Fosfatina; Frigidaire; General Electric; Gessy; Gillette; Goodyear; Kellog's; Kibon; Kodak; Kolynos; Lacta; Light; Linholene; Liratex; Lizoquim; Lorenzetti; Maisena; Mappin; Max Factor; Melhoramentos; Mercedes Benz; Mesbla; Nestlé; Nugget; Odd; Orniex; Ótica Fluminense; Palmolive; Panair; Pekelman; Pernambucanas; Petistil; Philco; Phillips; Pirani; Piraquê; Pirelli; Probel; Pullman; RCAVictor; Reader's Digest; Remington; Rodhia; Royal; Rozen; Rozyntex; Rubilux; Sadia; Shell; Solabel; Tabacow; Telefunken; Teperman; Toddy; Tonelux; Trol; Varig; Vigorelli; Voltix; Vulcabrás; Vulcaspuma; Walita; Wallig; Willys; ZazTraz; Zilomag; Zogbi.

Fonte: ORTIZ, 1988 e IBOPE, Coleção "Boletins de Assistência da Televisão" (1954-1978).

## Os anos 1960

Os dados gerais de audiência para a década de 1960 mantêm as principais características observadas no período anterior quanto aos grupos de indivíduos e as formas de acesso à televisão. Em linhas gerais, o público feminino manteve-se como o principal grupo telespectador no período.

Uma análise da evolução geral da audiência dos canais em São Paulo mostra a ascensão e queda da TV Tupi, que no final da década apresentava seus menores índices de audiência, contrapostos aos crescentes índices da TV Globo. No Rio de Janeiro, os acentuados índices de audiência da TV Rio e da TV Excelsior observados até 1963 também contrastam com sua forte queda a partir de então e até o final da década. Nesse período, a audiência passa claramente a ser dominada pelas emissoras Globo e Tupi.

Para a década de 1960, o Encarte selecionou dados para a cidade de São Paulo que apresentam as audiências dos canais segundo grupos socioeconômicos (1961 e 1968) e zonas geográficas urbanas (1968), e que mostram, em linhas gerais, o predomínio dos segmentos mais pobres na assistência da TV.

## Os programas da década de 1960

Uma análise conjunta da produção da televisão nesta década mostra que um dos principais gêneros - a telenovela-, apesar de presente em todas as emissoras, teve sua produção concentrada nas emissoras Excelsior e Tupi até o final da década, quando então a TV Globo passou a dedicar-se ao gênero. Os musicais seguem toda a década em todas as emissoras com proporções significativas de participação na programação, com médias que variam de 10% a 32% do perfil dos canais. Os programas infantis têm presença em todos os canais em toda a década, indicando a importância deste grupo na constituição da lógica de produção da televisão. No final da década, as TVs Continental, Globo e Record eram as que mais dedicavam espaço a esse gênero.

Sobre os gêneros de filmes e séries, o crescimento de sua participação no perfil dos canais ocorre, sobretudo, a partir de 1965, quando algumas emissoras chegam a dedicar um espaço de em média 20% de sua programação.

Ao final dos anos 1960, com a TV brasileira com pouco menos de 20 anos de idade, já era possível dimensionar na distribuição de sua programação qual seria seu papel na definição de gostos e preferências de público.

É interessante apontar como o processo geral de formação da televisão em diferentes contextos nacionais respondeu a uma lógica similar de produção de programas que é própria da natureza do meio 'combinado' de comunicação, e que, inicialmente, transcendia as preferências específicas das audiências.

De fato, os dados de composição da programação de emissoras inglesas e brasileiras em fins da década de 1960 e início da década de 1970 mostram uma forte semelhança entre os gêneros de programas produzidos, mas também mostram que, ao final dos anos sessenta, o gênero exclusivamente feminino que estruturara inicialmente a lógica da produção televisiva nacional perdeu espaço substantivo, e o perfil geral da produção da televisão apontava como principais gêneros a telenovela, os musicais, os filmes e séries e os programas de humor:

	Composição da Programação Emissoras inglesas, 1973 (%)			Composição da Programação Emissoras brasileiras, 1968 (%)		
	TV pública BBC1	TV comercial KQED	TV comercial Channel 7	TV Tupi	TV Excelsior	TV Cultura
Jornalismo	24,5	22,5	14	6,0	3,5	2,8
Documentários	6,5	6	0,5	2,4	5,8	2,8
Educativos	23	26	2	-	2,3	-
Música/Artes	1	5	-	9,6	19,8	11,1
Prog. Infantis	11,5	27	4	10,8	4,7	7,0
Teleteatro	4,5	-	-	3,6	-	-
Telenovela	7	5	17	9,6	5,8	11,1
Filmes	6,5	5,5	18	15,7	19,8	9,7
Variedades	7,5	-	24,5	-	2,3	5,6
Esportes	6	2	4,5	6,0	8,1	4,2
Religião	1	-	0,5	-	1,2	-
Outros	1	1	15	4,8	11,7	8,4
Humor	-	-	-	12,0	3,5	11,1
Séries	-	-	-	14,5	11,6	22,2
Prog. Auditório	-	-	-	4,8	-	4,2

Fontes: TV inglesa, dados extraídos de WILLIAMS, *op.cit.*, p.83; TV brasileira, dados da Coleção IBOPE.

Por fim, este Encarte *Tendências* está organizado em três seções: a primeira apresenta dados das primeiras pesquisas de audiência da TV nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro realizadas pelo IBOPE na segunda metade dos anos cinquenta, com destaque para uma comparação da evolução da audiência da TV frente ao rádio e também para a evolução do comportamento telespectador de homens, mulheres e crianças nas duas cidades.

Na segunda seção, observamos, para os anos sessenta, também para as duas cidades, o comportamento e a redistribuição da audiência televisiva diante do aumento do número de emissoras de TV. Em seguida, uma subseção destaca, apenas para a cidade de São Paulo e para anos específicos, dados de audiência por classes socioeconômicas (1961 e 1968) e por zonas geográficas da capital paulista (1968). Embora haja, na Coleção dos "Boletins de Assistência da Televisão" (1954-1978) do IBOPE, informações deste tipo para outros anos e para a cidade do Rio de Janeiro, suas formas de registro sofreram modificações ao longo do tempo, levando a que as informações aqui apresentadas fossem selecionadas e resumidas.

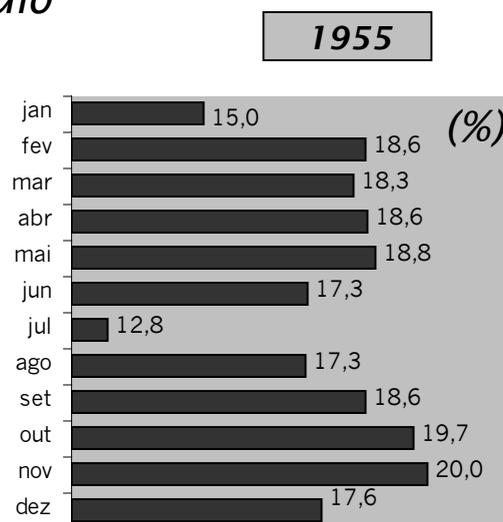
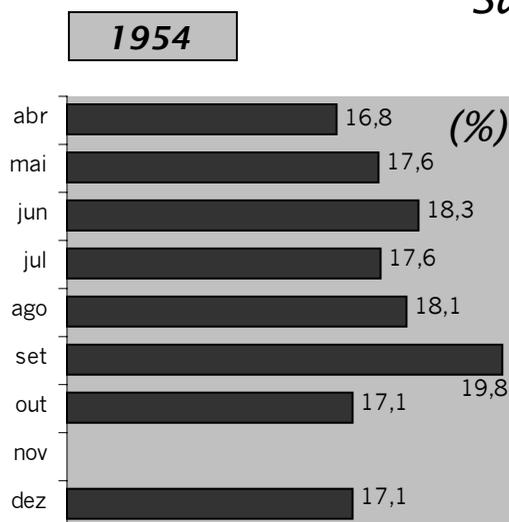
A terceira e última seção mostra a evolução da composição da grade da programação da TV entre 1954 e 1968 segundo suas categorias e por emissoras das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Apresenta ainda listas com os programas de maior audiência da televisão para 1968. Este subconjunto de dados mostra que, embora os gêneros predominantemente femininos não sejam mais os orientadores principais da produção da programação brasileira, programas pensados inicialmente para as mulheres, como as telenovelas, ocupam lugar central na audiência televisiva, além de programas humorísticos e noticiários. Este cenário se consolida na década de setenta, tal como mostram os dados para 1978, ao final deste Encarte.

*Editores de OP*

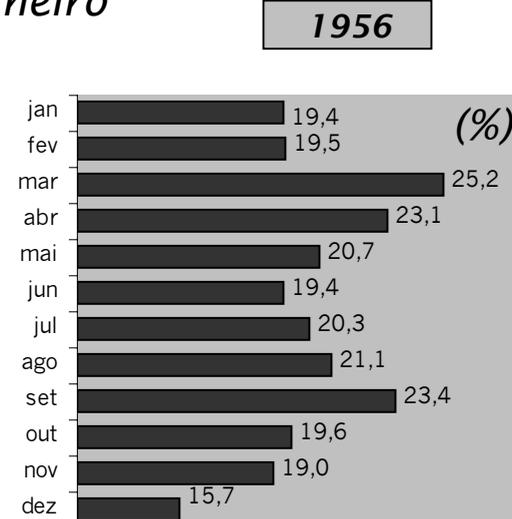
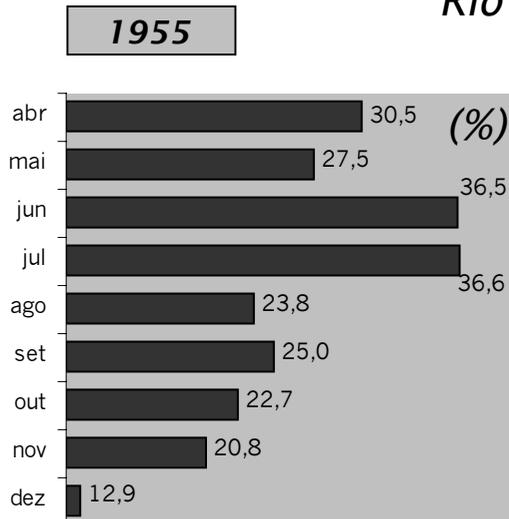
## Primeiros Registros de Assistência da TV Brasileira

Alguns anos depois da implantação da televisão, as médias mensais de assistência dos primeiros anos de pesquisas do IBOPE realizadas através de entrevistas domiciliares mostram que pelo menos 20% dos telespectadores paulistanos assistiam TV. No Rio de Janeiro, as médias de assistência oscilaram mais durante esses anos, atingindo picos de mais de um terço de aparelhos de TV ligados em meados de 1955.

### São Paulo



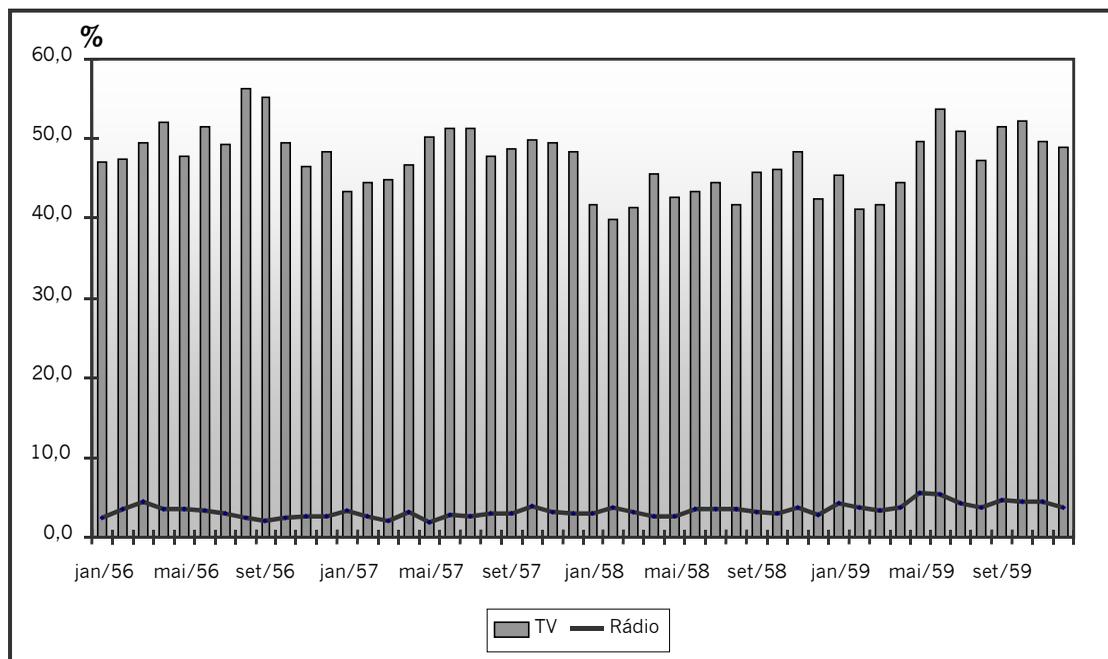
### Rio de Janeiro



Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 1, 3, 4, 6), IBOPE, 1954 a 1956;  
Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

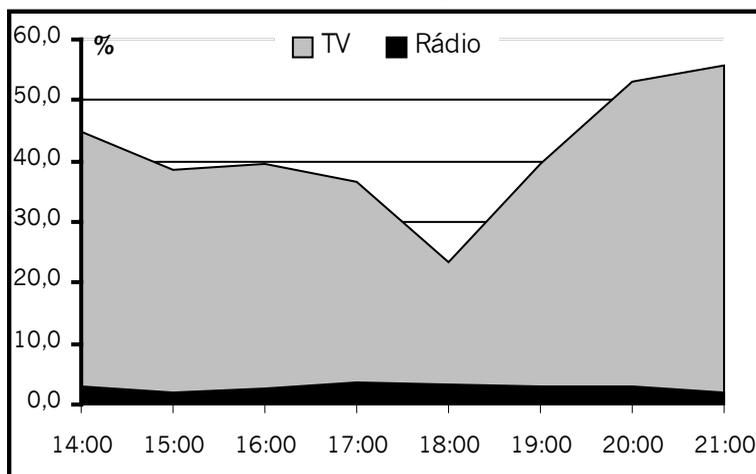
## Comparação da Evolução de Televisores e Rádios ligados

### São Paulo, 1956 a 1959



## Aparelhos de TV e Rádios Ligados em Intervalos de 1h

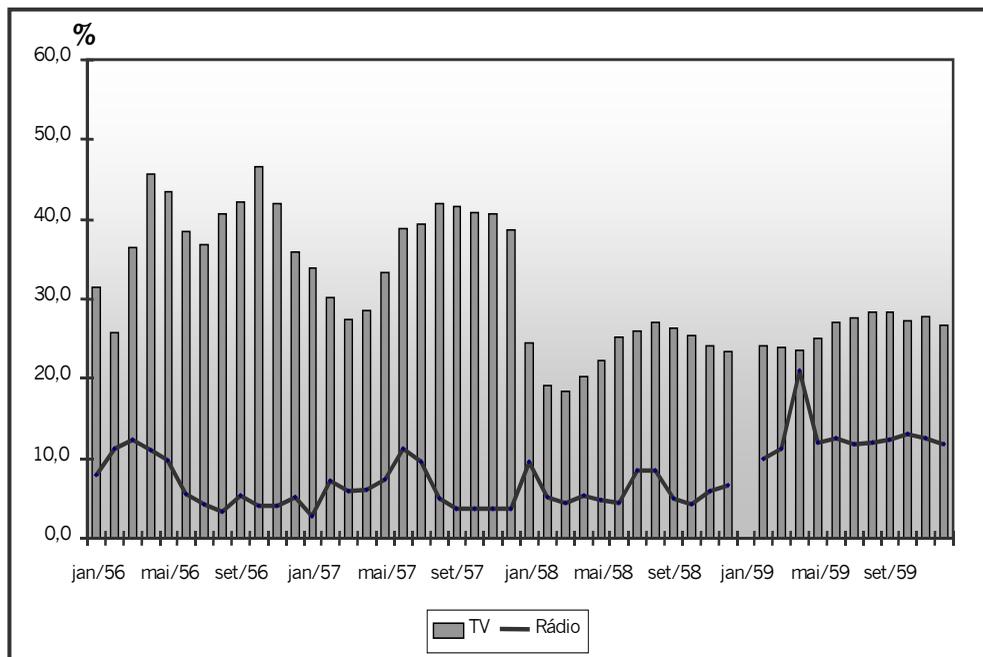
### Dezembro de 1958, São Paulo



Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 1,3,5,8,9,12), IBOPE, 1954 a 1959;  
Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

## Comparação da Evolução de Televisores e Rádios Ligados

### Rio de Janeiro, 1956 a 1959



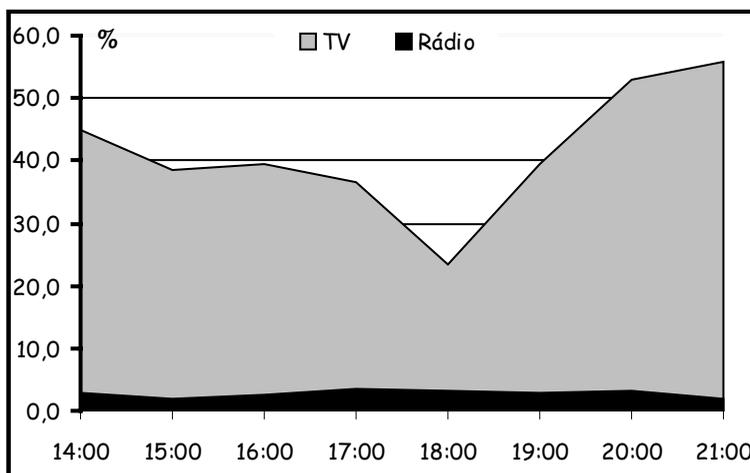
Os registros indicam maior assistência da TV em São Paulo e maior audiência do rádio no Rio de Janeiro.

A comparação entre o rádio e a TV no Rio e em São Paulo mostra que o paulistano, desde o final da década de 1950, ocupa todo o período vespertino com a preferência pela televisão.

Para o carioca, essa preferência tem lugar somente a partir das 18h.

### Aparelhos de TV e Rádios Ligados em Intervalos de 1h

#### Dezembro de 1958, Rio de Janeiro

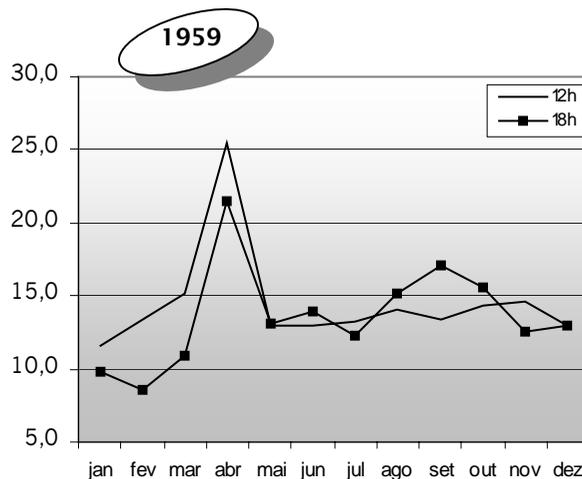
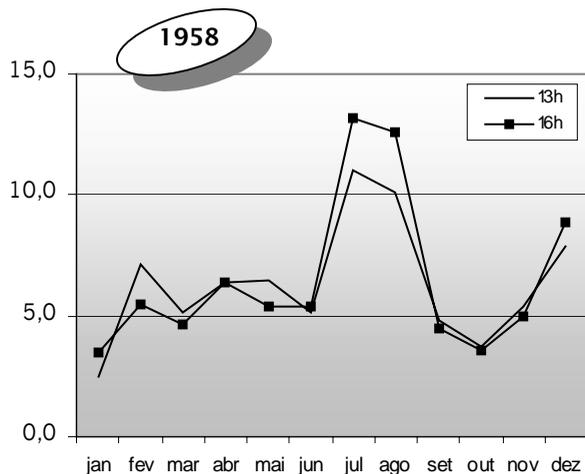
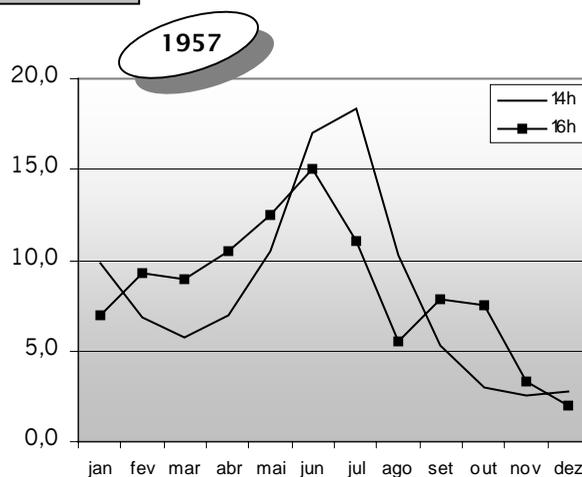
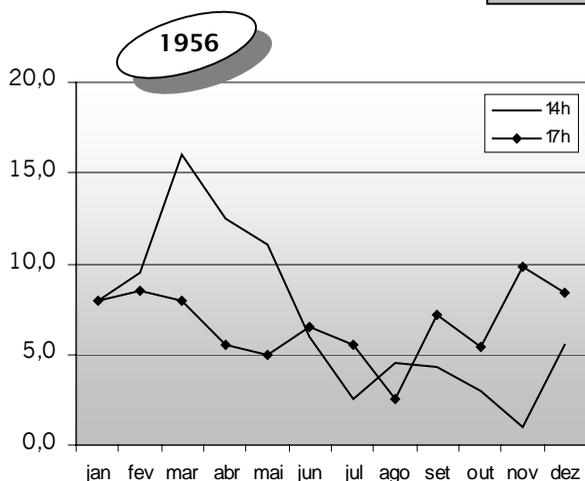


Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 4,6,7,10,11), IBOPE, 1955 a 1959; Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

## Horários de Maior Audiência do Rádio na década de 1950 (% de Rádios Ligados)

*Os dados sobre a audiência da TV e do rádio nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro mostram que, embora com oscilações, os cariocas ouviam mais rádio do que os paulistanos, comportamento que perdura por toda a década. Em 1959, quase dez anos depois da implantação da TV, o rádio atingia, no Rio de Janeiro, suas maiores médias de audiência da década.*

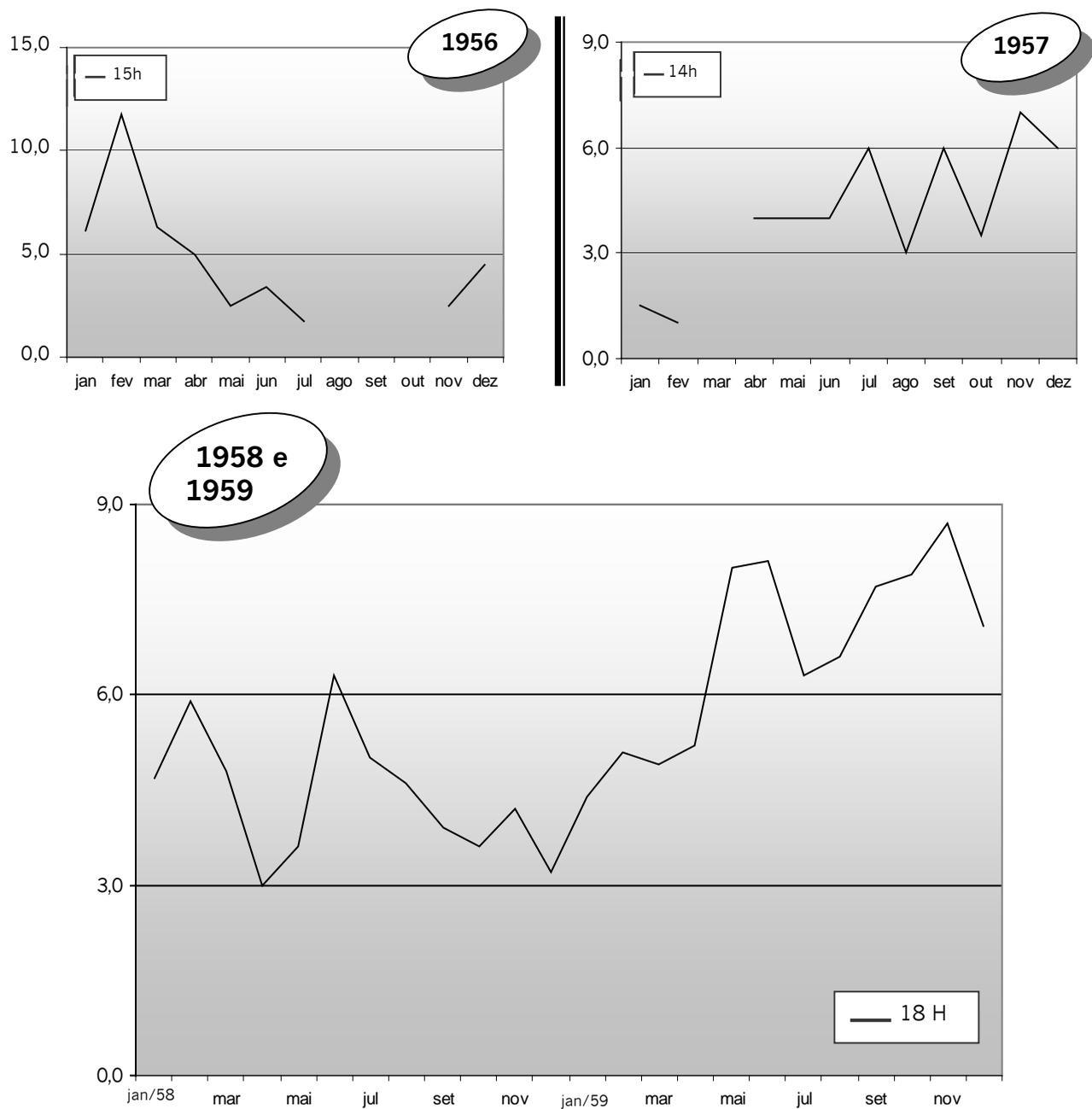
### Rio de Janeiro



**Fontes:** "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 4,6,7,10,11), IBOPE, 1955 a 1959.  
Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

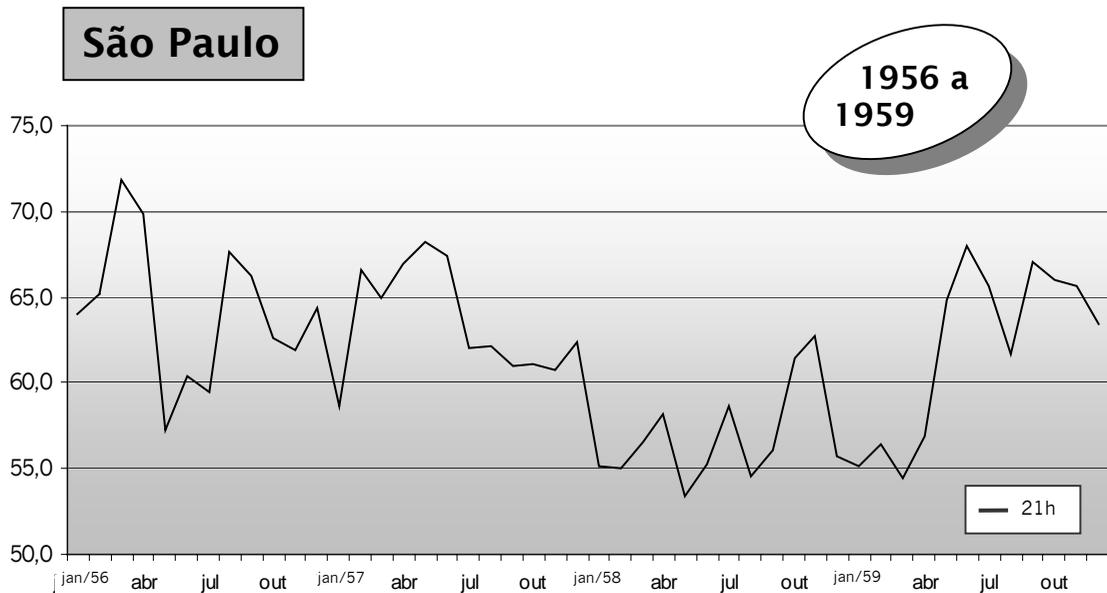
**Horários de Maior Audiência do Rádio na década de 1950  
(% de Rádios Ligados)**

**São Paulo**

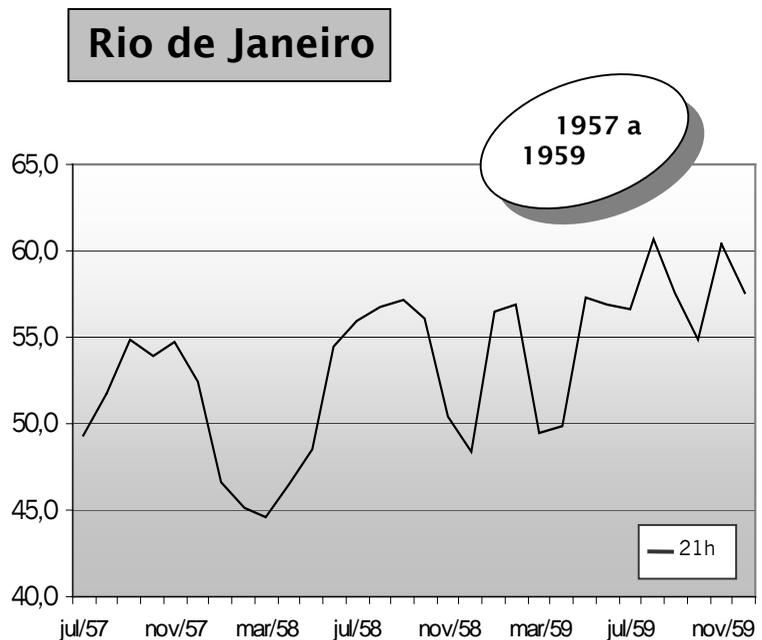


Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 1,3,5,8,9,12), IBOPE, 1954 a 1959; Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

## **Horários de Maior Assistência da TV na década de 1950 (% de Televisores Ligados no Horário de Maior Assistência)**



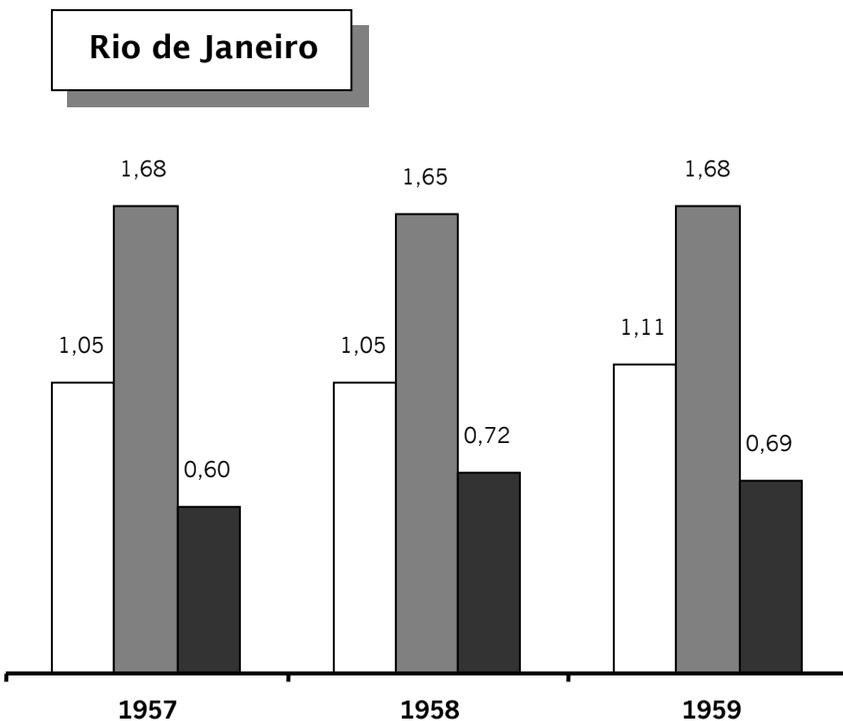
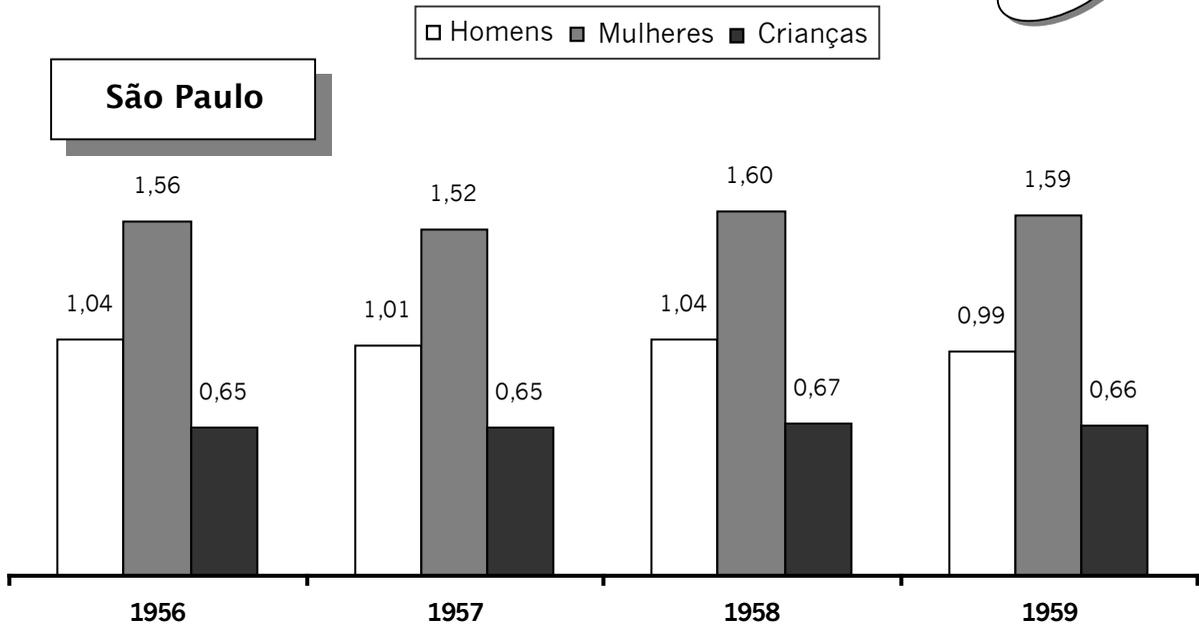
*A comparação dos percentuais de televisores ligados em São Paulo e no Rio de Janeiro nos horários de maior audiência nos anos cinquenta mostra que os paulistanos consumiam mais o novo bem cultural. Por exemplo, os dados mostram que em 1957 o menor índice de assistência (57%) para São Paulo é maior do que o maior índice de assistência (55%) para o Rio de Janeiro no mesmo horário.*



**Fontes:** "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 1, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11,12), IBOPE, 1954 a 1959. Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

**Assistência de Homens, Mulheres e Crianças (número médio) no Horário de Maior Audiência da TV**

**21h**



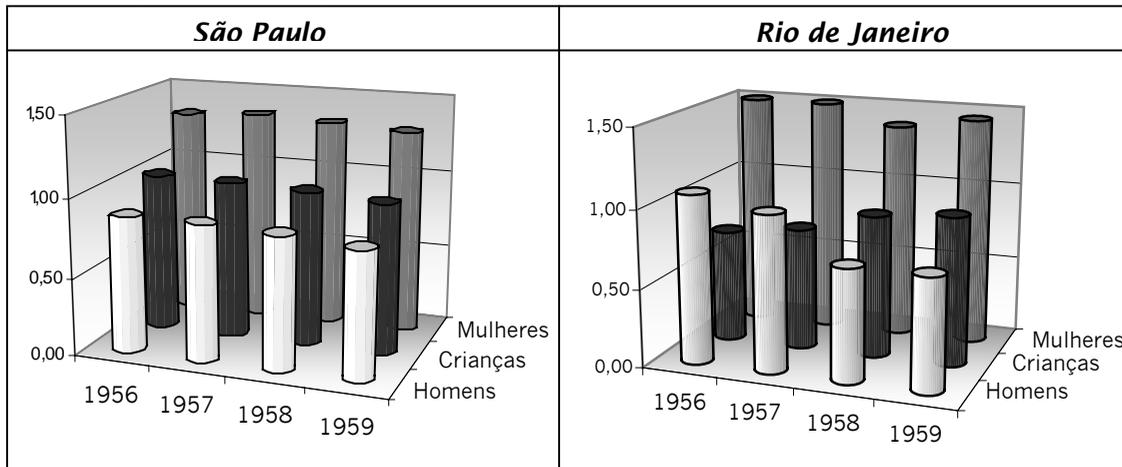
*Os primeiros registros de número médio de telespectadores por sexo e idade indicam que às 21h - horário de maior audiência da TV- as mulheres compunham o seu principal público nas duas cidades. Indicam também que, ao final da década de 1950, a assistência infantil neste horário ganhava mais espaço no Rio de Janeiro.*

Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 3 a 5; 7 a 12), IBOPE, 1956 a 1959; Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

### Assistência de Homens, Mulheres e Crianças (número médio de assistentes por aparelhos de TV ligados)

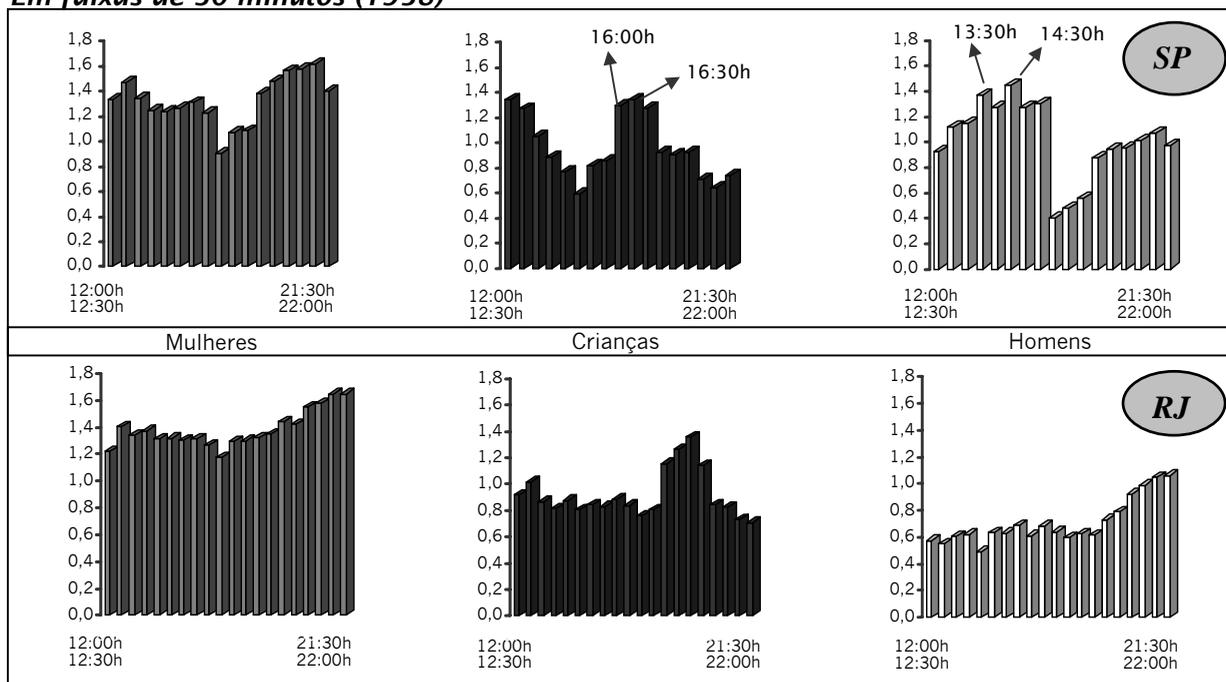
Os dados agregados por anos mostram que ao longo da década de 1950 a assistência de TV dos três públicos é permanente apenas em São Paulo.

#### Por Anos (1956 a 1959)



Embora as mulheres fossem o principal público da TV, quando se observa o comportamento da audiência por faixas de horário, é notável que, em São Paulo, homens e crianças equiparavam ou até superavam a audiência feminina em faixas específicas: 16:00h e 16:30h para as crianças e 13:30h e 14:30h para os homens.

#### Em faixas de 30 minutos (1958)

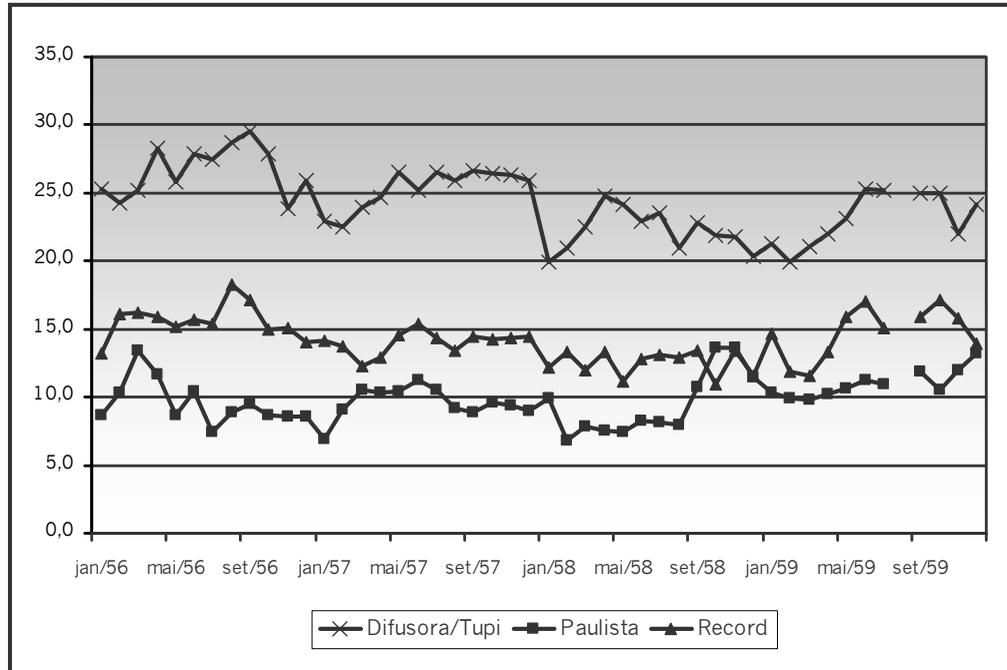


Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 3 a 5; 7 a 12, IBOPE, 1956 a 1959); Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

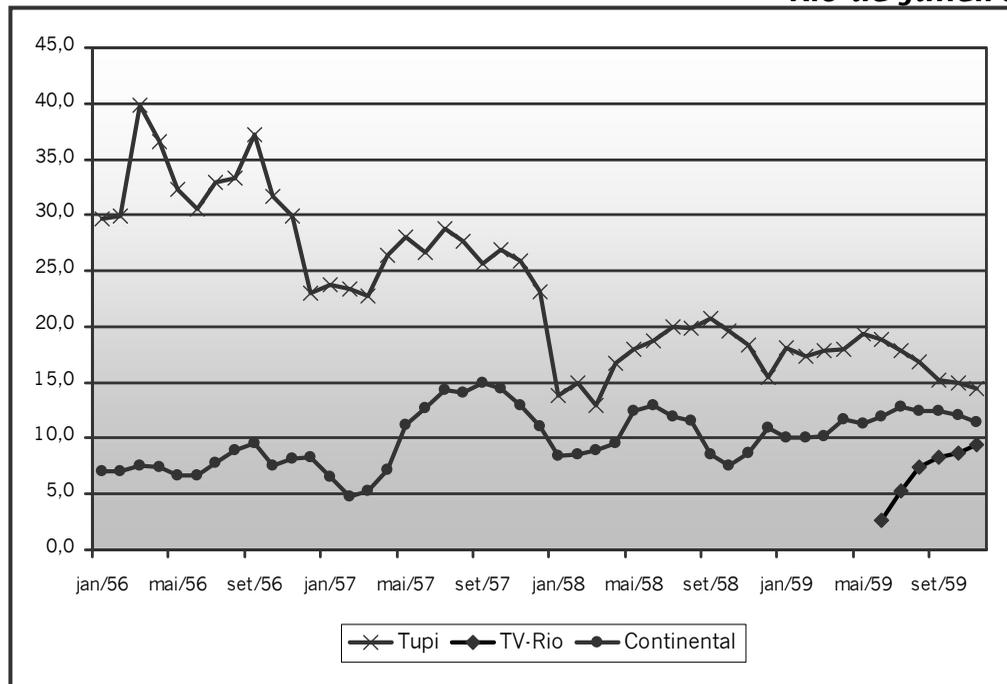
**Evolução da Audiência dos Canais de TV por Meses do Ano 1956 a 1959**

Ao longo dos anos 1950, a TV Tupi domina a audiência da televisão nas duas cidades.

**São Paulo**



**Rio de Janeiro**

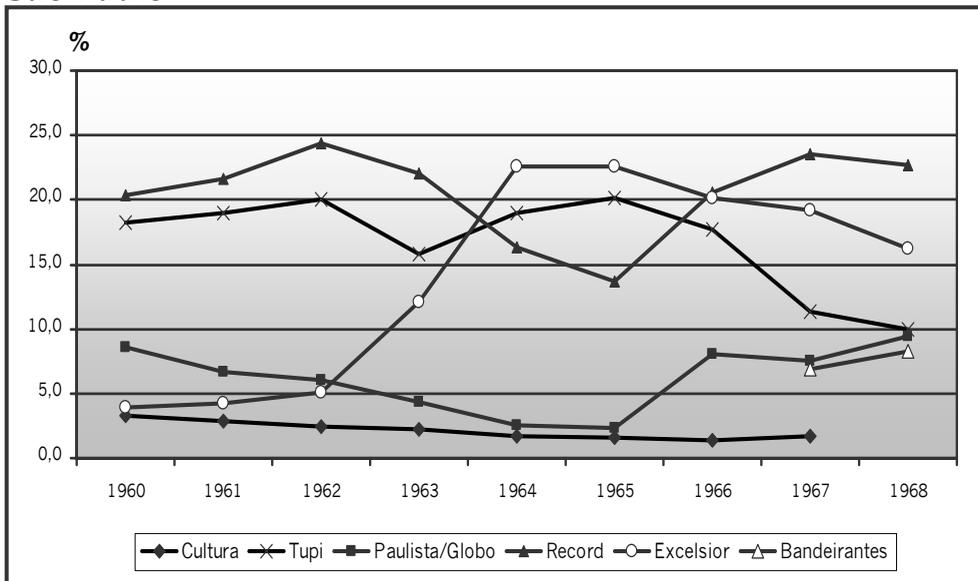


Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 3 a 5; 7 a 12, IBOPE, 1954 a 1959);  
Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

## Evolução da Audiência da Televisão por Canais Década de 1960

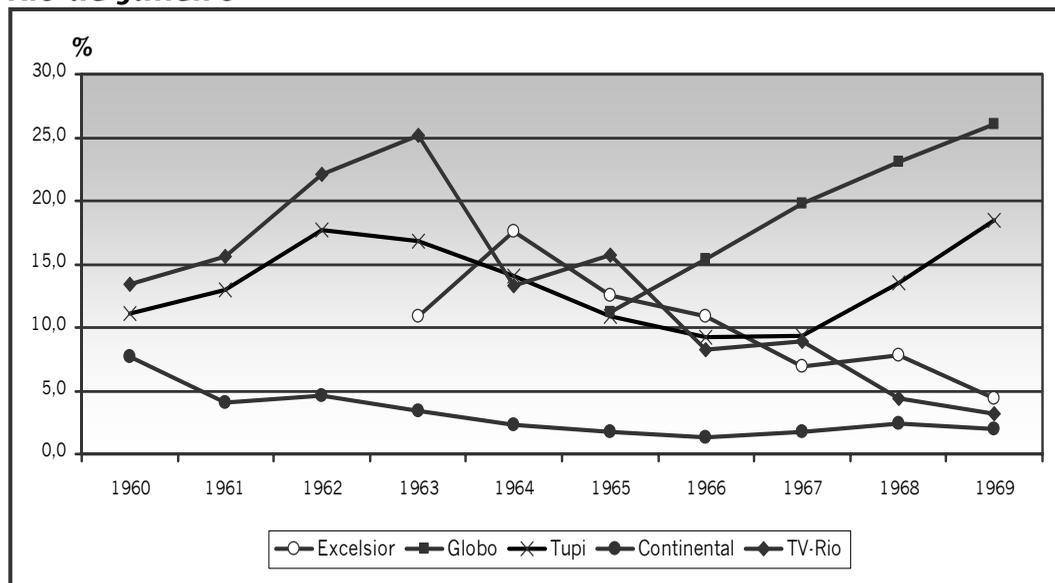
No início dos anos 1960, os índices de audiência da TV carioca continuavam menores do que os da TV em São Paulo. No entanto ao final da década, a tendência ascendente da audiência no Rio de Janeiro, acompanhada de uma ligeira queda da audiência paulistana, diminui a diferença entre as duas cidades.

### São Paulo



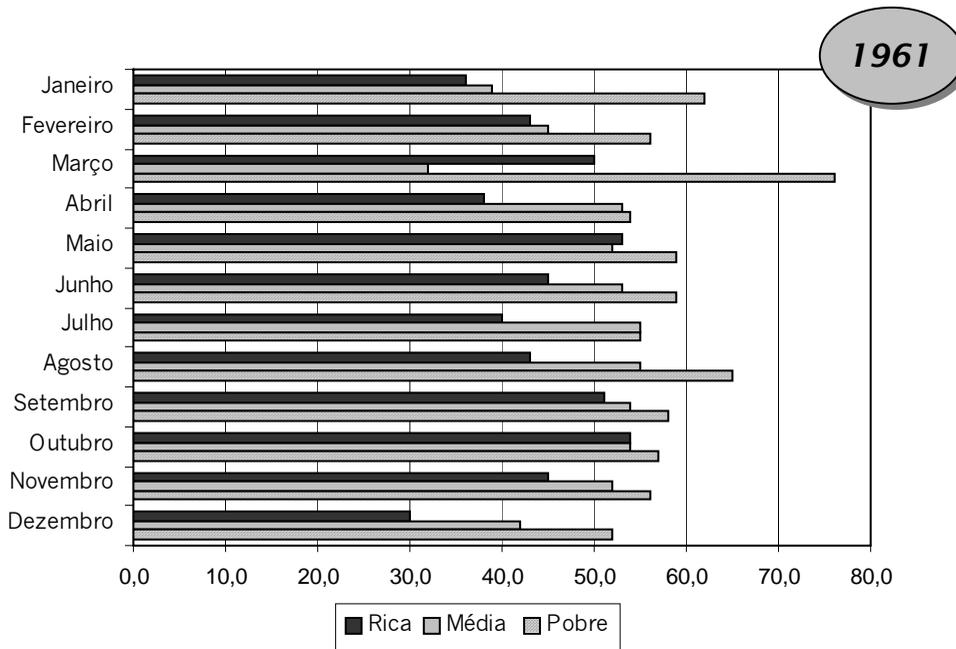
Ao final da década, a TV Record em São Paulo e a TV Globo no Rio de Janeiro consolidam a preferência da audiência.

### Rio de Janeiro



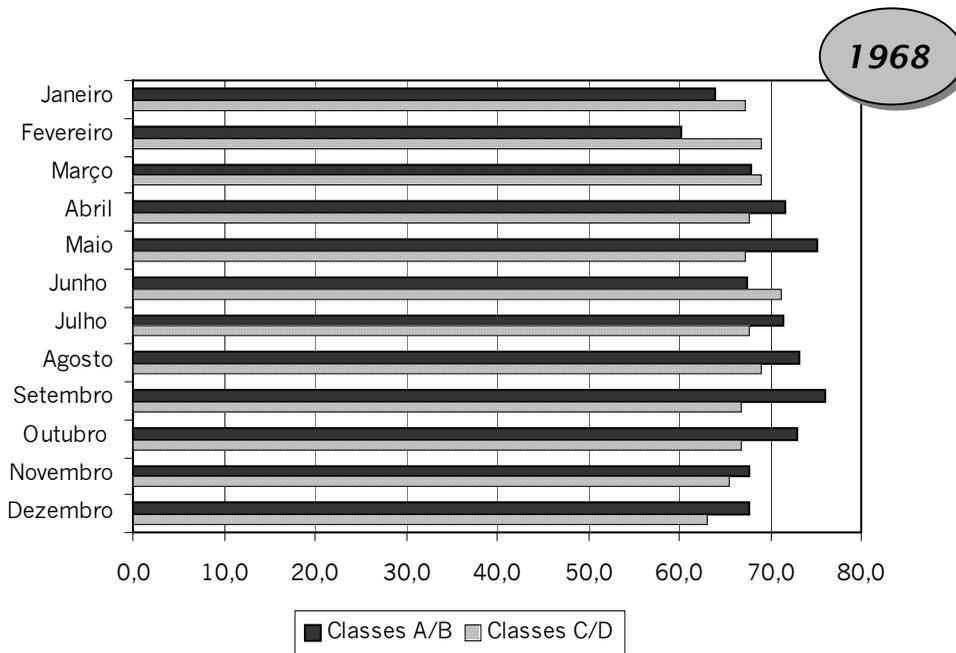
Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 13 a 45), IBOPE, 1960 a 1969; Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

### Assistência da Televisão por Classes Socioeconômicas da Capital Paulista (%) - Período Noturno\*



1961

*Na década de 1960, o IBOPE passa a discriminar a assistência da televisão por classes socioeconômicas e zonas geográficas com base em amostras representativas dos possuidores de TV de cada segmento sócio-geográfico. Estes dados indicam que no início dessa década, no período noturno, a "classe pobre", ou as "classes C e D", assistia mais TV do que outros grupos.*

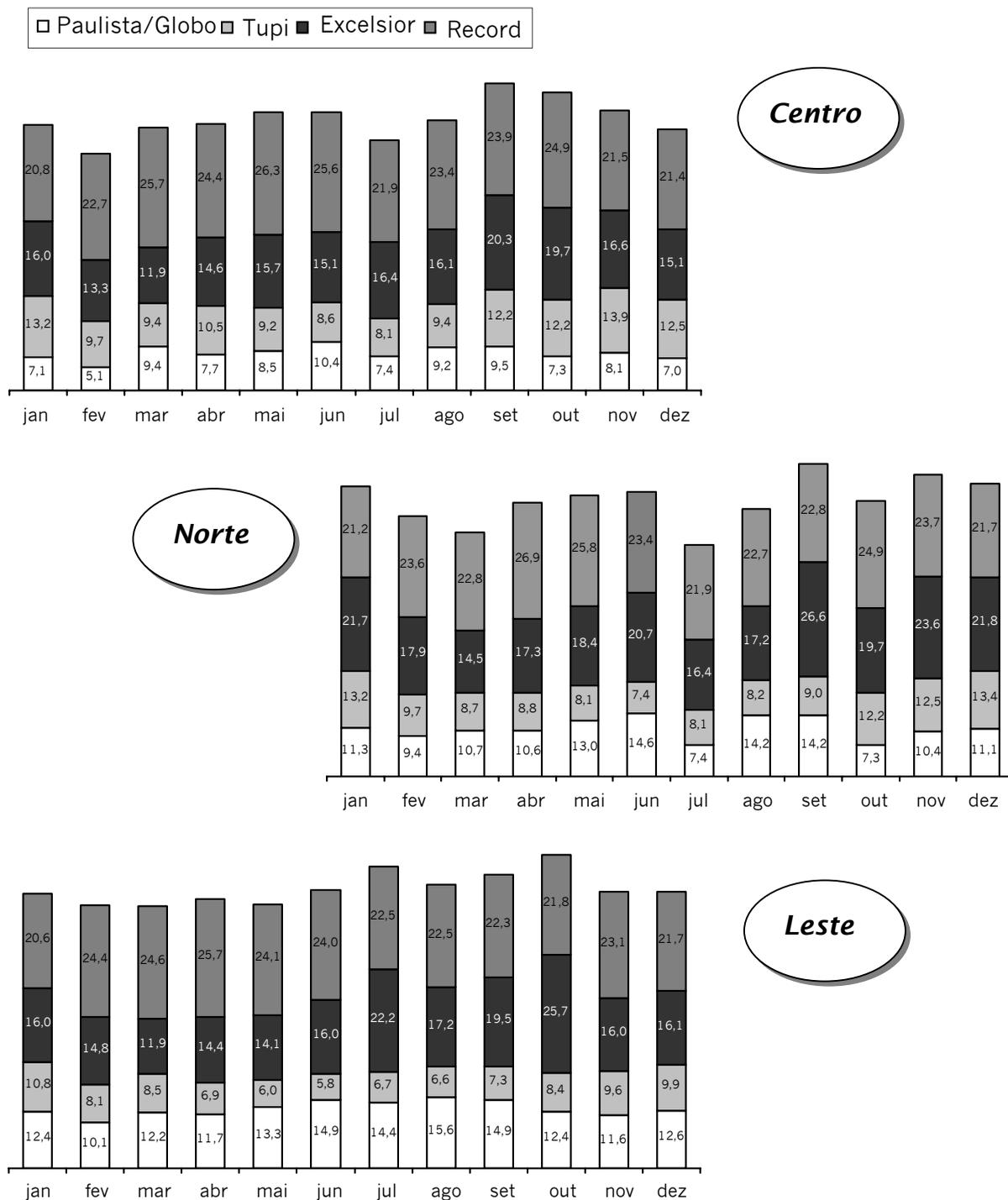


1968

\* Para 1961, o IBOPE não especifica o horário, para 1968 o intervalo é das 18 às 22 horas.

Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 16, 31 a 33), IBOPE, 1961;1968; Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

### Assistência da Televisão\* por Regiões da Capital Paulista e por Canais (%), 1968



\* No intervalo das 18 às 22 horas.

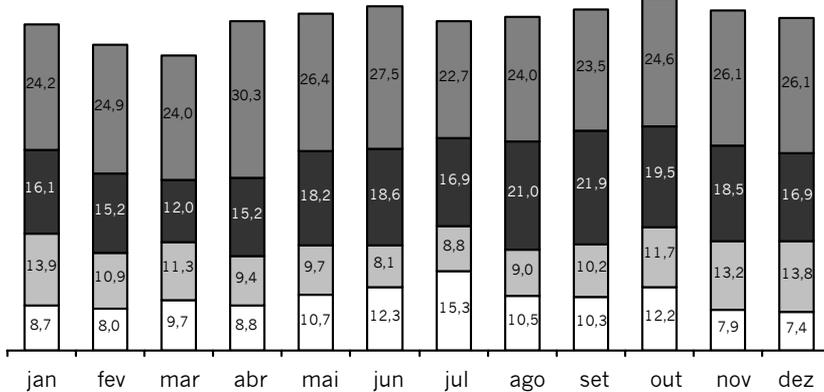
Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 31 a 33), IBOPE, 1968; Catálogo "Audiência da TV Brasileira, volume I, Cesop, 2005.

**Assistência da Televisão\* por Regiões da Capital Paulista e por Canais (%), 1968**

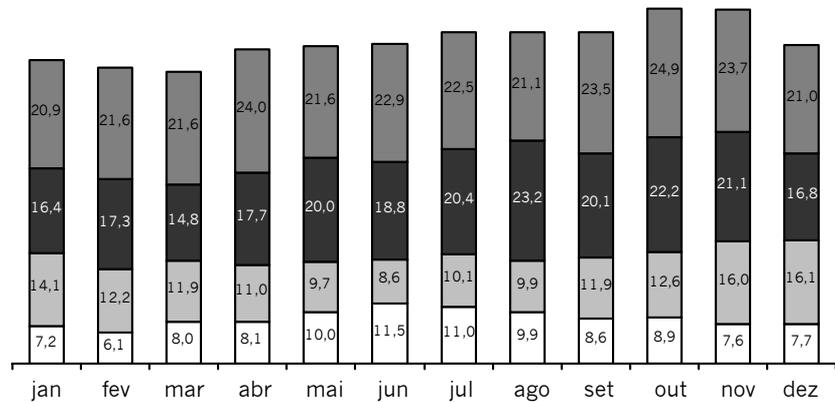
□ Paulista/Globo □ Tupi ■ Excelsior ■ Record

Os dados mostram que ao final da década de 1960 apenas na região denominada "Periferia", a Record, principal emissora paulistana, tinha índices menores do que 20%. É também nesta região que a TV Globo ocupava maior espaço na audiência.

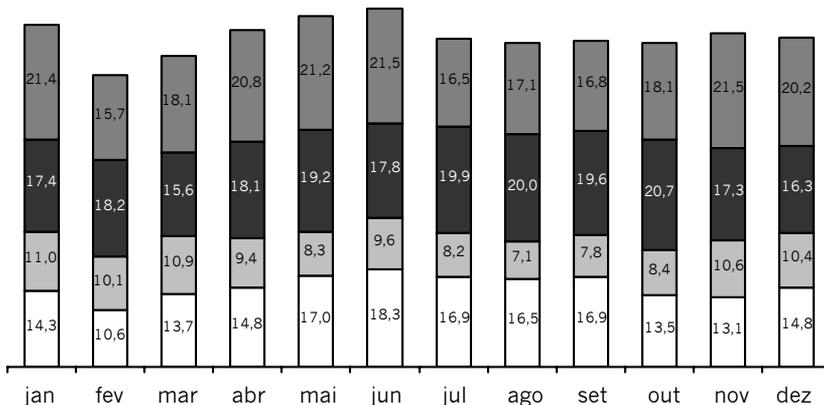
**Sul**



**Oeste**



**Periferia**



\* No intervalo das 18 às 22 horas

Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 31 a 33), IBOPE, 1968; Catálogo "Audiência da TV Brasileira, volume I, Cesop, 2005.

## Composição da Programação das Emissoras de TV São Paulo e Rio de Janeiro, 1954-1967 (%)

1954	São Paulo			Rio de Janeiro
	Difusora/ Tupi	Paulista	Record	Tupi
Teleteatro	11,1	10,1	8,1	10,7
Telenovela	9,3	2,9	3,2	7,1
Jornalismo	5,6	1,4	6,5	
<b>Musical/Artes</b>	<b>24,1</b>	<b>55,1</b>	<b>35,5</b>	<b>35,7</b>
Musical Humorístico		1,4	3,2	
Filme	1,9	1,4	1,6	
Séries	5,6		3,2	
Esporte	5,6	7,2	11,3	7,1
Feminino	7,5	1,4	4,8	3,6
Diversão/Desafios	1,9		4,8	3,6
Infantil	13,0	5,8	4,8	10,7
Variedades	3,7	2,9	3,2	7,1
Humor	9,3	4,3	3,2	3,6
Documentário		1,4		
Programa Político			1,6	
Entrevistas	1,9		1,6	3,6
Religioso		1,4		
Desfile (Carnaval)			1,6	3,6
Educativo			1,6	3,6
Outros		2,9		
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

*A partir de meados dos anos 1950 até o final da década, todos os canais de TV tinham nos musicais a base da sua programação, com pelo menos ¼ de toda a produção voltada para este gênero. Nesse período, a TV Paulista era a principal produtora desses programas; ao fim dos anos 1950, a TV Record assumia este lugar, tendo, em média, 40% da programação voltados aos gêneros musical e artístico.*

1955	São Paulo			Rio de Janeiro	
	Difusora/ Tupi	Paulista	Record	Tupi	TV-Rio
Teleteatro	4,0	5,5	9,9	7,8	5,6
Telenovela	14,7	2,7	2,8	5,2	
Jornalismo	5,3	2,7	1,4	3,9	11,1
<b>Musical/Artes</b>	<b>38,7</b>	<b>46,6</b>	<b>32,4</b>	<b>27,3</b>	<b>22,2</b>
Musical Humorístico			5,6		
Filme	1,3	2,7	4,2	2,6	5,6
Séries	1,3	1,4	1,4		
Esporte	1,3	9,6	9,9	9,1	16,7
Feminino	5,3	2,7	2,8	2,6	
Diversão/Desafios	1,3	1,4	4,2	2,6	
Infantil	9,3	5,5	7,0	15,6	11,1
Variedades	1,3	4,1	5,6	10,4	
Humor	10,7	2,7	1,4	1,3	5,6
Documentário		2,7	1,4	2,6	
Entrevistas	1,3	1,4	4,2	6,5	
Religioso	1,3	1,4			5,6
Desfile (Carnaval)	1,3		2,8		16,7
Campanhas Diversas		1,4		1,3	
Educativo	1,3		1,4		
Programa Auditório		2,7	1,4	1,3	
Outros		2,7			
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 1 a 39; 42), IBOPE, 1954 a 1967; Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

## Composição da programação...

Entre os anos de 1956 e 1957, a TV Tupi de São Paulo e do Rio de Janeiro destacava-se na produção de programas infantis.

Na TV carioca, a TV-Rio era a que mais se dedicava ao gênero esportivo. Em São Paulo, a Record e a TV Paulista dividiam-se entre as que mais produziam o gênero.

Ainda com relação à programação da TV paulistana, os programas humorísticos representavam 10% da programação da Difusora / Tupi.

1956	São Paulo			Rio de Janeiro	
	Difusora/ Tupi	Paulista	Record	Tupi	TV-Rio
Teleteatro	10,4	7,4	3,8	4,0	8,2
Telenovela	10,4	5,9	3,8	2,7	1,6
Jornalismo	4,5	7,4	3,8	4,0	6,6
Musical/Artes	25,4	41,2	43,0	37,3	31,1
Musical Humorístico			1,3	1,3	1,6
Filme	1,5	4,4	1,3	2,7	4,9
Séries		1,5	2,5		
<b>Esporte</b>	<b>4,5</b>	<b>5,9</b>	<b>8,9</b>	<b>8,0</b>	<b>16,4</b>
Feminino	6,0	4,4	3,8	8,0	4,9
Diversão/Desafios	6,0	2,9	3,8	2,7	1,6
<b>Infantil</b>	<b>11,9</b>	<b>4,4</b>	<b>5,1</b>	<b>12,0</b>	<b>9,8</b>
Variedades	1,5	4,4	6,3	36,7	3,3
<b>Humor</b>	<b>9,0</b>	<b>1,5</b>	<b>2,5</b>	<b>1,3</b>	<b>1,6</b>
Documentário	1,5	1,5	1,3	1,3	
Entrevistas	1,5		2,5	4,0	3,3
Religioso					1,6
Desfile (Carnaval)			2,5		
Campanhas Diversas		1,5			
Educativo	1,5		2,5		1,6
Economia	1,5		1,3		
Programa de Auditório	3,0	1,5		4,0	1,6
Outros		4,4			
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

1957	São Paulo			Rio de Janeiro	
	Difusora/ Tupi	Paulista	Record	Tupi	TV-Rio
Teleteatro	6,8	6,7	9,2	4,1	3,8
Telenovela	12,2		6,6	3,1	1,3
Jornalismo	5,4	1,1	3,9	5,1	8,9
Musical/Artes	24,3	34,4	40,8	31,6	38,0
Musical Humorístico			1,3	2,0	
Filme	2,7	5,6	2,6	4,1	1,3
Séries	2,7	1,1		1,0	
<b>Esporte</b>	<b>5,4</b>	<b>14,4</b>	<b>5,3</b>	<b>8,2</b>	<b>15,2</b>
Feminino	5,5	6,6	1,3	6,1	6,4
Diversão/Desafios	4,1	1,1	1,3	2,0	
<b>Infantil</b>	<b>10,4</b>	<b>6,7</b>	<b>14,5</b>	<b>15,3</b>	<b>7,6</b>
Variedade	2,7	5,6	5,3	1,0	5,1
<b>Humor</b>	<b>10,8</b>	<b>3,3</b>	<b>1,3</b>	<b>4,1</b>	<b>2,5</b>
Documentário	1,4	2,2		3,1	
Programa Político	1,4	1,1	2,6		
Entrevistas	1,4	2,2	1,3	4,1	3,8
Religioso		2,2			2,5
Desfile (carnaval)		2,2			1,3
Campanha Diversas		1,1			
Educativo	1,4				
Economia		1,1			
Programa de Auditório	2,7	1,1	2,6	4,1	2,5
Outros				1,0	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 1 a 39; 42). IBOPE, 1954 a 1967; Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

Composição da programação...

1958	São Paulo			Rio de Janeiro		
	Difusora/ Tupi	Paulista	Record	Tupi	TV Rio	Continental
Teleteatro	11,8	5,8	8,1	5,7	5,2	3,6
Telenovela	7,5	2,9	3,5	1,9	1,7	
<b>Jornalismo</b>	<b>4,3</b>	<b>2,9</b>	<b>4,7</b>	<b>3,8</b>	<b>6,1</b>	<b>3,6</b>
Musical/Artes	23,7	31,1	32,6	28,7	23,5	39,3
Musical Humorístico			1,2	1,9	3,5	
Filme	1,1	1,9	3,5	4,5	4,3	
Séries	2,2	1,0	1,2	3,2	1,7	
Esporte	6,5	6,8	14,0	7,6	11,3	14,3
Feminino	6,5	4,8		3,2	4,4	
Diversão/Desafios		1,9		1,9	0,9	
<b>Infantil</b>	<b>9,7</b>	<b>8,7</b>	<b>9,3</b>	<b>11,5</b>	<b>11,3</b>	<b>7,1</b>
Variedades	3,2	5,8	3,5	3,2	7,8	7,1
Humor	9,7	4,9	2,3	3,8	4,3	10,7
Documentário	2,2	1,9		2,5	2,6	3,6
<b>Programa Político</b>	<b>5,4</b>	<b>9,7</b>	<b>9,4</b>	<b>0,6</b>		
Entrevistas	1,1	2,9	1,2	3,8	4,3	
Religioso		1,0				3,6
Desfile (Carnaval)	1,1	1,0	1,2	3,2	0,9	
Campanha Diversas		1,0		2,5	0,9	
Educativo	1,1	1,0	1,2	1,9	1,7	
Economia		1,0		0,6		
Programa de Auditório	2,2	1,9	3,5	2,5	1,7	
Outros	1,1			1,3	1,7	7,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Ao final dos anos 1950, as duas emissoras da TV Tupi continuavam sendo as que mais se dedicavam à produção de programas infantis.

Os programas jornalísticos ocupavam em torno de 5% da programação das emissoras. No entanto, é notável que a TV Paulista e a TV Record tenham dedicado quase 10% de sua programação do ano eleitoral de 1958 a programas políticos.

1959	São Paulo			Rio de Janeiro		
	Difusora/ Tupi	Paulista	Record	Tupi	TV Rio	Continental
Teleteatro	13,4	6,9	1,3	3,7	3,9	4,3
Telenovela	4,1	3,4	7,7	0,9	3,9	2,1
<b>Jornalismo</b>	<b>1,0</b>	<b>4,6</b>	<b>1,3</b>	<b>6,5</b>	<b>3,9</b>	<b>2,1</b>
Musical/Artes	27,8	26,4	41,0	34,3	23,5	34,0
Musical Humorístico		1,1	1,3	0,9	3,9	2,1
Filme	4,1	2,3		5,6	4,9	2,1
Séries	5,2	1,1	5,1	1,9	2,9	
Esporte	9,3	11,5	12,8	5,6	10,8	10,6
Feminino	2,0	2,3		4,6	4,9	2,1
Diversão/Desafios	2,1	2,3	3,8	1,9	1,0	2,1
<b>Infantil</b>	<b>11,4</b>	<b>4,6</b>	<b>11,5</b>	<b>13,0</b>	<b>12,7</b>	<b>10,6</b>
Variedades	2,1	6,9	1,3	0,9	6,9	2,1
Humor	9,3	9,2	3,8	4,6	5,9	12,8
Documentário	2,1	3,4		3,7	1,0	4,3
Programa Político		2,3		0,9		
Entrevistas		5,7		3,7	2,9	6,4
Religioso		1,1	2,6	0,9		
Desfile (Carnaval)	1,0		3,8	0,9		
Campanha Diversas	1,0					
Educativo	2,1	3,4		1,9	2,0	
Programa de Auditório	2,1	1,1		2,8	1,0	
Outros			2,6	0,9	3,9	2,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 1 a 39; 42), IBOPE, 1954 a 1967; Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

Composição da programação...

Nos anos iniciais da década de 1960, os programas esportivos passavam a ocupar espaço considerável na programação das emissoras, caindo sensivelmente ao longo da década.

1960	São Paulo					Rio de Janeiro		
	Cultura	Difusora/ Tupi	Excelsior	Paulista	Record	Tupi	TV Rio	Continental
Teleteatro	2,2	5,1	4,9	3,5	1,1	4,8	1,8	4,3
Telenovela	6,7	1,3	1,6	2,6	5,5	3,0		
Jornalismo	8,9	1,3	3,3	4,3	3,3	3,0	3,6	1,4
Musical/Artes	31,1	33,3	13,1	28,7	30,8	27,1	25,0	41,4
Musical Humorístico		1,3	4,9	1,7	2,2	1,2	1,8	2,9
Filme	4,4	3,8	4,9	1,7	4,4	5,4	1,8	
Séries		9,0		0,9	11,0	7,8	12,5	1,4
<b>Esporte</b>	<b>15,6</b>	<b>11,5</b>	<b>3,3</b>	<b>13,0</b>	<b>13,2</b>	<b>9,0</b>	<b>5,4</b>	<b>15,7</b>
Feminino			4,9	2,6		2,4	5,4	5,7
Diversão/Desafios				4,3	3,3	2,4	5,4	2,9
<b>Infantil</b>	<b>6,6</b>	<b>14,1</b>	<b>16,4</b>	<b>8,7</b>	<b>14,3</b>	<b>10,8</b>	<b>17,9</b>	<b>8,6</b>
Variedades		2,6	4,9	5,2	1,1	2,4	3,6	1,4
Humor	4,4	5,1	4,9	7,8	2,2	6,0	8,9	1,4
Documentário			4,9	1,7		1,8		
Programa Político	8,9		9,9	3,4	2,2	4,8		1,4
Entrevistas	2,2	2,6	4,9	2,6	1,1	3,0	1,8	1,4
Religioso			1,6	0,9		0,6		2,9
Desfile (Carnaval)		2,6	1,6	2,6	3,3			1,4
Campanhas Diversas		1,3			1,1	0,6		
Educativo	2,2	2,6	1,6	0,9		1,8	3,6	2,9
Economia				0,9				
Programa de Auditório	2,2	2,6		1,7		1,2		
Outros	4,4		8,2			0,6	1,8	2,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

1961	São Paulo				Rio de Janeiro		
	Cultura	Excelsior	Paulista	Record	Tupi	TV Rio	Continental
Teleteatro	4,3	7,3	10,1	1,7	3,8	2,8	4,5
Telenovela	6,4	2,4	1,1	1,7	5,2	1,9	1,5
Jornalismo	7,4	4,9	4,5	3,4	5,7	6,5	6,0
Musical/Artes	36,2	14,6	28,1	25,4	20,5	16,8	34,6
Musical Humorístico	1,1	3,7	2,2	1,7	0,5	1,9	1,5
Filme	3,2	8,5	6,7	3,4	8,6	7,5	6,0
Séries	1,1	2,4		16,9	8,6	13,1	3,0
<b>Esporte</b>	<b>11,7</b>	<b>6,1</b>	<b>9,0</b>	<b>10,2</b>	<b>10,0</b>	<b>12,1</b>	<b>11,3</b>
Feminino	1,1	2,4	1,1		2,9	3,9	8,3
Diversão/Desafios	1,1		4,5	1,7	1,4	1,9	1,5
<b>Infantil</b>	<b>5,4</b>	<b>23,1</b>	<b>9,0</b>	<b>15,3</b>	<b>15,3</b>	<b>17,8</b>	<b>6,8</b>
Variedades	2,1	2,4	2,2	1,7	3,8	3,7	1,5
Humor	2,1	4,9	11,2	8,5	4,8	5,6	2,3
Documentário	3,2	3,7		3,4	2,4	0,9	3,8
Programa Político		2,4	1,1	1,7			0,8
Entrevistas	3,2	2,4	3,4		1,9	0,9	0,8
Religioso	1,1	2,4	2,2		0,5		2,3
Desfile (Carnaval)		2,4		1,7	0,5		0,8
Campanhas diversas			1,1				
Educativo	2,1	1,2			1,4		1,5
Programa de Auditório	1,1		2,2	1,7	1,0	0,9	1,5
Outros	5,3	2,4			1,4	1,9	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Ainda no início da década, os musicais mantinham o predomínio da grade de programas, mas a programação dedicada ao público infantil se ampliava sobretudo nas emissoras Excelsior e TV-Rio.

Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 1 a 39; 42), IBOPE, 1954 a 1967; Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

Composição da Programação...

Entre 1962 e 1963, a participação dos seriados importados na programação da TV aumentava de forma significativa. A Record e a TV-Rio eram as principais transmissoras destes programas, seguidas pela TV Tupi.

1962	São Paulo				Rio de Janeiro		
	Cultura	Excelsior	Paulista	Record	Tupi	TV Rio	Continental
Teleteatro	3,8	3,2	4,0	2,8	1,9	2,8	2,8
Telenovela	1,3	2,1	6,0		2,8	1,4	0,9
Jornalismo	5,1	3,2	7,0		7,0	3,5	1,9
Musical/Artes	21,8	17,9	19,0	19,4	16,3	16,9	32,4
Musical Humorístico		3,2	1,0	2,8	0,5	2,8	
Filme	3,8	6,3	3,0	5,6	8,8	9,9	8,3
<b>Séries</b>	<b>6,4</b>	<b>3,2</b>	<b>1,0</b>	<b>23,6</b>	<b>12,1</b>	<b>15,5</b>	<b>2,8</b>
Esporte	15,4	7,4	10,0	9,7	9,3	8,5	11,1
Feminino	1,3	6,3	6,0	1,4	3,3	1,4	6,5
Diversão/Desafios		1,1	2,0	4,2	1,4	2,8	0,9
Infantil	7,7	17,6	8,0	12,5	17,7	16,2	8,3
Variedades	1,3	6,3	4,0	2,8	4,2	3,5	2,8
Humor		4,2	13,0	8,3	3,3	5,6	2,8
Documentário	1,3	4,2	1,0	2,8	3,3	1,4	4,6
Programa Político	2,2	7,4	5,0	1,4	2,3	1,4	1,8
Entrevistas	6,4	3,2	4,0		2,3	0,7	1,9
Religioso	3,8	2,1	2,0		0,9	0,7	1,9
Desfile (Carnaval)			1,0				0,9
Campanhas Diversas	1,3						0,9
Educativo	3,8	1,1		1,4	0,9	0,7	3,7
Economia			1,0	1,4	0,5		
Programa de Auditório	1,3		2,0		1,4	2,8	0,9
Outros	3,8					1,4	1,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

1963	São Paulo				Rio de Janeiro		
	Cultura	Excelsior	Paulista	Record	Tupi	TV Rio	Continental
Teleteatro	3,0	5,3	6,9	0,9	4,0	1,3	0,8
Telenovela	2,0	3,5	4,0	1,8	2,0	1,9	
Jornalismo	<b>4,0</b>	4,4	5,0	1,8	5,2	2,6	9,3
Musical/Artes	12,9	16,2	9,9	15,8	19,7	16,2	31,0
Musical Humorístico	3,0	4,8	5,9	7,0	2,8	1,9	
Filme	3,0	8,3	5,0	5,3	,0	7,8	4,7
<b>Séries</b>	<b>8,9</b>	<b>18,4</b>	<b>3,0</b>	<b>19,3</b>	<b>16,5</b>	<b>20,1</b>	<b>2,3</b>
Esporte	13,9	2,6	10,9	6,1	4,4	4,5	10,1
Feminino	4,0	1,3	5,0	0,9	1,2	1,2	2,3
Diversão/Desafios	1,0	4,4	4,0	4,4	2,4	3,2	2,3
Infantil	6,0	11,0	8,9	13,2	11,6	12,3	6,2
Variedades	1,0	3,9	4,0	2,6	5,2	2,6	7,0
Humor	5,0	9,2	12,9	14,0	5,2	9,7	3,1
Documentário	<b>9,9</b>	1,8	2,0	0,9	2,0	1,9	5,4
Programa Político	<b>4,0</b>	1,3	2,0	2,7	1,6		0,8
Entrevistas	<b>3,0</b>	1,3	5,0	2,6	2,4	1,3	2,3
Religioso	4,0	1,3	1,0				2,3
Desfile (Carnaval)			1,0		1,2	0,6	0,8
Campanhas Diversas					0,4	1,3	0,8
Educativo	<b>5,0</b>				1,2	0,6	3,9
Economia						0,6	0,8
Programa de Auditório	3,0	0,9	3,0	0,9	1,6	4,5	0,8
Outros	4,0		1,0		1,2	3,2	3,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Criada em 1960, a TV Cultura ocupava um espaço pouco explorado pelas demais emissoras, o de programas educativos e de informação política. Em 1963, por exemplo, mais de ¼ de sua programação estavam voltados ao jornalismo, programas políticos, educativos, entrevistas e documentários.

Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 1 a 39; 42), IBOPE, 1954 a 1967; Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

**Composição da Programação...**

*Em meados dos anos 1960, crescia a produção das novelas, sobretudo pela Tupi e pela Excelsior, ocupando um espaço deixado pelos teleteatros.*

*A partir de 1964, os programas humorísticos também ganhavam espaço importante na programação das emissoras, o qual se consolida nos anos finais da década de 1960.*

1964	São Paulo				Rio de Janeiro		
	Cultura	Excelsior	Paulista	Record	Tupi	TV Rio	Continental
Teleteatro	1,6	1,3	6,1	1,	1,3	1,6	1,2
<b>Telenovela</b>	<b>3,1</b>	<b>11,5</b>	<b>6,7</b>	<b>4,2</b>	<b>11,6</b>	<b>9,8</b>	<b>1,2</b>
Jornalismo	5,5	2,6	4,9	3,4	4,5	5,7	6,0
Musical/Artes	21,9	14,5	14,6	17,8	10,3	9,8	23,8
Musical Humorístico	0,8	5,3	4,3	5,1	2,2	4,9	
Filme	6,3	3,2	9,8	6,8	3,6	8,2	6,0
Séries	8,6	20,3	11,0	22,0	22,3	17,2	8,3
Esporte	7,0	4,4	11,0	4,2	4,9	5,7	19,0
Feminino	0,8	0,4	3,6		2,2	0,8	
Diversão/Desafios	2,3	1,8	1,2	0,8	2,7	1,6	1,2
Infantil	10,2	7,5	4,8	11,8	14,3	8,2	3,6
Variedades	0,8	3,5	3,0	1,	2,2	2,5	6,0
<b>Humor</b>	<b>3,9</b>	<b>13,7</b>	<b>5,5</b>	<b>14,4</b>	<b>6,3</b>	<b>14,8</b>	<b>4,8</b>
Documentário	7,0	1,8	1,2		1,8		2,4
Programa Político	1,6	0,4			1,7		
Entrevistas	4,7	0,4	3,7	0,8	2,7	0,8	3,6
Religioso	2,3		2,4	0,8	0,4	0,8	3,6
Desfile (Carnaval)		0,4		0,8	0,4	0,8	3,6
Campanhas Diversas	2,3		2,4	0,8	0,4		
Educativo	6,3	0,4			2,2		1,2
Programa de Auditório	1,6	2,6			0,9	3,3	2,4
Outros	1,6	0,9	3,7	2,5	0,9	3,3	2,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

1965	São Paulo				Rio de Janeiro		
	Cultura	Excelsior	Globo	Record	Tupi	TV Rio	Continental
Teleteatro	2,6	1,5	6,3	1,4	3,6	0,8	
Telenovela	3,8	12,5	7,7	5,7	11,9	6,7	1,1
Jornalismo	5,1	3,5	2,8	4,3	6,0	5,8	6,7
Musical/Artes	20,5	8,5	11,9	14,3	7,7	11,7	20,2
Musical Humorístico	2,6	3,5	1,4	5,7	2,4	2,5	
Filme	7,7	8,0	18,9	8,6	6,0	10,0	9,0
Séries	11,5	15,5	17,5	24,3	19,6	11,7	7,9
Esporte	2,6	5,0	6,3	2,9	7,1	10,0	15,7
Feminino	1,3	1,5	1,4	1,4	2,4	2,5	1,1
Diversão/Desafios	2,6		2,1		2,4	2,5	3,4
Infantil	9	9,0	6,3	8,5	10,8	8,3	3,4
Variedades	2,6	6,5	2,1	2,9	3,0	3,3	3,4
<b>Humor</b>	<b>5,1</b>	<b>14,5</b>	<b>3,5</b>	<b>11,4</b>	<b>5,4</b>	<b>8,3</b>	<b>2,2</b>
Documentário	5,1	3,0	2,1		2,4	0,8	5,6
Programa Político	1,3	2,0	2,8	1,4	1,8	0,8	1,1
Entrevistas	6,4	1,0	3,5	1,4	3,0	4,2	5,6
Religioso			1,4			0,8	2,2
Desfile (Carnaval)		0,5		1,4	1,2	0,8	5,6
Campanhas diversas			0,7		0,6	0,8	
Educativo	7,7				1,2		
Economia							1,1
Programa de Auditório	2,6	2,5				2,5	2,2
Outros		1,5	1,4	4,3	1,8	5,0	2,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 1 a 39; 42), IBOPE, 1954 a 1967; Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

Composição da Programação...

A partir de meados dos anos 1960, crescia a exibição de filmes e séries e, em 1966, por exemplo, representava, em média, 30% da programação da Globo e da Record.

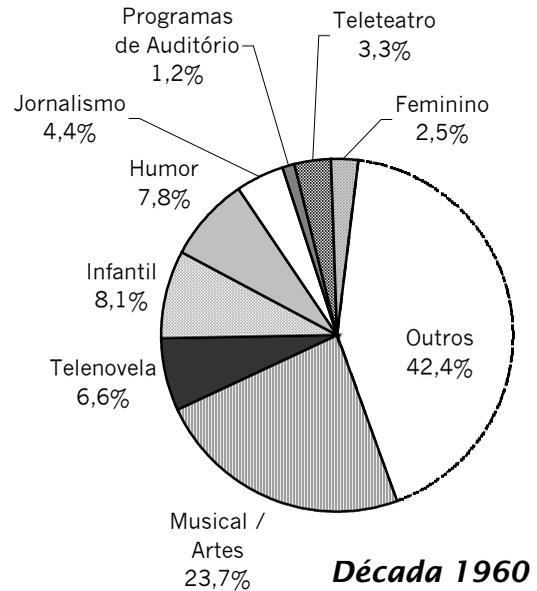
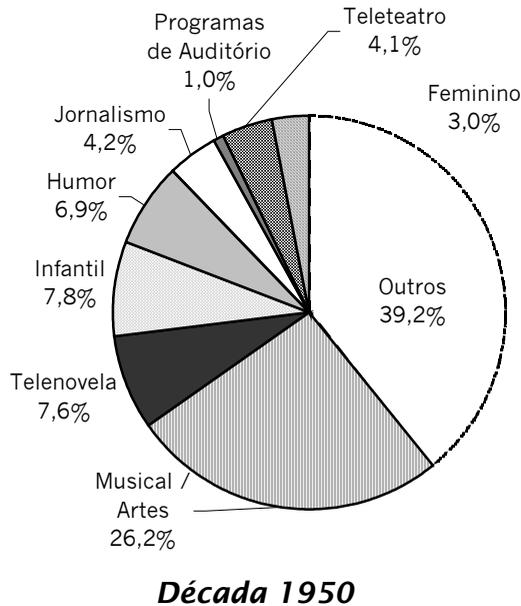
1966	São Paulo				Rio de Janeiro		
	Cultura	Excelsior	Globo	Record	Tupi	TV Rio	Continental
Teleteatro	0,8	0,9	2,1	1,4	3,3	0,8	0,8
Telenovela	1,7	9,6	6,2	2,7	10,2	4,8	1,7
Jornalismo	2,5	4,1	4,1	1,4	5,6	6,4	5,9
Musical/Artes	27,3	20,6	13,0	23,0	10,7	10,4	21,8
Musical Humorístico	3,3	2,8	2,1	2,7	1,9	3,2	0,8
<b>Filme</b>	<b>11,6</b>	<b>9,6</b>	<b>17,1</b>	<b>13,5</b>	<b>11,6</b>	<b>10,4</b>	<b>5,9</b>
<b>Séries</b>	<b>15,7</b>	<b>13,3</b>	<b>14,5</b>	<b>18,9</b>	<b>14,0</b>	<b>12,8</b>	<b>11,8</b>
Esporte	4,1	8,3	7,8	12,2	4,7	9,6	13,4
Feminino	1,7	1,0	1,0		2,3	2,4	0,8
Diversão/Desafios					1,4		1,7
Infantil	4,2	4,1	8,3	8,2	10,3	14,4	4,2
Variedades	5,8	2,8	2,1	1,4	4,2	3,2	5,0
Humor	2,5	11,8	11,9	8,1	8,8	4,0	1,7
Documentário	5,8	1,8	1,0	1,4	1,9	1,6	2,5
Programa Político		1,0	1,0		1,0	0,8	5,1
Entrevistas	4,1	0,5	2,6	1,4	2,3	5,6	3,4
Religioso	2,5	0,9	1,0	2,7	1,4	0,8	0,8
Desfile (Carnaval)	0,8	2,3	2,1		1,4	0,8	3,4
Campanhas Diversas		0,9		0,5		1,6	
Educativo	1,7	0,9	0,5		0,9		1,7
Economia						0,8	2,5
Programa de Auditório	3,3	3,2				2,4	0,8
Outros	0,8		1,6	1,4	1,9	3,2	4,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

A TV Bandeirantes, inaugurada em 1967, figurava entre as maiores produtoras de novelas do período, gênero ao qual também passava a se dedicar a Globo.

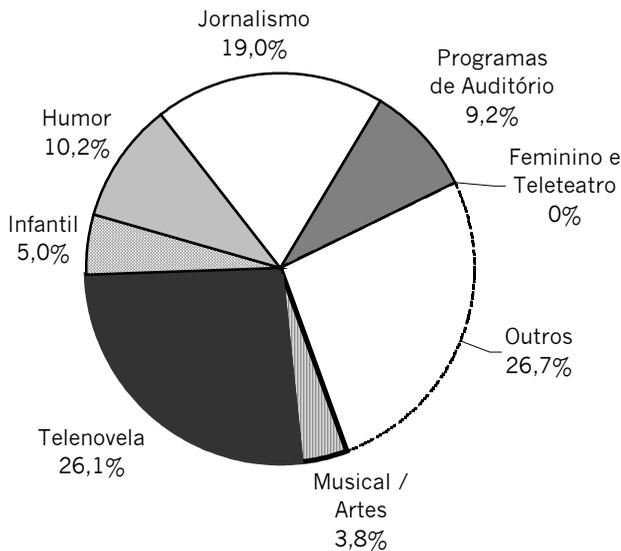
1967	São Paulo				Rio de Janeiro			
	Bandeirantes	Cultura	Excelsior	Globo	Record	Tupi	TV Rio	Continental
Teleteatro			0,6	1,5	2,3	2,5	1,2	1,9
<b>Telenovela</b>	<b>13,6</b>	<b>1,0</b>	<b>11,8</b>	<b>9,7</b>		<b>13,1</b>		<b>1,9</b>
Jornalismo	1,5	5,2	3,9	6,0	4,7	5,1	9,3	5,6
Musical/Artes	13,6	32,3	14,0	14,2	32,6	10,1	24,4	15,0
Musical Humorístico	3,0	2,1	1,7		7,0	2,5	3,5	0,9
Filme	19,7	15,6	10,1	13,4	2,3	11,0	8,1	8,4
Séries	6,1	9,4	14,0	9,0	16,3	13,9	16,3	15,0
Esporte	9,1	5,2	5,6	8,2		5,5	1,2	12,1
Feminino	3,0		0,6	1,4		2,5		0,9
Diversão/Desafios					2,3	1,7	1,2	0,9
Infantil	12,1	4,2	11,3	10,0	9,3	5,5	11,6	8,4
Variedades		4,2	2,2	2,2	4,7	2,5	3,5	3,7
Humor	9,1	3,1	10,1	11,9	11,6	10,1	4,7	0,9
Documentário	1,5	3,1	1,7	2,2		3,4	1,2	3,7
Programa Político			0,6	0,7		1,3	1,2	2,8
Entrevistas	4,5	5,2	1,1	3,7		3,4	5,8	2,8
Religioso		1,0	1,1	0,7	2,3	1,3		2,8
Desfile (Carnaval)			2,8			0,4		3,7
Campanhas diversas	1,5		1,1					0,9
Educativo		3,1		0,7		0,8		1,9
Economia							1,2	
Programa de Auditório		2,1	3,9	3,7		2,1	2,3	
Outros	1,5	3,1	1,7	0,7	4,7	1,3	3,5	5,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 1 a 39; 42), IBOPE, 1954 a 1967; Catálogo "Audiência da TV Brasileira", volume I, Cesop, 2005.

**Principais categorias de programas produzidos pela TV brasileira nas décadas de 1950 e 1960...**



**...e sua audiência na década de 1970**

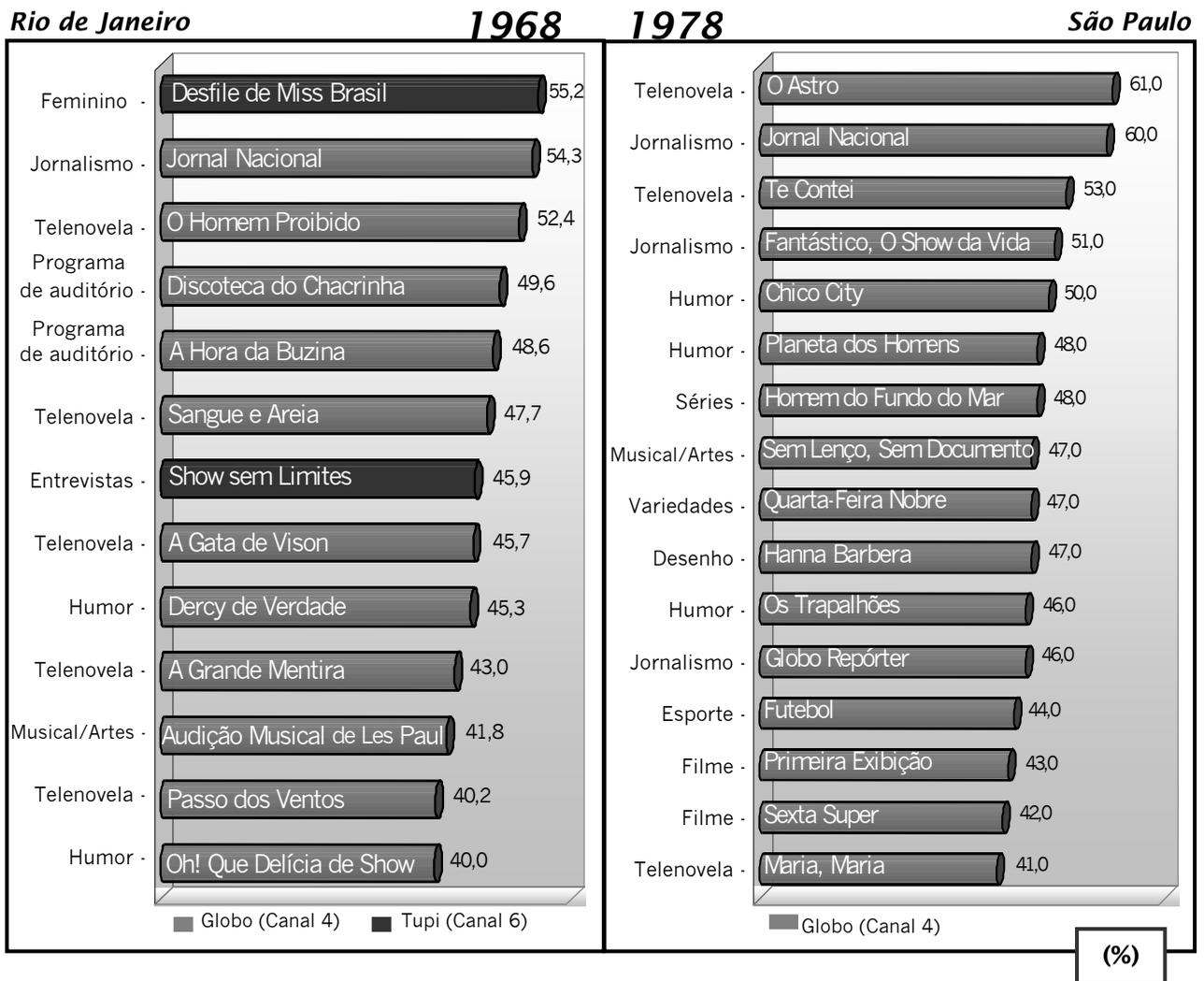


Os dados mostram a transformação da programação da TV brasileira ao longo do tempo: os musicais, principais orientadores das duas décadas iniciais da TV, nos anos 1970 têm uma pequena participação na audiência. O processo inverso ocorre com as novelas e com os jornais. É notável ainda a participação do gênero humorístico tanto entre os programas inicialmente produzidos pela TV como entre as maiores audiências desta nos anos 1970.

Fontes: "Boletins de Assistência de Televisão" (volumes 1 a 39; 42;46;47;51;52;78 a 80;86 a 88; 90 a 92; 99 a 104; 116 a 120; 131 a 136; 143 a 148; 155 a 158), IBOPE, 1954 a 1978; Catálogos "Audiência da TV Brasileira", volumes I e II, Cesop, 2005.

No decorrer uma década, a audiência da programação da TV brasileira alterou a sua principal característica, que era a preferência dominante pelos programas femininos e de auditório. Ao final dos anos setenta, o jornalismo e a telenovela consagravam o espaço conquistado na audiência, alcançando em média, por exemplo, 60% da audiência paulistana.

**Programas de Maior Audiência da TV brasileira, Segundo Categorias e Emissoras (superior a 40%)**



Fontes: "Boletins de Assistência da Televisão" (volumes 38; 39; 42; 155 a 158), IBOPE, 1968, 1978; Catálogos "Audiência da TV Brasileira", volumes I e II, Cesop, 2005.

# Ficha Técnica

## Quadro anexo:

Canais de TV – SP e RJ – Décadas de 1950 a 1970			
Cidade	Nº Canal	Nome do Canal	Data criação
São Paulo	3	Difusora-Tupi	18/09/1950
	4	Tupi	01/08/1960
	5	Paulista	14/03/1952
		Globo	abr/1965
	7	Record	27/09/1953
	2	Cultura	Set/1960
	9	Excelsior	09/07/1960
13	Bandeirantes	13/05/1967	
Rio de Janeiro	6	Tupi	18/09/1950
	13	TV-Rio	15/07/1955
	9	Continental	30/06/1959
	2	Excelsior	1964
	4	Globo	abr/1965

### Bibliografia Utilizada:

ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1988.

SILVERSTONE, R. *Televisión y vida cotidiana*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1994.

WILLIAMS, R. *Televisión*. Technology and cultural form. London: Routledge Classics, 2003 [1975].

Relatório Final do Projeto *Mídia, Sociedade e Política: TV e Padrões de Comportamento Social e Político da Década de 1950 ao Ano 2000* (Processo nº473642/2003-4 CNPq / Cesop, UNICAMP). Equipe – Coordenação: Profa. Dra Rachel Meneguello; Pesquisadores: Fabíola Brigante Del Porto, Rosilene Sydney Gelape; Vitor Luiz Cooke Vieira.

### Fontes Utilizadas:

1. Coleção “Boletim das Classes Dirigentes”:

Pesquisa “A televisão no Brasil vista através da pesquisa de opinião pública”, 15-21 jul.1951. Fundo IBOPE, Acervo Arquivo “Edgard Leuenroth” (BCD 04/07);

Pesquisa “O carioca e a televisão”, 18-24 jan.1953. Fundo IBOPE, Acervo Arquivo “Edgard Leuenroth” (BCD 11/03).

2. Coleção “Pesquisas Especiais”:

Pesquisa “Programa de Televisão Sessão das Cinco”, fev.1957. Fundo IBOPE, Acervo Arquivo “Edgard Leuenroth” (PE 023/32).

3. Coleção “Boletins de Assistência da Televisão – BAT” (1954-1978). Fundo IBOPE, Acervo Arquivo “Edgard Leuenroth”. Volumes:

São Paulo, Volumes: 1,2,3,5,8,9,12,14,16,18,20,22,25 a 33,40,41,155 a 158; Anos 1954 a 1969; 1978.

Rio de Janeiro, Volumes: 4,6,7,10,11,13,15,17,19,23,24,34,36 a 39,42 a 45, Anos 1955 a 1969.

(As bases de dados do Projeto *Mídia, Sociedade e Política: TV e Padrões de Comportamento Social e Político da Década de 1950 ao Ano 2000* (CESOP) foram construídas pela inserção dos dados provenientes destes relatórios impressos do IBOPE em bancos no formato SPSS (Statistical Package for Social Sciences)).

4. Catálogos: “Audiência da TV Brasileira. Dados sistematizados de audiência nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, para as décadas de 1950 a 1980”, Volumes I e II, Cesop, 2005.

5. Workshop “Antenas na TV: resgate e análise de dados sobre a audiência da TV brasileira” com a participação dos membros da equipe do CESOP, e dos professores Sérgio Miceli Pessoa de Barros(USP), Vera Chaia(PUC-SP), Esther Hamburger(USP e CEBRAP), Heloisa Buarque (PAGU/Unicamp) e Fátima Pacheco Jordão(TV Cultura-SP). Realizado em 05 de Agosto de 2005, Sala da Congregação, IFCH/Unicamp.

Pareceristas Colaboradores da Revista OPINIÃO PÚBLICA entre 2004 e 2008

Alessandra Aldé (UERJ)  
Álvaro Bianchi (Unicamp)  
André Marengo dos Santos (UFRGS)  
André Freire (ISCTE-Lisbon University Institute)  
Aníbal S. Pérez-Liñan (University of Pittsburgh – EUA)  
Antonio Carlos Hohlfeldt (PUC-RS)  
Antonio Jorge Fonseca de Almeida (UFBA)  
Araceli Mateos Diaz (Universidad de Salamanca, Espanha)  
Bruno Speck (Unicamp)  
Carlos Ranulfo Félix de Melo (UFMG)  
Cícero Araújo (USP)  
Claudia Feres Faria (UFMG)  
Cláudio Beato Filho (UFMG)  
Constanza B. Moreira Viñas (Universidad de la República – Uruguai)  
Elizabeth Balbachevsky (USP)  
Fernando Azevedo (Universidade Federal de São Carlos)  
Fernando Lattman-Weltmann (FGV)  
Fernando Papaterra Limongi (USP)  
Gabriel Vitullo (UFRN)  
Heloisa Buarque de Almeida (Pagu/Unicamp)  
Heloisa Dias Bezerra (UFG)  
Heloiza Matos (USP)  
Henrique Carlos de Oliveira Castro (UnB)  
Ingrid Sarti (UFRJ)  
Jairo Nicolau (IUPERJ)  
João Feres Filho (IUPERJ)  
José Eisenberg (IUPERJ)  
Juan Pablo Luna (Universidad Católica de Chile)  
Leandro Piquet Carneiro (USP)  
Lúcia Avelar (UnB)  
Luciana Tatagiba (Unicamp)  
Luciana Fernandes Veiga (UFPR)  
Lúcio Rennó (UnB)  
Luis Felipe Miguel (UnB)  
Luiz Carlos de Freitas (Unicamp)  
Marcelo Baquero (UFRGS)  
Marcelo Goldman (Museu Nacional – UFRJ)  
Márcia Ribeiro Dias (PUC-RS)  
Maria Beatriz Bilac (Unimep)  
Maria do Socorro Sousa Braga (Universidade Federal de São Carlos)  
Maria Izabel Saraiva Noll (UFRGS)

Maria Helena Weber (UFRGS)  
Maria Teresa Gonzaga Alves (UFMG)  
Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)  
Marlise Matos (UFMG)  
Mauro Porto (Tulane University – EUA)  
Miguel Chaia (PUC-SP)  
Miguel Serna (Universidad de la Republica, Uruguay)  
Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)  
Nelson Valle Silva (IUPERJ)  
Octavio Amorim Neto (FGV)  
Patrícia Otero Felipe (Universidad de Salamanca, Espanha)  
Paula Jung Rocha (PUCRGS)  
Paulo de Mesquita Neto (NEV/USP)  
Paulo J. Krischke (UFSC)  
Renato Monseff Perissinotto (UFPR)  
Rousiley Celi Moreira Maia (UFMG)  
Rubens Figueiredo (CEPAC)  
Rute Baquero (Unisinos)  
Scott Mainwaring (Univ. of Notre Dame-EUA)  
Simone Bohn (York University-Canadá )  
Sylvia Moretzsohn (UFF)  
Timothy Power (University of Oxford –UK)  
Venício Lima (UnB)  
Vera Chaia (PUC-SP)  
Vladimyr Lombardo Jorge (PUC-RJ)  
Yan de Souza Carreirão (UFSC)

# OPINIÃO PÚBLICA

November 2008

Vol. 14, nº 2

ISSN 0104-6276

## CONTENTS

	<i>Pág.</i>
<i>Two Lulas: the electoral geography of reelection (exploring concepts, methods and techniques of geospatial analysis)</i> Gláucio Ary Dillon Soares Sonia Luiza Terron	269
<i>The evolution of petismo (2002-2008)</i> David Samuels	302
<i>Political opinions and partisan feelings of Brazilian voters</i> Yan de Souza Carreirão	319
<i>Woman for president of Brazil? Gender and politics in the perspective of Brazilian voter</i> Simone R. Bohn	352
<i>Formal democracy, informal political culture and social capital in Brazil</i> Marcello Baquero	380
<i>Political actors, information and democracy</i> Heloisa Dias Bezerra	414
<i>The evolution of Brazilian party system: number of parties and voting at the subnational level (1982-2006)</i> Denise Paiva Ferreira Carlos Marcos Batista Max Stabile	432
<i>Party organizations and candidate selection in the state of São Paulo</i> Maria do Socorro Braga	454
<i>Entrepreneurial Elite: recruitment and political values (Paraná, 1995-2005)</i> Paulo Roberto Neves Costa Ícaro Gabriel da Fonseca Engler	486
<i>TENDÊNCIAS Data Report</i> Editors of "Opinião Pública"	515



OPINIÃO PÚBLICA  
Campinas  
Vol. 14, nº 2 - p. 269-545  
2008 November  
ISSN 0104-6276





ISSN 0104-6276